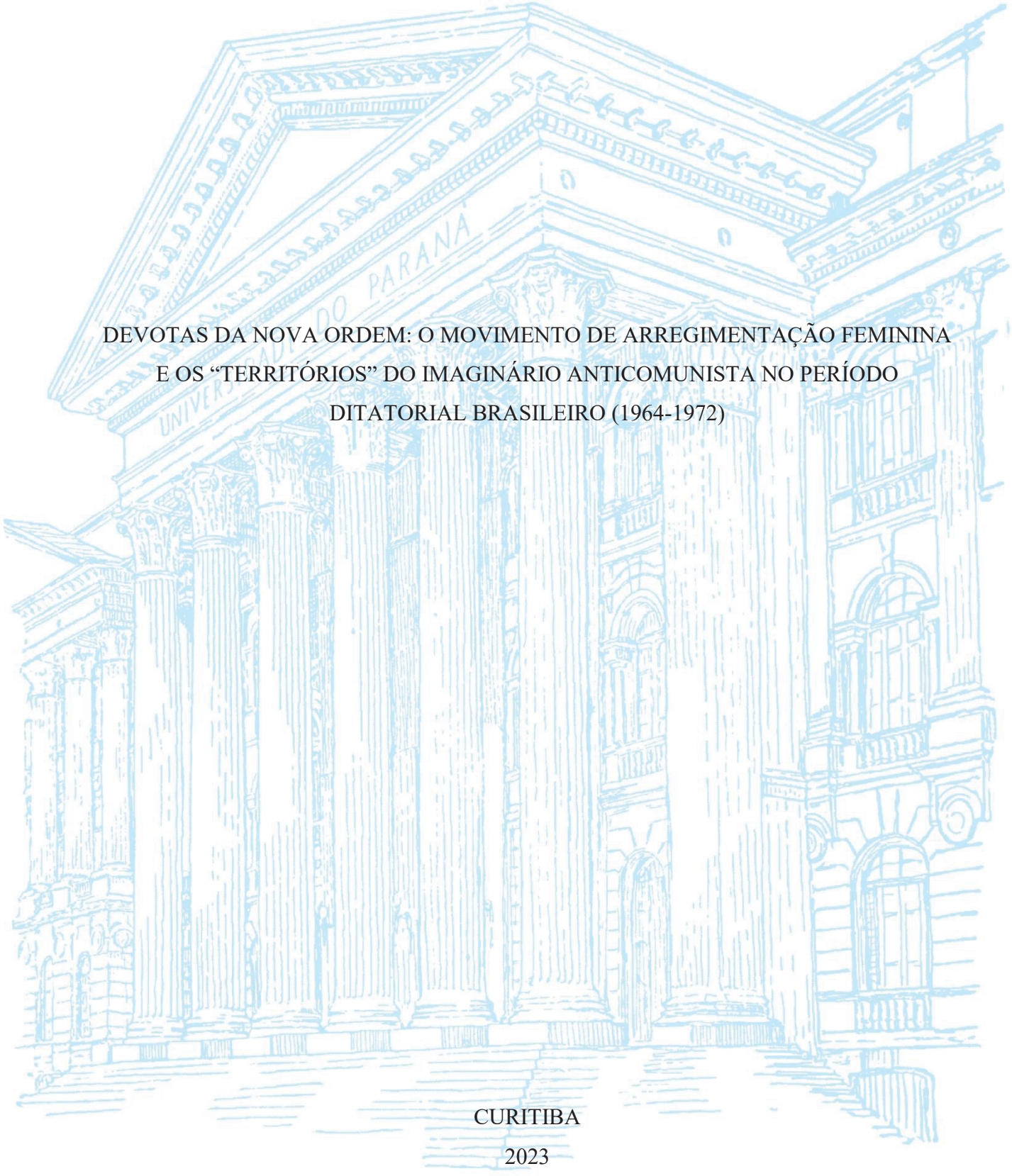
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

LAURIANE DOS SANTOS ROSA



DEVOTAS DA NOVA ORDEM: O MOVIMENTO DE ARREGIMENTAÇÃO FEMININA E OS "TERRITÓRIOS" DO IMAGINÁRIO ANTICOMUNISTA NO PERÍODO DITATORIAL BRASILEIRO (1964-1972)

CURITIBA

2023

LAURIANE DOS SANTOS ROSA

DEVOTAS DA NOVA ORDEM: O MOVIMENTO DE ARREGIMENTAÇÃO FEMININA E OS "TERRITÓRIOS" DO IMAGINÁRIO ANTICOMUNISTA NO PERÍODO DITATORIAL BRASILEIRO (1964-1972)

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em História, Setor de Ciências Humanas, na Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Mestra em História.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Gonçalves.

CURITIBA

2023

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SISTEMA DE BIBLIOTECAS – BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS HUMANAS

Rosa, Lauriane dos Santos
Devotas da Nova Ordem : o Movimento de Arregimentação Feminina e os “territórios” do imaginário anticomunista no período ditatorial brasileiro (1964-1972). / Lauriane dos Santos Rosa. – Curitiba, 2023.
1 recurso on-line : PDF.

Mestrado (Dissertação) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação do Mestrado em História.
Orientador: Prof. Dr. Marcos Gonçalves.

1. Brasil – História – 1964-1985. 2. Movimentos sociais – Brasil. 3. Comunismo e sociedade. 4. Movimento de Arregimentação Feminina. I. Gonçalves, Marcos, 1961-. II. Universidade Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação do Mestrado em História. III. Título.

Bibliotecária: Fernanda Emanoéla Nogueira Dias CRB-9/1607

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO HISTÓRIA - 40001016009P0

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação HISTÓRIA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da dissertação de Mestrado de **LAURIANE DOS SANTOS ROSA** intitulada: **Devotas da Nova Ordem: o Movimento de Arregimentação Feminina e os "territórios" do imaginário anticomunista no período ditatorial brasileiro (1964-1972).**, sob orientação do Prof. Dr. MARCOS GONÇALVES, que após terem inquirido a aluna e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.
A outorga do título de mestra está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 18 de Agosto de 2023.

Assinatura Eletrônica
18/08/2023 19:25:15.0
MARCOS GONÇALVES
Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica
21/08/2023 14:13:33.0
LEANDRO BRUNELO
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ)

Assinatura Eletrônica
19/08/2023 21:03:50.0
REGINALDO CERQUEIRA SOUSA
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ)

Documento assinado eletronicamente de acordo com o disposto na legislação federal Decreto 8539 de 08 de outubro de 2015.
Gerado e autenticado pelo SIGA-UFPR, com a seguinte identificação única: 307781
Para autenticar este documento/assinatura, acesse https://siga.ufpr.br/siga/visitante/autenticacaoassinaturas.jsp e insira o codigo 307781

Para minha avó, Anna Rosa, e também para meu avô, Antônio Rosa (*in memorian*), que nunca desistiram de mim.

AGRADECIMENTOS

Escrevo estes agradecimentos cercada por “uma espécie de pudor que se tem diante do que é grande demais”. Explico o motivo: me parece tarefa desmedida, quase inconcebível, colocar em algumas poucas linhas os sentimentos que me acompanharam durante o tempo de escrita desta dissertação. Foi, sobretudo, um período de circunstâncias inimagináveis, marcado por uma tragédia pandêmica e por inseguranças políticas que, certamente, redimensionaram os sentidos dados à coletividade e à solidariedade. Por isso, a responsabilidade de escrever as próximas estrofes se torna mais densa. É uma incumbência que acolho, confesso, com a certeza de que não conseguirei alinhar as palavras da maneira que elas merecem. Mesmo assim, pela importância que carrega, vou arriscar a tentativa.

Antes de mais nada, agradeço aos meus avós, Anna Rosa e Antônio Rosa *(in memorian)*, que assumiram o papel do meu cuidado e que são, desde quando posso me lembrar, a base das minhas conquistas.

Ao meu irmão, Nathan, que amo incontornavelmente e que nos seus passos dados dentro de casa tem sido o principal responsável por me fazer perceber a passagem do tempo. Ao meu pai, Jefferson, que demonstra que é preciso saber lapidar as inúmeras arestas dos afetos. À minha mãe, Luciane, que me ensina de longe, mesmo que à revelia.

Ao meu orientador, Marcos Gonçalves, que ao longo desses anos de orientação nutriu meu gosto pelo trabalho de pesquisa e ensino, o que só se tornou possível em razão da imensa admiração que sinto. Obrigada pelas advertências historiográficas, pela atenção, pelo seu manejo ímpar com o ofício de ensinar e, em especial, pelas trocas e conversas amigas. Aprendi e aprendo muito com você.

Ao Alexander Antunes, meu gaúcho preferido, que entre goles de chimarrão e de vinho foi companheiro fiel nas *aragens* curitibanas.

Aos demais amigos e amigas que, apesar das tantas distâncias que surgiram, conseguiram manter fincados no chão os pilares dos afetos e, assim, me ajudaram a segurar a barra: Lucas Engel, Mariana Ramos, Mariana Fujikawa, Aguinaldo Henrique, André Cunha, Mariana Assaf, Eduardo Alves, Laís Walter, Maurício Martinez, Carol Marchesin.

Aos colegas e às colegas das disciplinas do curso de Mestrado, muitos dos quais mantive contato quase que inteiramente de forma virtual. Particular menção a Fernanda Lages, acompanhante das primeiras aventuras da Pós-Graduação.

Aos trabalhadores e trabalhadoras dos acervos e bibliotecas em que estive. Em especial no nome do Alexandre, do Arquivo Público de São Paulo (APESP), sempre disposto a resolver minhas dúvidas e atender minhas solicitações; e que também me apresentou os pequenos truques dos códigos arquivísticos.

Aos professores e professoras que emprestaram seu tempo e conhecimento para contribuir com este trabalho, especialmente a Prof. Fernanda Cássia dos Santos, ao Prof. Reginaldo Cerqueira Sousa e ao Prof. Leandro Brunelo, que compuseram as bancas de qualificação e defesa.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), por ter viabilizado o processo de pesquisa e garantido menos obstáculos ao percurso que ora resulta nesta dissertação.

Deixo também meu agradecimento a todos e a todas que, ainda que não explicitados neste texto, auxiliaram a preencher, por meio das grandes e pequenas ações diárias, as páginas deste trabalho.

Agradeço, por fim, àqueles e àquelas que buscam sempre tornar possíveis as impossibilidades existentes no Brasil em que vivemos.

“Mãe, que é que é o mar, Mãe?” Mar era longe, muito longe dali, espécie duma lagôa enorme, um mundo d'água sem fim, Mãe mesma nunca tinha avistado o mar, suspirava. – “Pois, Mãe, então mar é o que a gente tem saudade?”

João Guimarães Rosa

RESUMO

Esta pesquisa apresenta como objeto de estudo o Movimento de Arregimentação Feminina (MAF) e tem como intuito investigar seus discursos e ações anticomunistas no período que compreende a ditadura civil-militar brasileira, circunscrito, especificamente, aos momentos imediatamente posteriores ao golpe, em abril de 1964, até o início da década de 1970. Originado em 1954, na cidade de São Paulo, o Movimento de Arregimentação Feminina incorporou conduta obstinada de combate ao comunismo. Evidenciados nessa conduta encontravam-se os argumentos em torno da corrosão da "moral e dos bons costumes", denúncias relacionadas à desagregação democrática e dos preceitos religiosos cristãos (em especial daqueles concernentes à fé católica) e, ainda, a ameaça representada pela ideologia comunista à "mente" da juventude. Ao longo do trabalho, buscou-se contemplar os seguintes elementos, que caracterizam os eixos fundantes desta investigação: 1) os componentes do imaginário anticomunista reverberado pelo MAF, cujo entendimento primordial não pode ser desatrelado da assimilação dos vínculos estabelecidos com setores da direita e conservadores, civis ou militares; 2) as áreas de atuação, direcionando o olhar para a mobilização que o grupo realizou do imaginário anticomunista, a qual aspirava atingir âmbitos sociais distintos, como o caso dos quadros ditatoriais, da comunidade universitária e do campo artístico-cultural. Partindo dessas colocações, o que se pretende é demonstrar como a associação amalgamou, na dimensão do político, afetividades capazes de configurar a imagem do *subversivo/comunista* que, no contexto de Terrorismo de Estado, não deixaram de potencializar simbolismo anticomunista que há tempos se enraizava no solo brasileiro e, consequentemente, de respaldar postura punitiva e de repressão. Em simultâneo, o estudo nos dá largas pistas sobre algumas dinâmicas empreendidas pelo estado ditatorial no desenvolvimento de ações de natureza psicológica, especialmente no período pós-1968. Para tanto, a pesquisa tomou como base empírica notícias, colunas e reportagens veiculadas pelo periódico *O Estado de São Paulo*, em conjunto, ainda que em menor grau, com publicações isoladas de diversas revistas e jornais que circularam no período e, também, com documentação produzida por organismos estatais.

Palavras-chave: anticomunismo; ditadura civil-militar; imaginário; afetos políticos.

ABSTRACT

This research presents as its object of study the Movimento de Arregimentação Feminina (MAF) and aims to investigate its anti-communist speeches and actions in the period that comprises the Brazilian civic-military dictatorship, specifically limited to the moments immediately after the coup, in April 1964, until the beginning of the 1970s. Originated in 1954, in the city of São Paulo, the Movimento de Arregimentação Feminina embodied obstinate conduct to combat communism. Evidenced in this conduct were arguments surrounding the corrosion of "morality and good behavior", complaints related to the breakdown of democracy and Christian religious precepts (especially those concerning the Catholic faith) and, also, the threat posed by communist ideology to the "mind" of youth. Throughout the work, we sought to examine the following elements, which characterize the foundational axes of this investigation: 1) the components of the anti-communist imaginary reverberated by the MAF, whose primary understanding cannot be uncoupled from the assimilation of the connections established with conservative sectors, civilian or military; 2) the areas of activity, directing attention to the mobilization that the group carried out of the anti-communist imaginary, which aspired to reach different social spheres, such as the case of dictatorial cadres, the university community and the artistic-cultural field. Based on these statements, the aim is to demonstrate how the association amalgamated, in the political dimension, affections capable of configuring the image of the *subversive/communist* which, in the context of State Terrorism, did not fail to enhance anti-communist symbolism that had long been taking root in Brazil, and, consequently, to support a punitive and repressive stance. At the same time, the study gives us broad clues about some dynamics undertaken by the dictatorial state in the development of actions of a psychological nature, especially in the post-1968 period. To this end, the research took as an empirical basis news, columns and reports published by the periodical *O Estado de São Paulo*, together, albeit to a lesser extent, with isolated publications from various magazines and newspapers that circulated in the period and, also, with documentation produced by government agencies and departments.

Keywords: anti-communism; civic-military dictatorship; imaginary; political affections.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Formulário 113

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - Informações biográficas 15
QUADRO 2 - Informações biográficas 20

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

2º RM	- 2º Região Militar
9º RM	- 9º Região Militar
ADESG	- Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra
AESP	- Associação das Emissoras de São Paulo
AI-1	- Ato Institucional nº 01
AI-2	- Ato Institucional nº 02
ALESP	- Assembleia Legislativa de São Paulo
ALN	- Ação Libertadora Nacional
AMAN	- Academia Militar das Agulhas Negras
APESP	- Arquivo Público do Estado de São Paulo
BPP	- Biblioteca Pública do Paraná
CAMDE	- Campanha da Mulher pela Democracia
CCC	- Comando de Caça aos Comunistas
CFE	- Conselho Federal de Educação
CIAGA	- Centro de Instrução Almirante Graça Aranha
CIE	- Centro de Informação do Exército
CMG	- Capitão do Mar e Guerra
CNBB	- Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNV	- Comissão Nacional da Verdade
CODI-DOI	- Centros de Operação e Defesa Interna - Destacamentos de Operação de Informações
CTB	- Companhia Telefônica Brasileira
DCE	- Diretório Central dos Estudantes
DEE	- Diretório Estadual dos Estudantes
DGR	- Doutrina de Guerra Revolucionária
DNE	- Diretório Nacional dos Estudantes
DEOPS/SP	- Departamento de Ordem Política e Social de São Paulo
DOPS	- Delegacia de Ordem Política e Social
DSN	- Doutrina de Segurança Nacional
DPF	- Departamento da Polícia Federal
EAD	- Escola de Arte Dramática

ESG	Escola Superior de Guerra
FAU	- Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
FSP	- Folha de São Paulo
IBAD	- Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IPES	- Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais
IPM	- Inquérito Policial Militar
LAM	- Liga Anticomunista Mundial
LIMDE	- Liga da Mulher Democrática
LSC	- Liga das Senhoras Católicas
LSN	- Lei de Segurança Nacional
MAF	- Movimento de Arregimentação Feminina
MCV	- Movimento do Custo de Vida
MEC-USAID	- Ministério da Educação e Cultura - *United States Agency for International Development*
OBAN	- Operação Bandeirante
OEA	- Organização dos Estados Americanos
OESP	- O Estado de São Paulo
PAR	- Partido Acadêmico Realizador
PCB	- Partido Comunista Brasileiro
POLOP	- Organização Revolucionária Marxista Política Operária
PST	- Partido Social Trabalhista
SNI	- Serviço Nacional de Informações
SBTFP	- Sociedade Brasileira Tradição, Família e Propriedade
SSP	- Secretaria de Segurança Pública
UCF	- União Cívica Feminina
UDN	- União Democrática Nacional
UFPR	- Universidade Federal do Paraná
UNE	- União Nacional dos Estudantes
URSS	- União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
USP	- Universidade de São Paulo
TUCA	- Teatro da Universidade Católica de São Paulo
VPR	- Vanguarda Popular Revolucionária

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 7

1.1 OBJETO E PROBLEMÁTICA 9

1.2 ASSOCIAÇÕES FEMININAS NOS ANOS 1960/1970 22

1.3 ANTICOMUNISMO, IMAGINÁRIO E AFETOS POLÍTICOS 27

1.4 SOBRE AS FONTES 34

1.5 ESTRUTURA DO TRABALHO 38

2 "A MÁQUINA DE FERRO" E A "REVOLUÇÃO": O MAF E A ESFERA RELIGIOSA CATÓLICA CONSERVADORA 40

2.1 CATÓLICAS, CONSERVADORAS E ANTICOMUNISTAS 41

2.2 SEPARAR O JOIO DO TRIGO: A "OPERAÇÃO LIMPEZA" E A PUNIÇÃO AOS "TRAIDORES DA PÁTRIA" 48

2.3 A VIA ELEITORAL: SÃO PAULO E O "MOÇO REVOLUCIONÁRIO" 60

2.3.1 "Comunismo, flagelo internacional": diálogos com a corrente integrista 64

2.4 O MAF E DOM VICENTE SCHERER 70

2.5 OS FRADES DOMINICANOS 72

2.6 O CASO HÉLDER CÂMARA: "A VOZ INJUSTA" 75

3 O MAF E O "ELO" COM AS FORÇAS ARMADAS 80

3. 1 "A CASA DO GENERAL" 80

3.2 "É CHEGADA A HORA DE FAZER UMA REBELIÃO": O CONTATO COM A DOUTRINA DE GUERRA REVOLUCIONÁRIA 92

3.3 O COMBATE AO COMUNISMO INTERNACIONAL E O PAPEL DESIGNADO ÀS "SENHORAS PLANTONISTAS": PERCORRENDO ALGUNS *VAZIOS* 104

3.3.1 "Coragem, jovens!" 119

4 "O CAMINHO DIRETO PARA O COMUNISMO É A NEGAÇÃO DA ORDEM ESTABELECIDA, A NEGAÇÃO DO IDEAL, A NEGAÇÃO DA RELIGIÃO, A DESMORALIZAÇÃO DOS COSTUMES": O MAF, AS FILEIRAS EDUCACIONAIS E O CAMPO ARTÍSTICO-CULTURAL 127

4.1 O CAMPO EDUCACIONAL 130
4.1.1 A mente da mocidade: “campo crucial de batalha” 131
4.1.2 UNE: “centro de corrupção” 136
4.1.3 Estudantes democratas *versus* pseudo-líderes 141
4.1.4 A questão dos excedentes 150
4.1.5 1968: estado de “anarquia” 153
4.2 O CAMPO ARTÍSTICO-CULTURAL 158
4.2.1 “Nós, do MAF (...) censuramos as coisas más e aplaudimos as coisas boas” 158
4.2.2 A crise do mundo moderno: a dinâmica dos pedidos de censura 162
4.2.3 *Realidade:* “nós estamos no brasil senhores diretores da revista, nós somos brasileiros católicos e não russos e chineses ateus” 165
4.2.4 O teatro e o “decreto-lei moralizador” de 1970 173
4.2.5 O problema da televisão: “inominável abuso” 177
CONSIDERAÇÕES FINAIS 183
REFERÊNCIAS 188

1 INTRODUÇÃO

No ano de 2019, o escritor e jornalista Bernardo Kucinski publicou uma obra de ficção política sob o título de "A Nova Ordem".[1] Preocupada em demonstrar a partir de diversos aspectos a ascensão e consolidação de um regime político autoritário, a narrativa traz à tona um Brasil distópico, profundamente deteriorado e entregue a forças imbuídas por práticas intercaladas entre a indiferença e a perversidade.

Embora se trate de uma história ficcional, construída a partir de metaforizações e hipérboles típicas da criação literária, o pano de fundo, um estado marcado por modalidades de violência nos seus graus mais diversos, alude notadamente ao período ditatorial iniciado no Brasil em abril de 1964.

Na ficção política de Kucinski, os "utopistas", designados como os inimigos da "ordem" recém-instaurada, deveriam ser erradicados, presos ou obrigados ao desterro; característica que, se transpusermos à realidade dos esquemas ditatoriais sul-americanos engendrados a partir da década de 1960, encaixa-se à lógica da "guerra total e permanente" empenhada contra aqueles e aquelas que, nos manuais da repressão, eram recorrentemente classificados como adeptos ou simpatizantes do Comunismo Internacional.

Entretanto, para além das referências que tece a respeito do processo de ditadura, a minha escolha pela referida obra como mote inaugural deste trabalho explica-se também pelo caráter contemporâneo que possui sua narrativa. Ao ler a obra de Kucinski é pouquíssimo provável que, mesmo num folheio desatento, as analogias construídas pelo autor não nos façam estabelecer relações diretas com chaves discursivas que têm ganhado proeminência na linguagem política brasileira. Expressões que até então creditávamos aos livros históricos, de politologia ou a redutos específicos voltaram à carga, quase que de forma predominante, na ordem do dia de manifestações públicas; sobretudo se pensarmos no ressurgimento da visão da figura do comunista como alvo a ser eliminado, estabelecendo e reavivando percepções de um *outro* da política que merece o desprezo e o escamoteamento.

Encaro como importante, tendo isso em vista, mencionar que proponho a análise que se inscreve nas páginas seguintes ainda no processo de rescaldo de um período trágico da história brasileira, cujas consequências, ainda longe de serem devidamente sopesadas, tiveram como um dos esteios de sua criação discursividades que projetam na vida política afetos destacados

[1] KUCINSKI, Bernardo. **A Nova Ordem.** São Paulo: Alameda, 2019.

de ódio, medo, indiferença e rejeição.[2] Nesse ínterim, reavivam-se questões e disputas sobre a Memória e a História do regime ditatorial, evidenciando a vivacidade de um passado que, mesmo transcorridas décadas de seu término formalizado, ainda mobiliza práticas e posicionamentos que tendem a transformá-lo em "atual".[3] Somente nos últimos oito anos, utilizando como exemplo o tempo que constitui a minha trajetória acadêmica, testemunhamos, no âmbito público, a escalada exponencial de argumentações elogiosas à ditadura brasileira e àqueles que se configuraram como os *semeadores de medo*[4] durante o período.[5] Consonante a isso, como já mencionado, abundaram, nos noticiários televisivos, nas redes sociais, nos programas de rádio e em manifestações de rua, narrativas em torno de uma "guerra cultural" empenhada por um "inimigo comum" supostamente disseminado por cantos múltiplos da sociedade.

Assim, se me permito neste trabalho compartilhar marcas de ordem pessoal, emprestando aqui as palavras do historiador francês Pierre Vilar, é porque o leitor e a leitora desta dissertação merecem saber, mesmo que de forma diminuta, quais relações existem entre a História que será construída ao longo deste estudo e a autora que promete sua análise.[6]

Investigar o processo de construção discursiva do imaginário anticomunista durante um período discricionário, tal como foi aquele da ditadura brasileira, como veremos a seguir, surge diante de incômodos pessoais oriundos dos desafios do tempo presente, diante de traços autoritários e dinâmicas de exclusão que, longe de estarem no campo literário da distopia, como eu gostaria que estivessem, afetam diretamente a lógica social e parecem cada vez mais ganhar contornos avultados.

Por outro lado, quando iniciei os estudos sobre o assunto, a motivação que me fez tomá-lo como escopo de análise, derivada em muito do meu desconhecimento da temática à época, surgiu da descomplicada percepção da habilidade que esse tipo de narrativa possui ao se espraiar, de forma homogênea, no campo do social. Depois de um tempo, já um tanto mais

---

[2] ANSART, Pierre. **A gestão das paixões políticas**. Curitiba: Editora UFPR, 2019. p. 23.
[3] FRANCO, Marina; LEVÍN, Florencia. El pasado cercano en clave historiográfica. **Historia reciente:** perspectivas y desafios para un campo en construcción. Buenos Aires, Barcelona, México: Paidós, 2007. p. 32.
[4] Expressão utilizada pelo historiador Enrique Serra Padrós, apoiado nas percepções de Carina Perelli e Juan Rial, para designar os participantes da máquina repressiva estatal das ditaduras do Cone Sul. PADRÓS, Enrique. **Como el Uruguay no Hay… Terror de Estado e Segurança Nacional. Uruguai (1968-1985): do Pachecato à Ditadura Civil-Militar.** 434 f. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005. p. 95.
[5] De acordo com as historiadoras Lucília Delgado e Marieta Moraes Ferreira, o aumento das discussões acerca da ditadura civil-militar teve um ponto de inflexão relevante a partir dos debates que deram origem à Comissão Nacional da Verdade (CNV). FERREIRA, Marieta de Moraes; DELGADO, Lucília de Almeida. História do tempo presente e ensino de História. **Revista História Hoje**, São Paulo, v. 2, n. 4, p. 19-34, 2013. p. 23.
[6] VILAR, Pierre. **A guerra da Espanha** (1936-1939). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. p. 08.

familiarizada com a produção teórica, a motivação foi deslocada. Nesse deslocamento, percebi que, na facilidade de adesão que o anticomunismo consegue obter em determinados setores sociais, permanecem muitas vezes implícitas diferenças e oposições existentes entre esses mesmos setores. Tal situação torna o grau da complexidade das elaborações discursivas a respeito do comunismo, muitas vezes permeadas por dicotomias e repetições simplórias, inversamente proporcional àquele que alimenta as contradições e nuances dos grupos que as mobilizam.[7] Nuances e contradições, por sua vez, que não deixaram de estar presentes no período de ditadura.

Trata-se, dito com outras palavras, da tentativa de compreender, em diálogo com a abundante historiografia, como muitos elementos discursivos avolumados na cena política de hoje nutrem aproximações com aqueles mobilizados em períodos anteriores e que foram devotamente compartilhados por um grupo que é ainda pouco investigado. Elementos que, pesadas as distinções de cada momento histórico, fazem parte do que a literatura sobre o tema denomina de um fenômeno notório e sobejamente enraizado na tradição política do país.[8] Ademais, partir de novos objetos ou direcionamentos, bem como retomar problemas já postos acerca da temática[9], do mesmo modo, faz parte do empenho investigativo que pretendo construir nas páginas a seguir.

*

1.1 OBJETO E PROBLEMÁTICA

Foi também utilizando-se da expressão "Nova Ordem" que, em 1966, o Movimento de Arregimentação Feminina (MAF), em uma das páginas de um periódico da grande imprensa[10],

---

[7] Tal percepção é exposta, principalmente, no já citado estudo clássico de Rodrigo Patto Sá Motta e, recentemente, também foi destacada nos apontamentos do historiador Ernesto Bohoslavsky. BOHOSLAVSKY, Ernesto. Organizaciones y prácticas anticomunistas en Argentina y Brasil (1945-1966). **Estudios Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 42, n. 1, p. 34-52, jan/abr. 2016. p. 49.

[8] Dentre os trabalhos sobre o tema que tratam da diversidade de figuras e grupos e da constância do anticomunismo na cena nacional, cito aqui, neste início, os seguintes: MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho:** o anticomunismo no Brasil (1917- 1964). 2 ed. Niterói: EDUFF, 2020. RODEGHERO, Carla Simone. **Memórias e combates:** uma história oral do anticomunismo católico no Rio Grande do Sul. São Paulo: Letra e Voz, 2017. GONÇALVES, Marcos. **Os arautos da dissolução:** mito, imaginário político e afetividade anticomunista (1941-1947). 169 f. Dissertação (Mestrado em História) - Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004.

[9] PROST, Antoine. Como a História faz o historiador. **Anos 90,** Porto Alegre, n. 14, p. 7-22, 2000. p. 21.

[10] Neste trabalho, o termo "grande imprensa" será utilizado em consonância com as proposições da historiadora Maria Aparecida Aquino. Segundo Aquino, quando falamos de grande imprensa estamos nos referindo a "órgãos de divulgação cuja veiculação pode ser diária, semanal ou mesmo que atuem em outra periodicidade, mas cuja dimensão, em termos empresariais, atinja uma estrutura que implique na dependência de um alto financiamento publicitário para a sua sobrevivência. À grande imprensa, como aliás, de modo geral, à toda imprensa convencional de conotação liberal (de pequeno, médio ou grande porte), não se permite viver somente com a venda em bancas

fez referência ao ainda recente regime ditatorial brasileiro.[11] A expressão "Nova Ordem", com a qual optei por compor parte do título deste trabalho, sintetiza o cerne do conjunto de ações e discursos gerido por essa associação. Na percepção do MAF, a ditadura civil-militar[12], iniciada no Brasil em 1964, enquanto projeto de um novo ordenamento do social, corresponderia à fase de retomada de valores e de princípios que há muito vinham sendo escanteados. Em outras palavras, nesta linha discursiva, a "revolução"[13], segundo o grupo, representava a unidade e a integridade da pátria diante de um inimigo comum que, aliançado a países totalitários, corroía as mentes dos "filhos da civilização cristã".[14]

Conhecido pela sigla MAF, o Movimento de Arregimentação Feminina integrou, no início dos anos 1960, um conjunto amplo de organizações e agrupamentos que incluíram no rol de suas atividades a ação e propaganda anticomunistas.[15]Durante esse período, a associação

---

ou com as assinaturas, dado que costuma atingir um grande estado da federação ou, na maior parte das vezes, a quase totalidade do país. [...] A grande imprensa conta com esquemas de distribuição nacional e mesmo, às vezes, com uma veiculação que abrange algumas praças internacionalmente." AQUINO, Maria Aparecida de. **Censura, Imprensa e Estado autoritário** (1968-1978): o exercício cotidiano da dominação e da resistência. Bauru: EDUSC, 1999. p. 37.

[11] DEE: ação sem política. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 01 set. 1966. p. 14.

[12] O uso do termo civil-militar para designar o processo de ditadura implantado no Brasil a partir de 1964 não é consenso na historiografia. São muitos os debates existentes acerca da definição do caráter que estruturou o regime ditatorial, sobretudo em relação ao grau de participação civil no golpe e, posteriormente, na engrenagem social e institucional que garantiu a manutenção e tentativa de consolidação da ditadura. Neste trabalho, o uso do termo civil-militar está expresso tomando como ponto de partida o papel que determinados setores, evidenciados a partir de grupos empresariais, cívicos e religiosos, cumpriram no processo de aderência ao governo autoritário. É importante salientar que a escolha pelo termo não pretende, de modo algum, retirar das Forças Armadas o grau de proeminência na violência institucionalizada e sistemática exercida durante o período, que acarretou o Terrorismo de Estado. Também, não é utilizado no intuito de homogeneizar a percepção da sociedade civil a respeito do processo de ditadura, já que pode sugerir, à primeira vista, um acordo social em torno do governo autoritário. O uso do termo civil-militar, nesse sentido, reitera a complexidade do período, cuja tentativa de entendimento deve levar em conta as inúmeras vinculações existentes entre corporações militares e grupos da sociedade civil, interessados muitas vezes em obter benefícios e, consequentemente, manter o *status quo* vigente. A respeito dos debates teóricos que envolvem os questionamentos sobre o uso do termo, bem como as diferentes tendências historiográficas que abordam o assunto, ver por exemplo: FICO, Carlos. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 05-74. jan./abr. 2017. DELGADO, Lucilia de Almeida. O Governo João Goulart e o golpe de 1964: memória, história e historiografia. **Tempo**, Niterói, v. 14, n. 28, p. 123-143, jun. 2010. MATTOS, Badaró. O governo João Goulart: novos rumos da produção historiográfica. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 28, n. 55, p. 245-263, 2008. JOFFILY, Mariana. Aniversários do golpe de 1964: debates historiográficos, implicações políticas. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 204-251, 2018.

[13] O termo "Revolução" foi adotado por setores militares e determinados grupos da sociedade civil para fazer referência ao golpe ocorrido em abril de 1964. O termo, pode-se dizer, ao procurar afastar o simbolismo negativo trazido com a ruptura democrática de que faz menção, buscava salientar um novo sistema político e institucional que passaria a ser construído sob a vigência dos militares, em especial oposição ao governo de João Goulart. A utilização do termo, cabe mencionar, ultrapassou as fronteiras cronológicas da ditadura, permanecendo como chave discursiva de grupos da direita nas disputas de memória em torno daquele período.

[14] O MAF faz o histórico da arregimentação da mulher brasileira para a Revolução. **O Globo**, Rio de Janeiro, 25 mar. 1965. p. 04.

[15] Como apontou Rodrigo Motta, muitas entidades e organizações anticomunistas surgiram e atuaram no Brasil nos anos 1940 e 1950. Contudo, foi durante a presidência de João Goulart, no início dos anos 1960, que a incidência

designava-se como um veículo responsável por acentuar a participação da mulher na vida pública e cuja finalidade residia em promover a educação moral e cívica, a moralização dos costumes políticos e a valorização da "democracia".[16] Segundo Margaret Power, tais características, aliadas ainda à defesa do livre mercado, da religião e da liberdade, moviam o trabalho devoto exercido pelas mulheres organizadas em grupos similares na cena social.[17]

Entretanto, o MAF, no início dos anos 1960, como mencionado pelo historiador e politólogo René Dreifuss, já era um velho conhecido da esfera social paulistana.[18] Essa é, por sua vez, uma característica que merece atenção. Diferentemente da maioria dos demais grupos dedicados ao anticomunismo que, na conjuntura específica dos anos 60 foram criados com o intuito de estremecer o cenário político-social,[19] o MAF adquiriu caráter de existência mais longeva, anterior e posterior à conjuntura de ditadura.[20]

Fundado em 1954, de caráter leigo e civil e exclusivamente composto por mulheres[21], o MAF se apresentou ao público pela primeira vez por meio de uma carta lida por suas lideranças na Assembleia Legislativa de São Paulo (ALESP). Na carta, o MAF identificou-se como uma entidade "apolítica", cuja agenda não fazia "distinções de nacionalidade, cor, política ou religião".[22] O ponto de maior destaque de suas atividades, que foi o que lhe garantiu maior evidência na cena política, estava localizado na promoção do combate à carestia, empenhando intenso apelo ao barateamento do custo de vida.[23]

O percurso que ora resulta nesta dissertação foi iniciado alguns anos antes da minha entrada no curso de Mestrado. Ainda na graduação, quando do meu primeiro contato com a historiografia e, por conseguinte, com o objeto deste trabalho, coloquei-me na tarefa de balizar

---

de agrupamentos voltados à discursividade anticomunista atingiu seu ápice. MOTTA, Rodrigo. Em guarda contra o perigo vermelho. op. cit., p. 162.

[16] O MAF faz o histórico da arregimentação da mulher brasileira para a Revolução. **O Globo**, Rio de Janeiro, 25 mar. de 1965. p. 04.

[17] POWER, Margaret. Conexões transnacionais entre as mulheres de direita: Brasil, Chile e Estados Unidos. **Varia Historia**, Belo Horizonte, vol. 30, n. 52, p.67-83, jan/abr, 2014. p. 70.

[18] DREIFUSS, René. 1964: **A conquista do estado:** Ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1981. p. 295.

[19] MOTTA, Rodrigo. Em guarda contra o perigo vermelho. op. cit., p. 161.

[20] Atualmente, o MAF conta ainda com uma sede na cidade de Santos. Após o desmantelamento dos demais grupos espalhados pelo país, o setor do MAF localizado em Santos se transformou no núcleo central da associação. Hoje, conforme demonstrado pelo endereço virtual que possui, dedica-se a atividades de benemerência e, exclusivamente, voltadas ao campo social, sem manifestações de cunho político-partidário.

[21] Para mais informações, consultar: ROSA, Lauriane. **Nas fronteiras do lar:** a participação de mulheres no cenário político brasileiro a partir do Movimento de Arregimentação Feminina (1960-1964). 70f. Monografia (Graduação) - Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2019.

[22] Movimento da mulher paulista contra a elevação dos preços. **O Estado de São Paulo,** São Paulo, 17 dez. 1954. p. 11.

[23] A mulher reage. Sua melhor arma: além do voto, o estudo. **O Estado de São Paulo**, São Paulo**,** 17 out. 1958. p. 14.

as características de origem, formação e atuação do MAF, especificamente atentando para as ações desempenhadas no início dos anos 1960 e que desembocaram nas "Marchas da Família com Deus pela Liberdade".[24]

À época, a descoberta da existência da associação ocorreu por meio de uma pesquisa despretensiosa realizada no acervo da Biblioteca Nacional, especificamente nas páginas digitalizadas da revista *O Cruzeiro*. Em uma das edições, publicada no ano de 1963, deparei-me com uma coluna escrita por Rachel de Queiroz, na qual a autora fazia menção elogiosa àquele que considerava um grupo "democrático", que se opunha a todos os movimentos antidemocráticos que, em tempos de "Guerra Fria e intranquilidade", ameaçavam a vida dos brasileiros.[25]

Pouco tempo depois, realizando a leitura de alguns dos muitos textos da disciplina de História do Brasil, novamente o nome do grupo veio à baila, agora em conjunto com as demais associações congêneres atuantes nos anos 1960, como a Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE) e a União Cívica Feminina (UCF).

Não demorou muito, e também em razão do contexto que me abatia, como já descrito, para que eu empreendesse uma busca mais atenta sobre o referido grupo. A percepção que tive em relação à pouca atenção dada à associação, muito embora seja sempre mencionada na literatura como uma das organizadoras e articuladoras de mobilizações e manifestações de caráter conservador e anticomunista no período imediatamente precedente ao golpe de 1964[26], somada à sua presença recorrente nas páginas da imprensa - o que possibilitou a base empírica para uma investigação mais aprofundada - logo me impulsionaram a adotá-la como objeto de estudo.[27]

O presente trabalho é derivado, dessa maneira, de um redirecionamento do olhar sobre esse objeto, preocupado agora em evidenciar os rumos do comportamento da associação durante os anos posteriores a 1964, enfatizando o imaginário anticomunista difundido por meio dos seus posicionamentos discursivos. O que se pretende é delimitar, na esteira dos estudos sobre os Imaginários Sociais, o "território" do qual fez parte esta associação durante a ditadura civil-militar brasileira. Essa delimitação permite, seguindo as contribuições do historiador

---

[24] Muitas dessas considerações foram abordadas por mim no trabalho de conclusão de curso de graduação, como aquelas referentes às origens do grupo e a proximidade de parentesco existente entre sua diretoria e o *OESP*. Retomá-las de modo aprofundado, no entanto, é importante no entendimento do objeto a ser analisado.

[25] QUEIROZ, Rachel de. Assunto de Mulher. **O Cruzeiro,** Rio de Janeiro, 21 dez. 1963. p. 146. Disponível em: http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/. Acesso em: 20 jun. 2022.

[26] A historiografia que trata do tema será apresentada ainda nesta introdução.

[27] Realizei a busca sobre o grupo nas mais conhecidas plataformas de pesquisa no âmbito nacional. Em nenhuma delas encontrei um trabalho ou menções mais robustas a respeito do Movimento de Arregimentação Feminina.

Bronislaw Baczko, que tenhamos em mente aspectos que comportam traços da identidade do grupo, constituída, por exemplo, pelas relações de vínculos e configuração daqueles que foram seus "inimigos".[28]

Nesses meandros, também se propõe um diálogo com a categoria de *produtores de bens simbólicos emocionais*, provenientes dos pressupostos teóricos do historiador Pierre Ansart. A utilização de tal categoria explica-se à medida que entendemos que as mensagens do grupo pretendiam agir como produtoras de sensibilidades políticas a nível coletivo, dentre as quais o medo e a indiferença surgem como exemplos de um trabalho de "renovação e inculcação" que, de modo dinâmico, afetava e era afetado diretamente pelo imaginário anticomunista do período autoritário.[29]

Soma-se a isso, ainda que de forma diminuta, as contribuições tecidas pela Análise de Discurso de linha francesa, representada neste trabalho pelos escritos de Eni Orlandi.[30] Recorrer às concepções da Análise do discurso francesa surge com o intuito de mobilizar instrumentos para o refinamento do manejo com as fontes.

A hipótese que dá corpo a este estudo é a de que o MAF atuou, durante o corte cronológico proposto, como difusor de um imaginário relacionado ao comunismo e à figura comunista em muito condizente com aquele propagado pela agenda das Forças Armadas, por setores empresariais e por setores do conservadorismo católico do período.[31] Nesta difusão, encontra-se evidente, por meio do discurso, uma carga de afetividades políticas que pretendia potencializar o simbolismo anticomunista nas esferas variadas da vida social.

As fontes são, majoritariamente, procedentes da imprensa escrita, com especial relevância ao periódico *O Estado de São Paulo*. No tocante ao recorte cronológico proposto, este foi formatado tendo em vista os momentos imediatamente posteriores ao golpe civil-militar de 1964 e se encerra em 1972, ano em que o número de menções ao MAF no *OESP* ainda estava em evidência.

Sobre o corte geográfico, é importante mencionar que o MAF se espalhou por várias localidades, contando com núcleos em cidades como Santos, São Vicente e, fora do estado, Governador Valadares, em Minas Gerais. Cada uma dessas filiais, embora ligadas ao núcleo da

---

[28] BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. **Enciclopédia Einaudi.** Antropos - Homem. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, p. 296-332, 1985.
[29] ANSART, Pierre. **A gestão das paixões políticas.** Curitiba: Editora UFPR, 2019. p. 18-19.
[30] ORLANDI, Eni. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. 6 ed. Campinas: Pontes, 2005.
[31] Esta hipótese surge das discussões acerca das "matrizes ideológicas" que sustentam o anticomunismo, sobre as quais falaremos adiante.

capital paulista, contava com diretoria e agenda de atividades próprias.[32] Neste trabalho, a análise recai unicamente no MAF atuante e com sede na cidade de São Paulo.[33] Também cabe mencionar que, embora tenha atuado em maior proporção no cenário paulista, muitos posicionamentos do grupo eram destinados a assuntos de caráter nacional. Assim, como se verá ao longo deste trabalho, era comum que eventos ou personalidades de diversos estados fizessem parte do conjunto discursivo da associação. Característica que, consequentemente, amplia o recorte geográfico desta pesquisa.

A associação, nas primeiras duas décadas de sua trajetória, que data de meados dos anos 1950 até o início dos anos 1970, teve na dianteira de suas atividades somente duas presidentes. A primeira responsável pela cadeira diretiva do MAF foi Itacy da Silveira Pellegrini, que permaneceu no posto até 1961. Após Pellegrini, quem assumiu a liderança da associação, de acordo com as convenções eleitorais existentes no manual estatutário, foi Maria Mesquita de Motta e Silva.[34] Esta, por sua vez, permaneceu à frente do MAF até 1974, ano do seu falecimento. Durante o recorte desta pesquisa, desse modo, a liderança foi exclusivamente desempenhada por Mesquita, a qual possivelmente deixou de responder em nome do grupo somente por questões ordinárias, como aquelas relacionadas a viagens ou a condições de saúde.

Nascida na cidade de São Paulo em 1890, Maria Mesquita se tornou conhecida pelo engajamento em associações de caráter benemérito e caritativo no estado, como foi o caso da Liga das Senhoras Católicas (LSC). Na Liga, atuou principalmente durante os anos 1930, na qual foi bastante ativa em razão dos embates causados pelo movimento constitucionalista de 1932. Ao que tudo indica, durante o desenvolvimento dos conflitos de 32, Mesquita fez parte do "Departamento das vítimas da Revolução", criado pela LSC com o intuito de socorrer os soldados combatentes e otimizar o serviço de coleta de sangue para os hospitais.[35] Ávida apoiadora da deposição de Getúlio Vargas, assim como parte de sua família, Mesquita foi classificada como "uma das mais tenazes e ardentes defensoras dos ideais democráticos que inspiraram a Revolução".[36]

---

[32] ROSA, Lauriane. op cit.

[33] De acordo com publicação do *OESP*, a associação contava, no início de 1964, com uma diretoria de 14 membros e um conselho de 24 membros e 6 suplentes. Ainda havia 10 membros representantes do departamento especializado e as chefes de distritos nos bairros da capital. Ao todo, segundo publicação, o número de mulheres pertencentes ao grupo, "fichadas", era de 5.000. cf. DUPRÉ, Maria. MAF - Carta à mulher brasileira: Um trabalho de formigas: MAF. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 13 mar. 1964. Suplemento Feminino, ano 10, n. 543, p. 12.

[34] MAF faz 25 anos e relembra ex-presidente. **O Estado de São Paulo,** São Paulo, 30 nov. 1979. p. 32.

[35] MOUSSALEM, Márcia. **Associação privada sem fins econômicos**: da filantropia à cidadania. São Paulo: Plêiade, 2010. p. 96-97.

[36] Maria Mesquita da Motta e Silva. **O Estado de São Paulo,** São Paulo, 03 maio 1974. p. 23.

Ainda que tenha galvanizado posição de relevância em meio às camadas da elite paulista, há ausência considerável de dados biográficos pormenorizados acerca de Maria Mesquita. Ao decorrer da pesquisa, a partir de excertos jornalísticos, verbetes de dicionários e documentos existentes no Arquivo Público de SP, encontrei disponíveis dados referentes ao parentesco, relação conjugal, formação e áreas de atuação da "mafista", os quais organizei, de forma sintética, no quadro a seguir:

QUADRO 1 - Informações biográficas

Maria Mesquita de Motta e Silva	
Data de nascimento: 15 de agosto de 1890	Local de nascimento: São Paulo
Data de falecimento: 01 de maio de 1974 (83 anos)	Local de falecimento: São Paulo
Parentesco	Filha de Júlio de Mesquita e Lucilla Cerqueira César de Mesquita Irmã de Esther Mesquita; Sara Mesquita; Lia Mesquita; Ruth Mesquita; Raquel Mesquita de Salles Oliveira; Judith Mesquita de Carvalho; Júlio de Mesquita Filho; Francisco Mesquita; Alfredo Mesquita; José Mesquita e Suzana Mesquita. Não possuiu filhos ou filhas.
Cônjuge	Carolino da Motta e Silva (1885 – 1945) Nascido em novembro de 1885, Carolino da Motta e Silva era proveniente de família responsável, durante o século XIX, pelo cultivo de café e fumo. Já na década de 1910, fez parte do grupo de acionistas e diretores do Jornal *O Estado de São Paulo*. Nutria estreitas relações com Júlio de Mesquita Filho, e participou ativamente, assim como Maria Mesquita, dos eventos favoráveis ao movimento constitucionalista de São Paulo, em 1932; fato que rendeu a ele um mandado de prisão, acusado de conduta inadequada. Em São Paulo, também possuiu papel proeminente no Partido Constitucionalista, fundado em 1934 por Armando de Salles Oliveira. Faleceu em 1945, aos 65 anos de idade. Casou-se com Maria Mesquita no ano de 1912.
Formação	Colégio Florence (Jundiaí) Colégio Sion (São Paulo)
Período que presidiu o MAF	1961 a 1974 (Embora a presidência tenha iniciado na década de 1960, Mesquita já fazia parte das fileiras do MAF desde a década anterior, em 1950).
Locais de atuação (São Paulo)	Movimento de Arregimentação Feminina (MAF) Liga das Senhoras Católicas de São Paulo Lar Carolino Motta e Silva Clínica Infantil do Ipiranga Associação Terezinha do Menino Jesus

Fonte: Quadro biográfico elaborado pela autora.[37]

[37] O quadro em questão foi elaborado de acordo com o conteúdo presente nos seguintes documentos: Acta da Assembleia geral extraordinária da sociedade anonyma < O Estado de S. Paulo>. **O Estado de São Paulo,** São Paulo, 23 ago. 1914. p. 09/ Comarca de Santos. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 02 dez. 1916. p. 16 /BARATA, Carlos; BUENO, Antônio (org.). **Dicionário das Famílias brasileiras**. São Paulo: Ibero-América, 1999. p. 1501/ Maria Mesquita de Motta e Silva. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 03 mai. de 1974, p. 23/ VALADARES, Paulo. Júlio de Mesquita Filho: ascendência e descendência. **Revista do Instituto Histórico, Geográfico e Genealógico de Campinas.** Número 1. Komedi: Campinas, 2008, pp. 121-128. Disponível em: https://ihggcampinas.org/2019/11/04/julio-mesquita-ascendencia-e-descendencia/. Acesso em: 06 jan. 2023. / **Carolino Motta e Silva.** Prontuário nº 35869. Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP). DEOPSSPC003579.

As convicções políticas de Mesquita, pelo menos em relação à intervenção e manutenção militar iniciadas nos anos 1960, assim como o fervoroso protesto anticomunista, em muito se assemelhavam àquelas alimentadas por alguns membros de sua família. Filha de Júlio de Mesquita, sócio e proprietário do periódico *O Estado de São Paulo,* a "mafista" (vide quadro acima) era irmã de Júlio de Mesquita Filho, pertencente, já na década de 1960, ao Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES).[38] O parentesco de Maria Mesquita é um dos caminhos para a compreensão da presença da associação no periódico, que garantiu espaço destacado ao grupo de mulheres desde suas primeiras movimentações, ainda na década de 1950. No que diz respeito ao lado materno, Maria Mesquita era filha de Lucilla de Cerqueira César, cuja família possuía intensa (e influente) trajetória política no estado de São Paulo. Seu avô, José Alves de Cerqueira César, foi presidente interino do estado entre 1891 e 1892.

Terceira dos doze filhos da família, Maria casou-se aos 21 anos com Carolino da Motta e Silva, proveniente de abastada família de fazendeiros. A confortável situação financeira que gozava fez com que, diferentemente de alguns dos seus irmãos, não dependesse dos rendimentos do Jornal como fonte principal de renda.[39] Ao que parece, também não mantinha interesse em integrar a estrutura administrativa da empresa jornalística. Sendo assim, durante a década de 1940, à época em que o Jornal foi retomado pelo grupo Mesquita, transferiu suas ações aos seus irmãos, Júlio e Francisco.[40] A confortável situação financeira permitia, igualmente, que Maria Mesquita auxiliasse seus familiares em momentos de insegurança. Por exemplo, também durante os anos 1940, foi uma das principais contribuintes da Escola de Arte Dramática (EAD) de São Paulo, fundada pelo irmão Alfredo[41]. Ainda no campo cultural, no mesmo período, disponibilizou-se a patrocinar a revista *Clima*, criada por Alfredo e gerida por nomes de peso como Antônio Candido de Mello e Souza e Décio de Almeida Prado.[42]

Os laços estabelecidos pelos Mesquita possibilitaram que, desde muito pequena, Maria Mesquita mantivesse contato com os ideais e comportamentos da elite paulistana. Assim, intelectuais, artistas, empresários e integrantes das ditas tradicionais famílias do estado sempre

---

[38] O Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) fez parte de um complexo político-militar que aglutinou em seu interior setores diversificados da denominada "elite orgânica" do Estado, representada majoritariamente por empresários e militares. Foi um dos principais articuladores do golpe de estado de 1964 e responsável pela difusão de extensa propaganda anticomunista. Para mais informações, ver a já citada obra do historiador e politólogo René Dreifuss.

[39] GOÉS, Marta. **Alfredo Mesquita:** um grã fino na contramão. São Paulo: Editora Terceiro Nome; Loqui Editora; Albatroz Editora, 2007. p. 135.

[40] Ibidem, p. 174.

[41] Ibidem, p. 203.

[42] Ibidem, p. 145.

marcaram presença nas listas de convidados dos proprietários do *Estadão*. Circunstâncias que, ao que tudo indica, permaneceram sem alterações ao longo dos anos e que, certamente, não deixaram de contribuir para o alcance obtido pelo MAF no período de organização de suas atividades na capital paulista.

Quanto ao Jornal *Estadão*, vale lembrar aqui do quinhão pertencente aos donos do periódico em relação à propaganda em prol do golpe e, pelo menos nos primeiros anos de ditadura, no amplo apoio que concedeu à permanência da "revolução". O projeto editorial do diário paulistano[43] sempre pretendeu deixar em evidência as convicções políticas que nutriu, sobretudo nos períodos relativos à movimentação que antecedeu abril de 1964. "Ator revolucionário de primeira hora", como o denominou Rodrigo Motta, o *OESP* dedicou posição firme em favor do movimento golpista.[44] Como ponderou o historiador Marcos Napolitano, essa é uma característica constituinte do comportamento de muitos jornalistas liberais da grande imprensa que não "hesitaram em aplaudir golpes de Estado e situações autoritárias" quando estas eram justificadas pela retórica da ameaça ao ordenamento social.[45]

Por outro lado, convém mencionar que, durante o período da ditadura, com a escalada da violência e, no âmbito da imprensa, com a institucionalização pragmática do aparato censório, o *OESP* foi alvo da censura prévia. Assim como demonstrou a historiadora Maria Aquino, o Jornal, entre os anos de 1972 e 1975, vivenciou o controle censório nas suas publicações, recebendo, inclusive, a presença diária do censor na sala de redação.[46] Entretanto, tal situação não configurou, como demonstrou Motta, motivo para a ruptura total com a ditadura. Segundo o autor, embora as escalas de atitude do periódico em relação ao governo autoritário tenham sido cambiantes, não se pode concluir que houve resistência do Jornal à ditadura, "no máximo pode-se dizer que o periódico resistiu à censura".[47]

Ao servir de plataforma para que o MAF colocasse à cena pública seus ideais e, do mesmo modo, ao garantir cobertura jornalística a essas mulheres, o *OESP* também não deixava de demonstrar as predileções que possuía em relação ao contexto.[48]

---

[43] Para mais informações sobre as origens e participação política do jornal, verificar: CAPELATO, Maria; PRADO, Maria. **O Bravo Matutino:** imprensa e ideologia: o jornal *O Estado de São Paulo.* São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1980.

[44] MOTTA, Rodrigo Patto Sá. "Entre a liberdade e a ordem": o jornal *O Estado de São Paulo* e a ditadura (1969-1973). **Estudos ibero-americanos**, Porto Alegre, v. 43, n.2, p. 376-379, maio/ago. 2017. p. 369.

[45] NAPOLITANO, Marcos. A imprensa e a construção da memória do regime militar brasileiro (1965- 1985). **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 43, n. 2. p. 346-366, maio/ago. 2017. p. 347.

[46] AQUINO, Maria. op. cit., p. 38.

[47] MOTTA, Rodrigo. "Entre a liberdade e a ordem". op. cit., p. 379.

[48] Além do MAF, outra associação que mereceu destaque no periódico, embora não tão enfatizado, foi a União Cívica Feminina (UCF).

Também cabe destacar que, recentemente, no ano de 2014, o nome de Júlio de Mesquita Filho, diretor do periódico até 1969, figurou nas páginas do relatório final da Comissão Nacional da Verdade (CNV). Nele, reiterou-se a proeminência da responsabilidade do jornalista na articulação do golpe de Estado, o qual também se preocupou em delimitar, segundo missiva assinada por ele e publicada dias após o golpe, determinadas diretrizes que deveriam ser adotadas logo nos primeiros dias da "revolução".[49]

Assinados quase na sua totalidade por Maria Mesquita, os manifestos, discursos e ofícios do grupo publicados no Jornal eram intercalados, geralmente, entre a preocupação com a infiltração subversiva nos meios sociais, os problemas de abastecimento e inflacionários da cidade de São Paulo e as conferências e palestras organizadas em torno de temas variados. Além disso, relatórios de atividades, convites às missas comemorativas da "Marcha" e da "revolução" e às assembleias do grupo também eram comuns entre as publicações do *Estadão*.

Além de Mesquita, outro nome que ganhou destaque nas fileiras do grupo, como se verá ao longo do trabalho, foi o da escritora Maria José Dupré. Nas páginas do Jornal *O Estado de São Paulo,* Dupré foi a responsável por assinar a coluna intitulada "MAF - Carta à mulher brasileira", veiculada nas páginas do caderno *Suplemento Feminino.* Era um espaço que existia no suplemento do diário paulista desde a década de 1950 e que, mesmo sendo assinada por uma única componente do grupo, conforme palavras do MAF, expressava "sempre o pensamento do Movimento".[50] A coluna foi uma maneira encontrada pelo grupo para se aproximar com maior facilidade de seus leitores e, principalmente, de suas leitoras, já que pretendia despender uma linguagem informal, distinta daquela utilizada nos telegramas e manifestos públicos que corriqueiramente eram destinados a figuras públicas da política institucional.[51] Tal tarefa, como já mencionado, foi deixada, a partir de 1964, nas mãos de Maria Dupré.

Nascida na cidade de Botucatu, em 1898, Dupré*,* no início dos anos 1960, já havia se consolidado como uma escritora de renome, principalmente devido aos contos infanto-juvenis que produzira nas décadas anteriores.[52] No rol de sua produção literária ganharam destaque, a título de conhecimento, as obras *O romance de Teresa Bernard* (1941), *A Ilha Perdida* (1944), o *Cachorrinho Samba* (1949) e *Éramos Seis* (1956).

---

[49] BRASIL. **Comissão Nacional da Verdade**. Relatório/Comissão Nacional da Verdade**,** volume II. Brasília: CNV, 2014. p. 317-320.
[50] Personificando o MAF para vocês. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 23 out. 1959. Suplemento Feminino. Ano 5, n. 315, p. 13.
[51] Idem
[52] RIBEIRO, Bianca. O realismo doméstico de Maria José Dupré. **Literatura e Sociedade,** v. 15. n. 14, p. 148-169, 2010. p. 161.

A coluna assinada pela escritora, de tom opinativo e, algumas vezes, espaço de difusão de pequenas crônicas pessoais, expressava em grande parte o perfil social da associação, constituída por mulheres na sua maioria de classe alta, média alta e escolarizadas. Do MAF, conforme se pode depreender das publicações da imprensa, Dupré era participante ativa. No final de 1969, por exemplo, a escritora assumiu o posto de vice-presidente da associação, ao lado de Maria Mesquita.[53]

A presença de Dupré nas páginas do Jornal não era novidade nos anos 1960. Pelo menos desde o final da década de 1930, a autora já possuía conexão com o *Estadão*, colaborando com pequenos textos para outro famoso caderno do Jornal, o *Suplemento Literário*.[54] Durante o corte cronológico deste trabalho, a coluna pertencente ao MAF foi publicada no *Suplemento Feminino* entre os anos de 1964 e 1967. Ao longo desse tempo, foi exclusivamente assinada pela escritora. Embora não possuísse periodização fixa, houve momentos em que persistiu o caráter quinzenal de sua divulgação. A partir de 1967, acompanhando a reformulação gráfica e editorial do *Suplemento Feminino*, a coluna assinada pelo grupo se tornou cada vez mais rarefeita, o que culminou com o término de sua veiculação, em meados do mesmo ano. Dupré, mesmo findada a coluna, ainda continuou figurando nas páginas do periódico, colaborando com algumas crônicas e pequenos textos sem, contudo, vincular seu nome ao da associação paulista.

O sucesso das obras de Dupré, conjugado à posição social de seu marido, Leandro Dupré, permitiu que a autora participasse de eventos e encontros frequentados e promovidos pelas classes tradicionais e abastadas da sociedade paulistana. Embora sempre reconhecida pelo estilo de sua escrita destinada ao público infanto-juvenil, Maria José Dupré também participava de eventos culturais e dedicados à benemerência no estado de São Paulo[55], situação que explica sua proximidade com demais figuras que atuavam na área de filantropia. Sobre isso, cabe destacar que, ainda que amplamente reconhecida no âmbito literário, Maria José Dupré ainda é pouco conhecida em termos biográficos, observação que parece ganhar ainda mais realce durante os anos 1960 e 1970.

Desse modo, seguindo a dinâmica do caso anterior, além das já citadas páginas jornalísticas, utilizei-me de verbetes de dicionários biográficos, reportagens e da própria literatura de Dupré para agrupar informações da autora, as quais, a fim de garantir ao leitor

[53] Apelo do MAF ao governador. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 18 jan. 1969. p. 36.
[54] A morte da autora de Éramos Seis. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 17 maio. 1984. p. 19.
[55] COELHO, Nelly Novaes. **Dicionário crítico de escritoras brasileiras.** São Paulo: Escrituras, 2002. p. 913.

deste trabalho um conhecimento um tanto mais pronunciado de Dupré, considero significativo exibir no quadro a seguir:

QUADRO 2 - Informações biográficas

Maria José Fleury Monteiro Dupré	
Data de nascimento: 02 de maio de 1898	Local de nascimento: Botucatu/SP
Data de falecimento: 15 de maio de 1984 (86 anos)	
Profissão: Escritora	Pseudônimos: Senhora Leandro Dupré/Mary Joseph
Parentesco	Filha de Antônio Lopes Monteiro e Rosa Barros Fleury Monteiro. Irmã de Anna Fleury Monteiro; Guionar Fleury Monteiro; Osvaldo Fleury Monteiro; Zenon Fleury Monteiro; Renato Fleury Monteiro, Raul Fleury Monteiro e Nuno de Barros Fleury. Não possuiu filhos ou filhas.
Cônjuge	Leandro Dupré (1892-1960) Nasceu em 1892. Formou-se em engenharia pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (USP). Casou-se com Maria José Dupré em 1922. Foi membro do *Rotary Club* de São Paulo, no qual também exerceu o cargo de presidente. Foi fundador do *Rotary Club* da cidade de Ribeirão Preto. No início da década de 1940, fez parte da sociedade fundadora da editora Brasiliense ao lado de José Monteiro Lobato e do intelectual Caio Prado Júnior. Faleceu em 1960, aos 68 anos.
Formação	Colégio dos Anjos Escola Normal Caetano de Campos (São Paulo)
Locais de atuação (São Paulo)	Sociedade Paulista de Escritores União Brasileira de Escritores (UBE) Gota de Leite Creche baronesa de Limeira Movimento de Arregimentação Feminina (MAF)

Fonte: Quadro biográfico elaborado pela autora.[56]

solange

Além de Mesquita e Dupré, o MAF contou com inúmeras outras associadas. O foco nos dois nomes acima, como já descrito, explica-se pela frequência que ambos obtiveram nas páginas do material de análise que serviram para a composição deste trabalho.

Após 1964, a linha de atuação do grupo, assim como a de associações similares, persistiu associada à noção de combate ao comunismo.[57] Conforme bem evidenciado pela

[56] O quadro em questão foi elaborado de acordo com o conteúdo presente nos seguintes documentos: **Quem é quem no Brasil** – Biografias contemporâneas. São Paulo: Sociedade brasileira de expansão comercial, 1948. p. 16 /Faleceu o eng. Leandro Dupré. **Diário da noite**, São Paulo, 09 ago. 1960. p. 16/ COELHO, Nelly Novaes. op. cit., p. 913. / Falecimentos. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 16 de mai. 1984. p. 13/ A simples e complexa Maria José Dupré. Disponível em: http://bndigital.bn.gov.br/artigos/literatura-a-simples-e-complexa-maria-jose-dupre/. Acesso em: 06 jan. 2023 DUPRÉ, Maria. **Os caminhos**. São Paulo: Editora Ática, 1978.

[57] SIMÕES, Solange. op. cit., p. 119.

historiadora Solange Simões, a lógica organizativa dessas mulheres, em síntese, pode ser descrita da seguinte forma: "sem ser trabalhadoras, atuavam junto ao movimento sindical; sem ser estudantes, envolviam-se nas disputas do movimento estudantil, secundarista e universitário, e não exercendo mandatos políticos, atuavam como grupos de pressão".[58]

Essa linha programática, como veremos, manteve o MAF bastante próximo das discussões desenvolvidas em núcleos universitários e estudantis. Simultaneamente, operou-se por parte do grupo a constante vigília aos conteúdos difundidos por bens culturais diversos, explícita nos pedidos de censura a, por exemplo, peças teatrais, cinematográficas e televisivas. O controle da mídia e de determinados produtos culturais se caracterizou como um dos pontos de continuidade na atuação do grupo após o início da ditadura, já que desde meados da década de 1950 pressionava os órgãos estatais em prol do controle ou restrição do que considerava atentatório à moral da sociedade, sobretudo da juventude.

O temor do MAF diante da influência comunista sobre a juventude brasileira daquele período considerava, em especial, o impacto que a abordagem a determinados assuntos poderia originar. Por exemplo, falar abertamente sobre sexualidade e instigar questionamentos acerca do modelo familiar podiam ser facilmente assimilados às concepções da esquerda. Nesse sentido, cabe comentar que o campo cultural foi de interesse particular para o regime ditatorial, dentro do qual se pretendia constante disputa em vista da "guerra psicológica" que estaria propugnada por elementos ligados à subversão.[59] No âmbito estudantil, da mesma maneira, o "perigo" era reverberado a partir da denúncia de "infiltrados", que estariam corroendo a mente dos "jovens democratas" e de "boa índole". O MAF, sem antever aqui os resultados encontrados nesta investigação, em muito se apropriou e reverberou essa narrativa.

Por outro lado, também merecem destaque os vínculos de estreiteza estabelecidos entre a associação e quadros diretamente ligados às engrenagens ditatoriais, sejam estes específicos das Forças Armadas ou, ainda, de classes políticas que pertenciam aos órgãos ministeriais.[60] A aproximação das "mafistas" com a Igreja Católica, em particular com figuras da denominada "ala conservadora" da instituição ou conexas a esta, também é aspecto de notoriedade. Se, por um lado, o MAF persistiu no discurso de autodesignação que pretendia retirar a unanimidade

---

[58] Ibidem, p. 10.

[59] NAPOLITANO, Marcos. "Vencer Satã só com orações?": políticas culturais e cultura de oposição no Brasil dos anos 70. *In:* ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha (Orgs.). **A construção social dos regimes autoritários.** Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, p. 145-174, 2010. p. 149.

[60] A aproximação de associações como o MAF com quadros militares e eclesiais é, como constatado pela historiografia da qual trataremos adiante, um ponto recorrente da dinâmica empreendida por essas mulheres nos anos 1960.

em relação aos preceitos religiosos do catolicismo, em direção contrária caminhavam sua atuação e seus posicionamentos. Embora a devoção mariana não tenha sido recorrente nas mensagens publicadas nos jornais durante o período, a presença quase protocolar de membros da hierarquia católica em alguns eventos promovidos pelo grupo, bem como a ritualidade católica estampada por meio da chamada de missas informa a religiosidade sobre a qual construíram suas percepções.

Neste trabalho importa ainda identificar as possíveis oscilações e afastamentos do MAF em relação a determinadas ações do governo ditatorial, trazendo à tona alguns tensionamentos existentes. Isso não implica constatar que o MAF, durante o tempo analisado, tenha rompido de forma brusca com o regime ditatorial, mas no tocante a assuntos específicos, principalmente condizentes à aplicação da censura e aos encaminhamentos econômicos adotados, nutriu divergências e em alguns casos despendeu críticas.

Em suma, a tentativa é de entender a dinâmica do imaginário anticomunista a nível social durante o período de ditadura, partindo de um grupo que, assim como seus congêneres, nutriu vínculos e conexões com quadros diretamente ligados à repressão, com figuras empresariais e do conservadorismo religioso relevantes no contexto e contou com a colaboração propagandística da grande imprensa brasileira, ilustrada de forma mais evidente neste trabalho pelo periódico *O Estado de São Paulo*.

1.2 ASSOCIAÇÕES FEMININAS NOS ANOS 1960/1970

No intento de entendermos o movimento empreendido pelo MAF durante o período ditatorial, é preciso situá-lo como participante de um conjunto de organizações similares, com as quais compartilhou reivindicações, dividiu espaços e nutriu vínculos. Esse movimento nos impulsiona a, mesmo que de forma abreviada, perpassar por alguns trabalhos acadêmicos que se dedicaram à temática, o que, em seguida, abre possibilidades para a percepção das lacunas que o presente estudo se propõe a preencher.

Um dos primeiros trabalhos destinados a tratar tais associações como objetos privilegiados de investigação data, ainda, de meados da década de 1980 e foi desenvolvido pela historiadora Solange de Deus Simões.[61] Preocupando-se em dar ênfase ao que chamou de "papel ativo" das mulheres nos anos iniciais da década de sessenta, Simões deteve o olhar sobre os aspectos fundantes destes grupos, tais como a inserção social, os vínculos que estabeleceram

[61] SIMÕES, Solange. op. cit.

e as campanhas empreendidas. A originalidade do estudo desenvolvido por Simões, além, significativamente, do pioneirismo de sua pesquisa, residiu em realçar a relevância desses movimentos na esfera política de crise institucional e na posterior articulação do golpe, bem como trazer à luz da discussão o caráter de gênero que, neste caso, não aparecia desvinculado do discurso posto à cena pública.[62] As mulheres reunidas nessas associações, dentre as quais está incluído o MAF, apresentavam-se, invariavelmente, como mães de família e donas de casa, colocando o dever da proteção à família cristã, que estaria ameaçada pelo comunismo, como elemento basilar da sua discursividade. Ainda, embora tenha tido como objetivo dar atenção ao conjunto das associações (CAMDE, LIMDE, UCF, MAF, etc.), a análise da pesquisadora manteve predomínio no grupo fundado no Rio de Janeiro; circunstância que pode ser explicada, dada a natureza das fontes arroladas, pela preponderância do material empírico existente sobre tal associação. Cabe destacar também que o estudo de Simões incorpora, na formulação de suas hipóteses e resultados, as contribuições do politólogo e historiador René Dreifuss que, ao ter evidenciado a participação da elite empresarial na "conquista do Estado", identificou os grupos femininos como pertencentes à estratégia propagandística e ideológica do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e do IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática).[63] Foi também o trabalho de Dreifuss o primeiro a localizar a existência de vínculos entre o MAF e a editoria de *OESP*. Para Simões, em consonância com esta vertente analítica, esses grupos, compostos por mulheres da burguesia, serviram às demandas empresariais dos nomes agrupados em ambas as associações de classe. Sobre o MAF, objeto do presente estudo, as considerações foram bastante restritas, circunscritas à incorporação da associação ao conjunto das demais, suas ligações com a diretoria do periódico *O Estado de São Paulo* e, em menor evidência, a algumas poucas atividades realizadas durante a ditadura.

Posteriormente surgiram trabalhos que, tomando como ponto de partida as pesquisas precursoras acima referidas, ampliaram as abordagens e redefiniram algumas posições acerca da participação destas mulheres no golpe e no pós-64. Merecem destaque, inicialmente, os estudos das historiadoras Dharana Pérola Sestini[64] e Aline Alves Presot[65]. Sestini ensejou, primordialmente, em especial a partir da análise da União Cívica Feminina (UCF), avaliar a

---

[62] Idem
[63] DREIFUSS, René. A conquista do estado. op. cit., p. 294.
[64] SESTINI, Dharana Pérola. **A "mulher brasileira em ação":** motivações e imperativos para o Golpe Militar de 1964. 132 f. Dissertação (Mestrado em História Social) - Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.
[65] PRESOT, Aline Alves. **As marchas da Família com Deus pela Liberdade e o golpe de 1964.** Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

influência do catolicismo na configuração das pautas e valores reverberados por esse grupo. Partindo da noção de que havia um "projeto de mulher específico", impulsionado por concepções de feminilidade emanadas pela Igreja Católica, a historiadora enfatizou na luta anticomunista um dos "alicerces da visão de mundo em que se baseou a formação e a ação dos grupos femininos que (pediam) ardorosamente pela intervenção militar."[66] A pesquisadora, entretanto, minimiza a possível continuidade das manifestações políticas da UCF ao longo do período ditatorial, já que, segundo ela, o "perigo comunista" que tanto combatiam no início da década de 1960 "estava bastante distante e devidamente vigiado pela repressão do governo militar".[67]

Partindo de outra linha analítica, assentada nas contribuições da História Política, Aline Presot pretendeu investigar, de forma detalhada, os discursos e simbolismos daqueles grupos e figuras que organizaram as "Marchas da família com Deus pela Liberdade". Nesse bojo, como já conhecido, as associações femininas possuem espaço destacado. Na "comunidade de imaginação"[68] que se construiu ao redor da Marcha, os valores do catolicismo e, por consequência, o anticomunismo, foram primordiais e alicerçados, dentre outros, por parte do empenho vigoroso de setores conservadores da igreja.

Por outro caminho enveredou o estudo desenvolvido por Janaína Martins Cordeiro.[69] O interesse da pesquisadora, mantendo o olhar na discursividade específica de integrantes da CAMDE no pré e no pós-64, objetivou trazer à tona a complexa participação de grupos sociais da direita na dinâmica que deu sustento aos vinte e um anos de ditadura. Seguindo as formulações do campo memorialístico[70], interessada em problematizar a denominada

---

[66] SESTINI, Dharana. op. cit., p. 69.
[67] Ibidem, p. 44.
[68] O termo "Comunidade de Imaginação" mobilizado pela historiadora é derivado dos pressupostos do historiador Bronislaw Baczko. A autora pretendeu chamar a atenção para a eficácia de representações e símbolos que, amealhados e dispostos num sentido uníssono, formataram um modo de pensar comum para muitos setores sociais da elite e religiosos durante o recorte analisado. PRESOT, Aline Alves. op cit., p. 29-30.
[69] CORDEIRO, Janaína. **A Nação que se salvou a si mesma:** entre memória e História, a Campanha da Mulher pela Democracia (1962-1974). 164 f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2008.
[70] Trata-se, como ponderou Cordeiro, de uma memória incômoda, que prefere, por vezes, a manutenção do silêncio a respeito do consenso e consentimento civis formados sobre e durante o governo ditatorial. Ibidem, p. 11-12. Esse silêncio, ainda segundo a historiadora, interfere diretamente na construção memorialística estabelecida sobre a ditadura no período de redemocratização. Ibidem, p. 24. Para estas considerações, a autora se baseou nos pressupostos dos historiadores Daniel Aarão Reis e de Denise Rollemberg. Respectivamente, as seguintes obras: REIS, Daniel Aarão. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000. / ROLLEMBERG, Denise. As trincheiras da Memória. A associação Brasileira de Imprensa e a ditadura (1964-1974). ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha (orgs.). **A construção social dos regimes autoritários:** legitimidade, consenso e consentimento no século XX. Vol 1: Brasil e América Latina. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2008.

"Memória de resistência" construída em torno do regime ditatorial, Cordeiro também deu relevo à estreiteza das relações estabelecidas pela CAMDE com o catolicismo, com os jornais da grande imprensa e meios empresariais,[71] o que, no campo do simbólico, expressava-se pela partilha das "posições políticas e sociais fortemente conservadoras e elitistas e, sobretudo, o forte sentimento anticomunista".[72] Nesses entremeios, a pesquisa permite ainda que observemos o caráter de grupo de pressão adotado pela CAMDE durante o período.

Também interessado em analisar a participação social promovida por um grupo similar está inserido o estudo de Reginaldo Cerqueira Sousa.[73] O historiador, distintamente da literatura anterior, restringiu seu recorte aos anos de ditadura. Empreendendo análise acerca da União Cívica Feminina paranaense, uma das contribuições de Sousa está localizada na conjugação estabelecida entre o comportamento social de determinados grupos civis e sua influência na consolidação do governo autoritário, bem como na dinâmica em torno do sistema de vigilância e de controle construído pela engrenagem repressiva. Outro ponto interessante de investigação de Sousa, particularmente efetivo para este estudo, diz respeito à precedência participativa dessas mulheres no âmbito público, já que muitas figuras que fizeram da UCF um reduto já faziam parte, anteriormente, de associações de caráter caritativo e religioso, como o caso da Liga das Senhoras Católicas, atuante em Curitiba desde a década de 1950.

Do mesmo modo, tendo como recorte o estado do Paraná, pertencente ao campo da Ciência Política, merece destaque o artigo de Adriano Nervo Codato e Marcus Oliveira. Ambos se propuseram a reconstituir historicamente a "Marcha" ocorrida em Curitiba, identificando as características próprias que essas manifestações adquiriram na cidade. Na "marcha curitibana", a União Cívica Feminina do estado desempenhou, em razão do caráter conservador de suas pautas, papel de relevância ao denunciar os riscos à educação representada pela implantação do que se chamou, à época, de "livro único".[74]

Mais recentes são as investigações da pesquisadora estadunidense Margaret Power. A autora, ao expandir as fronteiras do debate, seguindo o fluxo do interesse por investigações de

---

[71] É válido mencionar, no que trata das discordâncias sobre o tema, que a pesquisa de Cordeiro vai de encontro às formulações de Simões e Dreifuss a respeito das motivações políticas das mulheres organizadas nestas associações. Segundo Cordeiro, não podemos investigar a participação das mulheres da CAMDE somente à sombra da postura masculina de membros do IPES. Ibidem, p. 86-92.

[72] Ibidem, p. 36

[73] SOUSA, Reginaldo Cerqueira. **República das mulheres de virtude:** um estudo sobre as bases sociais de apoio ao Governo dos Militares (1964-1985). 219 f. Tese (Doutorado em História) - Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016.

[74] CODATO, Adriano; OLIVEIRA, Marcus. A marcha, o terço e o livro: catolicismo conservador e ação política na conjuntura do golpe de 1964. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 24, n. 47, p. 271-302, 2004.

escala transnacional, procurou evidenciar, em um movimento multidirecional, as influências exercidas pelas associações formadas no Brasil (UCF, CAMDE, LIMDE, etc) e no Chile àquelas de caráter bastante parecido que se ergueram nos Estados Unidos.[75] Em estudo anterior, fruto da sua tese de doutorado, Power havia dado atenção exclusiva ao *Poder Femenino*, associação da direita chilena que, inspirada pelas mulheres brasileiras organizadas na década anterior, participou da campanha de desestabilização e a favor do golpe impetrado contra o governo de Salvador Allende, em 1973.[76]

É no conjunto dessa literatura que pretendo situar este trabalho.[77] À exceção da pesquisa de Solange Simões, que realiza algumas poucas análises relacionadas ao MAF durante o período de ditadura, os outros trabalhos somente o citam de maneira rarefeita.

No que trata do anticomunismo, sobretudo àquele de cunho moral/sexual, observação importante foi realizada pelo historiador Antonio Freitas Brito, responsável também por garantir sustentáculo à contribuição pretendida pelo presente trabalho. De acordo com Brito, a carência do estudo aprofundado acerca das especificidades do anticomunismo reverberado por esses grupos de mulheres durante a ditadura torna o assunto candente para pesquisadores e pesquisadoras.[78] Seguindo por esse caminho, saliento também a recente tese da historiadora Fernanda Moreira, que, de forma consonante com os pressupostos deste estudo, caracterizou, em um brevíssimo comentário, o MAF como um instrumento da "ação psicológica" anticomunista promovida pelo IPES durante o período da ditadura.[79]

Também cabe mencionar que não pretendo, em razão das investigações mencionadas sobre o ocorrido, as quais são destacadas pela maestria e detalhamento, atribuir viés de análise expressiva ao momento da organização das "Marchas". Assim, o ponto de partida deste trabalho

---

[75] POWER, Margaret. Who but a Woman? The Transnational Diffusion of Anti-Communism among Conservative Women in Brazil, Chile and the United States during the Cold War. **Journal of Latin American Studies**, Cambridge, v. 47, n. 1, p. 93-119, 2015.

[76] POWER, Margaret. **La mujer de derecha:** el poder femenino y la lucha contra Salvador Allende, 1964-1973. Santiago: Dirección de Bibliotecas, Archivos y Museos, Centro de Investigaciones Diego Barros Arana, 2008.

[77] Há, ainda, outros artigos sobre o tema que considero relevantes de menção, alguns por se tratarem de reverberações ou ramificações dos trabalhos acima mencionados, cito: CORDEIRO, Janaína. A Marcha da Família com Deus pela Liberdade em São Paulo: direitas, participação política e golpe no Brasil, 1964. *In:* CORDEIRO, Janaína; ROLLEMBERG, Denise (orgs). **Por uma revisão crítica:** ditadura e sociedade no Brasil**.** São Paulo: Saga, 2021. SANTANA, Ediane. Campanha de desestabilização de Jango: as 'donas' saem às ruas. *In:* ZACHARIADES, Grimaldo (Org). **Ditadura militar na Bahia:** Novos olhares, novos objetos, novos horizontes. Salvador: EDUFBA, 2009.

[78] BRITO, Antonio. A subversão pelo sexo: representações anticomunistas durante a ditadura no Brasil. **Varia Historia**, Belo Horizonte, vol. 36, n.72, p. 859-888, set/dez 2020. p. 882.

[79] MOREIRA, Fernanda. **O Partido do Empresariado:** O IPÊS-SP, os empresários paulistas e a construção de consenso na década de 1960. Tese (doutorado) – Escola de Ciências Sociais da Fundação Getulio Vargas, Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais, 2020. p. 321.

se dá logo nos dias seguintes ao golpe, o que não nos impede de estabelecer correlações e menções ao evento ao decorrer da escrita.

Feito esse pequeno sobrevoo acerca das principais obras, cabe dedicar algumas palavras a respeito do que se entende neste trabalho por Imaginário Anticomunista, cerne desta investigação, como também a configuração de sua dinâmica durante o período da ditadura civil-militar brasileira.

1.3 ANTICOMUNISMO, IMAGINÁRIO E AFETOS POLÍTICOS

Conforme salientou a historiadora Carla Rodeghero, o anticomunismo deve ser compreendido nos seus marcos definitórios a partir dos múltiplos prismas que alcança em determinado cenário político-nacional. Trata-se, assim, de uma postura de oposição sistemática não somente ao comunismo ou ao militante comunista de fato, mas também a "tudo que é a ele identificado"; uma oposição que se adapta a diferentes realidades e que é o resultado da soma da maneira de representar o suposto inimigo e das formas que são utilizadas para combatê-lo.[80] A definição de autora em muito se aproxima daquela proposta anteriormente por Luciano Bonet, existente no *Dicionário de Política*:

> [...] Anticomunismo constitui, o mais das vezes, componente fundamental da cultura política difundida, tendo, por isso, uma função importante na integração sócio-política e na legitimação do sistema (mediante, por exemplo, a incondicional aceitação do próprio way of life). Revela-se por isso, extraordinariamente eficaz na prevenção ou isolamento de possíveis movimentos de oposição que se refiram, mesmo que genericamente, ao marxismo e às tradições comunistas.[81]

Bonet, nesta nota definitória, enseja a complexidade do fenômeno, enfatizando o caráter preventivo que o anticomunismo logrou nos acontecimentos políticos ao correr do tempo. Ressaltando essas posições, a historiadora Carla Luciana Silva, ao avaliar elementos do imaginário anticomunista durante a década de 1930, também evidenciou a dinâmica e efetividade que o anticomunismo comporta na legitimação de processos autoritários. Silva, ainda, pretendeu situá-lo na dinâmica de longa duração da política brasileira, enraizado na cultura da direita, cujas marcas iniciais, como demonstrado pela historiografia analisada pela

---

[80] RODEGHERO, Carla. Memórias e combates. op. cit., p. 29.
[81] BONET, Luciano. Anticomunismo. *In:* BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (Org.). **Dicionário de Política.** 11 ed. vol. 01. Brasília: UNB, 1998. p. 35.

autora, podem ser percebidas desde o século XIX.[82] Nesse cenário, enquanto componente do discurso de grupos da direita (ou das direitas, como tem se convencionado designar essa família ideológica em razão de sua heterogeneidade[83]), o anticomunismo é, sem dúvida, fator de reconhecimento comum, especialmente em razão do catolicismo.[84]

É também apontando para as disparidades e heterogeneidade dos grupos que reverberaram o anticomunismo que se projeta o trabalho de Rodrigo Motta. Fruto da tese do autor, trata-se de trabalho de maior abrangência temporal a respeito do fenômeno. Embora publicado há cerca de vinte anos, quando os estudos sobre o anticomunismo ainda estavam nos seus pródromos (ou, talvez, por isso), a tese de Motta tem persistido como ponto de partida para aprofundamentos e redimensionamentos das investigações de pesquisadores e pesquisadoras ao longo das últimas duas décadas. Por exemplo, cabe destacar aqui a divisão estratégica proposta pelo autor para identificar e avaliar as matrizes ideológicas que dão suporte às construções imaginárias anticomunistas no cenário brasileiro. Trata-se, como alertado por ele, de uma tentativa, espécie de tipologia ideal, para explicitar no plano teórico como católicos, nacionalistas e liberais criaram e reproduziram representações sobre um inimigo em comum.[85] Isso não quer dizer, ainda segundo o autor, que as características de cada uma dessas matrizes se configurem de forma monolítica na realidade, segmentadas com precisão. Pelo contrário, compõem um amálgama. Esse aspecto é amplamente visualizado se avaliarmos discursos anticomunistas proferidos durante a ditadura civil-militar, como apontou Rodeghero, já que muitos conteúdos que pareciam específicos de determinada matriz (a autora trabalha com a vertente católica), apareciam comportados por manifestações derivadas de outras procedências.[86]

Ademais, Motta viabiliza a partir do recorte e do material avaliados, tornando hipótese central do seu trabalho, a proeminência do anticomunismo como argumento central para as rupturas democráticas que originaram no país processos de ditadura, como aquele iniciado em

---

[82] SILVA, Carla Luciana. Anticomunismo brasileiro: Conceitos e historiografia. **Tempos Históricos**, Marechal Cândido Rondon, v. 2, n. 1, p. 195-228, mar. 2000. p. 209.

[83] Sobre o termo "direita", no singular, o historiador Daniel Lvovich explicita que se trata de um conceito complexo e elusivo, pois este remete: "[...] a tradiciones políticas muy diferenciadas, a actores políticos de naturaleza enormemente divergente (...) conservadores, neoliberales, nacionalistas, fascistas, entre otros, pueden encuadrarse en el concepto, dando como resultado la coexistencia de sistemas clasificatorios superpuestos y en ocasiones contradictorios". Daí se explica o uso do conceito no plural. LVOVICH, Daniel. Comentarios finales al Segundo Coloquio Internacional "Pensar las derechas en América Latina en el siglo XX". **Nuevo Mundo Mundos Nuevos**, on-line, 2017. Disponível em: http://journals.openedition.org/nuevomundo/71356. Acesso em: 10 jun. 2021.

[84] BOISARD, Stéphane. Pensando as direitas na América Latina: Objeto Científico, sujeitos e temporalidades? **Varia História**, Belo Horizonte, v. 30, n. 52, p. 85-100, 2014. p. 94.

[85] MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Em guarda contra o perigo vermelho. op. cit., p. 42.

[86] RODEGHERO, Carla. Memórias e combates. op. cit., p. 22.

1964.[87] Nas Forças Armadas, por exemplo, a desenvoltura que o anticomunismo galgou após a "Intentona Comunista", ocorrida em 1935, é ilustrativa da chave discursiva persistente nos posicionamentos de militares que orquestraram o último golpe civil-militar.[88]

Sobre isso, um primeiro ponto que merece destaque ao tomarmos o anticomunismo como fenômeno de longa duração diz respeito às indagações sobre o contato estabelecido entre esse imaginário e as mulheres conservadoras e liberais estudadas neste trabalho. A participação dessas mulheres no debate público desde, pelo menos, início da década de 1930, e para as quais as ideias do catolicismo e do conservadorismo pareceram caminhar lado a lado, também torna lícito inferir que as representações anticomunistas já tenham sido facilmente acessadas por elas em períodos precedentes ao início dos anos 60.

Como apontado por Carla Rodeghero, as manifestações anticomunistas, principalmente se levarmos em conta aquelas construídas pela instituição católica, possuem enorme "abrangência espaço-temporal" no solo brasileiro.[89]Do mesmo modo, cabe lembrar, com base no estudo de Rodrigo Motta, que muitas reverberações contrárias ao comunismo no cenário brasileiro, com suas simbologias próprias, já chegaram "prontas" na construção imaginária coletiva no início dos anos 1960.[90] Isso pode ser explicado à medida que, como demonstrou o historiador Marcos Gonçalves, o anticomunismo possuiu certa autonomia ao decorrer do tempo, sendo ecoado até mesmo em momentos de relativa estabilidade em termos políticos e sociais.[91] Enquanto processo histórico, segundo Gonçalves, contou com momentos de arrefecimento, mas nunca deixou de estar em "permanente fermentação" por atores diversos cujas esperanças, expectativas e frustrações garantiam sobrevivência aos elementos que constituíam seu imaginário.[92]

Outro ponto igualmente importante de ser mencionado é concernente ao consenso historiográfico que se refere ao aspecto volátil desta denominação. O "inimigo", comunista, é muitas vezes difuso, turvo, abstrato, difícil de tangibilizar no nível social. Durante a operacionalização do sistema repressivo das ditaduras do Cone Sul, da qual destaco aqui a

---

[87] MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Em guarda contra o perigo vermelho. op. cit., p. 21.
[88] A influência que a "Intentona Comunista" possuiu nas fileiras militares pode ser observada, por exemplo, nos relatos presentes na seguinte publicação: MOTTA, Aricildes (org.). **1964 - 31 de março:** o movimento revolucionário e sua história. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2003.
[89] RODEGHERO, Carla. Memórias e combates. op. cit., p. 21.
[90] De acordo com Rodrigo Motta, muitos elementos pertencentes ao Imaginário Comunista nas décadas de 1920 e 1930 podem ser facilmente visualizados na década de 1980, demonstrando a persistência e eficácia do fenômeno na política. MOTTA, Rodrigo. Em guarda contra o perigo vermelho. op. cit., p. 20.
[91] GONÇALVES, Marcos. Os arautos da dissolução. op. cit., p. 04.
[92] Ibidem, p. 16.

brasileira, essa característica, além de persistir, foi potencializada. Assim, o *outro*, subversivo, identificado sob várias designações (estudantes, sindicalistas, operários, artistas, homossexuais, lésbicas, travestis etc), poderia ser enquadrado na "lógica da suspeição" estatal e, consequentemente, submetido às arbitrariedades e violência repressiva.[93]

Durante as ditaduras civis-militares implantadas a partir dos anos 1960, o anticomunismo configurou traço estrutural da metodologia repressiva, lavrado nos manuais da Doutrina de Segurança Nacional (DSN) e da Doutrina de Guerra Revolucionária (DGR)[94], esta última proveniente direta das práticas militares empregadas nas guerras coloniais francesas.[95] Como mencionou Enrique Serra Padrós, historiador que durante anos se dedicou ao estudo da sistematização do Terror de Estado que compôs a ossatura desses regimes ditatoriais, a construção do "inimigo interno" foi configurada de acordo com as necessidades conjunturais apresentadas. O conceito "inimigo interno", segundo Padrós, foi suficientemente elástico e flexível a ponto de conseguir englobar, de forma permanente, novos alvos. É justamente daí que se depreende a lógica utilitarista da designação, a qual, dentre outros, servia como justificativa para a militarização do Estado e constante restrição de liberdades.[96]

A lógica em torno dos "inimigos internos", no entanto, não foi reverberada somente por setores diretamente ligados às corporações militares.[97] No campo alheio ao das Forças Armadas, alguns grupos, em sua maioria aderentes do processo de ditadura, se projetaram também como "combatentes" anticomunistas após o golpe. Como pretendeu demonstrar o historiador Daniel Samways, a visão em relação ao comunismo e ao comunista durante o período ditatorial foi difundida, por determinados grupos, a partir de sentimentos exaltados de paranoia e medo e cuja engenharia discursiva recortava o mundo no modelo dicotômico que estabelecia os "bons" e os "maus", o "nós" *versus* o "eles".[98]

---

[93] Conforme observou a historiadora Marion Magalhães, a lógica da suspeição durante a ditadura militar brasileira deu base à organização de um sistema repressivo de ordem preventiva, cujo intuito era o de estabelecer vigilância e controle constantes dos setores sociais e que estruturou a denominada *Comunidade de Informações.* MAGALHÃES, Marion. A lógica da suspeição: sobre os aparelhos repressivos à época da ditadura militar. **Revista brasileira de História**, São Paulo, v. 17, n. 34, 1997.

[94] À doutrina citada dedicarei atenção destacada em um dos capítulos desta dissertação.

[95] RIBEIRO, Marcos. Anticomunismo e Inimigo Interno: uma avaliação da Doutrina de Segurança Nacional a partir de sujeitos e manuais da Repressão durante as ditaduras do Cone Sul. **Revista História:** Debates E Tendências, Passo Fundo, v. 19, n. 3, p. 384-401, 2019. p. 388-390.

[96] PADRÓS, Enrique. op. cit., p. 185.

[97] RIBEIRO, Marcos. op. cit., p. 388.

[98] SAMWAYS, Daniel. **Inimigos imaginários, sentimentos reais**: medo e paranoia no discurso anticomunista do Serviço Nacional de Informações (1970-1973). 253 f. Tese (Doutorado em História) - Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009. p. 22.

No caso do imaginário anticomunista de matriz católica, que é o que me interessou de modo mais evidenciado no primeiro capítulo deste trabalho, merecem atenção grupos religiosos ou bastante próximos da Igreja Católica que denunciaram e combateram a campo aberto, de forma contumaz, os "perigos da ameaça vermelha" à ordem e à disciplina moral da população. Recentemente, com mais proeminência na última década, há trabalhos acadêmicos que, sob a ótica da transnacionalidade, têm feito novos apontamentos aos estudos do imaginário anticomunista. Por exemplo, enquanto tradição, o anticomunismo parece ser elemento comum dos países da América Latina. Fato que, conforme explicitado por Stéphane Boisard, diz respeito, dentre outros, às bases católicas sobre as quais foram forjados os preceitos e valores desse território.[99]

No período de ditadura, no cerne do catolicismo leigo ultra conservador e fundamentalista destacaram-se na sua militância anticomunista, por exemplo, a Sociedade Brasileira de Tradição, Família e Propriedade (SBTFP)[100], os intelectuais aglutinados em torno da Revista *Permanência*, cujo expoente foi Gustavo Corção[101]e os escritos da Revista *Hora Presente*. Esses grupos, tendo em comum a aderência ao integrismo, emanavam forte antiliberalismo e antimodernismo. Por outro lado, na diversidade de correntes da Igreja Católica, no campo propriamente institucional, haviam também setores tradicionalistas e conservadores dentro dos quais o anticomunismo possuía acesso prioritário. O que os assemelhava, em termos teóricos, era a hostilidade ao catolicismo "progressista" do período, representado em grande parte por alguns quadros e intelectuais que se colocavam ao redor, por exemplo, da Teologia da Libertação.[102]

Ademais, foram formatados diversos grupos que, associados diretamente ou não aos preceitos católicos, reproduziam-no na cena pública. Caso das associações anteriormente descritas e que neste trabalho é representado pelo MAF. É importante salientar que não se pretende aqui classificar o MAF enquanto um grupo estritamente ligado a esses movimentos ou à institucionalidade religiosa católica, mas posicioná-lo no cenário conservador católico de modo a entender que entre eles houve, além das diferenças, muitas conexões e consonâncias. O MAF foi um grupo de teor filantrópico, atuante nos moldes associativos datados ainda da

---

[99] BOISARD, Stephane. op. cit., p. 94.
[100] ZANOTTO, Gizele. **Tradição, Família e Propriedade (TFP):** As idiossincrasias de um movimento católico. 2007. 294. f. Tese (Doutorado em História Cultural) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.
[101] PAULA, Christiane. Gustavo Corção: apóstolo da 'linha-dura'. Dossiê: Igreja e Estado. **Revista Brasileira de História**, São Paulo**,** v. 32, n. 63, p. 171-194, 2012.
[102] LÖWY, M. **A guerra dos deuses:** religião e política na América Latina. Petrópolis: Vozes, 2000.

década de 1930, o que possibilitou a circulação por diferentes esferas da político-sociais, em variados níveis e conjunturas.

Nesse sentido, também é válido mencionar o trabalho realizado pela pesquisadora Bethânia Mariani, que nos dá largas pistas sobre a lógica da construção do *Outro*, impresso na figura do comunista. Segundo Mariani, que pormenorizou a representação do Partido Comunista Brasileiro (PCB) na imprensa liberal brasileira ao longo de sessenta anos, há uma tradição bastante explícita que tendeu a posicionar o comunista como inimigo social.[103] Assim, a descrição do comunista na imprensa pautou-se, muitas vezes, em um imaginário constituído[104] que, como já mencionado, foi alvo de repetições ao decorrer do tempo, resultado de sua eficácia.

Ou seja, é a partir do imaginário, como propõem Pierre Ansart e Bronislaw Baczko, que se constrói a identidade de determinada coletividade. Em meio às representações criadas, um grupo fixa seus modos de agir e suas regras:

> Toda sociedade cria um conjunto coordenado de representações, *um imaginário* através do qual ela se reproduz e que designa em particular o grupo a ele próprio, distribui as identidades e os papéis, expressa as necessidades coletivas e os fins a alcançar. [...] as sociedades [...] produzem esses imaginários sociais, esses sistemas de representações, através dos quais elas se autodesignam, fixam simbolicamente suas normas e seus valores.[105]

Designar essas identidades e papéis a nível social, segundo as contribuições de Bronislaw Baczko, exige que façamos o estabelecimento de seu "território". Ou seja, que identifiquemos o modo como se comporta determinado grupo diante dos *outros*, sejam eles seus rivais, amigos ou aliados.[106]Nessa designação, espécie de cartografia, cabe perguntar com quem determinado coletivo estabelece seus vínculos, quem são seus inimigos e quais os argumentos utilizados para manter a recusa a determinada ação ou figura política. Nesse sentido podemos entender o que propôs o historiador Ernesto Bohoslavsky, que salientou o fato de que a construção identitária de grupos e figuras que propagam o anticomunismo é relacional. Ou seja, depende, na maioria das vezes, daquilo do que se pensa que o outro é.[107]

---

[103] MARIANI, Bethania. **O comunismo imaginário:** práticas discursivas da imprensa sobre o PCB (1922-1989). 256 f. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, 1996. p. 143.
[104] Ibidem, p. 140.
[105] ANSART, Pierre. **Ideologias, conflitos e poder**. Zahar editores: Rio de Janeiro, 1978. p. 21-22.
[106] BACZKO, Bronislaw. op. cit., p. 309.
[107] BOHOSLAVSKY, Ernesto. op. cit., p. 38.

No caso do MAF, objeto desta pesquisa, o imaginário do grupo não deixou de ser reavivado por preceitos muito caros provenientes dos "territórios" por onde circularam suas integrantes; "territórios" que eram constituídos, sobretudo, pelo discurso proveniente do campo religioso católico, dos grupos empresariais e da agenda militar. Setores que, verificados os seus impactos ao longo da história política nacional, representam, se seguirmos as considerações de Motta, as matrizes ideológicas do anticomunismo.[108]

A identificação do "território" (entendido como o campo responsável pela formação e reprodução do imaginário) será realizada neste estudo a partir dos discursos produzidos e difundidos por veículos da imprensa. São os discursos os responsáveis por reunir, por meio da linguagem, as representações produzidas sobre algo ou alguém. É o discurso que coloca em movimento as representações produzidas e reunidas pelo imaginário de determinado coletivo.[109]

Conforme se movimentam na cena pública, as representações trazem consigo a capacidade de produzir e gerenciar afetos. Assim como expôs Baczko, as representações que formam o conjunto do imaginário estruturam as forças afetivas que, por conseguinte, atuam diretamente sobre a vida coletiva.[110] Tal concepção é ainda mais perceptível nas considerações de Ansart, para quem a dimensão da vida política está intrinsicamente conectada às sensibilidades coletivas.[111] Segundo Ansart, as sensibilidades coletivas são diretamente afetadas pelas múltiplas mensagens, apelos ou dramatizações produzidas no cotidiano da política.[112] A experiência política não deixa de ser constituída por uma gama considerável de sentimentos e emoções, indo, por exemplo, do júbilo à angústia, do ódio à simpatia e/ou da exaltação à indiferença.[113]

A partir dessas afetividades criam-se as imagens de "fantasmas", de possíveis adversários, de representantes da desordem social que conseguem arrastar os indivíduos para uma "ação comum" em torno de seu combate.[114] Como explicita Baczko:

> Os fantasmas revelam-se particularmente eficazes e "funcionais". Correspondem a outras tantas telas de projeção para um mal-estar [...] generalizado que assim se vê

[108] O historiador, ao tratar dos momentos fundacionais da CAMDE, aponta para a presença de representantes das três matrizes ideológicas na estruturação do grupo, "um general, um padre e um empresário". MOTTA, Rodrigo. Em guarda contra o perigo vermelho. op. cit., p. 71.
[109] BACZKO, Bronislaw. op. cit. p. 311.
[110] Ibidem, p. 312.
[111] ANSART, Pierre. A gestão das paixões políticas. op. cit., p. 18.
[112] Ibidem, p. 19.
[113] Ibidem, p. 14.
[114] BACZKO, Bronislaw. op. cit., p. 311.

> dramatizado e ampliado. Servem de *trampolins simbólicos* através dos quais se opera a progressão conjunta dos medos, ódios e esperanças.[115]

As "projeções fantasmáticas" possuem um campo fértil nos imaginários políticos, nos quais "a um só tempo, solicitam as projeções afetivas, as atualizam e são, eles mesmos, tecidos por elas".[116] Desse modo, torna-se também oportuno que, em consonância com a noção de "territórios" do imaginário, enquadremos a associação aqui estudada como *produtora de bens simbólicos emocionais*[117] durante o período da ditadura civil-militar. O MAF, ao atuar em esferas variadas e contando com a propaganda de polos importantes do meio comunicacional, pretendia colocar em jogo apelos emocionais que agiam diretamente na dimensão do campo político, criando "com seus ouvintes uma relação de simpatia", reiterando os vínculos e aguçando as rejeições políticas.[118]

Cabe, diante disso, que façamos os seguintes questionamentos: quais afetos políticos mobilizaram e foram mobilizados pelo MAF para angariar adesões em torno da aversão ao comunismo? Em quais esferas e sob quais argumentos o grupo perpetuou tal discurso na cena pública durante o contexto da ditadura? Ou, ainda, baseando-se em questionamento próprio da obra de Ansart: como determinados agentes sociais intervêm na imposição de um modelo afetivo e como estes influenciam na sensibilidade coletiva?[119]

Por outro lado, administrar as sensibilidades políticas que transitam na esfera pública constitui parte relevante da manutenção e imagem de determinado poder. Os afetos precisam ser reproduzidos com constância e, com eles, o imaginário precisa se movimentar para que obtenha efetividade enquanto "estratégia de manutenção das conformidades políticas".[120] No período ditatorial, como se verá, a reverberação das "projeções fantasmáticas", representadas pela figura do "subversivo", também serviu com certo êxito a esse intuito.

1.4 SOBRE AS FONTES

Ainda que o trabalho historiográfico seja também um trabalho imaginativo, como propôs o historiador francês Antoine Prost, o modo como olhamos para os indícios e vestígios

---

[115] BACZKO, Bronislaw. op. cit., p. 320.
[116] ANSART, Pierre. A gestão das paixões políticas. op. cit., p. 75.
[117] Ibidem, p. 19.
[118] Ibidem, p. 23.
[119] Ibidem, p. 09.
[120] Ibidem, p. 36.

do passado que nos são colocados às mãos exige que tenhamos postura vigilante.[121] Embora saibamos que a nossa escrita não tem o intuito de verter o passado na sua totalidade, requisito que há muito foi abandonado do trabalho realizado pelos historiadores e historiadoras, manejar e questionar as fontes que servem como base da nossa pesquisa é tarefa que demanda método. Tendo isso em vista, é importante tecer algumas breves palavras sobre o processo de construção do *corpus* documental do presente estudo, o qual tem como base empírica fundamental, como anteriormente exposto, material da imprensa escrita.

Neste trabalho, a imprensa é entendida em consonância com as proposições do historiador José D'assunção Barros, ou seja, como instrumento e campo de lutas, no qual a "informação transmitida (...) mescla-se com a elaboração de um discurso, com a comunicação de valores e ideias, com os projetos de agir sobre a sociedade, com a necessidade de interagir com fatores políticos e econômicos".[122] O MAF, na *polifonia*[123] existente nas páginas jornalísticas, adquire, dessa forma, papel de *voz autorizada* para a editoria do jornal, cujo discurso também não está isento de exercer pressões e agir no campo do social.[124]

Seguindo linha parecida, as historiadoras Heloísa Cruz e Maria Peixoto destacam a característica de "força ativa" representada por um meio de comunicação, já que longe de transmitirem somente mensagens e informações (que seriam descoladas das circunstâncias históricas que as envolvem), as linhas escritas em um jornal, dentre outros, articulam valores e comportamentos, criam dissensos e consensos e atuam com intenções de homogeneizar as referências (e o imaginário) de determinada sociedade.[125]

No que diz respeito ao processo de coleta das fontes, este em muito se aproximou daquele da busca por figurinhas na tentativa de completar um álbum, já que se caracterizou por um empenho em recolher informações que dessem conta de, em páginas, excertos e acervos variados, encontrar vestígios que me permitissem aporte para o desenvolvimento do estudo.[126]

---

[121] PROST, Antoine. op. cit., p. 18-19.
[122] BARROS, José D'Assunção. **Fontes Históricas:** uma introdução aos seus usos historiográficos. Petrópolis: Editora Vozes, 2019. p. 183.
[123] Segundo Barros, a *polifonia* existente em um periódico diz respeito à diversidade textual contida em suas páginas, composta por diversos autores e seções. Trata-se de um conceito-chave para o entendimento da complexidade do lugar de produção de um Jornal. Ibidem, p. 219-220.
[124] CRUZ, Heloisa; PEIXOTO, Maria. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. **Projeto História**, São Paulo, n. 35, p. 253-270, dez. 2007. p. 262.
[125] Ibidem, p. 259.
[126] Aqui considero importante mencionar as contribuições inspiradoras do livro *O Jogo da Direita*, de René Dreifuss. O autor, ao narrar parte do seu processo de pesquisa, no qual despendeu 15 meses e perpassou 75 mil páginas de jornais, reforçou a importância da imprensa escrita de grande porte para identificar as conexões e "intrigas" existentes entre figuras e grupos da elite brasileira durante o período do Brasil republicano. DREIFUSS, René. **O jogo da direita.** Petrópolis: Vozes, 1989.

A *fonte de conteúdo*[127] sobre a qual dediquei maior atenção, dado o volume de material encontrado sobre o MAF, foi corporificada pelo Jornal paulista *O Estado de São Paulo.*[128] O *OESP,* ao longo de suas inúmeras seções e cadernos, não poupou tinta ao publicar notícias sobre o grupo, bem como reproduzir opiniões, telegramas, cartas e manifestos assinados pelo MAF. Como o meu intuito é o de investigar a discursividade anticomunista da associação, a opção pela multiplicidade de gêneros textuais jornalísticos (notícias, reportagens, colunas, editoriais, etc.) sem partir de uma clivagem setorial do periódico, foi de grande auxílio na tentativa de angariar aporte para a resolução dos objetivos que apresentei anteriormente.[129]

Por outro lado, como se perceberá ao longo do trabalho, outros periódicos, de forma esporádica, também servirão como aporte deste estudo. A presença da associação nas páginas da imprensa escrita de grande, médio ou pequeno porte, em muito derivado da relevância e dos vínculos que nutria, permitiu que eu localizasse, a partir da pesquisa no painel de busca da Hemeroteca da Biblioteca Nacional, notícias e informações relacionados ao grupo nos seguintes jornais e revistas: *A Tribuna (SP), Diário da Noite (SP), O Jornal (RJ), Jornal do Brasil (RJ), Brasil Urgente (SP), Correio da Manhã (RJ), Cine Repórter (SP).*[130]

Também de forma digital podem ser localizadas as páginas dos jornais *Folha de São Paulo (SP)* [131] e o *Globo (RJ)* [132], periódicos nos quais, assim como os demais listados acima, publicaram notícias e discursos do MAF em edições isoladas.

Tais periódicos foram mobilizados por mim, mesmo que de forma diminuta, com o intuito de refinar e pormenorizar as informações obtidas, o que permitiu um olhar mais apurado sobre a associação. Metodologicamente, a escolha adotada também pretendeu seguir as indicações do historiador Robert Darnton, para quem as dinâmicas específicas da sala de jornalistas e redatores obedecem a determinados padrões que interferem nas mensagens a partir de cortes, alterações e ocultamentos.[133] Ou seja, é preciso levar em consideração que alguns dos

---

[127] Esta expressão foi retirada das formulações metodológicas de José D'assunção Barros. Uma *fonte de conteúdo*, na maioria das vezes, comporta mensagens que para serem entendidas na sua integralidade não necessitam do *suporte* original, sendo dinâmicas no que trata do material e modo como serão reproduzidas. Não seria impeditivo, por exemplo, que os telegramas, ofícios e manifestos do MAF catalogados fossem publicados em outro material suporte, tais como revistas, panfletos, livros ou até mesmo jornais. Cf. BARROS, José. op. cit., p. 52.

[128] **Acervo O Estado de São Paulo**. Disponível em: https://acervo.estadao.com.br/. Acesso em: 21 jan. 2022.

[129] KRILLOW, Letícia. Jornal como fonte e/ou objeto da escrita histórica: proposta metodológica aplicada à análise das representações sobre "o político" na "grande imprensa carioca" de 1955 a 1960. **Oficina do historiador**, Porto Alegre, v. 1 2, n. 1, p. 07-21, jan/jun. 2019. p. 15.

[130] **BN-Digital - Fundação Biblioteca Nacional.** Disponível em: http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/. Acesso em: 26 maio 2022.

[131] **Acervo A Folha de São Paulo**. Disponível em: https://acervo.folha.com.br/index.do. Acesso em: 26 jan. 2022.

[132] **Acervo O Globo**. Disponível em: https://acervo.oglobo.globo.com/ . Acesso em: 26 maio 2022.

[133] DARNTON, Robert. **O Beijo de Lamourette:** mídia, cultura e revolução. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 72-73.

textos jornalísticos aqui submetidos à minha investigação passaram pelo "crivo" dos jornalistas e editores, que nutriram capacidade de realizar cortes e modificações na mensagem original, e que assim o fizeram quando se tornou necessário ou conveniente. Dessa maneira, muitas informações sobre o grupo, ocultas ou inexistentes nas páginas de *OESP*, puderam ser localizadas em publicações de outros jornais, fato que também oportuniza a visualização de outras perspectivas sobre determinado ocorrido.

O fato de os jornais analisados estarem quase que na sua totalidade digitalizados e disponíveis para consulta *on-line* em muito contribuiu ao longo do processo da pesquisa. A praticidade fornecida pelos bancos de dados digitais, a partir da funcionalidade da busca por palavras-chave e datas específicas, garantiu agilidade ao processo de coleta de material. Por outro lado, durante o manejo com a documentação, deparei-me com algumas incongruências que, devido à qualidade das páginas digitalizadas, obstaram a localização de menções à associação. Sendo assim, optei pela busca manual de informações sobre o grupo, "folheando digitalmente" os periódicos. Também com o intuito de driblar as possíveis falhas do sistema de busca, recorri à procura de palavras-chave consideradas pertinentes, como o nome de integrantes, locais e eventos específicos.[134]

A única exceção periódica quanto à existência em caráter digital diz respeito à revista *Hora Presente,* disponibilizada para consulta local no acervo da Biblioteca Pública do Paraná (BPP). Publicada a partir de 1968, a revista foi selecionada por ter se configurado como um recôndito difusor das reivindicações de representantes do integrismo católico do período, as quais teciam aproximações com o conteúdo das pautas morais difundidas pela associação aqui estudada. Ao longo das edições, também pude localizar algumas menções ao MAF na revista.

Para além das páginas da imprensa, cabe mencionar que este trabalho se valeu, ainda que de forma circunstancial, de documentação existente nos acervos do Arquivo Nacional (SIAN) e do Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP). Produzidos por organismos estatais, tratam-se de documentos que carregam a capacidade de evidenciar ações do grupo alheias àquelas publicizadas pela imprensa, bem como permitem avaliar a visão ditatorial construída a respeito da associação. Ou seja, trazem à tona vestígios que ora reiteram informações e dados divulgados pela tinta dos periódicos, ora abrem caminhos para questionamentos até então desconsiderados a respeito da trajetória do grupo. A pesquisa realizada no APESP, já na fase intermediária da escrita do trabalho, foi realizada *in loco*, o que

[134] KRILLOW, Letícia. op. cit., p. 16.

permitiu não somente contato com material ainda não digitalizado pela instituição, como também ofereceu subsídios para o aprimoramento da busca de documentação disponibilizada no acervo digital do Arquivo[135], que abriga, sobretudo, número considerável de arquivos pertencentes ao DEOPS/SP.[136]

Por fim, cabe reiterar que não se trata de avaliar a recepção do imaginário anticomunista difundido por esse grupo no meio social da época, dinâmica que me levaria a outros questionamentos e aportes metodológicos, mas sim de esquadrinhar o modo como este foi configurado, estabelecendo, nesse conjunto, as conexões, alinhamentos e tensões existentes entre a associação e demais figuras proeminentes do contexto, e para a qual a imprensa se torna fonte essencial.

1.5 ESTRUTURA DO TRABALHO

Este trabalho está segmentado em três capítulos. No primeiro, dedicamos atenção aos vínculos e diálogos estabelecidos entre o MAF e figuras e grupos católicos conservadores do período. Pode-se dizer, como se verá adiante, que a associação de mulheres encontrou respaldo argumentativo e nutriu afinidade com setores diversos vinculados à esfera religiosa católica, nos quais o anticomunismo figurou como elemento de similaridade. Do mesmo modo, pretende trazer à tona as facetas do imaginário católico anticomunista construído e reverberado pela associação que, desde os primeiros momentos, foi canalizado em prol de elementos da dinâmica autoritária que se construiu ao longo do período de ditadura. Por fim, tendo em vista a complexa teia que configurava a estrutura da Igreja Católica, o capítulo intenciona demonstrar como as

---

[135] **Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP)**. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/web/. Acesso em: 25 abr. de 2023.

[136] Embora seja amplamente conhecido pelo seu funcionamento durante o período ditatorial iniciado em 1964, o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) teve suas raízes na década de 1920. Criado em 1924, o DOPS surgiu com o intuito de reprimir e vigiar aqueles e aquelas que, diante da ótica governamental, atentariam contra a ordem política e social, como foi o caso, naquele contexto, do movimento de trabalhadores organizados que tomou as ruas de diversas cidades do país. Enquanto organismos pertencentes ao aparato repressivo, os DOPS espraiaram-se pelos estados brasileiros, vinculando-se a dinâmicas autoritárias específicas desenvolvidas no cenário nacional e que foram evidenciadas durante o período do Estado Novo (1937-1945) e da última ditadura brasileira (1964-1985). A partir de 1975, em São Paulo, passou a ser denominado de DEOPS (Departamento Estadual de Ordem Política e Social). O DEOPS/SP foi extinto em 1983 por um decreto assinado pelo então presidente general Ernesto Geisel. Essas e outras informações sobre o organismo podem ser verificadas no seguinte trabalho: AQUINO, Maria; MORAES, Letícia; MATTOS, Marco Aurélio; SWENSSON JR, Walter (Orgs). **O dissecar da estrutura administrativa do DEOPS/SP -** Anticomunismo: doença do aparato repressivo brasileiro. Dossiês DEOPS/SP: radiografias do Autoritarismo Republicano Brasileiro, vol. 3. Imprensa oficial do Estado: São Paulo, 2002. p. 17-22.

"mafistas" se comportaram diante daqueles religiosos que agiram no sentido contrário à linha de pensamento hegemônico e tradicionalista, os quais geralmente eram carimbados com o selo de "subversivos".

No segundo capítulo, o objetivo é o de verificar a aproximação do grupo com a máquina estatal. Tal proximidade possibilitou que muitas integrantes entrassem em contato direto com as doutrinas militares, que foram difundidas à associação pelos próprios membros do alto escalão ditatorial. Ainda, o capítulo se propõe a deslindar determinadas estratégias militares que pretenderam englobar, em um contexto de "guerra psicológica", as atividades das associações cívicas de São Paulo. Ademais, homenagens e comemorações realizadas ao longo do corte cronológico aqui exposto, bem como alguns tensionamentos do MAF com os rumos ditatoriais também estão no radar de investigação deste capítulo.

Finalmente, o terceiro e último capítulo, que surge como desdobramento dos anteriores, apresenta o intuito de esquadrinhar a linha de atuação do MAF tendo em vista duas esferas majoritárias: as fileiras educacionais e o campo artístico-cultural. Munidas da discursividade pautada na "infiltração comunista", da qual emergiu com proeminência a preocupação com a "mente" da juventude, as mulheres congregadas no MAF pretenderam interferir na vida escolar e universitária, pressionando o governo ditatorial na aplicação de políticas educacionais. No campo das artes e dos meios de comunicação, estabeleceram sua ação a partir, principalmente, do apelo à prática censória, cuja justificativa residia na já bastante conhecida "defesa da moralidade e dos bons costumes", supostamente em perigo em face dos intentos praticados pelos representantes do Comunismo Internacional.

2 "A MÁQUINA DE FERRO" E A "REVOLUÇÃO": O MAF E A ESFERA RELIGIOSA CATÓLICA CONSERVADORA

> Se um bispo disser: amo o Brasil e quero a desordem e um soldado disser: amo o Brasil e quero a ordem, eu direi: cale-se o bispo e fale o soldado.[137]

Maria José Dupré, em 1964, por meio da coluna que levava sua assinatura no Jornal *O Estado de São Paulo*, deixou à vista dos leitores e leitoras uma das estratégias utilizadas pelo Movimento de Arregimentação Feminina para fazer com que as pautas e reivindicações do grupo ganhassem visibilidade no espaço público: o envio de telegramas, ofícios e manifestos. De acordo com Dupré, as mensagens eram vistas por uma gama considerável de pessoas, adquirindo capacidade de alcance muito além daqueles e daquelas a quem de fato se destinavam e, por isso, configuravam o "tudo" da associação, pois eram investidas de uma espécie de "força", representativa da "democracia" e do "futuro".[138] Uma quantidade significativa de membros religiosos católicos, militares pertencentes às diversas hierarquias das Forças Armadas, deputados, governadores, vereadores e outras tantas figuras públicas do período foi alvo de interpelações, elogios e contestações existentes nos telegramas e ofícios difundidos pelo Movimento de Arregimentação Feminina.[139]

No que concerne especificamente ao setor religioso, por intermédio dos Jornais é possível perceber diálogos que expressavam a afinidade do grupo com nomes relevantes do campo católico conservador durante os anos ditatoriais, fossem estes ligados diretamente à hierarquia eclesial ou a associações leigas da sociedade civil. Tratava-se de uma rede relacional que, em âmbito geográfico, abrangia territórios diversos da esfera social e política. Ou seja, não estava circunscrita somente a São Paulo, mas abarcava todo o Brasil. Neste capítulo, a partir da investigação de tais gêneros textuais, e sem deixar de lado a dinâmica empreendida pelo grupo no que trata da trajetória do regime autoritário desde os primeiros dias após deflagrado o golpe, o intuito é o de investigar as aproximações do MAF com o imaginário católico anticomunista, enfatizando o modo como se apropriaram do discurso católico enquanto instrumento para pressionar as políticas implementadas pelo governo ditatorial. Investigar tais características

---

[137] Trecho retirado da conferência sobre "o papel da igreja na problemática da subversão na América Latina", pronunciada por D. José Pedro Costa, arcebispo-coadjutor de Uberaba, na Escola Superior de Guerra (ESG). A hora do soldado. **Hora presente,** São Paulo, ano 3, n. 08, jan. 1971. p. 17.

[138] DUPRÉ, Maria. MAF - Carta à mulher brasileira: Um trabalho de formigas: MAF. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 13 mar. 1964. Suplemento Feminino, ano 10, n. 543, p. 12.

[139] Como demonstra a historiografia, o envio de telegramas e ofícios era *modus operandi* dos grupos femininos do período.

permite que, pelo menos de forma esquemática, como propôs Bronislaw Baczko, as redes de significação do trabalho imaginário fiquem em evidência, expondo quem configurava os inimigos e amigos no plano do real.[140] Nesses meandros, busca-se trazer à baila elementos que configuraram o pensamento conservador, alicerce fundante do *ethos* desta associação.

2.1 CATÓLICAS, CONSERVADORAS E ANTICOMUNISTAS

Conforme apontou o historiador Stéphane Boisard, o catolicismo pode ser considerado uma "identidade comum" compartilhada por parte substantiva das direitas latino-americanas no século XX. Responsável, ainda segundo o historiador, por impregnar uma visão de mundo carregada de símbolos, mitos e imagens na esfera pública, a identidade religiosa católica obteve, sem dúvida, papel de extrema relevância na configuração do anticomunismo no continente americano.[141] Os argumentos anticomunistas alcançaram muitos daqueles que compartilharam da fé católica e, consequentemente, serviram como suporte do imaginário de infindáveis grupos e associações arregimentados sob o crivo dessa religiosidade.[142]

No Brasil, de forma específica, ao longo do século XX, conforme demonstrou a historiadora Carla Rodeghero, o combate ao comunismo transformou-se em componente vital dos discursos e práticas da Igreja Católica.[143] Não à toa, foi a Igreja Católica que durante esse período corporificou a instituição não estatal que empenhou o maior embate contra o "inimigo comunista".[144] A adesão angariada pelo catolicismo a nível social ao correr da trajetória da cultura política brasileira permitiu que o combate ao comunismo propalado pela instituição conseguisse alcançar os fiéis por múltiplos e profícuos canais. Por exemplo, posicionamentos de religiosos em homilias, solenidades, jornais, programas radiofônicos, material panfletário e cartas pastorais eram instrumentos eficazes para difundir a versão da Igreja sobre os perigos e o avanço dos "vermelhos".[145]

---

[140] BACZKO, Bronislaw. op. cit., p. 312.
[141] BOISARD, Stéphane. op. cit., p. 93-94.
[142] Conforme mencionou Motta, no Brasil muitas entidades e associações foram criadas com o intuito de aproximar os quadros leigos das fileiras da igreja católica, como foi o caso, por exemplo, da Ação Católica, dos Círculos Operários e das Congregações Marianas. Ao longo do tempo, foram associações que não deixaram de ser mobilizadas a favor do proselitismo anticomunista. MOTTA, Rodrigo. Em guarda contra o perigo vermelho. op. cit., p. 51.
[143] RODEGHERO, Carla Simone. Religião e patriotismo: o anticomunismo católico nos Estados Unidos e no Brasil nos anos da Guerra Fria. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 22, n. 44, p. 463-488, 2002. p. 480
[144] MOTTA, Rodrigo. Em guarda contra o perigo vermelho. op. cit., p. 42.
[145] RODEGHERO, Carla. Religião e patriotismo. op. cit., p. 466.

De acordo com o historiador Marcos Gonçalves, o comunismo passou a fazer parte das preocupações no interior do catolicismo ainda no século XIX. Preocupação ilustrada, em primeiro lugar, pela divulgação das encíclicas dos papas Pio IX e Leão XIII, denominadas, respectivamente, de *Quanta Cura* (1864), *Quod Apostolici Muneris* (1878) e *Rerum Novarum* (1891).[146] Houve, ainda, a *Divini Redemptoris* (1937), escrita pelo Papa Pio XI, preocupada em condenar com veemência "o comunismo ateu" que, dentre outros, estava permeado por "erros e sofismas", e era considerado subversor da ordem social e do caráter sagrado da vida humana, do matrimônio e da família.[147]

Devido à conformação hierárquica da instituição, historicamente submissa aos desígnios do papado romano, as representações anticomunistas persistiram no ensinamento dos membros do clero brasileiro[148], aparecendo com constância nos discursos católicos dos anos 1960/1970, que é o que nos interessa nesta pesquisa. Em linhas gerais, visto que o tema será alvo de aprofundamento ao longo deste capítulo, a crítica ao comunismo, desde suas primeiras aparições, na vertente católica, baseava-se na propagação de um ideal de que os comunistas preconizavam "um regime sem Deus (anticlerical), sem propriedade, sem pátria, sem família".[149]

Durante a ditadura civil-militar brasileira, persistiu a já comentada complexidade e heterogeneidade inerente à configuração da Igreja, demarcada por conflitos, tensões e divergências. Conforme mencionou Paulo Gomes, embora a produção acadêmica sobre o período tenha primado por investigar a atuação dos católicos no movimento de oposição ao terrorismo de Estado[150], houve membros do clero católico que expuseram com dedicação a sua

---

[146] GONÇALVES, Marcos. **As tentações integristas.** Um estudo sobre as relações entre catolicismo e política no Brasil (1908- 1937). 364 f. Tese (Doutorado em História) - Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009. p. 178.

[147] PIO XI. Divini redemptoris: sobre o comunismo ateu. **Libreria Editrice Vaticana**. Disponível em: https://www.vatican.va/content/pius-xi/pt/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_19370319_divini-redemptoris.html. Acesso em: 25 maio 2022.

[148] MOTTA, Rodrigo. Em guarda contra o perigo vermelho. op. cit., p. 49.

[149] RODEGHERO, Carla. Memórias e combates. op. cit. p. 151.

[150] A perspectiva de Terror de Estado (TDE) utilizada por mim está baseada nas considerações do historiador Enrique Serra Padrós. O Terrorismo de Estado, como pontuou Padrós, trata-se de uma modalidade repressiva característica de regimes ditatoriais implantados no Cone Sul a partir da década de 1960 e que se manifestou por meio de um conjunto vasto de mecanismos coercitivos, de repressão e de controle. O TDE possuiu como um dos elementos matriciais de sua existência o combate irrefreado ao "inimigo interno". Não se restringiu à repressão física ou psicológica operacionalizada pelo Estado, mas pretendeu abranger toda a sociedade, incorporando-se às relações cotidianas. Em suma, as práticas do TDE iam desde a difusão de uma "cultura do medo" a nível populacional até as práticas clandestinas como, por exemplo, o sequestro, tortura, execuções sumárias e desaparecimentos forçados. PADRÓS, Enrique. ***Como el Uruguay no Hay…* Terror de Estado e Segurança Nacional. Uruguai (1968-1985): do *Pachecato* à Ditadura Civil-Militar.** 434 f. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005. p. 32-35.

simpatia em relação ao regime autoritário.[151] Naquele contexto, vale dizer, algumas figuras conservadoras pertencentes à institucionalidade católica viam com insatisfação os recentes debates engendrados no interior da Igreja, debates que haviam ganhado ênfase a partir do Concílio Vaticano II (1962-1965).[152]

Em linhas gerais, grande parte das críticas do clero conservador tinham destinatário fixo: o movimento "progressista" que desde os finais da década de 1950 ganhava corpo no interior do catolicismo. Era um movimento que primava por ideais vinculados à justiça e igualdade social; ideais que não se difundiram somente no Brasil, mas em outros países pertencentes à América Latina.[153] Para alguns membros do clero e, também, para determinados católicos do laicato, o crescimento dessa "esquerda católica" foi entendido como resultado da "mais recente ofensiva de Moscou, que pretendia dividir e enfraquecer a Igreja".[154]

A classificação proposta pelo sociólogo Michael Löwy permite que tenhamos, mesmo que de forma sintetizada, uma imagem da configuração católica das décadas de 60/70. Segundo o autor, pelo menos quatro tendências dominaram o pensamento do catolicismo latino-americano no contexto: 1) um grupo muito pequeno de fundamentalistas, ultra reacionários e cujos ideais se aproximavam do fascismo, como foi o caso da TFP; 2) uma corrente conservadora e tradicionalista, hostil à Teologia da Libertação[155] e ligada às classes dominantes; 3) uma corrente reformista e moderada, defensora dos ideais dos Direitos Humanos e apoiadora de certas demandas sociais e, por fim, 4) minoria pequena, mas influente, de radicais simpáticos à Teologia da Libertação.[156]

No complexo "campo de batalha" que constituía as relações internas e externas da Igreja Católica durante os anos ditatoriais, o MAF se posicionou ao lado daqueles quadros cujos discursos reverberavam, com fervor, o anticomunismo, posicionando-se à direita do espectro político do campo religioso. Ou seja, ao lado de padres, bispos e cardeais pertencentes ou muito

---

[151] GOMES, Paulo. **Os bispos católicos e a Ditadura Militar:** a visão da espionagem. Editora Record: São Paulo, 2014. p. 14-17.
[152] Nas palavras de Gomes, foi o Concílio Vaticano II que "pôs a questão da justiça social e dos Direitos Humanos em primeiro plano. Esse concílio foi, certamente, uma das mais amplas reformas da história da Igreja". Ibidem, p. 37.
[153] LÖWY, Michael. A guerra dos deuses. op. cit. p. 56.
[154] MOTTA, Rodrigo. Em guarda contra o perigo vermelho. op. cit., p. 48.
[155] A Teologia da Libertação (ou Cristianismo da Libertação como prefere denominá-la Michael Löwy) é "um corpo de textos produzidos a partir da década de 1970 mas cuja *práxis* remonta de um vasto movimento social surgido a partir do início dos anos 1960 na América Latina". Caracterizou-se como um movimento de reflexão religiosa e espiritual e, como pontuou o sociólogo, prezava, dentre outros, pela Justiça Social, priorizava a crítica ao capitalismo e enfatizava a luta pelos pobres, estes encarados como os sujeitos de sua própria libertação, em detrimento da concepção de caridade que era difundida nas fileiras da Igreja. LÖWY, Michael. op. cit. p. 56-60.
[156] LOWY, Michael. op. cit., p. 66.

próximos da ala conservadora e, como já mencionado, de alguns dos denominados "intelectuais do catolicismo integral", difusores de ideais fundamentalistas. Na perspectiva das mulheres arregimentadas no MAF, o campo "progressista" religioso, assim como as demais esferas sociais, estava inundado pela "ideologia subversiva" e, sendo assim, deveria ser controlado e vigiado. O MAF, cabe dizer, não era somente atingido pela campanha anticomunista católica, era também produtor e espécie de "caixa acústica" de alguns elementos discursivos do imaginário católico a respeito do comunismo e do comunista e cujos argumentos foram utilizados para pressionar o regime ditatorial quanto às ações tomadas em relação a esse "problema".[157]

Durante a leitura e análise das fontes, pude localizar, ao folhear as páginas dos jornais, trocas de correspondências e comentários que envolveram diálogos com desde os mais "moderados" até os mais "ferrenhos" (que defendiam abertamente e com entusiasmo o recrudescimento das ações autoritárias). O que se notou foi a presença recorrente da visão da figura do comunista, para as mulheres aglutinadas na associação, como corruptos (assaltantes dos cofres públicos), traidores da pátria (infiltrados à mercê, principalmente, da Rússia soviética) e destruidores da moralidade cristã (evidenciado, com especial ênfase, na corrosão moral da juventude).

Essa concepção acerca do comunismo, segundo Solange Simões, além de refletir o vínculo estreito dessas mulheres com a fé católica, deixava transparecer um forte sentimento de medo no que diz respeito à escalada da ideologia comunista.[158] Não se pode, contudo, aferir em quantificação exata qual o real espaço obtido pelo medo nessa conformação, até porque muitas vezes a manipulação fazia com que o medo, embora também propagado com sinceridade[159], fosse objeto precioso das disputas e objetivos de determinados grupos que se apresentaram no cenário político ao longo do tempo.[160]

Sobre isso, o historiador Ernesto Bohoslavsky aponta para questões interessantes. Ao investigar a atuação, de forma simultânea, de grupos devotados ao anticomunismo no Brasil e na Argentina, Bohoslavsky menciona que o anticomunismo, em muitos casos, despendeu

---

[157] Como bem indicou Dharana Sestini ao tratar da UCF em São Paulo, a luta anticomunista encontrou importante alento junto das mulheres católicas, que buscaram construir um amplo arcabouço de argumentos utilizados na construção de um imaginário social de apoio ao governo ditatorial. SESTINI, Dharana. op, cit., p. 62-63.
[158] SIMÕES, Solange. op. cit., p. 53.
[159] Segundo Rodrigo Motta, essa se trata de uma discussão complexa quando analisamos grupos que empreenderam a denúncia e ação anticomunistas. De acordo com o autor, "houve grupos e indivíduos (não sinceramente fanáticos) que sinceramente acreditaram na existência de um risco real. Mobilizaram-se e combateram por temor que os comunistas chegassem ao poder". MOTTA, Rodrigo. Em guarda contra o perigo vermelho. op. cit., p. 18.
[160] Ibidem, p. 184.

práticas e alcançou dimensões preventivas claramente desproporcionais diante das capacidades e intenções reais dos comunistas. Segundo o autor, isso é um ponto chave para colocar questionamentos acerca da intensidade que adquiriu a pregação anticomunista sob regimes ditatoriais, em que qualquer iniciativa política de grupos pertencentes à esquerda estava desmantelada. O medo, nessa chave interpretativa, pode ser um fator de entendimento para a prática anticomunista, mas não pode ser considerado o único, já que estavam em jogo cargas ideológicas diversas que tornavam complexo o cenário político e social.[161]

A esse respeito, não podemos esquecer, no caso do MAF, da ligação de proximidade desta associação com um grupo cuja propaganda anticomunista trabalhou em prol de interesses de classe bastante específicos, caracterizado pela defesa assídua do *status quo*. Olhando por outro ângulo, mas na mesma direção, a simpatia e adesão que renderam ao regime ditatorial, cuja justificativa central estava baseada no combate à "ameaça vermelha", também nos dão pistas para colocar ponderações a respeito do medo como elemento central do ímpeto de atuação dessas mulheres. Feitas essas colocações, sem correr o risco de cair em reducionismos ou generalizações, empresto para este trabalho as palavras de Carla Rodeghero que, ao analisar o anticomunismo católico nas suas manifestações no Rio Grande do Sul durante os anos 1930 e 1940, abordou a questão tendo em vista a presença, no construto desse imaginário, de "medos induzidos e certo espaço para os espontâneos".[162]

No que trata do conceito de conservadorismo que, como visto, será amplamente utilizado neste trabalho, recorro, em primeiro lugar, à definição do autor britânico Andrew Heywood. O conservadorismo, na visão de Heywood, deve ser entendido como uma ideologia política cujo elemento central é o "desejo de conservar que se reflete em uma resistência à mudança ou, ao menos, uma desconfiança em relação a ela".[163] O apego das "mafistas" às tradições cristãs ocidentais, que estariam, como veremos, constantemente ameaçadas pelas mudanças provenientes do suposto ascenso comunista, reflete um aspecto primordial no entendimento da noção que guiou suas atividades públicas no recorte aqui estabelecido.

A "revolução de 1964" defendida pelo MAF, nessa linha interpretativa, no lugar de realizar mudanças estruturais na sociedade deveria atuar na direção inversa, estabelecendo-se, dessa maneira, um regime de "contra investida". É no estudo de tais argumentações que trabalhou Albert Otto Hirschman, autor alemão que dedicou uma de suas obras à investigação

---

[161] BOHOSLAVSKY, Ernesto. op. cit., p. 38.
[162] RODEGHERO, Carla. Memórias e combates. op. cit., p. 62.
[163] HEYWOOD, Andrew. **Ideologias Políticas**: do Liberalismo ao Fascismo. São Paulo: Editora Ática, 2010. p. 75.

da retórica utilizada por teóricos do conservadorismo ao longo dos séculos.[164] Segundo Hirschman, o que importa para a lógica conservadora é aplicar a estratégia da "lei do não-movimento". Ou seja, negar as mudanças ou os esforços favoráveis às mudanças, em prol, muitas vezes, da manutenção do *status quo* e da defesa do caráter divino e providencialista que regeriam as leis de determinada sociedade. Para evidenciar esse ideal, Hirschman utiliza como exemplo o clássico e paradoxal aforismo de Giuseppe de Lampedusa[165]: "Se queremos que tudo continue como está, é preciso que tudo mude".[166]

Outro autor que se dedicou ao estudo do conservadorismo foi o sociólogo húngaro Karl Mannheim. Em um de seus escritos, Mannheim pretendeu enumerar as principais características existentes no comportamento dos conservadores alemães da primeira metade do século XIX. Utilizando-se de abordagem que denominou de "sociologia do conhecimento"[167], o autor propõe que entendamos o conservadorismo à luz de um amplo processo histórico, sem, no entanto, negar os efeitos que determinadas circunstâncias imediatas possuem no conjunto de "atitudes" que acompanham esse "estilo de pensamento"; como também sem deixar de lado os portadores sociais desse pensamento.[168]

Mannheim identifica em sua análise (que resgata algumas discussões provenientes dos críticos da Revolução Francesa e do Romantismo) elementos da morfologia do conservadorismo moderno, dentre os quais cabe citar os temas da liberdade; a defesa da propriedade privada; a justificativa essencialista (natural ou divina) da desigualdade social e, também, o retorno discursivo ao passado. Sobre esse último item, já comentado anteriormente, Mannheim aponta que "o conservador vê o presente como o último ponto alcançado pelo passado"[169] e indica que "ver as coisas autenticamente como um conservador é experimentar os acontecimentos em termos de uma atitude derivada de circunstâncias e situações ancoradas no passado."[170] Trata-se, por isso, ainda conforme ponderou o sociólogo, de uma estrutura de

---

[164] O autor, para chegar às fundamentações da sua tese, a qual denomina de futilidade, analisa os argumentos centrais de obras de pensadores que se destacaram pela postura conservadora. São eles: Alexis de Tocqueville, Edmund Burke, Joseph de Maistre e, na Itália dos séculos XIX e XX, Vilfredo Pareto e Gaetano Mosca. HIRSCHMAN, Albert Otto. **A retórica da intransigência:** perversidade, futilidade, ameaça. São Paulo: Companhia das letras, 1992.

[165] Giuseppe Tomasi de Lampedusa foi um escritor italiano nascido no século XIX. Pertencente à aristocracia, tornou-se mundialmente conhecido por meio da obra "O Leopardo", romance no qual está situado o aforismo acima citado. Na década de 1960, a obra foi adaptada para o cinema pelo diretor Luchino Visconti.

[166] HIRSCHMAN, Albert Otto. **A retórica da intransigência.** op., cit., p. 44.

[167] MANNHEIM, Karl. **O pensamento conservador**. MARTINS, josé (Org). Introdução crítica à sociologia rural. São Paulo: Editora HUCITEC, 1986. p. 77

[168] Ibidem, p. 78

[169] Ibidem, p. 123

[170] Ibidem, p. 126

pensamento consciente e reflexiva (correspondente à vida social e política) que tende a apresentar posição bélica em relação a novas e diferentes formas de viver e pensar que surgem no âmbito social.[171]

Mais recentes são as considerações de Robert Nisbet, sociólogo estadunidense. Perceptivelmente inclinado ao pensamento conservador, Nisbet enfatiza o aspecto ideológico do conservadorismo, classificando-o como uma das três principais ideologias originadas nos últimos séculos no ocidente.[172] Recorrendo às obras de Edmund Burke (reconhecido por fundar as bases do conservadorismo moderno devido à sua posição contrarrevolucionária diante dos acontecimentos da França de 1789), Nisbet pretendeu traçar o que denomina de anatomia dessa ideologia, apresentando suas "fontes" e "dogmática".[173] Há, no cerne do pensamento conservador, para além das características mencionadas anteriormente, um forte apelo fatalista, cujo estatuto final desemboca em uma percepção desastrosa em face de acontecimentos que visem modificar determinadas instituições sociais, tais como a divisão estabelecida de classes sociais, a igreja e a família.[174] Daí advém, por exemplo, a importância que o conservadorismo lança à religião e à moralidade cristã[175], entendidas, na maioria dos casos, como a "pedra angular do Estado e da sociedade".[176]

Há ainda, no âmago de determinadas correntes do conservadorismo, uma aproximação ou inclinação ao caráter autoritário do Estado, fato oportuno para pensarmos a atuação de grupos conservadores no âmbito de um governo ditatorial, como foi aquele sistematizado no Brasil dos anos 1960. Conforme pontuou Andrew Heywood, ainda que muitos conservadores apontem para a ambição democrática de seus preceitos, há uma tradição do conservadorismo que favorece o caráter autoritário, sobretudo se pensarmos na Europa continental durante o século XIX.[177] Ainda segundo o autor, tal predisposição autoritária deriva da defesa hierárquica feita pelos conservadores, o que, consequentemente, enfatiza a crença na autoridade.[178] Em razão disso, a autoridade é vista como absoluta e inquestionável, muito embora não deva ser ilimitada.[179]

---

[171] Ibidem, p. 127
[172] NISBET, Robert. **O conservadorismo.** Lisboa: Editorial Estampa, 1987. p. 09
[173] Ibidem, p. 13
[174] Ibidem, p. 39-40
[175] Ibidem, p. 115
[176] Ibidem, p. 116
[177] HEYWOOD, Andrew. op. cit. p. 88
[178] Ibidem, p. 86
[179] Ibidem, p. 87

Assim, na tentativa de deixar intactas as instituições sociais ou, pelo menos, arrefecer o processo de mudança que estaria em vigência durante os anos 1960, o autoritarismo, na esteira desse pensamento, traço unânime e intensamente utilizado pelo regime de terrorismo de Estado implementado pela ditadura brasileira, foi considerado, na visão do MAF, necessário à manutenção das tradições e da ordem social e política à medida que, como veremos, servia como instrumento para depurar do país elementos correspondentes ao "perigo vermelho".

2.2 SEPARAR O JOIO DO TRIGO: A "OPERAÇÃO LIMPEZA" E A PUNIÇÃO AOS "TRAIDORES DA PÁTRIA"

Um dos primeiros nomes de destaque do "território" do imaginário católico sobre o qual caminhou o MAF foi Dom Jaime Câmara, responsável, desde 1943, pelo comando da arquidiocese do Rio de Janeiro. Conhecido pela postura conservadora e de aversão ao comunismo, o religioso já demonstrava sua predileção em participar dos acontecimentos políticos desde antes da concretização do golpe de Estado, denunciando as "manobras vermelhas" dentro dos ambientes católicos.[180] Participou dando o seu aval, no início dos anos 1960, para a realização das *Cruzadas do Rosário em Família*, série de manifestações católicas classificadas como o prenúncio do golpe ocorrido em 1964.[181] No Rio de Janeiro, também cumpriu o papel de orientador ideológico das mulheres aglutinadas na CAMDE.[182]

Em agosto de 1964, já há quase três meses sob o comando do governo ditatorial, o MAF, com a assinatura de Maria Mesquita, enviou o seguinte telegrama a Jaime Câmara:

> As mães de família, congregadas no Movimento de Arregimentação Feminina, MAF, sentiram-se confortadas com as palavras de vossa eminência reverendíssima quando **se declara a favor da punição ao culpado, como nos ensinou Jesus quando expulsou os vendilhões do templo.** [Na] omissão do castigo aos crimes de lesa pátria vemos o perigo de nossos filhos aprenderem a não temer transgredir as leis morais.[183](grifos da autora)

A declaração da associação surgiu em resposta a uma alocução de Câmara, veiculada pelo programa "A Voz do Pastor" da mesma semana. Na mensagem do sacerdote, que foi

---

[180] D. Jaime denuncia infiltração nos ambientes católicos. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 21 mar. 1964. p. 07.
[181] GUISOLPHI, Anderson. Os rosários precederam os coturnos: o anticomunismo nas Cruzadas do Rosário em Família na América Latina e os golpes civil-militares (1960- 1964). **Cadernos de História**, Belo Horizonte, v. 20, n. 33, p. 158-184, set. 2020. p. 171.
[182] SIMÕES, Solange. op. cit., p. 100.
[183] Mensagem do MAF ao Cardeal Câmara. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 13 ago. 1964. p. 13.

publicada em forma de excertos pelo *O Estado de São Paulo,* o prelado contestava um de seus ouvintes quanto à aplicação do perdão aos "corruptos administrativos e subversivos da ordem":

> Ora, se Deus pune as infidelidades de seu povo, já aqui neste mundo. Ele que teria a eternidade inteira para o castigo dos crimes, pergunto-lhes se as autoridades, que têm o mister de distribuir justiça, pecarão por castigar os que erram? Antes pelo contrário, omitindo-se é que se tornarão culpados de que os crimes se propaguem e multipliquem. Cristo, o manso Jesus, por duas vezes expulsou do templo os vendilhões. E o fez com severidade, expulsando, empunhando azorrague açoitando, virando mesas, dispersando todos.[184]

Na concepção de Câmara, o castigo dos crimes era visto como sinônimo de justiça e a sua omissão, assim como reiterado pelo grupo de mulheres do MAF, era encarada ela mesma como traição e, por conseguinte, como motivo da punição divina. Nessa engenharia discursiva, não punir os "pecadores" daria a deus a justificativa para castigar o Brasil. Aos encarregados da "revolução" estava assentada a responsabilidade de realizar a expiação nacional da culpa, que só seria obtida por meio do castigo e expulsão daqueles que "erram".

Barros Câmara, na mesma declaração, prossegue, aliando os eventos bíblicos à situação do país:

> [...] Se é fato haver, em sua misericórdia, acolhido pecadores, não perdia de vista a sinceridade do arrependimento, a penitência pelas culpas, enfim, a verdadeira conversão do pecador. Assim procedeu com São Pedro, mas Judas perdeu-se, São Paulo se transformou de perseguidor em apóstolo. Porém, Simão, o mago, foi punido com a cegueira. [...] Se a Revolução se justificou pela necessidade imperiosa de se pôr um dique à orgia da subversão da ordem, e à corrupção administrativa. Teremos a insensatez de readmitir, na vida pública, os que já causaram e há tão pouco tempo tanta desgraça no país? Onde estamos? Que tempos são esses de tanta incoerência e falta de critério?[185]

Convém mencionar que sob a ótica do cristianismo, representado aqui pelo imaginário anticomunista que verte do catolicismo, a noção de punição divina geralmente vem acompanhada do atributo da redenção. A redenção, por sua vez, somente seria alcançada a partir de um processo real de arrependimento e penitência. É um discurso que, durante séculos, como mencionou Mario Bastos, foi instrumentalizado pelas litanias católicas, configurando-se como parte de "um processo de investimento de sentido cujos principais artífices foram membros da Igreja".[186] O castigo, ainda nessa perspectiva, é sinônimo de complacência divina, já que Deus

---

[184] D. Jaime diz que a anistia seria traição. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 11 ago. 1964. p. 05.
[185] Idem
[186] BASTOS, Mario Jorge. Pecado, Castigo e Redenção: a Peste como Elemento do Proselitismo Cristão (Portugal, Séculos XIV/XVI). **Tempo**, Rio de Janeiro, Vol. 2, n. 3, p. 183-205, 1997. p. 02.

somente aplica a punição e o castigo àqueles que ama.[187] Assim, o comunismo, nos marcos da Igreja Católica, como mencionou Rodeghero, foi notadamente empregado como um rótulo negativo a fim de servir como justificativa para coibir, classificar e punir aqueles que não seguiam as orientações religiosas.[188]Dessa lógica se depreende a instrumentalização da "punição" como chave discursiva importante de membros do catolicismo na defesa do expurgo político durante os primeiros anos de ditadura. Ou seja, pecadores por excelência, os "subversivos da ordem" não deveriam escapar da punição.

Por outro lado, sob outra perspectiva desse mesmo discurso, o próprio comunismo era visto como um "horrendo flagelo", um castigo, "peste" responsável por produzir todas as calamidades e horrores inimagináveis.[189] Tal lógica adquiriu proeminência no discurso do MAF, que pressionou o governo ditatorial, desde seus primeiros momentos, na aplicação do "justo castigo" àqueles rotulados como comunistas e subversivos.

A pergunta transcrita abaixo, publicada no dia 22 de abril de 1965, foi endereçada ao então Ministro da Guerra, general Costa e Silva, e pretendeu demonstrar o descontentamento e a apreensão, por parte do Movimento de Arregimentação Feminina, com alguns dos rumos até então tomados pelo governo autoritário:

> O Movimento de Arregimentação Feminina, que congrega donas de casa e mães de família, vê com apreensão que vão sendo um a um isentados de culpa os chefes da subversão no país. Qual a garantia das que saíram à rua no dia 19 de março contra o comunismo?[190]

Na visão do grupo de mulheres, os expurgos prometidos e iniciados no ano anterior, estavam, muito mais do que caminhando em marcha lenta, sofrendo um processo de arrefecimento e retrocesso. À época do telegrama enviado a Costa e Silva, o estopim para a crítica da associação foi a decisão da soltura, por meio da concessão de um *habeas corpus* pelo Supremo Tribunal Federal (STF), de Miguel Arraes, político que ocupava o cargo de governador de Pernambuco pelo Partido Social Trabalhista (PST). O governador havia sido preso em 1964, sob a acusação, assim como grande parte daquelas que basearam as prisões arbitrárias e expurgos do período, de fomentar e possuir ligações com quadros da subversão.[191]

---

[187] Ibidem, p. 17.
[188] RODEGHERO Apud SILVA. SILVA, C. G. O imaginário anticomunista católico no Rio Grande do Sul 1945-1964. **Locus: Revista de História**, Juiz de Fora, v. 19, n. 2, 2015. p. 298.
[189] PIO IX. *Divini redemptoris:* sobre o comunismo ateu. op. cit.
[190] Apreensões do MAF. **O Estado de São Paulo,** São Paulo, 22 abr. 1965. p. 04.
[191] Miguel Arraes foi preso pelas forças militares ainda no dia primeiro de abril de 1964 e, simultaneamente, deposto do cargo de governador. Permaneceu na prisão até os meses iniciais de 1965, quando da concessão de um

Segundo o MAF, a liberação de Arraes, encarado pelo grupo como o "chefe do comuno-nacionalismo no país"[192] não era consonante com o ideário sobre o qual haviam ajudado a construir a "revolução".[193]

O cerne de tal posicionamento fica ainda mais cristalino em outro telegrama, publicado na mesma data da crítica acima, no qual o MAF, por intermédio da presidente Maria Mesquita, fez questão de parabenizar a Pedro Dantas[194], um dos articulistas de *O Estado de São Paulo,* por declarações publicadas no diário paulista. No artigo citado pelo grupo, Dantas questionou o que denominou de tentativa vã do governo de tentar conciliar duas ordens distintas (a do governo deposto e a da "revolução"), enfatizando que a expulsão e o afastamento total dos "corruptos, comunizantes, comunistóides e sindical-peronistas" deveria configurar a base do regime, e que qualquer pauta que questionasse tal assertiva não mereceria, sequer, ser posta à discussão.[195] O MAF concordou "inteiramente com os dizeres" de Dantas, aplaudindo o jornalista pela atitude "leal e destemida", a qual, segundo a associação, deveria servir para "abrir os olhos dos responsáveis pelo bem do país".[196]

Tal crítica à soltura de Arraes, bem como o aceno de anuência às palavras de Dantas, em 1965, demonstravam o empenho anticomunista do grupo, direcionado, nesta ocasião, à composição dos organismos institucionais do regime ditatorial. Desde os primeiros momentos "revolucionários", o MAF hipotecou esforços, assim como suas congêneres, na campanha favorável a determinada agenda de atividades a ser cumprida para eliminar "as mazelas passadas"[197] do cenário político e social. No Rio de Janeiro, como demonstrou a historiadora Janaína Cordeiro, a Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE) enveredou pelo mesmo caminho. Se, nos momentos anteriores ao golpe, o objetivo era o de lutar contra os assaltos comunizantes das esquerdas, como pontuou a autora, agora havia a necessidade de consolidar

---

habeas corpus. Após, viu-se obrigado a exilar-se na Argélia, condição que perdurou durante onze anos. REMIGIO, Elizabet Soares de Souza. Usos do passado e relações de poder: a trajetória política de Miguel Arraes e o processo de redemocratização no Brasil (1979-1986). XIV Encontro Estadual de História - ANPUH RS, 2018, Porto Alegre. **Anais do XIV Encontro Estadual de História - ANPUH RS**, 2018. v. 1. p. 1-12. p. 03-04.

[192] Do MAF ao comandante do exército. **O Estado de São Paulo**, São Paulo. 24 abr. 1965. p. 06.

[193] As críticas ao comunismo destinadas a Arraes eram difusas. Simultaneamente ao fato de ser considerado representante do nacionalismo de esquerda, era visto como figura subserviente dos mandos estrangeiros.

[194] Pedro Dantas era o pseudônimo de Prudente de Morais Neto. Jornalista, cronista, contista e crítico literário, Dantas, iniciou sua colaboração no *OESP* em 1958, tendo sido diretor da sucursal carioca do diário. Foi um dos articuladores civis do golpe de 1964. Em 1975, assumiu o posto da presidência da Associação Brasileira de Imprensa (ABI). Disponível em: https://dibrarq.arquivonacional.gov.br/index.php/prudente-de-morais-neto. Acesso em: 15 jul. 2022.

[195] DANTAS, Pedro. Razão de ser. **O Estado de São Paulo,** São Paulo, 22 abr. 1965. p. 04.

[196] A Pedro Dantas. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 24 abr. 1965. p. 06.

[197] Vice Alkmin indigna senhoras. **Correio da Manhã,** Rio de Janeiro, 19 abr. 1964. p. 01.

o governo e, para tal, realizar a limpeza das instituições.[198] Outras associações como a UCF e a LIMDE também abraçaram essa postura, dando continuidade à cruzada anticomunista que priorizava condenar e punir indistintamente determinados políticos ou militantes.[199]

Cabe mencionar que, deflagrado o golpe civil-militar, foi iniciado um processo voraz e imediato de intensa repressão àqueles considerados oponentes pelos algozes do novo regime.[200] No dia 09 de abril de 1964, decretado o ato institucional, que ao longo do tempo seria o primeiro da lista de atos discricionários representantes da escalada repressiva da ditadura[201], institucionalizou-se o movimento para a realização de expurgos e cassações políticas. O AI-1 permitia, dentre outros, a cassação de mandatos legislativos (federais, estaduais e municipais); e a suspensão, durante dez anos, dos direitos políticos de qualquer cidadão, do direito ao voto, de candidaturas e participação em atividades de cunho político-partidário.[202]

Além disso, também não deixou de suprir as exigências de determinados setores da sociedade civil, estes, em grande parte, geralmente vinculados e financiados por grupos que haviam configurado apoio durante o processo de desarranjo do governo Goulart e, posteriormente, ao golpe de Estado. Exemplo disso pode ser verificado no manifesto publicado pelo MAF, no dia cinco de abril de 1964. No documento, o grupo tece elogios ao desempenho das Forças Armadas, incitando-as, ainda quatro dias antes do decreto do primeiro ato arbitrário, a levar a cabo aquilo que já denominava de "Operação Limpeza":

> Acabamos de sair da tremenda crise que abalou o Brasil, e ainda não passou a emoção da vitória há tanto tempo desejada. Graças à firmeza, à magnífica atuação das Forças Armadas, o país não foi tragado pela "onda vermelha" que ameaçava. Porém, acabada a operação militar tão brilhante, nós – mulheres brasileiras – atentas e participantes desse histórico movimento, **consideramos imprescindível fazer, desde logo, a operação limpeza,** pois não é justo e nem razoável que escapem impunes os maus brasileiros que até ontem pregavam abertamente a Revolução Social; calcavam aos pés a Constituição; solapavam os alicerces da democracia, iludiam o povo, enquanto negociavam com o comunismo a entrega de nossa soberania, destruindo as nossas mais caras tradições.[203] (grifos da autora).

---

[198] CORDEIRO, Janaína. op. cit., p. 62.
[199] SIMÕES, Solange. op. cit., p. 119.
[200] CHIRIO, Maud. **A política nos quartéis:** revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira**.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2012. p. 48.
[201] FICO, Carlos. **Como eles agiam:** os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2001. p. 36.
[202] FERNANDES, Ananda. **Quando o inimigo ultrapassa a fronteira:** as conexões repressivas entre a ditadura civil-militar brasileira e o Uruguai (1964-1973). 275 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009. p. 65.
[203] Júbilo pela vitória da democracia. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 05 abr. 1964. p. 19.

O manifesto, divulgado na íntegra nas páginas do *OESP*, também chegou a ser lido em um programa de televisão da época e recebeu, dias depois de sua publicação, aplausos de centenas de mulheres paulistas representantes de diversas "entidades democráticas" do estado.[204] Nas palavras de Maria Moreira Alves, que se dedicou a investigar, ainda durante a década de 1980, o arranjo repressivo arquitetado pelo governo ditatorial, o codinome "Operação Limpeza" serviu para designar uma das primeiras medidas destinadas a garantir ao Estado controle sobre áreas políticas, militares e psicossociais.[205]A consolidação da "revolução", assim, somente ocorreria se todos os "males" dos governos considerados corruptos e comunistas, ilustrados com maior vigor pelo mandato deposto de João Goulart, fossem extirpados dos organismos políticos, burocráticos e, inclusive, da vida social.[206]No caso do MAF, a aversão à figura de Goulart não era em nada discreta e contida, pelo contrário. Em agosto de 1964, já sob o cenário discricionário dos expurgos e cassações, o grupo via com intenso desacordo a situação de "impunidade de Goulart" que, segundo as palavras divulgadas, "estava no Uruguai, a dois passos da fronteira", "gozando de vultosos cabedais, fruindo esplêndido ócio".[207] Sendo assim, a condição de Goulart, ileso de punição, era vista, além de uma ameaça, como sinal de inércia e "excesso de benevolência" de parte dos militares envolvidos com a "revolução".

Não era somente João Goulart que servia ao modelo de comunista, todos os quadros pertencentes ao antigo governo também representariam essa ideologia e eram encarados como agentes infiltrados na burocracia estatal. Sobre isso, Maria Mesquita, em outubro de 1965, ao relatar as atividades realizadas pelo grupo durante o período anterior à concretização do golpe, descreveu a situação dos ministérios do governo do petebista da seguinte forma:

> [...] Encastelados no Ministério da educação, exploravam a boa fé da mocidade, sempre generosa, agitando a vida universitária com greves a propósito de tudo e de nada. Exploravam a boa fé dos analfabetos, com uma cartilha de inacreditável conteúdo de ódio. Donos do Ministério do trabalho, por seus pelegos sindicais, dilapidavam os fundos dos sindicatos; desviando-o de seus fins legítimos utilizavam-nos em greves e agitações políticas; por seus prepostos desorganizavam ainda mais a inexistente estrutura dos LAP. No ministério da agricultura, criaram o fantasma de uma reforma agrária que executada nos termos propostos aniquilaria a nossa medíocre produção. Usaram-na, todavia em benefício próprio, em negócios escabrosos e mais do que tudo como arma política. [...]. No Ministério do exterior, o desastre iniciado

[204] Expurgo: mulheres paulistas apoiam o manifesto do MAF. **O Estado de São Paulo,** São Paulo**,** 12 abr. de 1964. p. 22.
[205] ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis: Vozes, 1989. p. 56.
[206] Como demonstrado por Alves, "especialmente visados eram líderes sindicais e estudantis, intelectuais, professores, estudantes e organizadores leigos dos movimentos católicos nas universidades e no campo." Ibidem, p. 59.
[207] Entidades femininas divulgam manifesto. **O Estado de São Paulo,** São Paulo, 27 ago. 1964. p. 21.

> com a condecoração de Che Guevara prosseguiu, traindo-se voluntariamente a tradicional e fecunda política do Itamarati, abandonando-se amigos certos por Titos, Castros e outros. [208]

Retornando ao documento do dia cinco de abril, o qual está imbuído de tom exitoso diante da situação política, além da reiterada menção à evidência do perigo da "onda vermelha", opondo-se à "revolução social" e à destruição da "ordem democrática", havia a alusão a um "modelo exemplar" que seria proveniente do processo de punição aos comunistas. Em síntese, tratava-se de um "justo castigo" que removeria os escombros a fim de dar à juventude um novo ambiente de paz e segurança sociais. Em outro trecho da mensagem, esses argumentos aparecem com proeminência:

> Eles têm de receber o **justo castigo** pelos seus crimes. Não pode a juventude de hoje, já tão intoxicada pela nefanda pregação desses falsos líderes, colher lição de tal forma negativa, vendo impunes os que comprometeram e, ainda, por muito tempo comprometerão a paz e a segurança nacional. Não se pensa em matar, não. Nem a lei e nem a nossa formação cristã o permitem. **Porém, existe na própria constituição, o recurso legal: a cassação do mandato e a suspensão dos direitos políticos para aqueles que traem a pátria.** Nós - mulheres brasileiras - levantamos nosso clamor, para a edificação de um Brasil melhor é preciso remover os escombros. Vimos, perante a Nação e seus defensores, exigir que os homens que, fichados ou não pelo partido comunista, colaborando com o ex-presidente João Goulart conspirando para a implantação do comunismo, sejam considerados **réus por alta traição**. **Que seus nomes sejam apontados à execração pública como foram os nomes de Judas, Calabar e de Silvério dos Reis.** Confiamos nas Forças Armadas, sempre nobres, honradas e dignas, para que a justiça se faça. Tenham elas, com a serenidade no julgamento, firmeza na ação para que não seja abalada pela tolerância com os **criminosos vendilhões da pátria**, a confiança que hoje anima de norte a sul, de leste a oeste o coração dos filhos de uma pátria que renasce para a liberdade, à sombra da lei e da justiça.[209] (grifos da autora).

É também uma mensagem interessante para avaliarmos alguns pontos do simbolismo anticomunista do período. Em primeiro lugar, é bastante notória a aplicação da insígnia de traidores às referências utilizadas para denominar os "homens fichados ou não pelo Partido Comunista". Para tanto, não deixam de traçar paralelos com personagens históricos conhecidos pelo traço insidioso. O que se evidencia na mensagem é a noção de traição intrínseca à defesa patriótica, exemplificada por duas figuras que no âmbito histórico são vinculadas a episódios recorrentemente utilizados no construto de uma versão específica de identidade nacional, como é o caso de Joaquim Silvério dos Reis e Domingos Calabar. Cabe lembrar que, enquanto Silvério dos Reis se tornou sinônimo de traição no movimento conhecido como Inconfidência Mineira, ocorrido no século XVIII, por ter realizado a delação de Joaquim José da Silva Xavier

[208] MAF relata sua atividade. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 02 out. 1965. p. 10.
[209] MAF pede punição. **O Estado de São Paulo**, São Paulo**,** 05 abr. 1964. p. 19.

(Tiradentes) à Coroa Portuguesa; Domingos Calabar corporificou a imagem de agente traidor colaborador do domínio estrangeiro, já que havia sido supostamente aderente e partícipe, no século XVII, da invasão holandesa à então capitania de Pernambuco. A utilização da figura de Calabar como retrato do comunista não parecia ser novidade nas páginas da imprensa brasileira do período, sobretudo em referência ao "perigo vermelho" nas fileiras da Igreja Católica.[210] O pesquisador Ianko Bett, ao analisar o discurso católico anticomunista nas páginas de periódicos brasileiros e argentinos no contexto dos golpes ditatoriais de ambos os países, cita a menção feita de Domingos Calabar por Assis Chateaubriand em uma denúncia do jornalista ao "esquerdismo religioso" que tomava conta da Igreja Católica, sobretudo em razão da realização do Concílio Vaticano II.[211]

Assim, pode-se dizer, não são escolhas aleatórias, mas pretendiam mobilizar "efeitos de sentido"[212]no público a partir de comparações e metaforizações embasadas na realidade, mesmo que a realidade referida nada tivesse a ver com a ideologia comunista.[213] Como bem argumentou Marcos Gonçalves, os recursos utilizados na construção do imaginário católico do anticomunismo (visão que pode ser expandida para outras "matrizes"), são marcados mais por "um evento narrativo sobre o fenômeno do que propriamente pela materialidade apreendida das condições políticas".[214] Esse evento narrativo, ainda segundo o autor, é eficaz, já que é por meio dele e das pavorosas cenas que recria que se pretende demonstrar a força do comunismo ao se insinuar e aderir ao tecido social.[215]

De outro modo, ao clamarem pela "execração", deixam em evidência, dentre outros, a ojeriza, o medo e o ódio em relação aos comunistas, manifestando o desejo do grupo de capitalizar afetos políticos a seu favor na esfera pública.[216] Não seria incoerente, dessa maneira, utilizando das contribuições teóricas de Pierre Ansart, qualificar o MAF como produtor de

---

[210] O historiador Rodrigo Motta também já havia encontrado menções de Assis Chateaubriand à figura de Calabar, datadas da década de 1930. MOTTA, Rodrigo. Em guarda contra o perigo vermelho. op. cit., p. 112.
[211] BETT, Ianko. **A (re) invenção do comunismo.** Discurso anticomunista católico na grande imprensa brasileira e argentina no contexto dos golpes militares de 1964 e 1966. 262. f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, São Leopoldo, 2010. p. 180.
[212] De acordo com Eni Orlandi, os objetos simbólicos são capazes de produzir sentidos, intervindo diretamente no mundo real. ORLANDI, Eni. op. cit. p. 26.
[213] Sobre isso, é interessante atentar para os usos de determinados eventos ou figuras do passado histórico na construção do discurso do presente no qual emergem. No caso exposto, o uso desses personagens também atua na configuração de determinada identidade. O antropólogo Joel Candau, ao tratar de questões ligadas à memória coletiva, demonstrou que, na utilização do passado, o que importa é muito mais o sentido que se dá ao evento (ou, nesse caso, aos personagens do evento) do que ao evento propriamente dito. CANDAU, Joel. **Antropologia da memória.** Lisboa: Instituto Piaget, 2005. p. 127.
[214] GONÇALVES, Marcos. As tentações integristas. op. cit., p. 181.
[215] Idem
[216] ANSART, Pierre. A gestão das paixões políticas**.** op. cit., p. 112.

mensagens que pretendiam apelar emocionalmente para seu público que, como visto, ia para muito além dos destinatários designados nos telegramas. Apelando quase exclusivamente às mulheres, o grupo não se poupava de expor afetividades de cunho negativo em relação àquele que configurava seu inimigo no plano real.[217] Ao longo deste capítulo, outras situações nos ajudarão a visualizar com melhores lentes essa hipótese.

Ao resgatarem personagens marcados sob o crivo da traição, as "mafistas" também não deixam de valer-se de representações do comunista e do comunismo há muito tempo corriqueiras no imaginário brasileiro. Conforme apontado pelo historiador Rodrigo Motta, a marca discursiva que atribuía aos comunistas o carimbo de traidores/insidiosos da pátria obteve seu ápice nas elaborações construídas ainda durante os anos 1930, sobretudo a partir do levante de 1935.[218] Desde então, marcaram presença nas manifestações anticomunistas das Forças Armadas ou setores conservadores da elite brasileira. De outro modo, ainda segundo o autor, a imagem de traição vinculada aos comunistas foi reverberada com profusão também por setores difusores do nacionalismo, pois além de incitarem a cisão interna do país, "os comunistas seriam, assim, agentes de uma potência estrangeira, a União Soviética, sua pátria real, o que os tornava traidores do Brasil".[219]

Ainda no que trata do âmbito estritamente religioso, que me interessa de modo mais significativo neste capítulo, além da direta referência à formação cristã brasileira, o MAF recorre à figura de Judas ou, ainda, às citações aos "vendilhões da pátria" (um trocadilho alusivo ao evento bíblico referente aos "vendilhões do templo"), outro termo, como já visto nas mensagens de Câmara, que foi recorrente no discurso católico conservador para denunciar a infiltração comunista nos quadros da Igreja.[220]

A preocupação com a religião em relação à influência comunista era contínua. Em uma mensagem enviada como resposta a um pronunciamento de Gilberto Freyre, na qual Maria Mesquita fez questão de agradecer as palavras proferidas pelo sociólogo, o problema dos ataques dos comunistas à Igreja apareceu com tons de relevo. Na mensagem, repetiram a posição de Freyre acerca de determinados membros religiosos, que, segundo ele, "sentem-se cansados ou envergonhados de serem simplesmente cristãos." A mesma declaração expunha o incentivo que as declarações de Freyre causavam nas mulheres para persistir sem

[217] Ibidem, p. 19.
[218] MOTTA, Rodrigo. Em guarda contra o perigo vermelho. op. cit., p.104-105.
[219] Ibidem, p. 56.
[220] BETT, Ianko. op cit., p. 180.

esmorecimento na luta contínua para "a salvação de nosso Brasil".[221] O próprio "movimento-milagre de 31 de março", carimbado de forma saudosa no discurso da associação, aparecia como resultado, além do empenho projetado pelas mulheres, da "Graça" e de "misericórdia divina."[222]

Ademais, é interessante salientar que a "punição", abertamente conclamada pelo MAF, não era interpretada somente em termos burocráticos e políticos, e cuja justificativa residiu, em primeiro momento, no apego à legislação constituinte de 1946. A "punição" ganhava caráter providencialista, divino, deveria ser levada a termo pois representava a defesa da religião e, por conseguinte, a própria vontade de Deus.

Nesse sentido, a associação parece ter levado à risca a determinação de empregar todos os esforços contra a "impunidade dos culpados". Pressionaram, durante o processo arbitrário de "Operação Limpeza", a implementação e cumprimento dos expurgos advindos das informações coletadas por meio dos Inquéritos Policiais Militares (IPMs). Um IPM tinha como finalidade o reconhecimento e a criminalização das atividades consideradas subversivas da ordem social e política e sua implantação abrangeu esferas sociais amplas.[223]

Também nesse sentido, em junho de 1964, o MAF exigiu a prorrogação, sem data prevista para o término, da aplicabilidade das punições previstas no AI-1. O Ato, quando foi decretado no mês de abril, estipulava uma data específica para colocar em prática as cassações e suspensões de direitos, podendo ser aplicadas até sessenta dias após a posse do presidente da República.[224] Tratava-se de uma espécie de prazo de validade cujo tempo serviria para dar conta da "limpeza" prevista nos dias iniciais da ditadura. Para discutir o assunto, o MAF organizou uma reunião com outras associações atuantes no estado.[225] No encontro, as mulheres redigiram uma carta que, posteriormente, foi enviada a Castelo Branco.[226] A escolha pela manutenção da

---

[221] Felicitações do MAF ao presidente. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 22 set. 1964. p. 16.
[222] Mensagens às mulheres de S. Paulo. **O Estado de São Paulo,** São Paulo, 15 jan. 1965. p. 09.
[223] De acordo com Rodrigo Czajka, "os responsáveis pela grande maioria dos IPMs detinham a patente de coronel; constata-se também que direta ou indiretamente esses coronéis tinham algum vínculo com a Escola Superior de Guerra (ESG), uma das instituições responsáveis pela elaboração da Doutrina de Segurança Nacional (DSN)." CZAJKA, Rodrigo. "Esses chamados intelectuais de esquerda": o IPM do PCB e o fenômeno do comunismo na produção cultural do pós-golpe. **Antíteses**, Londrina, v. 8, n. 15, p. 219-242, jan./jun. 2015. p. 224.
[224] FICO, Carlos. op. cit., p. 36.
[225] Da reunião participaram os seguintes grupos: Obra de preservação dos filhos de tuberculosos, Liga do professorado católico, Associação e oficinas de caridade Santa Rita de Cássia, Associação Cívica Feminina, Associação Santa Teresinha, Liga Independente pela Liberdade, Associação Brasileira de Enfermagem, União Democrática assistencial "Unidas", Rede Feminina de Combate ao Câncer.
[226] O MAF foi um dos apoiadores da ocupação do posto da presidência por Humberto Castelo Branco, o qual, à época, foi congratulado, segundo palavras da associação, com a "justa vitória na eleição para presidente do Brasil." Além de Castelo Branco, outro nome que recebeu saudações das senhoras congregadas no MAF foi Auro de Moura Andrade. Embora não tenha assumido o cargo de vice-presidente, Andrade era tido pelas "mafistas" como o mais apto a ocupá-lo, visto como detentor de "coragem moral e cívica e de altaneria insuperáveis". Moura Andrade,

vigência do Ato tinha a finalidade de acentuar, segundo elas, a separação do "joio e do trigo", tendo em vista que as instituições estavam tomadas por "um verdadeiro câncer (...) cujas raízes tiveram tempo de estender-se e atingir tão vastas áreas sociais, políticas, administrativas e até judiciárias, abrangendo todos os poderes".[227] Postergar a legislação era, assim, encarada como ação imprescindível. Sem negar a possibilidade futura do recrudescimento do aparato repressivo do Estado, o MAF exigia a manutenção do estado de "emergência" até então implementado, para que, posteriormente, não houvesse a necessidade de medidas mais drásticas como, por exemplo, a implantação de um "estado de sítio".[228]

A ideia de que era necessário "tempo" para "sanear" o país persistiu nos quadros da associação durante os meses posteriores. Em outubro de 1964, um pronunciamento de Maria Dupré no *Suplemento Feminino* voltou a fazer menção às medidas de limpeza. Dessa vez, a escritora também utilizou a coluna para tecer críticas aos "descontentes" e "pessimistas" com a "revolução". Vejamos:

> Após o movimento de março apareceram os descontentes, os aborrecidos, os contrariados, os pessimistas... os espinhos da rosa. Por mais boa vontade que se tenha em explicar que não se pode construir um edifício em bases de podridão, que tudo tem seu tempo certo, que é necessário limpar, sanear primeiro o terreno para depois construir o novo e para isso é preciso o fator – Tempo. Não querem esperar, não querem acreditar. Desejam tudo pronto para amanhã, hoje, neste instante. Vida barata, tudo fácil, mar de rosas. Esqueceram os espinhos. E o saneamento moral que está havendo? Os bilhões que não eram pagos em impostos e agora estão sendo pagos? Precisamos olhar para o lado positivo, o que está havendo de bom e de certo nesta nossa revolução. Os descontentes só observam o lado negativo das coisas. Vamos ter fé, vamos ter esperança, vamos ter caridade.[229]

Como vimos em algumas laudas anteriores deste capítulo, essa postura paciente e esperançosa em relação ao "saneamento" do país não perdurou por muito tempo. Ou, pelo menos, não foi traço homogêneo do discurso da associação. Em 1965, as críticas em relação à inabilidade do governo ditatorial em dar conta das medidas saneadoras ganharam intensidade. Além do mais, a aceitação do segundo ato arbitrário (AI-2) por parte do MAF, decretado em

convém lembrar, foi quem, em conluio com o movimento golpista, declarou a vacância da presidência durante o processo de golpe em 1964. Telegrama do MAF. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 14 abr. 1964. p. 13.

[227] A mulher paulista quer a prorrogação do ato institucional. **O Globo**, Rio de Janeiro, 10 jun. 1964. p. 21.

[228] Idem

[229] DUPRÉ, Maria. MAF- Carta à mulher brasileira. Rosas. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 30 out. 1964. Suplemento feminino, ano 10, n. 576, p. 02.

outubro de 1965, demonstrou que corroboravam com a escalada do autoritarismo em face das medidas voltadas ao combate ao comunismo.[230]

Exemplo sintomático disso foi que, em dezembro de 1965[231], dois meses após o início da vigência do AI-2, o tom da coluna assinada por Maria José Dupré, no espaço destinado ao MAF no *OESP*, criticava a falta de pulso do regime em relação aos "corruptos e os extremistas", apontando para certa enfermidade que acometera o comando do governo ditatorial:

> Não se entende bem o que se está passando em nosso Brasil. Deve estar o enfermo o Brasil. A Revolução de março foi tramada para varrer fora dos postos os corruptos e os extremistas. Recomeçamos a viver com muita esperança respirando alegria. Os que foram afastados principiaram a voltar de manso, a se imiscuir na vida política do país.[232]

Ou seja, havia, na percepção do grupo, o que é evidenciado nas palavras da escritora, pouca efetividade do ato punitivo instaurado em relação aos "subversivos". Cabe comentar que o AI-2, quando decretado, garantia amplos poderes ao Presidente da República, tanto nas esferas constitucionais, legislativas e orçamentárias, bem como reforçava as prerrogativas da Justiça Militar para realizar punições dos crimes considerados atentatórios à Segurança Nacional.[233] Na coluna, Dupré terminou suas considerações com o seguinte questionamento: "Mas o movimento de março não foi tramado e executado para que eles nunca mais voltassem?"[234]

Foi também com o intuito de evitar o retorno dos comunistas e corruptos aos postos da burocracia estatal que o MAF, em 1965, incorporou e organizou uma "campanha democrática eleitoral", da qual fez parte um montante de associações e grupos que apoiaram e estruturaram

---

[230] Além do MAF, a União Cívica Feminina paulista também aderiu ao tom elogioso a respeito do AI-2. Em nota publicada, declarou o seguinte: "[...] com a promulgação do Ato Institucional nº 2, com a decisão do poder revolucionário de traçar os rumos definitivos para a nossa caminhada, poderemos alcançar as soluções, atendendo ao compromisso que assumimos com o nosso povo." Os trabalhadores apoiam ato nº 2, **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 29 out. 1965. p. 04.

[231] Também em 1965, o grupo se colocou a favor do veto da Lei nº 8.720, promulgada em 28/04/1965, que estabelecia a concessão de pensões a políticos que tiveram seus mandatos cassados. Como justificativa para o veto, o MAF afirmou que "não vê motivos para prêmio a pessoas que tudo fizeram para a implantação do comunismo em nossa terra e que a pensão pretendida corresponde a uma sinecura injustificável." Pedido e protestos do MAF. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 13 de abr. de 1965, p. 04.

[232] DUPRÉ, Maria. MAF - Carta à mulher brasileira. Ela era moça … Brasil enfermo. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 10 dez. 1965. Suplemento Feminino, ano 11, n. 634, p. 02.

[233] NAPOLITANO, Marcos. **1964:** História do Regime Militar Brasileiro. São Paulo: Editora Contexto, 2014. p. 79.

[234] DUPRÉ, Maria. MAF - Carta à mulher brasileira. Ela era moça … Brasil enfermo. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 10 dez. 1965. Suplemento Feminino, ano 11, n. 634, p. 02.

a candidatura de Paulo Egydio Martins (1928-2021) à prefeitura da cidade.[235] Durante os primeiros meses de 1965, os esforços da associação, como demonstram as páginas dos periódicos, foram quase que exclusivamente destinados à eleição de Martins. Esta seria a última eleição municipal daquele contexto já que, com o decreto do terceiro ato, no início de 1966, ficariam determinadas eleições indiretas para os cargos de governador e prefeito, o que expandia as prerrogativas autoritárias do Ato anterior.

2.3 A VIA ELEITORAL: SÃO PAULO E O "MOÇO REVOLUCIONÁRIO"

Embora tenha reiterado, ao longo dos dez anos de vida pública, por diversas vezes, a posição de recuo e afastamento em relação à sua participação na vida político-partidária[236] do estado, em 1965 a situação mudara. Em fevereiro, o MAF oficializou, juntamente com a UCF, o apoio à candidatura de Paulo Egydio Martins ao posto de prefeito de São Paulo.[237]

A oficialização do apoio ao candidato pelo grupo fazia parte de uma campanha que passou a ganhar notoriedade em janeiro de 1965, na qual o MAF, na companhia de outras associações, passou a pressionar os partidos para a escolha de um nome que demonstrasse paridade com os objetivos "revolucionários". Como exemplo dos critérios sobre os quais erigiram os pilares dessa campanha, ganha relevo o pedido que enviaram pressionando o então governador de São Paulo, Adhemar de Barros. Para as associações cívicas aglutinadas em torno do MAF, o novo prefeito de São Paulo deveria ser, indispensavelmente:

> Um homem desvinculado do governo passado, combatido pela Revolução. Um homem desvinculado da subversão, combatida pela Revolução. Um homem desvinculado da corrupção, combatida pela Revolução. Um homem desvinculado dos processos dos IPMs, instaurados pela Revolução. Um homem, enfim, que corresponda aos anseios da opinião dos paulistas.[238]

No início do ano, o MAF havia publicado, também em conjunto com outras associações, mensagem bastante semelhante, destinada, dessa vez, exclusivamente às mulheres paulistas. No pronunciamento, esboçavam alguns critérios considerados necessários para eleger o próximo

---

[235] Da campanha, também fizeram parte a União Cívica Feminina, a Federação dos Círculos Operários do estado de São Paulo, a Liga de Ação Democrática, Grupo de Ação Patriótica, Aliança Democrática Brasileira. Aos brasileiros de São Paulo. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 21 fev. 1965, p. 21.
[236] MAF define sua posição. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 29 maio. 1964. p. 10.
[237] Apoio ao eng. Paulo Egydio. **O Estado de São Paulo,** São Paulo, 16 fev. 1965. p. 04.
[238] Convenção confirma decisão do governador. **O Estado de São Paulo,** São Paulo, 23 jan. 1965. p. 04.

prefeito da cidade. Os critérios para a escolha do candidato, à guisa da mensagem acima, deveriam ser os seguintes:

> 1 - Nenhum daqueles que pactuaram com a situação passada, felizmente deposta em março de 1964, os que àquele governo serviram, ou dele se serviram para tirar partido do interesse próprio.
> 2 - Nenhum daqueles que se vincularam às esquerdas, quase nos arrastando a lançar-nos nas garras dos comunistas.
> 3 - Também não deve ser prefeito de S. Paulo quem, apesar de capaz, não esteja integrado na nossa Terra, e com nossa gente, para conhecer nossos problemas e nossos interesses com o mesmo amor, para os defender com o mesmo ardor e governar com eficiência.[239]

Além de cumprir esses requisitos, o engenheiro Paulo Egydio Martins foi apresentado pela associação como o "moço revolucionário que se apresentou à luta de peito descoberto", "íntegro, honesto e capaz".[240] Outrossim, as "mafistas" também salientaram o empenho desempenhado por Egydio à época da realização das marchas e do movimento contrário ao comunismo e da corrupção, no qual havia lutado com a associação "todos os dias, todas as horas".[241]Como um candidato "apartidário", era visto pelas mulheres como o mais qualificado para alcançar os objetivos finais da associação: "a renovação dos costumes políticos". Por fim, Egydio Martins era formado no catolicismo, o que determinava mais um ponto positivo no placar dos critérios desenhados pelas mulheres paulistas.

As eleições se apresentavam para o grupo como uma "grande luta" que deveria ser ganha pelos verdadeiros democratas e que serviria para "abolir de vez a corrupção e os totalitarismos, esses vermes que, não obstante a 31 de março, ainda corroem nossas instituições."[242] A luta "democrática" em prol da candidatura de Egydio pareceu, no entanto, muito mais um movimento no sentido de combater as "hordas comunistas" do que, de fato, demonstrava a predileção do grupo, naquele momento, pela realização do processo eleitoral.[243] Mesmo engajada na realização das eleições, a associação enviou ao general Castelo Branco moção questionando se a concretização das eleições ocorria em boa hora, já que observava que

---

[239] MAF - *Nôvo* manifesto das entidades cívicas femininas. **O Estado de São Paulo,** São Paulo, 05 fev. 1965. Suplemento Feminino, ano 11, n. 590, p. 02.
[240] MAF lembra aniversário da Marcha. **O Estado de São Paulo,** São Paulo, 18 mar. 1965, p. 21.
[241] DUPRÉ, Maria. Carta à mulher paulista. A sabedoria da escolha. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 19 mar. 1965. Suplemento Feminino, ano 11, n. 596, p. 02.
[242] DUPRÉ, Maria. MAF - Carta à mulher de São Paulo. Preparemos nossas armas. **O Estado de São Paulo**, 26 fev. de 1965. Suplemento Feminino, ano 11, n. 593, p. 02.
[243] Essa mesma visão foi compartilhada pelo Editorial de *O Estado de São Paulo*, para quem a realização das eleições ocorria de forma "prematura", já que estavam longe de serem concluídas as tarefas remodeladoras propostas pela "revolução." A Mulher e a Revolução. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 19 fev. 1965, p. 08.

muitos "partidos e políticos inescrupulosos, presos à situação passada e contrários à revolução" estavam ganhando espaço na esfera pública.[244] Por exemplo, uma das críticas da associação naquele momento era a de que alguns políticos estavam utilizando o horário gratuito da campanha municipal para atacarem "de maneira desabrida e irreverente" o "presidente da nação e da revolução redentora". A esse respeito, diante de tão "absurda situação", pediram que Castelo Branco tomasse uma "atitude firme".[245]

Assim, sem manifestar posição conclusiva sobre o assunto, colocando-se preocupado em "salvaguardar o futuro da cidade e, quiçá, do Brasil"[246], o grupo deixou o que denominou de "árdua tarefa" de decidir pelas eleições nas mãos de Castelo Branco.[247] Somente reiniciaram a campanha em prol da candidatura de Egydio depois das manifestações do ditador acerca do processo eleitoral, que decidiu por mantê-lo.[248]

Sobre isso, cabe um parêntese. A designação de "democracia" ou de "ordem democrática" durante esse período, bastante recorrente no discurso atrelado à defesa dos mandos ditatoriais, tratava-se de uma palavra com significado bastante abstrato se a compararmos com a definição *stricto sensu* da terminologia. A historiadora Magdalena Broquetas, ao avaliar a campanha de associações anticomunistas no Uruguai, apontou para o uso indiscriminado do termo enquanto denominador comum para muitos organismos e grupos da direita atuantes no contexto pré-implantação ditatorial naquele país. Segundo a historiadora, durante o período da Guerra Fria, a palavra "democracia" foi utilizada por grupos liberais-conservadores que herdaram do pós-segunda guerra características do combate "antitotalitário":

> [...] Depois da finalização da guerra e diante da derrota do nazi-fascismo e do consequente fortalecimento da URSS como potência mundial, antagonista dos Estados Unidos, produziu-se uma virada conceitual e política que afetou o campo "democrata" e antifascista: na revitalizada defesa de um "mundo livre" e "democrático" não havia mais lugar para o comunismo, que passou a ser recorrentemente assinalado como outra forma de totalitarismo tão (ou mais) perigosa que os fascismos. (tradução da autora). [249]

---

[244] Posição do MAF ante as eleições. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 10 fev. 1965, p. 04.
[245] Telegrama do MAF ao presidente. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 17 mar. 1965. p. 05.
[246] O MAF apoia Paulo Egydio. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 14 fev. 1965. p. 04.
[247] Posição do MAF ante as eleições. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 10 fev. 1965, p. 04.
[248] O MAF apoia Paulo Egydio. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 14 fev. 1965. p. 04.
[249] No original: (…) después de la finalización de la guerra y ante la derrota del nazi-fascismo y el consiguiente fortalecimiento de la URSS como potencia mundial, antagonista de los Estados Unidos, se produjo un viraje conceptual y político que afectó al campo "demócrata" y antifascista: en la revitalizada defensa de un "mundo libre" y "democrático" no había lugar para el comunismo, que pasó a ser recurrentemente señalado como otra forma de totalitarismo tan (o más) peligrosa que los fascismos. BROQUETAS, Magdalena. Broquetas, M. Un caso de anticomunismo civil: los "padres demócratas" de Uruguay (1955-1973). **Revista Páginas,** v. 10, n. 24, p. 34–54, 2018. p. 35.

No pensamento reverberado pelo MAF, a conceituação de democracia também não aparecia desvinculada dessa lógica de combate totalitário. A definição de democracia tal como pensada pelo grupo figurou em uma das páginas do *OESP*, cuja mensagem foi novamente assinada por Maria Dupré. O regime político comunista, representado como uma máquina de ferro, era visto como modelo oposto da "democracia espiritualista" do ocidente. A concepção do grupo enfatiza uma democracia de caráter cristão, portadora da noção da imortalidade do homem e da ação humana como determinante dos fatos:

> O indivíduo fora da democracia está reduzido a um objeto. É uma coisa que faz parte da gigantesca máquina de ferro que o dirige e o esmaga. Por quem é dirigida essa máquina de ferro? Por quem é orientada? Por um grupo de materialistas. Sabemos que a democracia tem sua essência na concepção espiritualista – o homem é portador de uma alma imortal – enquanto o comunismo é de concepção materialista e a criatura humana é apenas um fantoche, faz parte da engrenagem da máquina. O espírito do pensamento democrático é cristão e esse pensamento cristão é a base da edificação moral, política e social da civilização ocidental. Desde o princípio da nossa era a doutrina cristã prega o lema da liberdade, fraternidade e igualdade que começou em 1789 e esse movimento político deu às nações a estrutura e o pensamento básico da democracia. A democracia baseada nesse pensamento cristão acredita que o homem **comanda os fatos**. Os materialistas creem e apregoam que o homem é **comandado pelos fatos.** A democracia coloca os homens como **fator da história**. Os extremistas colocam o homem – **objeto da história**.[250]

Era uma visão que enfatizava a concepção ateísta do materialismo, encarada como fator central e fundante da corrosão política e social. Para o MAF, a explicação teológica não poderia ser desvencilhada das discussões de âmbito político. Logo, cristianismo e democracia aparecem como elementos que se retroalimentavam.

Fechado esse parêntese, outro ponto crucial para o entendimento do apoio do MAF ao engenheiro foi a ligação do candidato com a família Mesquita. Paulo Egydio Martins, como bem demonstrou a historiadora Fernanda Moreira, era pertencente ao IPES e orquestrou em São Paulo, em conjunto com Júlio de Mesquita Filho, o movimento de corrosão do governo de João Goulart e, posteriormente, o golpe civil-militar.[251] Dentre as atividades que exercia no IPES, organizava a promoção de estágios em empresas do estado, tecendo contato, por exemplo, "com o grupo Ultra por meio de Henning Boilesen e Pery Igel".[252] Algumas dessas relações são

[250] DUPRÉ, Maria. MAF – Carta à mulher brasileira. Sociedade sem classes. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 04 mar. 1966. Suplemento Feminino, ano 13, n. 646, p. 04.
[251] MOREIRA, Fernanda. op. cit., p. 259.
[252] Ibidem, p. 295.

narradas pelo próprio Egydio Martins no documentário *Cidadão Boilensen*, lançado em 2009.[253]

Ao que tudo indica, o nome de Egydio foi apresentado de última hora para o pleito municipal.[254] De acordo com o livro que reúne uma série de depoimentos de Martins, publicado em 2007, a ideia para a candidatura partiu diretamente do proprietário do *OESP,* Mesquita Filho.[255] O próprio Jornal, à época, dedicou amplo espaço nas suas páginas à promoção da campanha de Egydio, garantindo, como ele mesmo salientou, "cobertura total" ao ipesiano.[256]

Ainda no mencionado livro, Egydio também relata a participação na campanha das mulheres organizadas nas Ligas Católicas e nas Marchas da Família com Deus pela Liberdade, entre as quais, possivelmente, estavam incluídas as congregadas no MAF. Responsáveis pelas ações organizativas da campanha, segundo Egydio Martins, tais senhoras pegaram para si a incumbência pela arrecadação de dinheiro e, elas mesmas, dedicaram-se à estruturação das ações voltadas à propaganda eleitoral do candidato. Uma dessas ações, ocorrida nos arredores de uma fábrica da cidade, foi narrada pelo político nos seus depoimentos: "[...] na hora da entrada, bem cedo, as senhoras levavam lá uma mesa, faziam um café, serviam para os operários que estavam entrando, e eu falava."[257]

O nome de Egydio, a despeito do empenho propagandístico que angariou desses quadros, não ganhou as eleições. Quem foi eleito em seu lugar foi José Vicente de Faria Lima, militar representante da legenda da União Democrática Nacional (UDN). Faria Lima, por sua vez, por ter angariado o apoio de Jânio Quadros, era encarado pelo MAF como o candidato que se apoiava na "vassoura que varreu as esperanças de seis milhões de pessoas".[258]

2.3.1 "Comunismo, flagelo internacional": diálogos com a corrente integrista

O empenho propagandístico dedicado pelas "mafistas" em prol da campanha de Paulo Egydio chamou a atenção de outra figura bastante famosa quanto ao ímpeto anticomunista que exerceu no período, o bispo de Bragança Paulista, José Maurício da Rocha. Alinhado ao

---

[253] TAVARES, Camilo. **Cidadão Boilesen**. Acervo Memória e Direitos Humanos da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Disponível em: https://www.memoriaedireitoshumanos.ufsc.br/items/show/760. Acesso em: 09 abr. 2023.
[254] Paulo Egydio Martins. Verbete. CPDOC. Disponível em: http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/paulo-egidio-martins. Acesso em: 29 jul. 2022.
[255] ALBERTI, Verena; FARIAS, Ignez Cordeiro de; ROCHA, Dora (Orgs.). **Paulo Egydio Conta**: Depoimento ao CPDOC-FGV. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2007. p. 191.
[256] Ibidem, p. 192.
[257] Idem
[258] MAF lembra aniversário da Marcha. **O Estado de São Paulo,** São Paulo, 18 mar. 1965, p. 21.

pensamento católico integrista, Maurício da Rocha foi um grande disseminador do anticomunismo na esfera paulista, posicionamento que era transmitido, sobretudo, por meio das suas homilias, distribuição de panfletos e cartas pastorais. No *OESP*, o nome do sacerdote era corriqueiro, principalmente na divulgação de mensagens destilando os perigos e problemas do ascenso comunista.[259] O integrismo, corrente com a qual se identificava Rocha, como assinala Gonçalves, era balizado pela doutrina católica, e pretendia impregnar de catolicismo todas as esferas da vida social. Intencionava, assim, "converter o Estado à égide de um fundamento católico, preocupando-se em atacar e coibir os impulsos verificados nos fenômenos plurais da modernidade".[260] A sociedade deveria possuir, de forma exclusiva, os preceitos da fé católica como molde em todos os aspectos da realidade.

De acordo com Benjamin Cowan, pesquisador estadunidense, Maurício da Rocha fazia parte da minoria ultra conservadora existente na hierarquia eclesiástica brasileira, que condenava qualquer mínima reforma proposta nas fileiras da instituição católica. Ardente defensor do integralismo (participou, na década de 1930, como colaborador do Jornal *Acção*), seus posicionamentos preconizavam o retorno a uma sociedade pré-moderna e teocrática e, em vista disso, refletiam intenso "pânico moral" em razão da crescente "ameaça comunista" que se avizinhava.[261]

Em uma das cartas pastorais, mencionada pelo editorial do *OESP* em fevereiro de 1965, Maurício da Rocha[262] fez questão de salientar a importância das mulheres organizadas no movimento eleitoral da cidade de São Paulo, no qual o MAF adquiriu, como visto, posição de relevo. Segundo a imprensa, o bispo teceu enormes elogios às mulheres organizadas que lutaram favoráveis à "revolução", as quais deveriam, naquele momento, servir como exemplo para os brasileiros na sua empreitada contra os candidatos contrários ao movimento de março.[263] O MAF, no dia seguinte à publicação do *OESP*, respondeu ao prelado, agradecendo

[259] O *OESP* foi palco da exposição de ideais de figuras católicas famosas pelos posicionamentos ultraconservadores daquele contexto. A título de ilustração, tiveram colunas no periódico os integristas Lenildo Tabosa Pessoa e Gustavo Corção.
[260] GONÇALVES, Marcos. As tentações integristas. op. cit., p. 35.
[261] COWAN, Benjamin. **Moral Majorities across the Americas:** Brazil, the United States, and the Creation of the Religious Right. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2021. p. 10-11.
[262] O histórico de Dom José Maurício da Rocha na defesa de ideais da extrema direita é extenso. Além de defender e militar em prol do pensamento integralista, vociferando a favor dos já conhecidos jargões "Deus, Pátria e Família", no âmbito religioso era bastante influenciado pelos papas conservadores Leão XIII (1878-1903), Pio X (1903-14) e Pio XII (1939-1958). Ibidem, p. 11.
[263] A mulher e a revolução. **O Estado de São Paulo,** São Paulo, 19 fev. 1965. p. 03.

"cordialmente as elogiosas palavras dirigidas", ato que as incentivava "a prosseguir na nossa luta pela salvação do Brasil".[264]

A correspondência entre ambos, entretanto, não cessou por aí. Em 23 de abril do mesmo ano, 1965, o MAF voltou a elogiar as palavras de Rocha. Dessa vez, também em razão de carta pastoral divulgada pelo religioso. Na declaração, o MAF expôs o seu incondicional apoio às mensagens proferidas pelo sacerdote católico, mensagens essas que deveriam servir, segundo a associação, para que os "poderes públicos do país se precavenham contra a possível volta do perigo comunista "flagelo internacional".[265]

A mensagem do arcebispo que motivou a resposta da associação é interessante para percebermos alguns elementos fundamentais da configuração do imaginário anticomunista católico conservador do período. Considerando o comunismo como o "inimigo número um do Estado e da Igreja", Rocha, no documento, pretendia chamar a atenção dos seus leitores para os perigos do materialismo intrínseco à ideologia comunista, que professava a não existência de Deus:

> Materialistas que são os seus adeptos, para eles, não existe Deus e, consequentemente, nem alma. Daí o desvalor que dão à pessoa humana, lhes sendo tão natural eliminar um homem ou uma mulher, como matar uma cobra ou qualquer outro animal nocivo. [...] O comunismo é o inimigo número 1 da Igreja, do Estado, com o fito, como se sabe, de destruir uma e outro pelo caminho da corrupção, não quer ele corromper nem o sol, nem a lua, nem as estrelas, nem outros elementos, que disso não são suscetíveis. É evidente, seu alvo é o homem, a pessoa humana, a quem está entregue o governo temporal das coisas.[266]

A ausência do credo em Deus retirava qualquer caráter de humanidade do "inimigo", encarado como nocivo, "intrinsecamente mau" e potencialmente violento.[267] Em outro trecho, interpretando a infiltração dos 'vermelhos" como um malefício proveniente dos desígnios da Rússia Soviética, a corrupção, na visão de Rocha, emerge como um ponto de destaque dentre as estratégias utilizadas pelos comunistas:

> A corrupção é a grande meta visada para a realização dos altos planos de Moscou, devendo penetrar em todos os setores da vida, em todas as camadas sociais, desde as

[264] Telegrama do MAF. **O Estado de São Paulo,** São Paulo, 20 fev. 1965, p. 04.
[265] Contra a volta dos corruptos. **O Estado de São Paulo**, 23 abr. 1965, p. 15.
[266] Bispo aponta o inimigo número um do Estado e da Igreja. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 22 abr. 1965. p. 04.
[267] A noção do comunista como "intrinsecamente mau" é proveniente, principalmente, da encíclica *Divini Redemptoris* (1937) escrita por Pio XI.

> crianças até aos velhos, o que, infelizmente, se constata sem possibilidade de contestação. [268]

Se cruzarmos, a título comparativo, as considerações de Rocha acerca do comunismo com algumas declarações do MAF em meses posteriores, não é difícil encontrar elementos de proximidade entre ambos. Por exemplo, a noção de que a corrupção era um atributo que andava lado a lado, aliançado com o comunismo, ou, em outros casos, que dele era uma característica intrínseca também aparece em vários posicionamentos da associação. O processo de "desagregação cívica e religiosa" da pátria era encarado, assim, como parte de um conluio "espúrio" entre comunistas e corruptos. Sobre esse assunto, em outubro de 1965, ao relatar suas atividades, o MAF divulgou o seguinte:

> Poucas vezes a nossa história foi tão atribulada. Para nossa honra e felicidade participamos dos acontecimentos nacionais, assumindo nossas responsabilidades e, na medida de nossas forças, auxiliando o combate contra a desagregação cívica e religiosa de nossa pátria. Permitam-me relembrar fatos recentes: corruptos e comunistas numa aliança espúria desgovernavam o país. Dispondo da máquina administrativa que lhes caíra nas mãos pela insânia do renunciante Jânio Quadros, criavam ódios e acirravam questões abertas, lançando a *sizania* (sic) entre classes sociais até então irmanadas na nacionalidade.[269]

Ainda no que diz respeito à mensagem de Rocha, embora persistente desde a Revolução Russa ocorrida em 1917 como um dos elementos centrais do imaginário anticomunista[270], o perigo representado por Moscou ganhou durante o período da Guerra Fria tons revitalizados. A polarização ideológica, desenhada pelo mundo livre estadunidense em contraponto à Rússia totalitária (vide as denúncias provenientes das ações perpetradas no governo de Josef Stálin), reforçou a ideia de que a América Latina estava em processo de cooptação e tomada pelos soviéticos, o que, de certa forma, servia como recurso justificatório do "virulento anticomunismo".[271] A persistência da Rússia Soviética como sinônimo de fonte de malefícios para o ocidente também reverberou nos discursos construídos em torno da moralidade e dos costumes, assunto que será investigado nos próximos capítulos.

Ademais, nota-se, simultaneamente, como salientou o historiador Rodrigo Motta, a maneira como a ideologia comunista era vista enquanto material corrosivo dos postulados

---

[268] Bispo aponta o inimigo número um do Estado e da Igreja. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 22 abr. 1965. p. 04.
[269] MAF relata sua atividade. **O Estado de São Paulo.** São Paulo, 02 out. 1965. p. 10.
[270] SILVA, Carla Luciana. Anticomunismo brasileiro: Conceitos e historiografia. **Tempos Históricos,** Marechal Cândido Rondon, v. 2, n.1, p. 195-228, mar. 2000. p. 199.
[271] PADRÓS, Enrique. op. cit., p. 42.

básicos da fé católica.[272] O amor e a caridade, marcas provenientes e condizentes com o cristianismo, estariam sendo dilacerados pela criação, como vimos, de ódios e "*sizania* entre classes sociais". Era uma perspectiva que influenciava na própria definição de democracia para o MAF que, como já mencionado em algumas laudas anteriores, não deixava de aludir à versão materialista que negava a imortalidade da alma humana.

Além do prelado de Bragança Paulista, convém citar que as ações desenvolvidas pelo Movimento de Arregimentação Feminina no estado desencadearam elogios por parte de outro integrista, muito mais aguerrido e militante que o anterior: Plínio Corrêa de Oliveira. Líder da Sociedade Brasileira Tradição Família e Propriedade (SBTFP), fundada em 1960, Corrêa foi um assíduo defensor da "revolução de 1964". A TFP, enquanto associação civil e de extrema direita, atuou como grupo de pressão em esferas diversas da vida social, difundindo sua interpretação ortodoxa dos preceitos católicos ao longo de toda a ditadura.[273]

Em um dos livros publicados por Corrêa em que, assim como outras de suas obras, destilava notável anticomunismo, consegui localizar uma menção de glorificação do religioso ultraconservador endereçado ao MAF. No referido livro, Corrêa criticava a postura da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) em relação à crescente "agitação comunista". A CNBB, cabe dizer, cumpriu, durante os anos 1970, papel fundamental no empenho de denunciar as constantes violações de direitos humanos realizadas pelo Estado ditatorial, tornando-se um dos agentes de maior importância na oposição ao autoritarismo.[274] Entretanto, na visão de Corrêa, ao mesmo tempo que a CNBB "desolava" por seu posicionamento, outras "personalidades católicas se iam articulando com os militares e os civis que trabalhavam patrioticamente pela salvação do país". De acordo com ele, pela atuação que estavam empreendendo, sobretudo em São Paulo e no Rio de Janeiro, eram dignas de "registro encomioso":

> (...) diversas personalidades ou organizações que no campo especificamente católico ou contíguo a este, se destacaram e vêm se destacando por seu destemor, sua inteligência e sua dedicação na luta contra o comunismo, durante o período que vai dos pródromos da revolução de 64 até nossos dias. (...) limitamo-nos a mencionar em São Paulo a União Cívica Feminina, o MAF - Movimento de Arregimentação Feminina, os intelectuais, diretores e colaboradores da Revista Hora Presente, o jornalista Lenildo Tabosa Pessoa e mais recentemente o centro denominado SEPES.[275]

---

[272] MOTTA, Rodrigo. Em guarda contra o perigo vermelho. op. cit., p. 44-45.
[273] ZANOTTO, Gizele. op. cit., p. 10-11.
[274] GOMES, Paulo. op. cit., p. 61.
[275] OLIVEIRA, Plínio Corrêa de. **A Igreja ante a escalada da ameaça comunista:** Apelo aos Bispos silenciosos. 3ª edição. São Paulo: Editora Vera Cruz, 1977. p. 56.

Além destes, também não deixou de citar como exemplo de "valorosas e sadias reações no campo católico" as atuações da CAMDE, do jornalista Gustavo Corção e dos membros da revista *Permanência*, bem como da LIMDE, atuante em Minas Gerais.[276] O "destemor" e a "inteligência" citados por Plínio Corrêa certamente faziam referência à quase incansável conduta das mulheres em denunciar e participar das discussões políticas do contexto.

A militância anticomunista foi, sem dúvida, um ponto de consonância entre as duas associações. Desde pelo menos a movimentação organizativa da Marcha da Família em São Paulo, é possível estabelecer vinculações entre a TFP e o MAF.[277] Já durante os anos de ditadura, a associação chegou a participar de eventos de cunho anticomunista promovidos pelo grupo integrista. Caso, por exemplo, de missas realizadas com o intuito de preitear as vítimas do comunismo à época da rememoração da Revolução Russa de 1917, organizadas pela TFP em 1972.[278]Em 1976, quatro anos depois, o MAF organizou em conjunto com a TFP, a UCF e a Confederação das Famílias Cristãs um ato cívico dedicado à memória dos soldados mortos na Intentona Comunista de 1935. No convite público para o ato, reiteraram que "dado o sentido altamente patriótico de que se reveste a comemoração no momento em que o perigo comunista avulta tanto em nosso país como no mundo, estamos certos de antemão do prestigioso comparecimento de todos os brasileiros empenhados na defesa do Brasil e da civilização cristã."[279]

Assim como para muitos outros grupos, a "agitação comunista" no campo eclesiástico não passou desapercebida pelas mulheres paulistas e foi, similarmente, motivo de preocupação. A partir de meados da década de 1960, em face da escalada autoritária, alguns quadros da Igreja destinaram-se a construir pontos de oposição ao regime instaurado. Tal situação fez com que alguns padres e políticos conservadores se pronunciassem a respeito da "participação militante" de membros católicos na política; e o MAF, como já descrito e como pode ser imaginado, não deixou de, como diz a famosa expressão, "pegar carona" nesses pronunciamentos e emitir suas opiniões sobre os acontecimentos. Assunto sobre o qual destinarei minha atenção adiante.

---

[276] Ibidem, p. 57.
[277] ANTOINE, Charles. **O integrismo brasileiro**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980. op. cit., p. 29.
[278] SOLIMEO, Gustavo. TFP faz celebrar missas por alma das vítimas do comunismo. **Catolicismo**, São Paulo, n. 253, jan. 1972. p. 04-05. Disponível em: https://catolicismo.com.br/Acervo/Num/0253/Texto_P04-05.html. Acesso em: 24 jul. 2022.
[279] Homenagem às vítimas da Intentona Comunista de 1935. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 26 nov. 1976. p. 15.

2.4 O MAF E DOM VICENTE SCHERER

No Rio Grande do Sul, como arcebispo da arquidiocese de Porto Alegre, Dom Vicente Scherer possuía, desde a década de 1940, voz ativa nos acontecimentos políticos. No cenário gaúcho, tornaram-se notórias suas declarações conservadoras e anticomunistas, as quais o transformaram em uma das principais vozes do catolicismo a denunciar os "males provenientes do comunismo" nas páginas da imprensa do estado.[280] A partir dos anos 1960, destacou-se, conforme expresso por seus discursos, pela preocupação com a "infiltração comunista nos setores do apostolado dos leigos como também nos próprios quadros da hierarquia".[281]

Em agosto de 1967, D. Vicente Scherer fez um pronunciamento no programa semanal "A voz do Pastor" a respeito de notícias veiculadas à época sobre o envolvimento de sacerdotes católicos no auxílio à realização do Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE), ocorrido naquele mês. A UNE, cabe dizer, havia sido colocada na ilegalidade pelo governo ditatorial em 1964 e, desde então, realizava suas atividades na clandestinidade.[282] O referido congresso foi realizado na cidade de Campinas (SP) e sediado em um mosteiro beneditino. Na ocasião, como noticiou a imprensa, as forças da repressão realizaram a prisão de onze padres beneditinos, que poderiam ser enquadrados na Lei de Segurança Nacional.[283]

De acordo com Scherer:

> [...] Cada vez mais se verifica a conveniência e mesmo a necessidade das antigas prescrições no sentido de manter-se o clero afastado da política partidária, sempre discutível e provocadora de divergências e desunião. [...] Acresce que os sacerdotes não têm o direito de utilizar para a promoção de ideias pessoais, o prestígio que lhes vem de uma dignidade e de um cargo que a Igreja lhes conferiu para uma tarefa de evangelização. [...] Por isso, não me parece feliz a atitude assumida pelos sacerdotes que favoreceram o congresso clandestino da UNE. [...] Não cabe à Igreja dirigente, isto é, a hierarquia e o clero julgar os atos discutíveis da autoridade pública cujas leis a doutrina cristã manda respeitar.[284]

As mensagens do cardeal gaúcho, como visto, logo ganharam espaço na imprensa e consequente repercussão em diversos estados. O próprio *OESP* dedicou, em seu editorial, elogios ao arcebispo católico, considerando-o, em razão do desacordo que teceu aos padres que

---

[280] BETT, Ianko. op. cit., p. 134.
[281] Ibidem, p. 170.
[282] A ilegalidade da organização estudantil foi oficialmente instituída com o decreto nº 4.464, promulgado em novembro de 1964 e posteriormente conhecido como Lei Suplicy. Este assunto será abordado com maior profundidade no capítulo III.
[283] Polícia pode enquadrar 392. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 02 ago. 1967, p. 10.
[284] D. Vicente condena padres na política. **O Globo**, Rio de Janeiro, 09 ago. 1967. p. 02.

participaram do congresso, "um espírito autenticamente voltado para o progresso e extremamente sensível às desgraças e misérias inerentes à condição humana".[285] Foi também o *Estadão* que, alguns dias após a declaração de Scherer, em 25 agosto de 1967, publicou um abaixo-assinado do qual participaram mais de mil mulheres paulistas (1596 no total). O documento, que por muito pouco não preencheu uma página inteira do periódico, havia sido enviado diretamente a Scherer e veio acompanhado do seguinte comunicado:

> Exmo. Revmo. Sr. Dom Vicente Scherer, arcebispo de Porto Alegre, Rio Grande do Sul. As mulheres de São Paulo apresentam a v. exa. revma. a expressão do seu sincero apoio à atitude serena e firme com que houve por bem condenar a atuação dos que, falando em paz, esqueceram de suas responsabilidades, acoroçoando rebeldes, propiciando a subversão. Praza a Deus que as palavras de v. exma. revma. encontrem eco no coração de todas as mulheres do Brasil.[286]

De acordo com o documento, que apresenta posição mais enfática que Scherer em relação à condenação do ocorrido, os sacerdotes, qualificados como irresponsáveis, eram vistos como incitadores da ação rebelde da juventude, pois a encorajavam a levar a cabo atitudes vistas como subversivas. Em meio ao montante das minúsculas letras com que foram dispostas as assinaturas no Jornal, pude localizar, dentre outras, a de Maria Mesquita da Motta e Silva, presidente do MAF.

Ao que tudo indica, além da visível conformidade com as palavras de Scherer, o abaixo-assinado organizado pelas mulheres surgiu também em defesa do prelado, já que as declarações do arcebispo foram desencadeadoras de conflitos e divergências ideológicas no interior da Igreja. Alguns sacerdotes paulistas, por exemplo, liderados pelo bispo de Santo André, refutaram, segundo *OESP*, as "restrições feitas no programa radiofônico "A voz do Pastor", defendendo todos os membros do clero que deram apoio aos estudantes durante a realização do congresso da extinta UNE".[287] O cardeal gaúcho, na ocasião, fez questão de responder aos sacerdotes paulistas, acusando, dentre outros, as críticas e argumentações a ele destinadas de "fracas e inconsistentes".[288]

Dias depois da manifestação das mulheres de São Paulo em sua defesa, o próprio Dom Scherer, conforme consta em edição publicada no dia 06 de setembro, respondeu a Maria Mesquita, deixando o entendimento que o abaixo-assinado enviado a ele algumas semanas antes

---

[285] As palavras de D. Vicente Scherer. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 16 ago. 1967. p. 03.
[286] Mulher paulista apoia d. vicente. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 25 ago. 1967. p. 06.
[287] Crítica à ação dos sacerdotes. **O Estado de São Paulo,** São Paulo, 13 ago. 1967, p. 05.
[288] D. Scherer responde a padres de S. Paulo. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 16 ago. 1967. p. 04.

havia sido ideia do MAF. Na resposta de Scherer, o cardeal manifestava sensibilidade e sua profunda gratidão pela "desvanecedora moção de aplausos" que as mulheres paulistas destinaram a ele em razão de suas mensagens recentes sobre o congresso estudantil realizado pela UNE.[289]

Eram pronunciamentos, conforme salientou Motta, que foram recorrentes no "seio da fortaleza da Igreja Católica" nesse período, o que, em certa medida, em que pesem as especificidades, "facilitava o trabalho repressivo do Estado, já que se trataria de comunistas travestidos e não de verdadeiros militantes católicos".[290]

2.5 OS FRADES DOMINICANOS

Foi, todavia, dois anos depois, em 1969, que o posicionamento da associação sobre a questão da participação política de membros religiosos emergiu com contornos mais delineados. Em novembro de 1969, as mulheres do grupo, por meio de telegrama enviado ao Ministro da Justiça, Alfredo Buzaid e ao então presidente, o general Garrastazu Médici, apelaram para que as autoridades militares punissem com o "rigor devido" os sacerdotes dominicanos envolvidos com os acontecimentos ocorridos naquele ano. O ofício, publicado na íntegra pelo *OESP,* trouxe as seguintes declarações:

> O Movimento de Arregimentação Feminina - MAF - que congrega mães de família, estarrecido com a participação de certos eclesiásticos nos acontecimentos que culminaram com a eliminação do líder terrorista Carlos Marighella, conhecido por sua ação subversiva e anti-social, desde a publicação do jornal "Brasil Urgente", vem apelar a v. exa para que os culpados sejam capitulados na nova Lei de Segurança Nacional e punidos com o rigor devido, não se lhes permitindo escudarem-se em sua condição de sacerdotes, condição por eles mesmos traída e renunciada, ao participar ativamente de atividades terroristas, que já provocaram a morte de mais de uma dezena de soldados da Força Pública de São Paulo. O MAF permite-se também chamar a atenção de V. Exma para a atuação da ordem como tal. Com os protestos da nossa mais elevada consideração subscrevemo-nos, atenciosamente. [291]

O manifesto acima foi publicado alguns dias depois da morte de Carlos Marighella, ocorrida no dia 04 de novembro. Militante da Ação Libertadora Nacional (ALN), Marighella foi morto em uma emboscada dirigida pelo então delegado do DOPS de São Paulo, Sérgio Fernando Paranhos Fleury. Conforme informações contidas na Comissão Nacional da Verdade

---

[289] D. Vicente Scherer agradece. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 06 set. 1967. p. 04.
[290] MOTTA, Rodrigo. Em guarda contra o perigo vermelho. op. cit., p. 49.
[291] MAF quer rigor. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 11 nov. 1969. p. 52.

(CNV), na ocasião foram também presos jovens religiosos dominicanos acusados de colaborar com Marighella, dentre os quais Frei Betto, Frei Fernando, Frei Giorgio, Frei Ivo e Frei Tito.[292] Durante a prisão, além da arbitrariedade ao longo de todo o processo, os religiosos foram submetidos a intensas sessões de tortura.

No ofício enviado, chama a atenção a referência realizada pelo grupo ao Jornal Católico *Brasil Urgente*, que há quase oito anos não circulava no país. Sobre isso, antes de prosseguir, cabe aqui uma breve digressão. O tom de crítica da associação em relação a personagens relacionadas ao Jornal *Brasil Urgente,* como se vê na mensagem acima*,* não era novidade. Pelo contrário, data de quase uma década antes, ainda do início dos anos 1960, época em que o Jornal ainda era vendido nas bancas da cidade. O *Brasil Urgente* foi um semanário católico da chamada "imprensa alternativa" do período, dirigido por Frei Carlos Josaphat, pertencente à ordem dominicana. O periódico, com sede em São Paulo, que desde suas primeiras edições se dedicou à defesa das reformas de base e da Justiça Social, foi veiculado durante o período que compreende março de 1963 a abril de 1964, quando foi extinto pela repressão da ditadura que se iniciava.[293] Josaphat foi um destacado intelectual do catolicismo de esquerda, e seu posicionamento político, aliado à influência que possuía, fez com que fosse obrigado ao exílio antes mesmo de instituído o golpe de abril de 1964.[294]

Conforme indicado em uma edição do semanário católico, o MAF, no início de 1963, foi o pivô de uma querela entre o Frei Carlos Josaphat e o integrista Lenildo Tabosa Pessoa. As motivações do conflito eram anteriores à publicação, o que torna seu entendimento um tanto nebuloso para uma leitora que, como eu, teve acesso somente às palavras da página citada.[295] Entretanto, a causa mais proeminente, que é a que nos interessa aqui, é o fato de o MAF ter convidado Lenildo Pessoa para proferir uma palestra, dentre outros temas, acerca da obra "Evangelho e Revolução social", escrita por Frei Josaphat. Nas declarações de Josaphat, como consta na reportagem escrita por ele nas páginas do *Brasil Urgente,* as "mafistas", "pertencentes à alta sociedade", teriam julgado o livro "muito pernicioso".[296] O convite a Tabosa Pessoa teria sido feito pela associação logo após uma apresentação do integrista em um programa de

---

[292] BRASIL. **Comissão Nacional da Verdade**. Relatório/Comissão Nacional da Verdade, volume III. Brasília: CNV, 2014. p. 1716.
[293] KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e revolucionários:** nos tempos da imprensa alternativa. São Paulo: EccentricDuo. 2001. p. 22.
[294] SILVA, Welington. Frei Carlos Josaphat, Catolicismo e Revolução Social. **Caminhos**, Goiânia, v. 16, n. 1, p. 196-207, jan./jun. 2018. p. 198.
[295] Carta de um ex-seminarista. **Brasil Urgente**, São Paulo, ano 1, n. 02, mar. 1963. p. 06.
[296] Idem

televisão recentemente exibido e, de acordo com ele, por questões logísticas, o evento teve de ser cancelado de última hora.[297]

Embora não tenha tido acesso ao possível conteúdo da palestra, não é preciso muito material para inferir ou conjecturar a respeito do posicionamento adotado por Lenildo Tabosa Pessoa em sua fala dedicada à obra de Josaphat. Católico da corrente integrista e, por conta disso, anticomunista convicto, Pessoa se referiu a Josaphat como "fradizinho" portador de "tendências totalitárias e anticristãs".[298]Tabosa Pessoa, convém mencionar, atuou, como demonstrou Beatriz Kushnir, como articulista e editorialista dos Jornais da família Mesquita. Durante o período de ditadura, além da simpatia que nutria pela "revolução", foi também um colaborador da repressão.[299] Em 1969, na ocasião da prisão dos padres dominicanos sob acusação de possuírem relação com a Ação Libertadora Nacional (ALN), liderada por Marighella, foi um dos jornalistas que deu corpo à versão de que o militante comunista havia sido traído pelos religiosos católicos.[300]

Em 1961, dois anos antes, localizei outro episódio envolvendo Frei Carlos Josaphat e a diretoria do MAF. À época, na esteira dos cursos de temáticas variadas que organizou durante toda a sua trajetória, o MAF decidiu por estruturar um curso voltado à análise da obra de Padre Lebret, sacerdote conhecido por sua postura favorável ao cristianismo social.[301] O curso, conforme explicitado por Itacy Pellegrini (vice-presidente da associação naquele ano), surgiu em razão da surpresa e da divergência, segundo ela, com recentes pronunciamentos de Frei Carlos Josaphat. Conforme consta na publicação, Josaphat havia comentado que o "agitador é um elemento perigoso, mas o conservador é um elemento prejudicial".[302]

Em resposta ao frade dominicano, notadamente em razão das críticas do religioso ao caráter prejudicial do conservadorismo, a direção do MAF rebateu com o seguinte: "[...] este curso é realizado exatamente para provar que nós também nos interessamos pelos problemas

---

[297] Nas habituais conferências realizadas pelo MAF, convém mencionar a participação do sacerdote católico Anton Tram Van Kiem. Padre vietnamita, Van Kiem foi convidado a realizar várias conferências no Brasil em 1965, cujo intuito era o de expor a situação do avanço comunista no seu continente. Além das palestras destinadas ao MAF, à UCF e à Liga das Senhoras católicas, Van Kiem, à época, também visitou a sede do Jornal *O Estado de São Paulo*, onde foi recebido pessoalmente por Lenildo Tabosa Pessoa. Vietnã, tema de palestra. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 20 de nov. de 1965, p. 11./Vietnã: padre falará da crise. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 19 de nov. de 1965, p. 14.

[298] Idem

[299] Além de atuar nos bastidores da imprensa em prol do regime repressivo, Tabosa Pessoa, conforme depoimentos, é suspeito de participar, por exemplo, dos interrogatórios dos frades dominicanos na Delegacia de Ordem Política e Social (DEOPS) de São Paulo. KUSHNIR, Beatriz. **Cães de guarda:** jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988. São Paulo: FAPESP; Boitempo, 2012. p. 376.

[300] ANTOINE, Charles. op.cit., 86-87.

[301] LÖWY, Michael. op. cit., p. 69.

[302] Inaugura o MAF curso sobre a obra do Pe. Lebret. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 23 nov. 1961. p. 18.

de nosso tempo, que procuramos resolvê-los, que os estudamos, que percebemos que o mundo se desenvolve, embora sejamos conservadoras".[303]

Esses episódios, mesmo que ocorridos antes do recorte sobre o qual se dedica esta investigação, caracterizam mais um ponto importante na compreensão da postura do grupo em relação ao assunto, postura que persistiu ao longo dos anos de ditadura. Pode-se inferir que os padres "progressistas", desde antes do período discricionário, eram vistos com receio, como avessos à lógica conservadora que guiava os preceitos das mulheres associadas no MAF.

Feitas essas considerações, retornamos ao documento de novembro de 1969. De acordo com as "mafistas", os religiosos dominicanos não poderiam mais exercer ou recorrer da condição religiosa no intuito de se desvencilhar das consequências dos acontecimentos, já que se tratava de condição da qual haviam renunciado por conta de suas orientações políticas. Não se pode inferir pelo pronunciamento quais eram, de fato, as punições rigorosas exigidas pela associação. Mas, ao pedirem pela aplicação da Nova Lei de Segurança Nacional, em vigência desde setembro de 1969, deixavam transparecer que os sacerdotes deveriam ser encarados como ameaça à segurança interna e à ordem política e social, bases centrais do decreto.

No periódico, a posição enfática do grupo manifestada nas mensagens acima contrasta, em certa medida, com a declaração de Dom Agnelo Rossi, que à época estava ocupando a cadeira diretiva da Confederação Nacional dos Bispos (CNBB). Publicadas na mesma página, a mensagem do cardeal, disposta em tom mais "moderado", não deixou de lembrar, em face do acirramento repressivo do Estado, da necessidade da "observância dos Direitos Humanos quer na sua defesa, quer no tratamento que recebam".[304]

2.6 O CASO HÉLDER CÂMARA: "A VOZ INJUSTA"

Em outubro de 1970, o então governador de São Paulo, Roberto Costa de Abreu Sodré, entregou ao cardeal de São Paulo, Dom Agnelo Rossi, uma carta que, de acordo com ele, comprovaria as conexões existentes entre o arcebispo de Olinda e Recife, Dom Helder Câmara, com o Comunismo Internacional. Nas palavras de Sodré, Câmara era pertencente "à máquina de propaganda do Partido Comunista", "recebendo, viajando e sendo subvencionado para isso". Na extensa correspondência, que contava com uma lista de 55 anexos e que foi publicada na

[303] Idem
[304] D. Agnelo: Igreja não teme fatos. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 11 nov. 1969. p. 52.

íntegra pelo *OESP*, Sodré ainda menciona que nas declarações "anti patrióticas" que proferia, o arcebispo considerava-se "o arauto do terceiro mundo".[305]

No que trata especificamente das declarações de Helder Câmara sobre a situação brasileira do período, foram as seguintes as palavras do governador do estado:

> Em sua volúpia de publicidade pessoal que, aliás, explora com raro senso de oportunismo, sua excelência reverendíssima diz sempre a seus leitores e ouvintes que o Brasil é uma enorme prisão onde se torturam sistematicamente presos políticos (anexo nº 17), onde a miséria é genérica e aviltante; onde os militares se apossaram do Poder para desfrutá-lo; onde o terrorismo homicida, como Sua excelência reverendíssima diz textualmente, "merece respeito (anexo nº 17), onde a própria Igreja Católica está dilacerada por dissenções (anexos nº 18 a 25); onde não há qualquer referência ao esforço apreciável para o desenvolvimento social, educacional ou econômico do povo brasileiro. Não será isto *denegrir* e *denegrir* caluniosamente o Brasil?[306]

O MAF, como já era de se esperar em relação à pronta manifestação do grupo no que diz respeito aos acontecimentos do cenário nacional, enviou a Abreu Sodré, três dias após a divulgação da carta pela imprensa, as seguintes palavras, breves e contundentes: "O Movimento de Arregimentação Feminina - MAF - vem apresentar a v. exa. felicitações pela resposta oportuna, calma e justa, provando a má fé dos que não se pejam em *denegrir* o seu país no exterior".[307]

Alguns dias antes da troca de missivas por parte do governador de São Paulo, em 21 de outubro, o MAF já havia exposto seu posicionamento a respeito de Helder Câmara em um ofício endereçado ao presidente-general, Emílio Garrastazu Médici:

> O Movimento de Arregimentação - MAF - lidimo representante das mulheres brasileiras de São Paulo, vem, no momento em que vozes injustas se levantam contra o país, reiterar a v. exa. a expressão de irrestrito apoio e confiança absoluta no governo que propicia a felicidade do Brasil.[308]

O que nos salta aos olhos, em primeiro lugar, é a menção honrosa feita ao general, considerado representante autêntico das mulheres da cidade. Esta, inclusive, foi posição que persistiu durante o governo do ditador, a qual não deixou, mesmo diante das constantes

---

[305] Sodré sustenta suas acusações a D. Helder. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 24 out. 1970. p. 05.
[306] Idem
[307] MAF felicita Sodré. **O Estado de São Paulo,** São Paulo, 27 out. 1970. p. 05.
[308] MAF apoia ação do governo. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 21 out. 1970. p. 05.

denúncias de arbitrariedade cometidas, de manifestar "o irrestrito apoio a todos os atos"[309]com os quais, segundo elas, o governo de Médici defendia e engrandecia o país.[310]

No ofício enviado a Médici, mesmo sem citar nominalmente o prelado católico, a menção às "vozes injustas" que se levantam contra o país trata-se de uma referência iniludível a Hélder Câmara, o arcebispo católico. Dom Helder Câmara empreendeu, ao longo dos anos de terrorismo de Estado, uma campanha no exterior a fim de denunciar e visibilizar os casos de violência perpetrada pelo governo brasileiro. Foi uma das alternativas encontradas pela Igreja Católica que, obstada pela arbitrariedade no território nacional, encontrou em outros países espaço para emitir declarações críticas sobre o que estava ocorrendo no cenário brasileiro.[311]

Assim, não se torna difícil compreender o que motivou as mensagens acima, tanto do MAF quanto do governador de São Paulo. Se analisarmos a data de publicação, logo veremos que surgiram durante o período em que Câmara acentuou na Europa as denúncias das constantes violações de direitos humanos ocorridas no Brasil, de onde não deixou de apontar as práticas de torturas, prisões arbitrárias e desaparecimentos forçados que há muito vinham ocorrendo de forma sistematizada no solo brasileiro:

> [...] o bispo era reconhecido internacionalmente como uma importante liderança na defesa dos direitos humanos e, em 1970 foi indicado ao Prêmio Nobel da paz. Se internamente o regime podia lançar mão de diversos instrumentos para dificultar a propagação de críticas da Igreja, no âmbito internacional via-se tolhido nessa iniciativa. Dom Helder foi o bispo que fez melhor uso dessa brecha para pressionar o governo brasileiro e sua trajetória foi bastante marcada por essa característica.[312]

Por consequência das denúncias e palestras que realizou, o arcebispo foi alvo de intensa campanha de vigilância pelas forças repressivas. Seu nome, inclusive, foi durante um tempo assunto proibido de veiculação pela imprensa brasileira.[313] Tendo isso em vista, no âmbito nacional, declarações como as de Abreu Sodré serviam para imprimir descrédito às informações difundidas por Helder Câmara, além, por óbvio, de reiterar a pretendida imagem de idoneidade do regime em voga.

---

[309] O MAF apoia o presidente. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 03 set. 1972. p. 08.
[310] Em 1972, quando o MAF divulgou o pronunciamento favorável a Médici, o ultraconservador Gustavo Corção fez questão de elogiar a associação. Segundo Corção, em um momento em que calúnias contra o governo se levantavam do mundo inteiro, ele encarava de maneira prazerosa as declarações oriundas do grupo de mulheres de São Paulo. CORÇÃO, Gustavo. Quando o sal da terra se degrada. **O Estado de São Paulo,** São Paulo, 14 set. 1972. p. 24.
[311] GOMES, Paulo. op. cit., p. 66.
[312] Idem
[313] Ibidem, p. 67.

Conforme demonstrou o historiador Reginaldo Sousa, as declarações a respeito da atuação do arcebispo católico no exterior também mereceram atenção por parte de integrantes de associações cívicas no estado do Paraná. Nessas mensagens, muito próximas daquelas acima citadas, Câmara também não foi "visto com bons olhos", representava um agitador social e, em razão disso, um inimigo do patriotismo.[314] No que concerne ao tema da violência, motivo central das denúncias do sacerdote católico, o historiador chama a atenção para o fato de que "as mulheres, ao que tudo indica, nesse ponto, estavam cientes da situação de violência dos militares julgando-a, até certo ponto, necessária para conter os exageros dos "agitadores" do país".[315]

Outro aspecto que ganha relevância diz respeito à linguagem política adotada pela associação, que não se furta da tentativa de gerir afetos políticos na dimensão da vida coletiva. Novamente, como já vimos neste capítulo, a noção de justiça é objeto relevante do discurso. Nas mensagens relacionadas ao religioso, o que se pretende é estabelecer, a partir do apelo à justiça (ou à injustiça), simpatia com o governo brasileiro, tratando-o não como possível algoz, mas como o vitimado por ataques de má-fé provenientes de determinados religiosos "subvencionados pelo Comunismo Internacional".[316]

Por outro lado, o MAF, como visto, assim como ocorreu com as manifestações provenientes dos discursos das Forças Armadas e de suas congêneres paranaenses, demonstrou preocupação com a imagem nacional projetada no exterior. Segundo as declarações, as considerações de Câmara, interpretadas como injustas e de má-fé, e, portanto, como mentirosas, manchariam a "imagem de felicidade" que o Brasil teria conseguido obter perante os países ao redor do mundo. O apelo à "felicidade", vale lembrar, não era traço específico do discurso das "mafistas", fazia parte de um conjunto de ideais que foram recorrentes na arquitetura da propaganda ditatorial. Por exemplo, como demonstrou o historiador Marcos Napolitano, a expressão "nunca fomos tão felizes" foi escolhida para ser o *slogan* oficial do governo ditatorial, difundido nos televisores no início dos anos 1970.[317]

No contexto do governo Médici, que ficou à frente do cargo do Executivo Federal de 1969 a 1974, a construção da imagem de felicidade estava atrelada ao chamado "milagre econômico" ou "milagre brasileiro". Foi um período marcado pela notável crescente na economia, em que o chamado projeto "modernizador" havia começado a surtir efeito e

[314] SOUSA, Reginaldo. op. cit., p. 183-184.
[315] Ibidem, p. 186.
[316] ANSART, Pierre. A gestão das paixões políticas. op. cit. p. 34.
[317] NAPOLITANO, Marcos. 1964. op. cit. p. 147.

desembocava na intensa industrialização e urbanização da sociedade.[318] A propaganda em prol do governo não deixou de tirar proveito desse súbito (mas trágico) crescimento e, no imaginário construído pelo Estado ditatorial, pretendia-se criar um ambiente para a exaltação das benesses oriundas da administração das Forças Armadas. Assim, as declarações de Hélder Câmara, referentes às graves violações de direitos humanos nesse contexto, colidiam com a agenda oficial dos militares brasileiros, expondo o "teto de vidro" que abrigava as tentativas constantes de esconder e perpetuar os crimes cometidos pelo regime.

[318] ORTIZ, Renato. Revisitando o tempo dos militares. *In*: REIS, Aarão; MOTTA, Rodrigo; RIDENTI, Marcelo. (orgs). **A ditadura que mudou o Brasil:** 50 anos do golpe militar. Rio de Janeiro: ZAHAR, 2014. p. 113.

3 O MAF E O "ELO" COM AS FORÇAS ARMADAS

Este capítulo, em primeiro lugar, apresenta o conjunto discursivo adotado pelo MAF em relação às Forças Armadas desde os primeiros momentos pós-golpe civil-militar, ocorrido em 1964. Investigar tais elementos discursivos, como veremos, permite aferir as características do comportamento do grupo, assim como a relação pública estabelecida por ele com o estado ditatorial. Em segundo lugar, expõe a proximidade que o grupo obteve com doutrinas reconhecidamente difundidas nas e pelas corporações militares, como foi o caso da Doutrina de Guerra Revolucionária (DGR). Nesses meandros, surgem evidências capazes de demonstrar o modo como a máquina repressiva estatal circunscrita ao estado de São Paulo fez uso da imagem e do discurso do grupo em episódios que ganharam notório reconhecimento público, bem como intencionou inserir diretamente as associações cívicas na engrenagem da produção de informações no contexto de finais de 1969.

Portanto, ao decorrer deste capítulo, entrelaçam-se, assim como na realidade, os posicionamentos do grupo em direção ao governo ditatorial e a posição dos militares a respeito da associação. Nesse entrelaçamento, que traz à tona, dentre outros, especificidades da trajetória do MAF, o anticomunismo emerge como um dos fios condicionantes primordiais das conexões estabelecidas entre ambos no recorte aqui analisado.

3. 1 "A CASA DO GENERAL"

Nas primeiras semanas de julho de 1967, alguns jornais da imprensa divulgaram em suas páginas a notícia de um decreto que garantia ao Movimento de Arregimentação Feminina a titulação de entidade de utilidade pública.[319] Assinada pelo então presidente Arthur da Costa e Silva e redigida pelo Ministro da Justiça, Luís da Gama e Silva, a decisão judicial foi justificada tendo em vista as atividades decisivas empreendidas pela associação na deposição de João Goulart, bem como em prol do sucesso do "movimento revolucionário de março de 1964".[320] A sanção do decreto foi consequência de um pedido pessoal feito pelo Ministro da Justiça ao presidente e se tratava de um reconhecimento simbólico que demarcava em vias

[319] BRASIL. Decreto nº 61.250, de 30 de agosto de 1967. **Senado Federal**. Disponível em: https://legis.senado.leg.br/norma/483874/publicacao/15642229. Acesso em: 15 jan. 2022.
[320] Revolução agradece às paulistas. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 13 jul. 1967. p. 03.

jurídicas a profícua relação existente entre o MAF e membros do alto escalão do Estado naqueles primeiros anos após iniciada a "revolução".[321]

E, de fato, não foram poucos os episódios que serviriam para embasar o pedido feito por Gama e Silva, especialmente nos três anos que separam abril de 64 e a assinatura do decreto. Isso porque, como já mencionado, o MAF dinamizou na esfera pública apoio considerável às principais causas "revolucionárias". Por exemplo, foram notórios os elogios distribuídos pelo MAF a generais e a presidentes-generais durante o período. Do mesmo modo, entre os anos de 1964 a 1972, que diz respeito ao recorte desta pesquisa, a rememoração anual da "revolução" pareceu ter sido cumprida pelo MAF com tons de religiosidade. Em 1965, nos dias que antecederam o aniversário do primeiro ano do golpe, algumas integrantes explicaram os motivos pelos quais aceitaram com satisfação os acontecimentos de 1964. Organizada, segundo as "mafistas", por uma "oficialidade culta e profundamente devotada à sua missão de defender o regime democrático", a derrubada do governo de João Goulart representou a "harmonia entre o poder civil e as Forças Armadas", ambos "fiéis à Constituição brasileira".[322] Tal pensamento sobre a "revolução", pode-se dizer, balizou a trajetória do grupo durante os anos aqui pesquisados, reforçando uma imagem positiva das Forças Armadas.

Situação similar ocorreu com a memória da "Marcha". Fixada no calendário do grupo, assim como ocorreu com as demais associações[323], a manifestação ocorrida em 19 de março na cidade de São Paulo, às vésperas do golpe, além de representar um dos grandes intentos organizados pelo MAF, servia para dar fôlego à versão militar de que tudo havia sido planejado obedecendo aos "irreprimíveis anseios de toda a comunidade brasileira".[324] Via de regra (a despeito das críticas que permeavam suas celebrações) o aniversário do evento era comemorado por meio da realização de missas, contando, em alguns casos, com a presença de autoridades políticas e militares paulistanas.[325] Pelo destaque que assumia, a data também foi incluída no rol discursivo castrense, e não deixou de ser trazida à tona tendo em vista a sua importância na batalha contra os "riscos" do comunismo.[326] Em 1971, a título de conhecimento, o general

---

[321] O MAF aplaude Sabin. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 19 jul. 1967. p. 15.
[322] O MAF faz o histórico de arregimentação da mulher brasileira para a Revolução. **O Globo**, Rio de Janeiro, 25 mar. de 1965. p. 04.
[323] Sobre a configuração da "Marcha" ocorrida em São Paulo em 19 de março de 1964 e a respeito de determinados usos da memória das "Marchas" ver, por exemplo: SESTINI, Dharana. op. cit., p. 71-88 e PRESOT, Aline. op. cit., p. 99-106.
[324] O MAF faz o histórico de arregimentação da mulher brasileira para a Revolução. **O Globo**, Rio de Janeiro, 25 mar. 1965. p. 04.
[325] Missa celebra 2º ano da Marcha. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 20 mar. 1966. p. 19.
[326] Lembrada a marcha da família. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 20 mar. 1971. p. 04.

Vicente de Paulo Dale Coutinho, comandante da 2ª Região Militar, relembrava a "Marcha" pelo caráter anticomunista que fundamentou sua realização, e recorria ao exemplo da manifestação para incentivar naquele contexto a mesma vigilância das "senhoras" contra os "alaridos das cassandras comunistas".[327] Vale lembrar, além disso, que outras datas de teor anticomunista foram incorporadas ao calendário da associação no período ditatorial. Nos meses de novembro, por exemplo, uma das tarefas do MAF era organizar atos cívicos com o intuito de preitear os militares mortos em razão da denominada Intentona Comunista de 1935.

Se, como vimos no capítulo anterior, as mensagens emocionais difundidas pelo MAF construíam, por meio de afetos negativos, a figura do comunista, em outro sentido navegavam aquelas direcionadas aos membros da caserna. Assim, não deixavam de conformar um imaginário otimista em relação às Forças Armadas e, por conseguinte, como conta na justificativa de Gama e Silva à época do decreto acima citado, atuar em prol do "sucesso do movimento revolucionário" perante a opinião pública.[328]

No mês de agosto de 1964, decorridos quatro meses dos acontecimentos que haviam culminado no golpe civil-militar, a coluna do MAF no *OESP* fez publicar uma de suas mensagens. Referente àquelas que seriam as cenas dos bastidores que teriam desencadeado o primeiro de abril de 1964, destaca-se na mensagem o seguinte trecho:

> Fim de março. A casa do general regurgitava. Gente entrando, gente nos recantos da sala e do terraço conversando em sussurros. Representantes de todas as entidades femininas assistenciais, chegavam e diziam: "viemos receber ordens, general. Que podemos fazer?" Na sala de jantar, homens debruçados sobre um mapa aberto confabulavam sem perceber o que se passava à volta deles. Chegavam grupos de oito, dez pessoas, e o general dizia: "subam e esperem no escritório." Subiam. Na noite sem lua, na rua sem luz, o povo colocava-se ao lado da democracia. Era apenas isso.[329]

Com cargas consideráveis de elementos da ficção literária, justificadas pela liberdade de criação que a coluna possibilitava, o trecho indicava a participação das "entidades femininas assistenciais" ainda nas condições preparatórias de abril daquele ano. Nos momentos antecedentes ao golpe, cabe dizer, muitos integrantes das Forças Armadas e figuras do

---

[327] Na ocasião, o general Dale Coutinho leu uma mensagem escrita pelo comandante do II Exército. O pronunciamento em questão foi destinado a um grupo intitulado "19 de março", participante da marcha ocorrida em São Paulo em 1964.

[328] Como mencionado na introdução deste trabalho, pesquisadores e pesquisadoras direcionaram seus olhares ao papel desempenhado por alguns desses grupos cívicos perante a opinião pública durante a ditadura, evidenciando a *formação do consenso* em torno dos militares e o suporte social que garantiram ao governo autoritário. Dentre eles, cito novamente os trabalhos de Janaína Cordeiro e Reginaldo Sousa.

[329] DUPRÉ, Maria. MAF - Carta à mulher brasileira. Hino a São Paulo. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 14 ago. 1964. Suplemento Feminino, ano 10, n. 565, p. 02.

empresariado fizeram de suas próprias residências o recinto de articulação dos passos a serem tomados em relação à política nacional[330]; fato que explica, no excerto acima, a alusão à "casa do general" e às confabulações ocorridas na "sala de jantar". No trecho, ainda se ressalta, por meio do apelo à emotividade, certa sabedoria e projeção dos militares frente à resolução dos problemas brasileiros, o que lhes garantia a autoridade de proferir ordens ao público.

Também estiveram presentes na imprensa paulista alguns discursos provenientes do MAF que conferiam enaltecimento a nomes de oficiais participantes ativos do processo político, salientando o esforço anticomunista desempenhado. Nos primeiros dias do mês de abril, ainda sob os vapores quentes do caldeirão golpista, um dos militares que ganhou evidência na lista de homenageados da associação foi Olympio Mourão Filho. Envolvido diretamente com as movimentações do primeiro de abril, Mourão Filho foi lembrado nas páginas do diário da família Mesquita por ter sido um dos "primeiros a pegar em armas para derrubar o governo que iniciara a instalação de um regime totalitário no país".[331] Conhecido pelo ímpeto anticomunista desde a década de 1930 - foi um dos redatores do Plano Cohen (que simulava a tentativa de um golpe comunista no país) - o militar, com a ajuda do governador de Minas Gerais, Magalhães Pinto, irrompeu o movimento que se organizava em busca da tomada do Estado em abril. Por essa atitude, como bem adjetivou o historiador Marcos Napolitano, é possível classificá-lo como um "rebelado de primeira hora" no contexto do golpe.[332]

No dia 11 de abril de 1964, o MAF expressou seus agradecimentos a Mourão Filho, então comandante da 4ª Região Militar, por meio de um ofício, no qual convidou o militar para uma homenagem do povo paulistano. Na mensagem, assinada pela presidente, exaltava-se a coragem do militar na "deflagração da rebelião salvadora":

> O Movimento de Arregimentação Feminina, MAF, de São Paulo, vem agradecer a v. exa. a vossa atitude firme e varonil, no pronunciamento cívico que deitou por terra com a situação vigente em nossa pátria até bem pouco. O grupo de aproveitadores que ocupavam as posições de mando no Brasil, explorando a boa fé das classes sociais menos favorecidas, foi escorraçado dos postos de mando que ocupavam, sem maiores violências e sem derramamento de sangue inocente, em grande parte pela coragem demonstrada por v. exa ao assumir inicialmente a responsabilidade pela deflagração da rebelião salvadora. Cônscio das implicações contidas nas atitudes de v. exa. sr. General, o MAF desde já o convida para vir a São Paulo receber deste povo generoso e em especial deste Movimento as homenagens devidas a tão brilhante situação.[333]

[330] Algumas dessas reuniões, das quais participavam integrantes do IPES e da alta hierarquia militar, são narradas na já mencionada obra de René Dreifuss. DREIFUSS, René. **A conquista do Estado**. op. cit., p. 362-397.
[331] O gen. Mourão Filho recebeu homenagens ontem em São Paulo. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 02 de jun. 1964, p. 15.
[332] NAPOLITANO, Marcos. 1964. op. cit., p. 78.
[333] Adverte o povo que só o expurgo consolidará a vitória democrática. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 11 abr. 1964, p. 11.

Ainda no mesmo pronunciamento, publicado integralmente pelo *OESP*, o grupo fazia um pedido ao Exército para que promovesse Mourão Filho à patente de general do Exército, o que possibilitaria, tendo em vista que estava prestes a ser incorporado à reserva, mantê-lo no convívio das "gloriosas Forças Armadas".[334]

O convite do MAF foi atendido por Mourão Filho cerca de um mês depois. Em junho, em conjunto com outras associações, o grupo paulista organizou um almoço em homenagem ao oficial. Na ocasião, como relatado na imprensa, participaram do encontro cerca de 250 "senhoras", integrantes de diferentes associações cívicas. O discurso ficou a cargo, como era costumeiro, da "mafista" Carolina Ribeiro que, além de ressaltar as qualidades do homenageado, rotulado por ela como "patriota inigualável", aproveitou o ensejo para cobrar ação decisiva do estado ditatorial diante dos problemas deixados pela administração anterior. Na sua resposta às palavras de Ribeiro, Mourão Filho, sem deixar de relatar a projeção que tivera na derrubada de Goulart, mencionou que, assim como todos aqueles que participaram da "revolução", nada mais fez senão "executar aquilo que as mulheres pregaram nas ruas para acabar com o comunismo no país". Por isso, naquele instante fazia questão de devolver a homenagem "à mulher mineira, à mulher paulista, à mulher brasileira."[335] Mourão Filho findou suas considerações novamente fazendo referência aos "males comunistas": "hoje somos um povo livre, podemos falar, respirar. Podem estar certas as senhoras de que esta revolução não parou e não terá fim".[336]

Narrar tais situações (retomando também o trecho acerca da "casa do general"), nos aponta para a dimensão de mensagens e ritos que, difundidos por meio de veículos da imprensa de largo alcance, podem ser caracterizados como amostras de elementos constitutivos do teatro político[337], já que fazem parte de encenações carregadas de signos afetivos. Em que pesem suas diferenças, tanto a mensagem publicada na coluna quanto o rito de homenagem a Mourão Filho,

---

[334] Idem
[335] Idem
[336] Idem
[337] A expressão "teatro político" utilizada por mim é proveniente dos escritos do antropólogo Georges Balandier. Conforme Balandier, a cena política está envolta por dramatizações que, muitas vezes, tem o intuito de manter ou legitimar determinado poder. Nas palavras do antropólogo: "O poder estabelecido unicamente sobre a força ou sobre a violência não controlada teria uma existência constantemente ameaçada; o poder exposto debaixo da iluminação exclusiva da razão teria pouca credibilidade. Ele não consegue manter-se nem pelo domínio brutal e nem pela justificação racional. Ele só se realiza e se conserva pela transposição, pela produção de imagens, pela manipulação de símbolos e sua organização em um quadro cerimonial. Estas operações se efetuam de modos variáveis, combináveis, de apresentação da sociedade e de legitimação das posições do governo". BALANDIER, Georges. **O poder em cena.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982. p. 07.

retomando aqui as formulações de Pierre Ansart, não escapam de produzir e reproduzir afetos políticos voltados àqueles que representavam, naquele momento, o poder instaurado.[338] Em simultâneo, e como já mencionado, reiteravam, por meio de vínculos muito bem evidenciados, a identidade da associação, cuja característica principal repousava no combate partilhado a uma ameaça comum.[339]

Outro episódio que ganhou destaque público em meados de 1964 foi a visita de Juana Castro ao Brasil, que contou, à época, com o MAF na posição de grupo hospitaleiro. Irmã de Fidel Castro, a cubana realizou viagens a alguns países latino-americanos com o intuito principal de desmoralizar a situação política do país caribenho.[340] A visita de Juana Castro ao Brasil[341] foi noticiada nas páginas dos principais jornais de São Paulo, fato que intensificava o caráter propagandístico de sua vinda ao país, já que em seus pronunciamentos destacava o clima democrático e de liberdade que imperava no cenário brasileiro se comparado à situação cubana. No dia 28 de agosto de 1964, com a presença e apoio dos grupos cívicos de São Paulo (dentre os quais o MAF) Juana Castro foi alvo de homenagens realizadas na Assembleia Legislativa do estado.[342] Render homenagens a "Juanita" significava, de acordo com as palavras de Maria Mesquita, protestar "contra o comunismo que nos ameaçou e que continua a procurar se infiltrar em nossa terra".[343] Na ocasião, respondendo aos comentários elogiosos destinados a ela, Juana Castro pediu às mulheres brasileiras para que continuassem a luta ao lado do governo, "para que dê a Cuba a ajuda moral de que (...) o país necessita para liquidar o regime de escravidão que estamos submetidos".[344] Vale lembrar que a imagem de Cuba, naquele momento, auxiliava setores da direita e conservadores a materializar discursivamente os riscos oferecidos pelo Comunismo Internacional. Conforme mencionou o historiador Rodrigo Motta, desde a Revolução Cubana, ocorrida em 1959, o país caribenho se tornou um manancial para as formulações de teor anticomunista.[345] Em meio a essas formulações, ganhava destaque a figura de Fidel Castro, amplamente difundida, por exemplo, em material iconográfico divulgado pela

---

[338] ANSART, Pierre. A gestão das paixões políticas. op. cit., p. 29.
[339] Ibidem, p. 62.
[340] AGEE apud POWER. La mujer de derecha. op. cit., p. 109.
[341] Durante o período que esteve no Brasil, Juana Castro participou de eventos em âmbitos variados. No então estado da Guanabara, a pedido do empenhado anticomunista Carlos Lacerda, chegou a participar da inauguração de escolas, onde também, oportunamente, realizava denúncias do governo cubano e expunha seu contentamento com o Estado brasileiro. Juana Castro presente à organização de escola. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 05 set. 1964, p. 06.
[342] Entidades femininas divulgam manifesto. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 27 ago. de 1964, p. 11.
[343] Idem
[344] Juana Castro descreve na Assembleia o drama de Cuba; confia na queda do castrismo. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 29 ago. 1964, p. 11.
[345] MOTTA, Rodrigo. Em guarda contra o perigo vermelho. op. cit., p. 100.

imprensa.[346] Embutidas nas representações visuais de Castro estavam, dentre outras, a alusão à miséria[347], à destruição das igrejas e à submissão que seriam intrínsecas ao regime defendido pelo revolucionário cubano.[348] Nas manifestações de Juana Castro, para além desses aspectos, acresciam-se denúncias de "campos de concentração" e do desvio educacional promovidos pelo estado cubano.[349] Tal pregação em prol do afastamento com o país caribenho fez com que o MAF aplaudisse, também em meados daquele ano, o rompimento diplomático brasileiro com Cuba.[350]

Criar antíteses à situação brasileira promovendo Cuba como exemplo de tirania e miséria servia ao intento de reforçar a propaganda da "democracia brasileira". Afinal, segundo o MAF, foi seguindo as normas da constituinte que as Forças Armadas, num ímpeto salvador, impediram que cenário similar àquele vivenciado pelos cubanos também se implantasse no Brasil. O vínculo de parentesco de "Juanita" com Fidel Castro, em certa medida, também não se furtava de causar impacto nas suas ouvintes.

Por outro lado, é interessante mencionar que a associação manteve, ao longo dos anos ditatoriais, formas distintas de contato com membros militares e presidentes-generais. Para além da realização de homenagens e do envio de cartas e telegramas (cujo objetivo central, muitas vezes, era o de realizar apelos a fim de concretizar alguma pauta conveniente) houve alguns episódios em que integrantes do grupo se encontraram pessoalmente com oficiais do alto escalão.[351] Por exemplo, em junho de 1965, em um evento ocorrido em São Paulo, inserido nas solenidades da Semana de Anchieta, a presidente da associação, Maria Mesquita, esteve presente e estabeleceu "breve palestra" com o general Castelo Branco.[352]Alguns anos depois, em 1967, dirigentes do MAF foram convocadas para uma reunião com Arthur da Costa e Silva.[353] O objetivo do encontro era discutir o emprego dos fundos arrecadados na campanha do *Ouro para o bem do Brasil*, iniciada logo após o golpe. Para a diretoria do MAF, assim como para as demais associações presentes no encontro, os seis bilhões arrecadados deveriam servir para a construção de uma Escola Técnica Profissional em São Paulo. Na oportunidade, a resposta de Costa e Silva não foi favorável aos desejos da associação paulista, já que ressaltou

[346] Ibidem, p. 134.
[347] Ibidem, p. 135-136.
[348] Ibidem, p. 101.
[349] SIMÕES, Solange. op. cit., p.128.
[350] Aplaude o MAF o rompimento. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 15 mai. 1964. p. 12.
[351] Refiro-me aqui, especificamente, àqueles encontros que, distintamente dos cursos, eventos cívicos e solenidades diversas, ocorreram com o intuito único de expor apelos e pedidos da associação ao estado ditatorial.
[352] Trabalhadores foram recebidos por Castelo. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 10 jun. 1965. p. 19.
[353] Ouro é tema de debate. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 17 maio 1967. p. 12.

que o montante angariado seria destinado a outros locais do Brasil, o que retiraria de São Paulo o caráter de prevalência que poderia obter diante de outros estados.[354] Ou seja, na relação estabelecida entre estado ditatorial e MAF nem tudo correu de vento em popa, existiram também divergências condizentes aos rumos tomados pela administração federal, algumas delas publicizadas por meio dos veículos comunicacionais. Tratam-se, como mencionado na introdução deste trabalho, de tensionamentos que nos ajudam a complexificar a visão sobre a trajetória do grupo.

Foi durante os primeiros anos ditatoriais que as críticas ao governo, ainda que realizadas de maneira tímida, surgiram de modo mais corriqueiro.[355]Como já vimos no primeiro capítulo, a ausência de punições mais rigorosas e extensivas ao longo do desenvolvimento da chamada "Operação Limpeza" configurou elemento motivador de reprovação de integrantes do MAF. Do mesmo modo, já adiantando aspectos relatados no próximo capítulo, a exigência pelo rigor censório, visto como ineficaz pelo grupo em algumas ocasiões, figurou também como ponto de pressão a algumas autoridades do período. Ainda, outro episódio que gerou desconforto entre o comando ditatorial e o grupo paulista foi a tentativa de supressão da exigência de domicílio eleitoral para o cargo de governador de São Paulo.

No início de 1966, a discussão em torno do domicílio, como demonstra a imprensa, foi fruto de certa polêmica no meio político brasileiro. Isso porque, para alguns, extinguir a exigência do domicílio eleitoral para candidaturas ao governo (como vinha se discutindo nos bastidores) tratava-se de manobra política destinada a privilegiar determinados militares, como era o caso do general Amaury Kruel, que pretendia pleitear o cargo de governador de São

[354] Em São Paulo, o MAF, em conjunto com a UCF e demais grupos, articulou a denominada campanha do *Ouro para o Bem do Brasil*. Espalhada por todo o país, a campanha incitava a população a doar à União quantias em dinheiro ou objetos variados que possuíssem lastro financeiro, como o caso de pulseiras, brincos, anéis e correntes de ouro. Conforme publicado na coluna da associação no *OESP*, cada objeto doado corresponderia a uma "gota de suor" dos brasileiros e brasileiras em prol da reconstrução do país. Foi um movimento que ganhou adesão significativa de alguns setores da sociedade. Em julho de 1964, pouco menos de dois meses após iniciada a campanha, segundo o MAF, já haviam se somado cerca de mil e duzentos quilos de ouro arrecadados. Envolvido com a campanha desde seu início, em meados de abril de 1964, o MAF pressionou o governo do general Castelo Branco para que o montante arrecadado fosse aplicado no campo educacional de São Paulo. Cf. DUPRÉ, Maria. MAF - Carta à mulher brasileira. Ouro para o bem do Brasil. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 28 out. 1966. Suplemento Feminino, ano 12, nº 680, p. 03. / DUPRÉ, Maria. MAF - Carta à mulher brasileira. Gota de suor. Suplemento Feminino. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 31 jul. 1964, ano 10, nº 563, p. 02.

[355] Aqui cabe uma observação. Os episódios de divergência entre o MAF e algumas medidas ditatoriais acessados durante a pesquisa foram aqueles publicados na imprensa. Cabe indagar se as críticas de fato cessaram a partir dos anos finais da década de 1960 ou se sua ausência nos Jornais se explica em razão da censura que se abateu sobre a imprensa de modo mais evidenciado a partir dos primeiros momentos de 1970.

Paulo.[356] Era, pode-se dizer, uma discussão estéril, inserida na estratégia de construção da imagem de legalidade pretendida pelo Estado, já que este poderia, dado o seu caráter repressivo, estipular sem maiores constrangimentos quais seriam os integrantes dos cargos governamentais. Em abril de 1966, certamente movido em face da suposta postura favorável de Castelo Branco à supressão do domicílio[357], o MAF expôs sua opinião diante do que considerava "injusta medida", fazendo acenos ao presidente para que mantivesse a Lei Eleitoral e, ao Ministro da Guerra, Costa e Silva, para que, da mesma maneira, não apoiasse a revogação da Lei. Na mesma página, publicou-se ainda um manifesto assinado por um número considerável de mulheres paulistas que apresentaram posicionamento similar.[358]

Em alguns casos, a postura de inconformismo da associação foi canalizada em comportamentos que pretendiam cooperar com a política ditatorial a fim de solucionar o problema posto em voga. Por exemplo, mesmo diante dos altos índices inflacionários dos anos de 1965 e 1966, que tornaram o MAF endereço de cartas de habitantes de São Paulo que expunham indignados a situação econômica nacional[359], o grupo mobilizou sua ação com vistas a estabelecer uma campanha de esclarecimento da população, deixando de lado protestos incisivos direcionados ao regime ditatorial. Tal comportamento pode ser visualizado com bastante nitidez em um posicionamento publicado pelo *OESP* em agosto de 1966. Na mensagem, que ocupou cerca de uma página do periódico, o grupo paulista, sem a intenção de criticar ou expor protestos contrários ao governo, demonstrava suas preocupações com o cenário econômico. Entendendo o caos inflacionário nacional como produto da má administração das gestões anteriores, o MAF propunha que se elaborasse uma campanha cujo propósito era deixar à mostra do público, por meio de propaganda, os motivos de tamanha "situação de privações".[360]Em outra publicação, datada de alguns meses antes, o grupo já havia demonstrado seu interesse em colaborar com o governo ditatorial, ação necessária para que a população voltasse a amar "as medidas patrióticas dos srs. Roberto Campos e Otávio de Gouveia Bulhões."[361] Foi um modo encontrado pelo grupo para expor o descontentamento com

---

[356] Essa versão é reforçada em um editorial do *Estadão*, que associava Amaury Kruel ao "governo comunista" de João Goulart, tratando-o como um malefício à administração de São Paulo caso sua eleição fosse concretizada. O candidato da contra-revolução. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 25 fev. 1966. p. 03.
[357] Castelo já não quer domicílio. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 05 abr. 1966. p. 01.
[358] Mulher paulista é pelo domicílio. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 20 abr. 1966. p. 06.
[359] DUPRÉ, Maria. MAF - Carta à mulher brasileira. Questão de salvação nacional. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 18 mar. 1966. Suplemento Feminino, ano 12, nº 648, p. 04.
[360] MAF faz apêlo. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 26 ago. 1966. Suplemento Feminino, ano 12, nº 671, p. 15.
[361] DUPRÉ, Maria. MAF - Carta à mulher brasileira. Da necessidade de esclarecer o povo. **O Estado de São Paulo**. São Paulo, 18 fev. 1966. Suplemento Feminino, ano 12, nº 644, p. 04.

a movimentação popular que se verificava e, assim, apresentar alternativas ao governo sem, entretanto, deixar de lado sua adesão à ditadura.

Dessa maneira, consolidava-se a versão de que, colocando-se a população a par dos motivos da carestia, os "sacrifícios" em prol do bom desenvolvimento do regime seriam aceitos, estratégia que serviria como um dos caminhos "para evitar que o desânimo se transforme em desespero; e que o desespero gere a convulsão social; e que a convulsão social gere exatamente aquilo que a revolução de março evitou - a submissão do Brasil a um regime totalitário".[362]O que salta aos olhos, novamente, é o recurso discursivo ao medo. Havia, sobretudo, um "medo" inerente à possibilidade de eclosão de mobilização social, que se tornava mais pujante em razão da ação comunista que estaria sempre à espreita. Interessante perceber que mesmo em assuntos econômicos o combate à "infiltração comunista" não deixava de possuir quinhão destacado na construção do discurso. De outro modo, também não deixa de evidenciar a postura conservadora do grupo, que assimilava qualquer indicativo de mobilização popular como sinônimo de desordem e nocividade à estrutura estatal.

Por fim, um fato curioso é que a postura do MAF em relação à política econômica ditatorial chegou a gerar rusgas com outras associações da direita atuantes em São Paulo. No *Correio da Manhã*, em 1966, noticiava-se que o esvaziamento da "Marcha do Silêncio"[363], organizada por algumas associações paulistas, havia sido fruto de boicote de grupos como o MAF e a UCF, "que há cerca de um ano (estavam) divergindo das demais organizações de mulheres de São Paulo, apoiando a política econômico financeira do governo federal".[364]

Realizadas tais ponderações sobre o comportamento do grupo, e esboçadas as "crises episódicas" que marcaram os primeiros anos de ditadura, cabe mencionar que o período final da década de 1960 viu acentuar a posição de proximidade do MAF com a ditadura. Situação explicada pelos "novos perigos" que, em São Paulo, estariam sendo causados pela movimentação de organizações da esquerda armada no cenário urbano.

---

[362] MAF faz apêlo. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 26 ago. 1966. Suplemento Feminino, ano 12, nº 671, p. 15.

[363] Conforme informações publicadas pela imprensa, a denominada "Marcha do Silêncio" foi uma tentativa de manifestação popular promovida por grupos da direita com vistas à rememoração da "Marcha" ocorrida em São Paulo, em 19 de março. A especificidade do movimento, que nos explica os problemas que enfrentou para sua realização, é que fora organizado por alguns grupos considerados à época "dissidentes" da "revolução", dentre os quais, Sálvio de Almeida Prado, presidente da Sociedade Rural Brasileira. Pelos boatos espalhados a respeito da manifestação, que continham em seu teor mensagens que aludiam a um possível protesto contra medidas implementadas pelo governo de Castelo Branco, o cortejo, sem a massiva participação esperada, contou com a companhia policialesca de cerca de 50 soldados do DOPS. Cf. A "Marcha do Silêncio" transcorreu tranquila. **O Globo**, Rio de Janeiro. 21 mar. de 1966. p. 03./ Povo não foi aos festejos da marcha. **Última Hora**, Rio de Janeiro, 21 mar. 1966. p. 03.

[364] Marcha do silêncio em São Paulo só consegue reunir 50. **Correio da Manhã**, 20 mar. 1966. p. 02.

Sobre isso, há um posicionamento que considero elucidativo. No mês de junho de 1970, milhões de televisores brasileiros transmitiram a derrota da seleção italiana para o Brasil na final da copa do mundo, acontecimento que concretizou o título do tricampeonato na competição. Como era de se esperar, em um país tradicionalmente marcado pelo apreço ao futebol, a conquista do título logo se tornou assunto de interesse geral, dominando os veículos de comunicação. Em meio às páginas da imprensa que faziam a cobertura dos festejos em razão da vitória brasileira, uma mensagem do MAF destinada ao jogador Pelé merece nossa atenção:

> O Movimento de Arregimentação Feminina - MAF - que congrega mães de família diante da esplêndida vitória na copa do mundo, congratula-se com o Rei Pelé e seus dignos companheiros que tão alto elevaram o nome do Brasil, num jogo artístico e civilizado. **Lembra, outrossim, que o maior dos campeões poderia ser um elo entre o nosso presidente, que tão bem soube incentivá-los e o povo, ameaçado pelos inimigos da pátria, portadores de ideologias estranhas, espalhando pelo país atos covardes de terrorismo**.[365] (grifos da autora).

A felicidade diante da conquista do título não impediu a associação de expor suas considerações sobre o cenário político brasileiro, que parecia ainda mais ameaçado diante do "problema" causado pelos "inimigos da pátria". Como se observa na mensagem, a sociedade civil deveria desempenhar um papel importante no combate aos malefícios do avanço comunista, organizando um "elo" com a administração federal, personificada naquele momento na figura militar de Garrastazu Médici. Embora a mensagem tenha sido veiculada decorridos quase seis anos da instituição do golpe, era uma percepção emanada pelo MAF, como pudemos observar, desde os momentos iniciais do governo autoritário, fato que nos explica os recorrentes esforços da associação em manter relações próximas com as Forças Armadas e, simultaneamente, com membros da administração pública de São Paulo. Por outro lado, a mensagem é sugestiva de um pensamento que, durante aquele período, parece ter sido amplificado nas dependências das corporações militares: o debate relacionado ao espaço concedido à população civil diante do combate à "subversão".

Controlar as distintas esferas sociais, instilar o terror em face de um "inimigo" e, por conseguinte, infiltrar-se na vida de cada cidadão e cidadã por meio da vigilância constante caracterizaram-se como aspectos basilares da repressão impetrada pela máquina de terror do Estado. Segundo Enrique Serra Padrós, todos os instrumentos disponíveis foram mobilizados com vistas a destruir o "inimigo invisível que apodrecia o organismo estatal, criava o pânico junto à população e lembrava que a infecção não era externa à nação, mas estava dentro dela".

---

[365] "Rei Pelé", o novo estádio de Alagoas. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 24 jun. 1970, p. 22.

Do mesmo modo, ainda segundo o historiador, esse foi um discurso que conseguiu amalgamar setores abastados da população, assim como boa parte dos setores médios.[366] Em outras palavras, *semear o medo* (ainda fazendo referência aqui às formulações de Enrique Padrós) consistiu em instrumento primordial das práticas empregadas pelo terrorismo estatal. Assim, ao decorrer dos anos autoritários, o discurso direcionado à construção da figura do comunista/subversivo não deixou de ser elaborado tendo em vista o amedrontamento que deveria causar na população, reverberando a noção que sua presença estaria diluída na universalidade dos campos que constituem a vida cotidiana.

Como pretendeu demonstrar a socióloga Maria Rezende, empenhar o confronto em todos os recônditos da sociedade constituiu, nas cartilhas anticomunistas do período, um ponto crucial do combate diante da ideia da tomada de "mentes" pela ideologia comunista. Foi, sobretudo, uma ideia propalada, ainda segundo Rezende, pela Escola Superior de Guerra (ESG), representada em maior grau pela figura do General Golbery do Couto e Silva.[367] Tal ideário, que apelava excepcionalmente aos valores anticomunistas e foi denominado de estratégia psicossocial, possuía como ditame primordial o intuito de internalizar e buscar a aceitação dos valores fundantes da ditadura em todas as instituições da sociedade, caso das escolas, dos sindicatos, das famílias, empresas, associações de classe, das Forças Armadas e das universidades.[368]Nesse conjunto também podem ser acrescentados os meios de comunicação. Ainda segundo Rezende:

> A conquista de mentes a favor do regime em vigor, naquele momento, era o único caminho para impedir, diziam os doutrinadores da ESG e os condutores da ditadura, que fossem abertas quaisquer brechas para a desmoralização dos governos militares. A adesão à ditadura deveria, então, operar uma verdadeira desmoralização dos ideais comunistas. Este processo era denominado de guerra revolucionária, a qual, como parte da estratégia psicossocial, tinha a característica de uma guerra psicológica que atuaria no sentido de evitar que o regime viesse a tomar medidas mais drásticas no futuro. As orientações da ESG e da ditadura caminhavam, assim, para sedimentar na mente dos brasileiros os elementos suficientes para que o comunismo fosse, no presente e no futuro, incondicionalmente, rechaçado. Por um lado, havia um enorme empenho no sentido de mostrar para a população que o comunismo sintetizava tudo o que poderia ser entendido por antinacional, antidemocrático, antiesperança, antifamília, etc. Por outro, ele era um inimigo real contra o qual o movimento de 1964 estaria lutando e, portanto, necessitava contar com a adesão de todos ao seu projeto de organização social.[369]

---

[366] PADRÓS, Enrique. op. cit., p. 185.
[367] REZENDE, Maria José. **A ditadura militar no Brasil:** repressão e pretensão de legitimidade (1964-1984). Londrina: Editora UEL, 2013. p. 39.
[368] Ibidem, p. 40-41.
[369] Ibidem, p. 55.

Trocando em miúdos, tratava-se, como descrito por Bohoslavsky, de uma linha doutrinária que reconfigurou as fronteiras territoriais do "inimigo". A guerra, nessa perspectiva, teria de ser travada no campo ideológico, e o alvo a ser combatido (o comunista) era representado como uma figura "toda-poderosa, tenaz e, às vezes, invisível".[370] Situação que exigia ferramentas inovadoras para a sua eliminação. O mundo, nessa "visão paranoica e maniqueísta", estabelecia-se unicamente a partir de duas fronteiras antagônicas: o ocidente e o comunismo.[371] Em linhas gerais, a estratégia psicossocial posta em prática abarcava uma doutrina que, como bem ponderou João Roberto Martins Filho, levava, ao fim e ao cabo, o nome daquilo que se pretendia combater: a *guerra revolucionária* que supostamente estaria sendo construída na surdina pelo "inimigo comunista".[372]

No que se refere a esses aspectos doutrinários, pode-se dizer que o MAF foi atravessado diretamente pelos argumentos construídos no interior das corporações militares. Desse modo, evidenciar o imaginário anticomunista militar como um "território" sobre o qual a associação caminhou durante os anos ditatoriais, bem como a posição que obteve nas estratégias e pretensões militares circunscritas ao estado de São Paulo são os objetivos que se pretendem cumprir nas próximas páginas. Em meio a essa tentativa, como veremos, emergem *vazios* referentes à trajetória do grupo aqui investigado.

3.2 "É CHEGADA A HORA DE FAZER UMA REBELIÃO": O CONTATO COM A DOUTRINA DE GUERRA REVOLUCIONÁRIA

O vínculo construído com oficiais abriu espaço para que as "mafistas" conhecessem diretamente as teorias que preencheram os manuais militares daquele período, cujo anticomunismo vigorava como elemento matricial. Nos idos da década de 1950, conforme mencionou a historiadora Maud Chirio, a linha doutrinária que circulava nas escolas militares latino-americanas era composta a partir de origens bastante diversas, conjugando-se com as especificidades encontradas nos respectivos territórios nacionais.[373] No caso brasileiro, desse modo, para além do influxo anticomunista emanado do solo estadunidense, resultado direto dos conflitos gerados pela Guerra Fria, outra matriz doutrinária de teor altamente anticomunista foi

[370] BOHOSLAVSKY, Ernesto. op. cit., p. 45.
[371] Idem
[372] MARTINS FILHO, João Roberto. Tortura e ideologia: os militares brasileiros e a doutrina da *guerre révolutionnaire* (1959-1974). *In:* SANTOS, Cecilia M.; TELES, Edson; TELES, Janaína. (Org.). **Desarquivando a ditadura:** memória e justiça no Brasil. v. 1, 1ª edição. São Paulo: Hucitec, 2009. p. 179-202. p. 183.
[373] LINZ, Juan Apud CHIRIO, Maud. op. cit. p. 19.

objeto de difusão sistemática entre os oficiais, apresentando-se como uma "inovação" estratégica diante da "infiltração" comunista: a Doutrina de Guerra Revolucionária (DGR).[374]

Essa é uma interpretação corroborada por João Roberto Martins Filho. Ao afastar a unicidade da influência norte-americana no pensamento militar, o autor preocupou-se em apontar como a DGR, amplamente aceita pelos oficiais do Exército brasileiro, foi o suporte teórico da máquina repressiva pós-1968, elevando a níveis extensivos as atividades voltadas à ação psicológica, à produção de informação, propaganda e à utilização sistemática da tortura pelo Estado.[375] Além disso, foi uma lógica doutrinária que não ficou restrita aos quartéis, difundiu-se a ponto de, já nos momentos precedentes ao golpe de 1964, ter seus termos popularizados, por exemplo, no vocabulário de "parte da direita udenista e da opinião pública conservadora".[376] A divulgação dos preceitos doutrinários da DGR, como apontou Martins Filho, estava inserida nos esforços promovidos pelas Forças Armadas ao menos desde 1961, que organizavam cursos e materiais editoriais sobre o tema destinados a setores da população civil. Tratava-se de tática inserida na ação golpista que se desenhava desde o início dos anos sessenta.[377] Tal esforço de divulgação também explica, em parte, a presença da doutrina na construção do imaginário anticomunista das mulheres que se organizaram nas fileiras do MAF.

Discorrer sobre a influência da doutrina francesa na formação ideológica dos grupos conservadores femininos, entretanto, não tem o intuito de preterir o afluxo que ideais provenientes dos EUA possuíram na concepção das suas atividades. No caso do MAF, a proximidade ideológica com o país norte-americano trata-se de fato bastante notório. A historiadora Janaína Cordeiro, por exemplo, ao avaliar a posição de "vigilância" desempenhada pela CAMDE nos anos ditatoriais, mencionou os graus de conexão existentes entre o grupo e as premissas da DSN, especialmente no que trata da noção de "guerra permanente" que imperava no Brasil daquele período.[378] Não se pode, assim, negar o influxo da lógica de segurança nacional (estadunidense) no imaginário das componentes dessas associações, sobretudo se levarmos em conta a prevalência em seus pronunciamentos da necessidade do combate ao "inimigo interno", bem como a visão amistosa que exibiam dos EUA, país encarado por elas como exemplo civilizacional e, em meio ao conflito dual da Guerra Fria, como o motor da engrenagem do "mundo livre". Ademais, o anticomunismo oriundo dos EUA não se tratava

[374] Ibidem, p. 20.
[375] MARTINS FILHO, João Roberto. Tortura e ideologia. op. cit., p. 179-180.
[376] CHIRIO, Maud. op. cit., p. 27.
[377] MARTINS FILHO, João Roberto. A influência doutrinária francesa sobre os militares brasileiros nos anos de 1960. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, vol. 23, nº 67, p. 39-50, 2008. p. 46.
[378] CORDEIRO, Janaína. A nação que se salvou a si mesma. op. cit., p. 62.

de situação episódica no contexto das ditaduras do Cone Sul. Como pontuou Carla Rodeghero, passou a existir com maior vigor desde a década de 1910 e, no momento entreguerras, foi conduzido por meio de intensas campanhas de propaganda veiculadas por bens culturais variados. Em 1950, os EUA alcançaram o ápice de sua cultura anticomunista interna, com forte agenda persecutória posta em prática pelo movimento que levou o nome de seu expoente, o macartismo.[379] Era uma "cultura" que há tempos criava raízes na mentalidade de muitos de seus receptores, e que não encontrava problemas para ultrapassar os limites fronteiriços daquele país.

Foi também durante a década de 1950, logo nos primeiros anos de sua existência, que o MAF passou a estabelecer vínculos com grupos e autoridades estadunidenses, chegando em alguns casos a acolher e oferecer orientações. Em 1957, por exemplo, a associação recebeu a visita de dois economistas norte-americanos que sugeriram readaptar alguns setores da estrutura de funcionamento do grupo brasileiro a fim de modelá-los conforme a experiência estadunidense.[380] Dois anos depois, em 1959, uma representante da Liga de Mulheres Votantes de Washington esteve em São Paulo para conversar com dirigentes do MAF.[381] Na ocasião, foram expostas, dentre outras, as similaridades de atuação de ambos os grupos.[382] Este, pode-se dizer, foi um contato que persistiu. Em 1964, já sob o regime ditatorial, algumas integrantes do MAF compareceram à sede da União Cultural Brasil-EUA, na capital paulista, para acompanharem um curso desenvolvido pelo Fundo Educacional para o Exterior, apresentado por Mildred Mersereau, representante da Liga das Mulheres votantes dos EUA.[383] Um ano depois, em 1965, o MAF participou de um Seminário em Brasília patrocinado pelo Comitê de Correspondência[384], uma associação estadunidense que atuava no Brasil desde 1959 e cuja finalidade era a de estabelecer diálogo, troca de experiências e parceria com associações compostas por mulheres ao redor do mundo.

---

[379] RODEGHERO, Carla. Religião e patriotismo. op. cit., p. 469-470.
[380] Economista dos EUA entusiasmada com o MAF. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 19 dez. 1957. p. 12
[381] O estabelecimento de vínculos entre associações cívicas femininas latino-americanas (como o caso da CAMDE) e estadunidenses foi descrito pela historiadora Margaret Power. De acordo com Power, nos anos 1960 existiam conexões diretas e organizadas de forma "multidirecional" entre esses grupos, que trocavam experiências sobre a agenda que definiria as suas próximas ações. Power enfatiza no seu estudo a influência que as mulheres latino-americanas exerceram sobre as mulheres conservadoras dos EUA. Ao realizar esse movimento, Power reduz e reavalia o caráter de monopólio que os EUA exerceram sobre as associações de mulheres brasileiras organizadas no contexto dos golpes militares, bem como menciona a ampla cobertura jornalística que as associações brasileiras receberam da direita norte-americana no período. POWER, Margaret. Conexões transnacionais entre as mulheres de direita no Brasil, Chile e Estados Unidos. op. cit./ Interessante perceber como o MAF "inaugura" essa vinculação, existente pelo menos desde a década de 1950.
[382] A liga das mulheres votantes e o MAF. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 03 jul. 1959. Suplemento Feminino, ano 05, nº 299, p. 05.
[383] Organização de grupos femininos. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 20 jun. 1964, p. 10.
[384] MAF participa de seminário. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 20 out. 1965. p. 13.

Também na década de 1960, nos primeiros meses do mandato presidencial de João Goulart, o MAF recebeu a visita da embaixatriz dos Estados Unidos, Allison Gordon.[385] O episódio foi noticiado no caderno *Suplemento Feminino,* que informou que se tratava de encontro previamente estipulado na agenda da embaixatriz, que visitaria entidades de assistência social "ligadas direta ou indiretamente a senhoras norte-americanas ou a entidades particulares norte-americanas", ou que contavam com a "colaboração do governo norte-americano, em forma de ajuda financeira, material, técnicos, etc." [386] Interessante mencionar que após a publicação da referida reportagem o MAF enviou ao *Estadão* uma carta em que, contestando as informações publicadas pelo Jornal, negou qualquer tipo de vinculação, de qualquer forma ou espécie, com organismos ou com o governo estadunidenses.[387]

No que tange ao âmbito discursivo, não era difícil encontrar opiniões do MAF que enfatizassem a posição hegemônica do país norte-americano no panorama global, alçando-o ao primeiro lugar do pódio mundial.[388] O próprio conceito de "liberdade" adotado pelas "mafistas" possuía como basilares ensinamentos construídos no solo estadunidense do início da década de 1940. Em uma de suas colunas, publicada em 1967, Maria José Dupré explicitou o modo como o grupo enxergava o assunto. O conceito de "liberdade", conforme propôs a escritora, deveria ser definido à luz das palavras ditas pelo presidente Franklin Delano Roosevelt, em uma conferência realizada em janeiro de 1941 no Congresso dos EUA.[389]A conferência citada por Dupré foi pronunciada alguns meses antes da entrada estadunidense na segunda grande guerra e, naquele momento, dizia respeito ao papel a ser exercido pelo país na luta contra as forças do Eixo. Ao longo do seu discurso, Roosevelt salientou a preocupação com a segurança nacional e apresentou o que, segundo ele, seriam as quatro "liberdades humanas essenciais": a liberdade de opinião; a liberdade de crença; a liberdade de produzir e, por fim, a liberdade de não ter medo.[390] Quase três décadas depois, a lista apresentada por Roosevelt ainda ecoava nos ouvidos das integrantes do MAF. Agora, contudo, adaptava-se à existência de um "novo inimigo" que

---

[385] Allison Gordon era casada com Lincoln Gordon, embaixador dos EUA no Brasil. Gordon foi um dos orquestradores do golpe de Estado ocorrido em 1964.
[386] A embaixatriz dos EUA visitou o MAF. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 29 dez. 1961. Suplemento Feminino, ano 09, nº 429, p. 15.
[387] Diálogo informal. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 05 jan. 1962. Suplemento Feminino, ano 09, nº 430, p. 02.
[388] MAF aplaude êxito da Apolo. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 01 jan. 1969, p. 09.
[389] DUPRÉ, Maria. MAF - Carta à mulher brasileira. As quatro liberdades. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 24 dez. 1965. Suplemento Feminino, ano 11, nº 636, p. 02.
[390] DEMOCRACY, Voice of. **"The four freedoms".** Disponível em: https://voicesofdemocracy.umd.edu/fdr-the-four-freedoms-speech-text/. Acesso em: 01 mar. 2023.

estava a deteriorar as liberdades democráticas e que, como já mencionado, passou a figurar no discurso de setores conservadores e liberais como sinônimo de totalitarismo.

Além de citar nominalmente e com uma descrição bastante particular as liberdades acima citadas, a coluna também se referia à situação democrática vivida pelo Brasil naquele contexto. Considerada uma democracia pelo MAF (como vimos no capítulo anterior) a ditadura brasileira, ao utilizar meios próprios para a consolidação de seus ideais, tinha como intuito alcançar a plena vigência das "quatro liberdades" propostas por Roosevelt, que estariam em risco face à investida comunista que se avizinhava e que, se exitosa, em nada se diferenciaria dos perigos totalitários enfrentados na Europa.[391]

Contudo, colocados em tela determinados vínculos diretos com os EUA, a atuação do grupo nos anos de ditadura nos leva a inferir que a doutrina francesa de guerra revolucionária, difundida a ele por militares brasileiros, também ganhou espaço e exerceu papel de destaque na consolidação da ação e da estrutura do imaginário de suas integrantes. É uma percepção que surge em razão não somente do envolvimento direto que possuíram com os pressupostos da cartilha francesa, como veremos adiante, mas também em função da relevância dada pela associação à pauta da "guerra psicológica", que se evidenciou como um estímulo para o combate à ação subversiva em todos os setores sociais.

Difundida com maior envergadura nas fileiras do Exército francês em razão das derrotas sofridas no território da Indochina, como também em decorrência do ímpeto de combater o movimento independentista argelino, a Doutrina de Guerra Revolucionária passou a ser estudada pela Escola Superior de Guerra brasileira no final da década de 1950.[392] Após o início de sua difusão na América Latina, a DGR logo chamou a atenção dos oficiais brasileiros, que buscavam, naquele contexto, uma doutrina que se adaptasse de melhor forma às particularidades nacionais.[393] Dentre os nomes destacados na criação e difusão da DGR, ganha relevância a figura de Roger Trinquier, militar cujos ensinamentos foram aplicados pelo exército francês durante o desenvolvimento do conflito ocorrido na Argélia, os quais não se furtavam de incluir nas técnicas militares a prática da tortura e de assassinatos massivos.[394]

---

[391] Sobre isso, o historiador Enrique Padrós, em um breve comentário, mencionou que se analisarmos o contexto latino-americano dos anos 1960 e 1970, as justificativas expressas por Roosevelt se tornaram, no mínimo, contraditórias e curiosas, principalmente no que diz respeito ao papel desempenhado pelos Estados Unidos após findada a Segunda Guerra Mundial. PADRÓS, Enrique. op. cit., p. 56.

[392] Para informações sobre a DGR, consultar: MARTINS FILHO, João Roberto. Tortura e ideologia. op. cit.

[393] CHIRIO, Maud. op cit., p. 20

[394] SILVA, Jussaramar. O centro de instrução de guerra na selva e a formação para a doutrina de guerra contrarrevolucionária. *In:* LONGHI, Carla; GENTILE, Fábio (Orgs). **Ditaduras e violência institucional**. São Paulo: Educ, 2019. p. 33-34.

Na percepção militar, a guerra revolucionária fazia parte de uma estratégia comunista com vistas à tomada do poder estatal. Para alcançá-la, o denominado Movimento Comunista Internacional abriria mão, em primeiro lugar, dos usos do confronto direto armado, optando pela utilização estratégica da informação e da propaganda. Assim, diferentemente de uma guerra convencional, os termos da guerra revolucionária eram delineados a partir da ideia de uma guerra "moderna", onde o alvo primevo era a própria mente da população do país que seria conquistado.[395] Como aponta Martins Filho, "a principal característica dessa forma de conflito era a indistinção entre os meios militares e os não militares e a particular combinação entre política, ideologia e operações bélicas."[396] Em suma, tratava-se de uma guerra com caráter insidioso e subliminar, que tinha como elemento primordial a atuação sobre as ideias, a ação psicológica.[397] Desse modo, as escolas, igrejas, imprensa, sindicatos, universidades e qualquer outro ambiente encarado como propício à veiculação e ou proliferação de ideias "subversivas" mereciam o olhar rigoroso das Forças Armadas. Nada deveria escapar da "lógica da suspeição". Essa leitura serviu como suporte discursivo para a implementação de um "complexo sistema repressivo para combater a subversão e, ao mesmo tempo, reprimir preventivamente qualquer atividade considerada suspeita por se afigurar como potencialmente perturbadora da ordem".[398]

Em um dos pronunciamentos de oficiais do Exército, analisado pela historiadora Samantha Quadrat, é possível perceber como a visão militar acerca da participação civil foi expandida pelas estratégias postas em prática pela DGR que, a depender das circunstâncias, não descartavam o papel da população no enfrentamento do conflito. A subversão, nesse sentido, poderia ser combatida por outros setores que não exclusivamente os setores das Forças Armadas, aliando, por exemplo, religiosos, as diferentes polícias de ordem política e social, os partidos e as classes mais conservadoras.[399] Reiterando essa noção, a historiadora Maud Chirio, aponta que a difusão da DGR para além da "fronteira simbólica entre militares e civis" demarcava a importância, naquele contexto, "da colaboração intensa de novas elites civis e militares formadas na guerra total".[400] Ao encarar o cidadão como um fator essencial no desenvolvimento da "guerra moderna", a DGR transformava-o em combatente e, por isso,

---

[395] MARTINS FILHO, João Roberto. Tortura e ideologia. op. cit., p. 185.
[396] MARTINS FILHO, João Roberto. A influência doutrinária francesa... op. cit., p. 41.
[397] Martins Filho tece suas considerações analisando uma conferência realizada pelo coronel Augusto Fragoso, em 1959, na Escola Superior de Guerra (ESG). MARTINS FILHO, João Roberto. Tortura e ideologia. op. cit., p. 185.
[398] MAGALHÃES, Marion. op. cit., s/p.
[399] Trata-se de pronunciamento datado de 1962, sob responsabilidade do tenente-coronel Danilo da Cunha e Mello. cf. QUADRAT, Samantha. A preparação dos agentes de informação e a ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985). **Varia História**, Belo Horizonte, vol. 28, nº 47, p. 19-41: jan/jun 2012. p. 24.
[400] CHIRIO, Maud. op. cit., p. 27.

visava a formação de um elo colaborativo entre a sociedade e as autoridades militares na luta contra os "inimigos".[401] Como mencionou o historiador chileno Cristian Gutierrez Tapia, a preocupação vital com a sociedade civil pressupunha, inclusive, que os oficiais, além de seu papel repressivo, destinassem atenção a tarefas relacionadas diretamente ao cotidiano da população (como o caso, por exemplo, da prestação de auxílio em caso de catástrofes naturais) com o intuito de neutralizar o "terror" da subversão que poderia se espraiar por esses setores.[402] As associações femininas, nesse sentido, participantes do movimento que deu fôlego discursivo às ações que culminaram no golpe, bem como na posterior ditadura instalada e, sobretudo, atuando no campo da filantropia e de caráter cívico (cujos objetivos pretendiam atingir diretamente a população civil) não escapavam dessa lógica, tendo sido diretamente conectadas às premissas dessa doutrina.

Foi justamente para tratar a respeito da situação da guerra revolucionária em terras brasileiras que, em 1968, a diretoria do MAF solicitou ao Exército que realizasse uma conferência para suas associadas. Ocorrida em 10 de outubro, a conferência ocorreu no auditório da Federação do Comércio do estado de São Paulo, e desde a semana anterior à sua realização vinha sendo divulgada com certo entusiasmo nas páginas do *Estadão*.[403] Conforme consta na imprensa, a reunião conseguiu aglutinar cerca de uma centena de mulheres associadas ao MAF, que lotaram o auditório.[404] À convite do grupo, quem ficou responsável pela apresentação das premissas da doutrina ao público foi o general-de-brigada Adolpho João de Paula Couto. À época comandante da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), Couto era familiarizado com a aplicação de cursos e palestras, já que anteriormente havia ocupado o posto de instrutor da Escola do Estado-Maior por um período considerável. Também era considerado um "dedicado estudioso" da guerra subversiva e das estratégias do Comunismo Internacional.[405] Já na década de 1990, publicou livros que se tornaram referência nas fileiras das bibliotecas do Exército, um deles, inclusive, ratificando as velhas conhecidas versões militares sobre as causas da "revolução" de 1964.[406]

---

[401] TRINQUIER, Roger. **La guerra moderna**. Buenos Aires: Ediciones Cuatro Espadas, 1981. p. 45.
[402] GUTIERREZ, Cristian. **La contrasubversión como política:** la doctrina de guerra revolucionaria francesa y su impacto en las FF.AA. de Chile y Argentina. Santiago: LOM Ediciones, 2019. p. 40.
[403] General fala em reunião do MAF. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 06 out. 1968, p. 36.
[404] General diz ao MAF que a guerra revolucionária está nas ruas. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 11 out. 1968, p. 03.
[405] MOTTA, Aricildes. **1964 - 31 de março**: o movimento revolucionário e sua história. Tomo 08. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2003. p. 45.
[406] Trata-se da seguinte obra: COUTO, Adolpho João. **Revolução de 1964**: a versão e o fato. Porto Alegre: Gente do livro, 1999.

Durante as duas horas de sua exposição, o militar apresentou às mulheres presentes uma descrição gráfica dos pontos principais que compunham a DGR.[407]Preocupado em delimitar ao público a situação da infiltração comunista no Brasil, aportando-se, segundo ele, em "documentação colhida no estrangeiro por autores de renome", Adolpho Couto relatou às suas ouvintes que o Brasil já se encontrava na terceira das cinco etapas existentes no roteiro da guerra subversiva.[408] As etapas a que se referiu o general diziam respeito à escala da evolução da guerra revolucionária na sociedade, partindo da primeira, que tinha como intuito ganhar terreno por meio da "infiltração na imprensa, nos serviços públicos e em diversas camadas sociais", até a quinta e última, que configurava a "dominação completa dos destinos da nação".[409] Nas etapas intermediárias estavam, ainda, (2) a constituição de redes subversivas, marcadas pela promoção de passeatas e tumultos e (4) o estabelecimento de um governo paralelo, já sem a possibilidade de interferência das Forças Armadas.[410] A terceira etapa, por sua vez, referia-se à formação de grupos armados, identificados como "terroristas" pelo Estado.[411] Etapa que, segundo Adolpho Couto, já estava em pleno andamento nas ruas do país.

Vale lembrar que no ano de 1968, em São Paulo, a movimentação estudantil contrária aos mandos ditatoriais havia conseguido levar às ruas milhares de pessoas (assunto sobre o qual trataremos no capítulo seguinte). Também foi um ano em que ações mais organizadas dos grupos da esquerda armada, formados majoritariamente por jovens e estudantes, passaram a ser orquestradas; episódios que seriam ampliados nos anos posteriores. Esses ocorridos foram mobilizados no sentido de dar ainda mais robustez aos argumentos militares de que se formava, subterraneamente, um progresso substancial do comunismo no país e que, por conseguinte, caberia às Forças Armadas a função protetora da sociedade civil.

Diante da situação relatada e após uma estrondosa salva de palmas da plateia, Couto encerrou sua exposição convidando as "mafistas" a "participarem" das ações de combate à "subversão" comunista. Com um auditório repleto de "mães e mulheres", insistiu em chamar a atenção para o comportamento e destino dos jovens, cuja responsabilidade cairia sobre os ombros dos pais e, especialmente, das mães. Segundo o general:

---

[407] General fala da guerra revolucionária. **Diário da Noite**, São Paulo, 11 out. 1968, p. 05.
[408] Além de descrever as etapas da Guerra Revolucionária, Adolpho Couto narrou outras características da doutrina à plateia presente, como as duas principais técnicas do movimento comunista utilizadas para atingir seu objetivo final: as *técnicas destrutivas* (greves, passeatas, terrorismo) e as *técnicas construtivas* ("slogans", impregnação psicológica e formação de grupos). General diz ao MAF que a guerra revolucionária está nas ruas. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 11 out. 1968, p. 03.
[409] Idem
[410] MARTINS FILHO, João Roberto. A influência doutrinária francesa ... op. cit., p. 42.
[411] Idem

> (...) é chegada a hora de fazer uma rebelião dos pais, uma vez que os nossos filhos e netos estão participando de uma guerra violenta sem se darem conta dos erros que estão cometendo, pois os acontecimentos do Brasil não são nada mais do que a repetição dos acontecimentos mundiais que tem por trás de si a organização comunista.[412]

Os sentidos do termo "rebelião" utilizado por Adolpho Couto ganham contornos mais visíveis em outro excerto. Tratava-se, segundo ele, de ação voltada "a estabelecer nos filhos os verdadeiros sentidos da democracia, dentro do clima de respeito às liberdades".[413] Ou seja, era preciso iniciar dentro das próprias residências brasileiras uma espécie de trabalho informacional em prol do governo ditatorial, que seria feito com êxito, principalmente, pelas mães e mulheres. Caso contrário, o destino do Brasil em nada se diferenciaria daquele vivenciado pela Argélia e pelo Vietnã, já que a "revolução subversiva" apresentaria poucas mudanças se comparada ao local em que se manifestava, "adaptando-se somente às condições regionais".[414] Essa concepção reverberada por Adolpho Couto, vale mencionar, em muito se aproxima dos preceitos expostos no manual escrito por Trinquier, no qual o oficial francês salienta que em uma "guerra moderna", o habitante, em sua própria casa, se torna o alvo do conflito.[415]

É também um episódio interessante para ressaltarmos, novamente, a função cumprida por associações como o MAF durante o estado ditatorial. A socióloga Maria Rezende, em seu já mencionado estudo direcionado a avaliar as estratégias em busca de legitimidade postas em prática pela ditadura militar, salientou a importância que esses grupos cívicos possuíam diante da ótica estatal. O próprio general Adolpho Couto, como relatado por Rezende, considerava de suma relevância manter relação com as "senhoras já organizadas desde antes da revolução", já que eram pertencentes a associações que apresentavam inserção junto às novas gerações.[416] Tendo isso em vista, era parte do programa da ESG, por exemplo, planejar ações que englobassem esses grupos sociais, inseridos eles próprios na estratégia psicológica promovida pelo regime ditatorial.[417]

A título de conhecimento, ainda em 1965, a relação estabelecida entre a ESG e o MAF pode ser visualizada. Em um encontro ocorrido em 25 de maio, na sede da Associação dos

---

[412] General diz ao MAF que a guerra revolucionária está nas ruas. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 11 out.1968, p. 03.
[413] General fala da guerra revolucionária. **Diário da Noite**, São Paulo, 11 out. 1968, p. 05.
[414] Ciclo do MAF. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 11 out. 1968. p. 13.
[415] TRINQUIER, Roger. op. cit., p. 44
[416] COUTO apud REZENDE. op. cit., p. 54.
[417] Idem

Diplomados da Escola Superior de Guerra (ADESG), foram colocados em pauta problemas de ordem psicossocial, política e econômica às representantes de associações cívicas do estado.[418] Na ocasião, além de Maria Mesquita, também participaram do encontro estagiários do instituto, o próprio comandante da ESG, o brigadeiro Henrique Fleiuss, e um representante da ADESG que mencionou que aquela reunião representava "a síntese feliz do ideal da mulher paulista e da doutrina da ESG."[419] Ou seja, desde os primeiros anos da ditadura há a possibilidade de sugerir aproximações entre o grupo e o pensamento que circulava nas escolas de oficiais das Forças Armadas.

Ademais, a imagem construída de feminilidade atribuída às mães e mulheres também não pode ser deixada de lado. Afinal, quem mais simbólico na batalha contra o comunismo do que as representantes das mães daqueles que "se rendiam" aos intentos revolucionários? Ou, a quem dariam ouvidos os jovens, "inocentes úteis", senão às próprias mães? Em um imaginário consolidado durante décadas, que relacionava o comunismo à desagregação moral e social, aliado, naquele momento, à discursividade produzida pelos setores da direita em face do descontentamento estudantil nas ruas e das ações de determinados grupos armados, o MAF incorporava um perfil que muito auxiliava na propaganda buscada pela ditadura. Assim, dentro da "guerra psicológica" combatida pelas Forças Armadas, pode-se dizer, o grupo manteve certo papel de proeminência.

Como mensurou Fernanda Moreira, era uma imagem que, visibilizada e propagandeada pelo IPES de São Paulo desde os primeiros momentos do golpe, pretendia indicar que essas mulheres não se tratavam de militantes, "mas mães, religiosas e esposas preocupadas com o futuro do país, tal como da própria família".[420] Ainda segundo Moreira, esse ideal construído em torno desses agrupamentos, que colocavam os valores tradicionais em oposição à "baderna" e à "libertinagem" da esquerda, conseguia mobilizar o público com certa facilidade.[421] Embora não se tratando especificamente do MAF, Janaína Cordeiro, anteriormente, também já havia chamado a atenção para esse fato, salientando que esse posicionamento ajudava a consolidar o governo autoritário, já que "ao se colocaram em defesa da família e da religião, (...) reforçavam o discurso ideológico militar".[422] Mesma posição é encontrada na tese de Reginaldo Sousa em relação à UCF paranaense, que expõe que a mobilização de marcas da feminilidade ajudavam

[418] Mulheres debatem problemas da atualidade. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 26 maio 1965, p. 12.
[419] UCF promove reunião com os estagiários da ESG. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 26 maio 1965, p. 08.
[420] MOREIRA, Fernanda. op. cit., p. 321.
[421] Idem.
[422] CORDEIRO, Janaína. A nação que se salvou a si mesma. op. cit., p. 96.

a estabelecer um sentimento de cuidado e proteção em relação à pátria.[423] Voltaremos a esse assunto ainda neste capítulo.

Retomando a questão da conferência sobre a DGR, a preocupação com a juventude externalizada pelo oficial às suas ouvintes não era assunto novo para os quadros do MAF. Foi, pelo contrário, tema central para o grupo desde os primeiros anos de sua atividade, ainda em meados da década de 1950. Da mesma forma, os temas concernentes à utilização de ferramentas psicológicas no âmbito social também datam do mesmo período. Motivo que nos leva a inferir que, devido à centralidade que ocupavam as discussões a respeito do campo psicológico, a doutrina de guerra revolucionária foi bastante aceita pelas "mafistas".

Sobre esse último comentário, já nos anos ditatoriais, cabe citar dois outros episódios de que participaram integrantes do MAF e nos quais o assunto chegou a figurar como pauta crucial de debate. O primeiro diz respeito a um congresso realizado em 1967, organizado pela CAMDE, em que a denominada "guerra psicológica" se apresentou com proeminência no conjunto discursivo das mulheres.[424] Ocorrido no estado da Guanabara[425], aglutinando um número considerável de associações cívicas latino-americanas, o encontro versou também, entre outros, sobre "o comportamento do estudante no mundo atual".[426] Na ocasião, quem representou o MAF no evento foi Judith Pereira. O presidente Costa e Silva, à época, fez questão de dirigir algumas palavras ao Congresso, definindo as mulheres participantes como "guardiãs do postulado do direito e da Justiça", também mencionou a importância das associações na consagração dos "princípios revolucionários" de 1964, o que tornava realidade a "libertação do comunismo e da corrupção".[427]

O segundo exemplo episódico data de três anos depois. Em 1970, as associações que fizeram parte do Congresso de 1967 voltaram a se reunir, dessa vez decidindo pela criação de um organismo que fosse capaz de coordenar a ação desses grupos a nível nacional e continental. Definiu-se, assim, a fundação do "Conselho Brasileiro de Entidades Cívicas Femininas", cuja vice-presidência, após votação, ficou a cargo do MAF. Participaram, além da própria CAMDE, a UCF, a LIMDE, a Cruzada Democrática Feminina de Pernambuco e a Ação Democrática Feminina do Rio Grande do Sul.[428] Os principais objetivos do Conselho eram correlatos àqueles

[423] SOUSA, Reginaldo. op. cit., p. 160.
[424] SIMÕES, Solange. op. cit., p. 131-132.
[425] O estado da Guanabara foi criado em 1960. Em 1975, foi integrado ao estado do Rio de Janeiro. Durante os quinze anos de sua existência, teve como capital a cidade do Rio de Janeiro.
[426] Congresso pró-democracia. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 18 abr. 1967, p. 06.
[427] Esboçadas as primeiras resoluções do congresso da mulher democrata. **O Globo**, Rio de Janeiro, 19 abr. 1967, p. 04.
[428] Entidades cívicas femininas. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 21 out. 1970. p. 14.

estipulados no Congresso de 67 e diziam respeito, em primeira instância, à "promoção da educação em todos os níveis" e ao combate dos "efeitos de uma guerra psicológica orientada de fora, que (...) procura destruir os valores morais e espirituais".[429]

A relevância da criação do Conselho foi reiterada, como consta em uma reportagem de *O Globo*, a partir de experiências vividas por integrantes da CAMDE em uma viagem ao Vietnã do Sul e que permitiam, segundo elas, afirmar que "o mundo inteiro sofre os efeitos dessa guerra psicológica desencadeada contra a classe média, visando os jovens e utilizando as drogas, a pornografia e o terrorismo e a violência".[430] A viagem em questão foi realizada em virtude do convite feito à associação para a participação no II Congresso promovido pela Liga Anticomunista Mundial (LAM), ocorrido na cidade de Saigon, em 1968.[431] Os indícios encontrados na imprensa nos levam a crer que a criação do Conselho, em outubro de 1970, não deixou de contar com certa influência da linha discursiva adotada durante o desenvolvimento das atividades da LAM.[432] Além do congresso de 1968, a CAMDE também participou do congresso da LAM do ano posterior, em 1969, desta vez com sede na Tailândia.[433]

Não pude encontrar, ao longo do trabalho de coleta de fontes, dados pormenorizados sobre as atividades desenvolvidas pelo Conselho. Entretanto, tudo indica que parte das ações que promoveu era realizada em conjunto com as Forças Armadas, percepção que tive após a leitura de um pronunciamento de uma integrante do MAF, datado dos meses finais de 1970.[434] Também foi um período, como indicou Aline Presot, que marcou o início da desarticulação de muitos desses grupos cívicos, que passaram a perder força e visibilidade.[435] Tal fator nos ajuda a explicar a ausência de dados mais robustos sobre as atividades do Conselho, já que pode ter arrefecido juntamente com parte das organizações que o compunham.

Desse modo, para além de serem alvos diretos da ação psicológica promovida pelas Forças Armadas, participando de cursos e palestras, tais associações também retiraram do termo

---

[429] CAMDE distribui medalhas cívicas. **O Jornal**, Rio de Janeiro, 13 out. 1970. p. 06.
[430] CAMDE cria conselho para coordenar ação na América. **O Globo**, Rio de Janeiro, 13 out. 1970. p. 02.
[431] PRESOT, Aline. op. cit., p. 98.
[432] A Liga Anticomunista Mundial foi criada em 1967. Conforme indicou Ernesto Bohoslavsky, a Liga apresentava âmbito global e esteve vinculada a numerosas atividades terroristas e de propaganda durante os anos que desenvolveu suas atividades. Reuniu em seu interior diversas redes anticomunistas de diferentes continentes. Os congressos que realizava atuavam como um espaço de contato e de negociação entre diversos grupos e sujeitos, aproximados pelo empenho anticomunista que possuíam, embora contassem com especificidades e prioridades distintas. BOHOSLAVSKY, Ernesto. Las redes anticomunistas entre América latina y Asia (1954-1980). **Les Cahiers de Framespa**, *on-line*, nº 36, 2021. Disponível em: http://journals.openedition.org/framespa/10190. Acesso em: 24 abr. de 2023.
[433] CORDEIRO, Janaína. A nação que se salvou a si mesma. op. cit., p. 68.
[434] Canavarro: Mães, fator importante em nossa luta contra a subversão. **Diário da Noite**, São Paulo, 13 nov. de 1970. p. 05.
[435] PRESOT, Aline. op. cit., p. 99.

a justificativa para a encampação de suas próprias atividades. A inquietação do MAF acerca da "guerra psicológica", como pressupunha a doutrina, estendeu-se para âmbitos diversos. Escolas, imprensa, universidades, teatros, revistas e programas de televisão eram corriqueiramente alvo do monitoramento do grupo, justificado pelos riscos contidos no conteúdo subversivo que veiculavam. No próximo capítulo, as atividades desempenhadas pelo grupo em face da "infiltração comunista" poderão ser vistas com maior detalhamento.

Ainda no que concerne à visão militar, cabe dizer que, se por um lado a "guerra psicológica", suposto instrumento primordial das estratégias da guerra revolucionária comunista, foi apresentada às integrantes do MAF em forma de cursos e propaganda; por outro, pode-se concluir que, em algumas circunstâncias, houve a pretensão de inserir diretamente a associação no trabalho de "ação psicológica" desenvolvido no estado de São Paulo. Tal pretensão pode ser visualizada por meio de duas vias principais: ora a partir da tentativa de envolvimento do grupo na aplicação prática de preceitos provenientes das diretrizes francesas, ora utilizando de seu discurso com vistas à mobilização da opinião pública.

3.3 O COMBATE AO COMUNISMO INTERNACIONAL E O PAPEL DESIGNADO ÀS "SENHORAS PLANTONISTAS": PERCORRENDO ALGUNS *VAZIOS*

No início de dezembro de 1970, o Secretário de Segurança Pública do estado de São Paulo, coronel Danilo de Sá da Cunha e Melo, ao proferir um discurso no Clube Paulistano, apresentou breve panorama das ações "antissubversivas" conduzidas pelas Forças Armadas naquele contexto. Das palavras ditas pelo coronel, destaco as seguintes:

> (...) pondo em prática o eterno princípio da **unidade de comando**, indispensável para que seja verdadeira a **unidade de ação**, vossa excelência criou um organismo especializado para o combate à subversão, onde cada um contribui com a sua parte, independente da cor da farda que veste, ou da condição de civil ou de soldado (...)." [436]

Destinado ao então comandante do II Exército, o discurso apresentava ao público presente algumas das características de criação e atuação da Operação Bandeirante (OBAN). O trecho mencionado expõe algumas das variáveis que, segundo Cunha e Melo, garantiram o êxito do organismo no papel que estava designado a cumprir: a inserção de diferentes aliados, civis e/ou militares, na "unidade de ação" em torno do combate comunista. Isso porque, na lógica

[436] Canavarro: vigilância contínua. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 03 dez. 1970. p. 26.

que transitava entre as dependências castrenses, como já mencionado, era preciso que cada um contribuísse, à sua maneira, na batalha contra os "agentes da subversão". A exigência de um confronto bélico a ser travado em todos os *fronts* possíveis, que apelava à utilização de táticas psicológicas, fez com que as associações cívicas femininas angariassem espaço na estratégia militar, sobretudo na operação de reunir número considerável de informações e, por conseguinte, exercer controle no imaginário da população. Vejamos a seguir as evidências que possibilitam que se proceda com tais hipóteses.

Ao realizar uma pesquisa no acervo documental do Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP), pude ter acesso a um dossiê produzido pela Delegacia de Ordem Política e Social (DEOPS/SP) referente ao MAF. Localizado em meio a extenso material microfilmado, o dossiê, ainda não digitalizado pela instituição, reúne o resultado de um trabalho descritivo realizado pela polícia política. De modo sintetizado, trata-se do compilado de alguns excertos jornalísticos referentes a atividades desenvolvidas pelo grupo desde a época de sua criação em SP, no ano de 1954.[437] Muitos desses excertos, inclusive, já eram previamente conhecidos por mim devido à pesquisa realizada nos periódicos.

Foi a partir do contato com esses informes, contudo, que fui direcionada a outro material pertencente ao acervo, o qual logo me chamou a atenção pela origem que possuía. Tratava-se, assim como o já mencionado dossiê, de um "arquivo da repressão"[438], entretanto, dessa vez, a documentação havia sido produzida por um dos setores da Operação Bandeirante, mais conhecida pela sigla com a qual era referenciada, a OBAN.[439]

Carimbado com o timbre da confidencialidade, contendo em sua totalidade doze páginas e intitulado "Contra-propaganda anti-terrorista", o documento em questão foi produzido pela Central de Difusão daquele organismo ainda nos primeiros meses do início da operação.[440] Ao

---

[437] **Movimento de Arregimentação Feminina**. Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP). Fundo Secretaria de Segurança Pública (SSP), dossiê 50-J-000-1185.

[438] O presente tópico caracteriza-se como um "ponto fora da curva" no que diz respeito à natureza das fontes até então analisadas. Um "arquivo da repressão", conforme palavras de Ludmila Catela, circunscreve-se em "um conjunto de objetos sequestrados das vítimas ou produzidos pelas forças de segurança (polícias, serviços de inteligência, Forças Armadas etc) em ações repressivas (...) perpetradas durante as últimas ditaduras militares do Cone Sul". CATELA, Ludmila. El mundo de los archivos. *In:* REÁTEGUI, Félix (org). **Justicia transicional:** manual para América Latina. Brasília: Comissão de Anistia, Ministério da Justiça; Nova Iorque: Centro Internacional para a Justiça de Transição, 2011. p. 381-403. p. 395.

[439] **Contra-propaganda anti-terrorista**. Set. 1969. Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP). Fundo DOPS, pasta 50-Z-009, 060, 10210 -10211, fl. 123-124.

[440] Cabe mencionar aqui que não se trata de documentação inédita, a socióloga Martha Huggins, em estudo dedicado a avaliar a influência estadunidense na configuração de corporações militares no Brasil, já havia se deparado com o mesmo documento na década de 1990. Em sua breve análise, entretanto, Huggins deixou de abordar os grupos envolvidos com a proposta militar, dando atenção ao caráter estrutural de sua produção. HUGGINS, Martha K. **Polícia e Política**: relações Estados Unidos/América Latina. São Paulo: Cortez, 1998. p. 176.

longo de suas páginas, apresenta uma proposta de campanha de "ação psicológica" que visava interferir em todo o estado de São Paulo e que deveria contar, naquele momento, com a disposição voluntária de algumas associações cívicas femininas, dentre as quais estava inserido o MAF. O plano de ação existente no documento que, como consta, já estava em curso na sua primeira fase na cidade de São Paulo, circulou entre diversos organismos repressivos e de segurança. Caso, por exemplo, do Serviço Nacional de Informações (SNI), do Centro de Informação do Exército (CIE), da Secretaria de Segurança Pública (SSP), dos comandos da 2ª Região Militar (2º RM) e 9º Região Militar (9º RM) e da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS). O intuito da ampla difusão da proposta entre esses órgãos era de transformá-la em modelo para a implementação de projetos similares em outras regiões do estado.[441]

A proposta do documento estava atrelada àquelas que foram as premissas fundantes da criação e do funcionamento da OBAN. Como demonstrou a historiadora Mariana Joffily, a Operação Bandeirante foi um órgão criado com a finalidade de agir de forma dinâmica e coordenada contra os inimigos do governo militar e, para isso, a "instantaneidade" e "eficiência" na coleta de informações eram elementos de caráter primordial para o seu funcionamento.[442] Para tanto, utilizou, sobretudo, de dois recursos fundamentais: a coleta de informações por meio de sessões de interrogatório (as quais, como demonstra a bibliografia, geralmente eram acompanhadas da prática de tortura) e, também, a infiltração de agentes em organizações de oposição ao governo ditatorial[443] e em demais setores sociais julgados necessários.

Surgida na cidade de São Paulo, em junho de 1969, a OBAN apresentava caráter misto, ou seja, contava com a participação não somente de elementos provenientes das Forças Armadas, mas também do DOPS, do Departamento da Polícia Federal (DPF) e das polícias civil e militar.[444] Além disso, setores da elite da sociedade civil participaram ativamente da criação do órgão. A OBAN contou com amplo financiamento do empresariado do estado de São Paulo, que fornecia, além propriamente do auxílio pecuniário, ajuda material para o

---

[441] **Contra-propaganda anti-terrorista**. Set. 1969. Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP). Fundo DOPS, pasta 50-Z-009, 060, 10210 -1021, fl. 134.
[442] JOFFILY, Mariana. **No centro da engrenagem:** os interrogatórios na Operação Bandeirante e no DOI de São Paulo (1969-1975). Tese (Doutorado - Programa de Pós-Graduação em História Social. Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. p. 27.
[443] BRASIL. **Comissão Nacional da Verdade**. Relatório/ Comissão Nacional da Verdade, volume I. Brasília: CNV, 2014. p. 136.
[444] JOFFILY, Mariana. No centro da engrenagem. op. cit., p. 31.

combate à "subversão" e ao "terrorismo".[445] No já mencionado documentário *Cidadão Boilesen* é possível mensurar, a partir de relatos de oficiais militares e políticos paulistanos, como foi concatenada a rede que financiou o aparato.[446]

Foi, além disso, um organismo que atuou na clandestinidade, sem formalização jurídica[447] e cujo tempo de existência durou pouco mais de um ano.[448] A OBAN serviu de modelo para o que viria a se denominar, na década de 1970, de sistema CODI-DOI[449], Centros de Operações de Defesa Interna e os Destacamentos de Operações de Informações. Sua administração era realizada pelo Comandante do II Exército, à época cargo ocupado pelo General José Pereira Canavarro que, conforme veremos, nutria relações de proximidade com a diretoria do MAF.

Para compreendermos de maneira mais cristalina de onde partiu a proposta acima mencionada, bem como enquadrar a cooperação que deveria ser exercida pelo MAF, é preciso ter em mente, em primeiro lugar, como funcionava a estrutura organizacional do aparato. A OBAN dividia-se em três setores, todos submissos ao Centro de Coordenação, comandado pelo II Exército. O primeiro, a Central de Informações, era formado por oficiais responsáveis pela análise e tratamento dos informes; havia, em segundo lugar, a Central de Operações, que ficava a cargo das operações de combate e, finalmente, o qual nos interessa de modo mais pronunciado neste trabalho, a Central de Difusão, responsável pelas medidas voltadas à ação psicológica e, também, pelas atividades de segurança interna.[450] Comandada pelo Capitão de Mar e Guerra (CMG), Paulo de Bonoso de Duarte Pinto, foi da Central de Difusão que se originou a ideia da "campanha de contra-propaganda anti-terrorista". Além do próprio Paulo de Bonoso, constam como responsáveis pela elaboração do documento o coronel José Ornellas de Souza Filho e o jornalista Teófilo Benedito de Vasconcelos.[451]

---

[445] Além da participação de empresas como o Grupo Ultra e a Folha de São Paulo, a OBAN contou também com a colaboração de autoridades políticas para arrecadar fundos, caso do ministro Antônio Delfim Netto, que ficou encarregado de pedir pessoalmente auxílio pecuniário a banqueiros brasileiros com o objetivo de patrocinar a operação. Também esteve envolvido nas reuniões de fundação do aparato o então Ministro da Justiça, Luís da Gama e Silva. De São Paulo, participaram o governador Roberto Abreu Sodré e o então prefeito da capital, Paulo Maluf. Ibidem, p. 30-33.

[446] TAVARES, Camilo. **Cidadão Boilesen**. Acervo Memória e Direitos Humanos da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Disponível em: https://www.memoriaedireitoshumanos.ufsc.br/items/show/760. Acesso em: 09 abr. 2023.

[447] JOFFILY, Mariana. No centro da engrenagem. op. cit. p. 31.

[448] Ibidem, p. 40.

[449] FICO, Carlos. Como eles agiam. op. cit., p. 118.

[450] JOFFILY, Mariana. No centro da engrenagem. op. cit., p. 35.

[451] Paulo de Bonoso Duarte Pinto foi um oficial militar pertencente à Marinha brasileira. Durante os anos 1960, manteve atuação dedicada ao campo psicossocial, cujo interesse especial residia nos setores estudantis e sindicais. Também durante esse período, Bonoso chegou a participar do Curso de Informação da Escola Superior de Guerra (ESG). Em 1973, assumiu o comando do CIAGA (Centro de Instrução Almirante Graça Aranha), órgão voltado à

Com vistas a livrar São Paulo da ameaça comunista, a campanha foi formulada seguindo, em especial, a lógica da Doutrina de Guerra Revolucionária, cuja preocupação urgente, como já mencionado, repousava na centralidade do caráter psicológico para a prática de ação.[452] Sendo assim, logo de início ressaltava que sua função estava em "esclarecer e motivar a população civil em sua própria defesa contra o terrorismo da guerra revolucionária, deflagrada (...) pelo comunismo internacional".[453] Para alcançar seus objetivos, foi compartimentada em três diferentes eixos, cada qual com a finalidade de inserir, de maneira distinta, determinados setores da população civil na recepção e/ou difusão do imaginário anticomunista: 1) Corrente de Segurança; 2) Correntes telefônicas e 3) Clínica de boatos.[454]

Os dois primeiros eixos eram mediados diretamente pelos itens presentes no Decálogo de Segurança, que aglutinava uma série de orientações destinadas à população e que havia sido produzido pelo II Exército no mesmo ano de elaboração da campanha.[455]Conforme mencionaram os historiadores Priori e Brunelo, o Decálogo de Segurança foi distribuído, por meio do SNI, para todo o sistema de informações, com a recomendação de que seu conteúdo fosse amplamente divulgado em forma de panfletos. Era composto por dez itens que serviriam de alerta à população sobre os riscos oferecidos pelos "inimigos do regime".[456] O conteúdo do Decálogo presente na proposta da OBAN era similar àquele difundido pelo SNI, a única especificidade encontrada trata-se de um alerta referente à situação vivenciada pelo estado de São Paulo, evidenciada nos trechos finais da mensagem:

---

aplicação de cursos de formação para oficiais da Marinha. Cf. CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL. **Boletins**. 05 jan. 1967. Acervo do Arquivo Nacional (SIAN). Fundo Conselho de Segurança Nacional, BR DFANBSB N8.0.BNT.33. fl. 121. / José Ornellas de Souza Filho foi um oficial do Exército. Em 1973, assumiu um cargo provisório no Ministério da Educação e Cultura no Distrito Federal. Um ano depois, assumiu o posto de secretário das Telecomunicações. Na política institucional, em 1982, foi nomeado governador do Distrito Federal, cargo que ocupou até 1985. NAGASHIMA, Renata. Ex-governador do DF, José Ornellas comemora 100 anos nesta terça-feira. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/cidades-df/2021/11/4966525-ex-governador-do-df-jose-ornellas-comemora-100-anos-nesta-terca-feira.html. Acesso em: 07 mar. 2023. / Nascido no Rio de Janeiro, Teófilo Benedito de Vasconcelos foi, dentre outros, jornalista e locutor. Em 1964, assumiu o posto de Chefe da censura em São Paulo, no qual permaneceu até finais da década de 1970. Censores na GB e na SP. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 28 jan. 1964. p. 05.

[452] Inserir a sociedade diretamente em uma ampla estrutura de produção de informações, cabe mencionar, não se afastava das bases teóricas presentes na Doutrina de Guerra Revolucionária. Nos preceitos da doutrina francesa, estabelecer com a população uma "corrente de união" figurava como ponto crucial, o que significava construir um organizado sistema de informações que pudesse englobar o maior número de cidadãos possível. Evidências dessa lógica aparecem nos escritos de Roger Trinquier. TRINQUIER, Roger. op. cit., p. 45-46.

[453] **Contra-propaganda anti-terrorista**. Set. 1969. Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP). Fundo DOPS, pasta 50-Z-009, 060, 10210 -10211, fl. 132.

[454] Idem

[455] PRIORI, Angelo; BRUNELO, Leandro. Delatores e práticas de delação no limiar da Ditadura Militar no Brasil. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 13, n. 32, jan./abr., 2021. p. 26.

[456] Idem

> 1- Os terroristas jogam com o mêdo e o pânico. Somente um povo prevenido e valente poderá combatê-los. Ao ver um assalto ou alguém em atitude suspeita, NÃO FIQUE INDIFERENTE, NÃO FINJA QUE NÃO VIU, NÃO SEJA CONIVENTE - Avise logo a Polícia ou o quartel mais próximo.
> 2 - Antes de formar uma opinião, VERIFIQUE VÁRIAS VEZES SE ELA É REALMENTE SUA, ou se não passa de influência de "AMIGOS" que o envolveram. Não estará sendo VOCÊ UM INOCENTE ÚTIL numa guerra que visa DESTRUIR VOCÊ, SUA FAMÍLIA E TUDO QUE MAIS AMA NESTA VIDA?
> 3 - Aprenda a ler jornais, ouvir rádio e assistir televisão COM CERTA MALÍCIA. Aprenda a captar mensagens indiretas e intenções ocultas em tudo que você vê e ouve. Você vai se divertir muito com o jogo daqueles que PENSAM QUE SÃO MAIS INTELIGENTES DO QUE VOCÊ ESTÃO TENTANDO FAZER VOCÊ DE BOBO com um simples jôgo de palavras.
> 4 - Se você fôr convidado, ou sondado, ou conversar sobre assuntos que lhe pareçam estranhos ou suspeitos, FINJA QUE CONCORDA E CULTIVE RELAÇÕES COM A PESSOA QUE ASSIM O SONDOU e avise a Polícia ou o quartel mais próximo. As autoridades lhe dão todas as garantias, inclusive o anonimato.
> 5 - APRENDA A OBSERVAR E GUARDAR DE MEMÓRIA alguns detalhes marcantes das pessoas, viaturas e objetos na rua, nos bares, nos cinemas, teatros e auditórios, nos ônibus, nos edifícios comerciais e residenciais, nas feiras, nos armazéns, nas lojas, nos cabeleireiros, nos bancos, nos escritórios, nas residências, nas estações ferroviárias, nos trens, nos aeroportos, nas estradas, nos lugares de maior movimento ou aglomeração de gente.
> 6- Não receba estranhos em sua casa - mesmo que sejam da polícia - sem antes pedir-lhes a identidade e observá-los até guardar de memória alguns detalhes: nº da identidade, repartição que a expediu, roupa, aspecto pessoal, sinais especiais, etc. - O documento também pode ser falso.
> 7 - Nunca pare o seu carro solicitado por estranhos, nem lhes dê "carona". Ande sempre com as portas do seu carro trancadas por dentro. Quando deixar o seu carro em algum estacionamento ou posto de serviço procure guardar alguns detalhes das pessoas que o cercam.
> 8 - Há muitas linhas telefônicas cruzadas. Sempre que encontrar uma delas MANTENHA-SE NA ESCUTA e informe logo a polícia ou o quartel mais próximo. As autoridades lhe dão todas as garantias, inclusive do anonimato.
> 9 - Quando um novo morador se mudar para o seu edifício ou para o seu quarteirão, avise logo a Polícia ou o quartel mais próximo. As autoridades lhe dão todas as garantias, inclusive de anonimato.
> 10 - A NOSSA DESUNIÃO SERÁ A MAIOR FORÇA DO NOSSO INIMIGO. Se soubermos nos manter COMPREENSIVOS, CORDIAIS, INFORMADOS, CONFIANTES E UNIDOS NINGUÉM NOS VENCERÁ.
>
> PS: SÃO PAULO CRESCEU DEMAIS PARA CABER NO ABISMO EM QUE OS TERRORISTAS QUEREM LANÇÁ-LO.[457]

Como se vê, alguns dos itens orientavam seus receptores a denunciarem casos ou situações consideradas suspeitas. Por exemplo, o simples fato de seu prédio receber um novo morador ou moradora já se configurava como motivo suficiente para desconfiança e, sendo assim, a polícia deveria ser avisada para averiguar se os novos habitantes estavam desempenhando alguma atividade comunista. Conforme mencionou a historiadora Marion Magalhães, era uma lógica pautada no medo, que estipulava como único modo de defesa a

[457] **Contra-propaganda anti-terrorista**. Set. 1969. Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP). Fundo DOPS, pasta 50-Z-009, 060, 10210 -10211, fl. 133.

cooperação com o regime. Assim, todos eram convidados a participar da comunidade de informações, "suspeitando de tudo e de todos que os cercassem, como que movidos por um sentimento de ameaça permanente".[458]

Na campanha proposta pela OBAN, a difusão dos itens do Decálogo deveria ser feita, no primeiro eixo, em forma de "corrente". Ou seja, a fim de "salvar São Paulo, que se encontra em uma campanha de terrorismo em plena guerra revolucionária", a pessoa que entrasse em contato com o Decálogo era alertada a repassá-lo a outras cinco pessoas, que deveriam realizar processo semelhante.[459] Quem não o fizesse correria o risco de ser a "próxima vítima" ou ter algum de seus familiares ou amigos atingidos pelo "terrorismo".[460] O segundo eixo, denominado "corrente telefônica", apropriava-se de "formas não convencionais" para a distribuição do conteúdo do Decálogo[461], que deveria ser realizado por meio de ligações telefônicas. Dessa maneira, sem se identificar, a pessoa telefonista, em uma abordagem efusiva, deveria ler ao seu receptor um ou mais itens do Decálogo.[462] Se me permitem a metáfora adaptada ao cenário tecnológico em que escrevo, o objetivo das forças de segurança era o de criar uma espécie de *mailing* para a divulgação anticomunista, no qual os contatos telefônicos primordiais, ao que tudo indica, eram aqueles pertencentes às integrantes das associações cívicas de São Paulo.

Como mencionou Martha Huggins ao avaliar o conteúdo dessa documentação, tratava-se de um trabalho de "conscientização" desenvolvido pela OBAN, que não fugia da finalidade de "fomentar a lealdade ao governo militar".[463] Ao mesmo tempo, ainda segundo Huggins, pretendia inserir a população diretamente na infraestrutura do Estado, estratégia que apresentava elementos baseados no caráter totalitário.[464] Essa percepção se torna ainda mais visível se tomarmos as considerações de Bronislaw Baczko. Segundo o historiador, atuar sobre o imaginário social é uma maneira efetiva e eficaz de controlar a vida coletiva e, em especial, auxiliar no suporte à autoridade e poder exercidos.[465] Assim, a ampla difusão do conteúdo do Decálogo, ao solidificar a imagem de um inimigo, pretendia orientar a sensibilidade

---

[458] MAGALHÃES, Marion. op. cit., s/p.
[459] **Contra-propaganda anti-terrorista**. Set. 1969. Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP). Fundo DOPS, pasta 50-Z-009, 060, 10210 -10211, fl. 124.
[460] Idem
[461] **Contra-propaganda anti-terrorista**. Set. 1969. Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP). Fundo DOPS, pasta 50-Z-009, 060, 10210 -10211, fl.132.
[462] **Contra-propaganda anti-terrorista**. Set. 1969. Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP). Fundo DOPS, pasta 50-Z-009, 060, 10210 -10211, fl. 125.
[463] HUGGINS, Martha. op. cit., p. 176.
[464] Idem
[465] BACZKO, Bronislaw. op. cit., p. 310.

coletiva[466]de modo que o "comunista" e o "subversivo" integrassem objeto contínuo de desconfiança, medo, repúdio e ameaça.

Embora não se possa asseverar quais grupos participariam das primeiras ações descritas, o documento explicita que, em São Paulo, a União Cívica Feminina demonstrou "caloroso apoio" à proposta, aceitando colaborar com a campanha.[467] Além da UCF, seriam convidadas a participar do plano as componentes das seguintes associações: Movimento de Arregimentação Feminina; Liga das Senhoras Católicas; Associação Feminina de Estudos Sociais e Universitários; Juventude Operária Católica Feminina; Associação Cívica Feminina e Confederação das Famílias Cristãs para a ação social. Ainda, fugindo do escopo das associações formadas majoritariamente por mulheres, também foram mencionados outros grupos e clubes, como o caso do *Rotary Club* de São Paulo.[468] Como se percebe, tratavam-se de grupos que exerciam atividades similares, marcadas em especial pelo caráter filantrópico e religioso. Também pode-se dizer que alguns mantinham relações com o empresariado do estado, caso da UCF e, especificamente, do *Rotary Club*.

É, entretanto, no terceiro eixo que a proposta de participação desses grupos cívicos surge com maior visibilidade, no qual são apresentadas com ênfase as pretensões do aparato repressivo para as associações cívicas femininas, cujas integrantes deveriam atuar como "plantonistas" do sistema de informações da OBAN.

Denominado "Clínica de Boatos", o terceiro eixo de ação, além das premissas francesas, foi baseado em estratégias de propaganda utilizadas pelos Estados Unidos durante a Segunda Guerra Mundial. O título dado ao terceiro eixo da proposta não se tratava de categoria "nova" aos conhecimentos dos militares brasileiros. Já na década de 1940, em meio ao conflito bélico mundial, estações de rádios brasileiras reproduziam versões traduzidas de programas veiculados nos Estados Unidos que se referiam à "guerra psicológica" encabeçada pelos regimes fascistas europeus, cuja disseminação de "boatos" funcionava como arma importante para desestabilizar e dividir o inimigo.[469] De modo bastante sintetizado, uma "clínica de boatos" (ou "profilaxia do boato" como também era denominada) consistia em um conjunto de práticas que visava identificar e neutralizar mentiras divulgadas pelo oponente a fim de atingir as Forças Armadas ou a população. Para identificar as possíveis mentiras, o governo estadunidense

---

[466] Ibidem, p. 324.
[467] **Contra-propaganda anti-terrorista**. Set. 1969. Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP). Fundo DOPS, pasta 50-Z-009, 060, 10210 -10211, fl. 123.
[468] Ibidem, fl. 123, 124.
[469] *GENERAL SOUND CORPORATION*. **Marcha dos Tempos:** a profilaxia do boato. 15 abr. 1943. Acervo do Arquivo Nacional (SIAN). Fundo Agência Nacional, BR RJANRIO EH.0.DSO, DIS.75.

contava com a participação voluntária da sociedade civil, que informava o conteúdo existente nos boatos e que, depois de devidamente analisados pelos organismos oficiais, eram combatidos geralmente em formato de propaganda.[470]

A ditadura brasileira, conhecendo essa fórmula, estudou adaptar o modelo de coleta de informações nas décadas de 1960 e 1970, de modo a utilizá-la na luta contra a guerra revolucionária comunista.[471] Para tanto, aspirou como possíveis voluntárias as mulheres brasileiras que, desde o início do regime autoritário, demonstraram paridade com os "ideais revolucionários". Integrado diretamente ao aparato de informações do sistema repressivo de São Paulo, o plano militar visava aumentar o controle sobre áreas estratégicas do estado em simultâneo à dinamização da coleta de informações pretendida pela OBAN.

O cerne da campanha visava treinar as "senhoras" pertencentes ao MAF e a demais associações de modo que pudessem fazer parte de um "processo de produção de informação".[472] Tal processo era relativamente simples e funcionaria da seguinte maneira: durante um período de dezessete horas diárias (das 7h às 24h), as voluntárias eram orientadas, de acordo com a disponibilidade, a organizarem-se em uma escala dividida em cinco períodos. Cada período, com duração estimada de três a quatro horas, ficaria a cargo de uma ou mais "senhoras plantonistas" que deveriam ficar a postos em suas próprias residências para receber as chamadas telefônicas de informantes. Ao receber uma ligação, a "senhora plantonista" deveria anotar o código de identificação do informante e, em seguida, o boato transmitido por ele. Terminado o período, cada voluntária seria orientada a telefonar a uma Central Receptora a fim de transmitir os informes recebidos juntamente com a identificação do informante e o horário do contato. O formulário a ser preenchido pelas voluntárias no momento em que recebessem uma chamada telefônica era o seguinte:

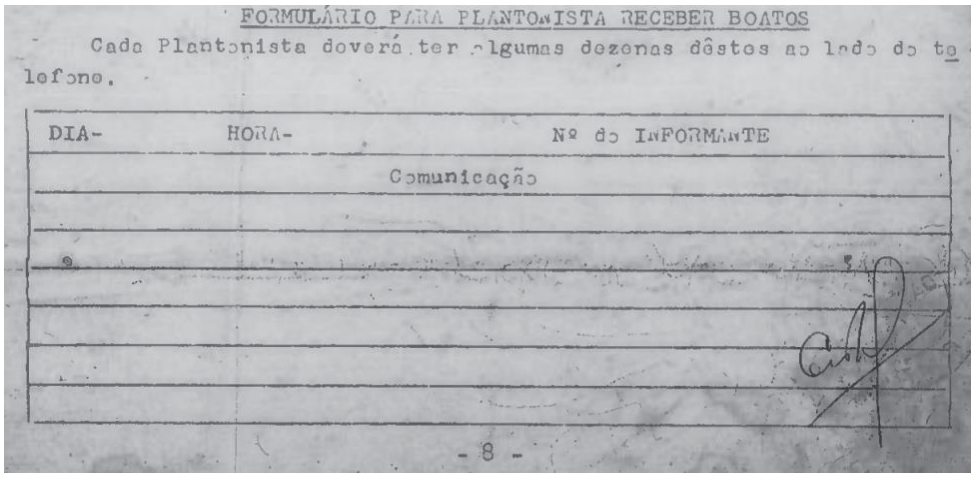
---

[470] Idem

[471] Sobre isso, considero pertinente um comentário. Conforme apontou a historiadora Mariana Joffily, a OBAN amalgamou as influências estadunidense e francesa na produção dos manuais que orientaram o seu funcionamento. Além desse amálgama, os preceitos que guiavam as ações do aparato "foram plenamente adaptados à realidade nacional a ponto de não apenas serem considerados um produto de criação própria, como também de serem repassados a outros países da América Latina". JOFFILY, Mariana. No centro da engrenagem. op. cit., p. 70.

[472] **Contra-propaganda anti-terrorista**. Set. 1969. Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP). Fundo DOPS, pasta 50-Z-009, 060, 10210 -10211, fl. 127.

FIGURA 1 – Formulário


FORMULÁRIO PARA PLANTONISTA RECEBER BOATOS

Cada Plantonista deverá ter algumas dezenas dêstes ao lado do telefone.

DIA- HORA- Nº do INFORMANTE

Comunicação

- 8 -

Fonte: **Contra-propaganda anti-terrorista**. Set. 1969. Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP). Fundo DOPS, pasta 50-Z-009, 060, 10210 -10211, fl. 128.

Da Central Receptora, os informes eram imediatamente repassados à Central de Informações da Operação Bandeirante, onde seriam realizados "trabalhos de seleção, avaliação, análise e demais estudos".[473] Não é possível deduzir, a partir da documentação, quem eram os responsáveis pela Central Receptora que entraria em contato direto com as associadas, tudo nos leva a crer que se tratavam de oficiais do próprio organismo e pertencentes à seção ligada ao campo informacional.

Quanto aos informantes, estes seriam especialmente escolhidos pelos oficiais militares ligados ao II Exército, e a participação, como de praxe, era realizada no mais absoluto anonimato. A seleção prévia e pormenorizada dos informantes feita por membros militares permitia caracterizá-los como fontes idôneas dos informes que transmitiam. Isso se explica à medida que, segundo Magalhães, na dinâmica operacionalizada pelos órgãos de informação, havia uma escala com a qual eram identificados aqueles que atuavam como informantes. A escala servia para aferir os níveis das fontes e o grau de veracidade do conteúdo que transmitiam. Entre os informantes estavam inseridos agentes do próprio Exército, treinados especificamente para a função, como também informantes *eventuais* ou *espontâneos*, que diziam respeito a "pessoas que possuíam certa cumplicidade com o regime e que voluntariamente se dispunham a cooperar, fosse por convicção, fosse para receber algum apoio de caráter pessoal".[474]

---

[473] **Contra-propaganda anti-terrorista**. Set. 1969. Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP). Fundo DOPS, pasta 50-Z-009, 060, 10210 -10211, fl. 127.
[474] MAGALHÃES, Marion. op. cit. s/p

Quando ingressassem na "clínica", os informantes somente receberiam os números de telefones das voluntárias e as senhas com as quais se identificariam. Os locais onde deveriam atuar abrangiam setores diversos da capital paulista. A Universidade de São Paulo e o Instituto Presbiteriano Mackenzie, por exemplo, aparecem como espaços prioritários (fato que expõe a premência da posição de vigilância adotada em relação à juventude, ao movimento estudantil e, também, aos quadros docentes), seguidos pelos sindicatos, grandes e médias indústrias, clubes, comércios, em meio aos motoristas, garçons e trabalhadoras domésticas. Para cada um desses espaços era requerida, no mínimo, a presença de vinte informantes, "a fim de proporcionar meios para comparação e investigação de possíveis confirmações".[475]

Cabe mencionar, ainda, que os motivos que faziam com que as associações cívicas fossem cotadas para uma campanha desse teor eram variados, indo desde o histórico de ação que apresentavam, permeado por atividades de intenso anticomunismo e pela adesão que demonstravam à ditadura, até o número de pessoas que poderiam alcançar, já que algumas computavam milhares de associados e associadas em seus quadros. A UCF, por exemplo, contava com cerca de 2 mil associadas. O MAF ia muito além, chegando a um número estimado de quase 5 mil associadas em 1964, somatória que pode ter aumentado ao longo dos anos de ditadura. Além disso, eram organizações majoritariamente compostas por mulheres consideradas "mão de obra ociosa" pelos oficiais, motivo pelo qual teriam disponibilidade para exercer a atividade voluntária:

> Lembrando que a mão de obra feminina ociosa, reunida em inúmeras associações, atinge na capital de São Paulo elevado número de colaboradoras em potencial, dotadas de apreciável cultura, comunicabilidade e excelente formação e entusiasmo cívicos já demonstrados em várias conjunturas históricas de nossa pátria.[476]

Ter o tempo ocioso, do mesmo modo, serviria para driblar as participantes de possíveis suspeitas diante da atividade que desempenhariam, já que as "senhoras" não teriam outras incumbências no horário de recebimento das ligações dos informantes, o que as deixaria "livres" para a realização dos atendimentos. Outro aspecto interessante acerca da ação proposta diz respeito à familiaridade com o uso de telefonemas por parte de associações como o MAF. Por exemplo, desde os finais da década de 1950, o MAF utilizava-se das linhas telefônicas para a comunicação e, em alguns casos, arregimentação de suas integrantes. Tal circunstância se

---

[475] **Contra-propaganda anti-terrorista**. Set. 1969. Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP). Fundo DOPS, pasta 50-Z-009, 060, 10210 -10211, fl. 127.

[476] APESP. Arquivo Público do estado de São Paulo. **Operação Bandeirante. Central de Difusão. Contra-propaganda anti-terrorista**. Fundo DOPS, pasta 50-Z-009, 060, 10210. fl. 123.

mostra visível em uma publicação realizada pelo *OESP* no mês de agosto de 1960, na qual, ao relatar as principais atividades desempenhadas no ano anterior, o grupo menciona uma "rede de telefonemas que se estabeleceu entre a sede e suas aderentes" que, em menos de três horas, realizou o levantamento dos preços de produtos alimentícios da cidade. O levantamento, na ocasião, foi instantaneamente repassado à imprensa no formato de denúncia.[477] Ou seja, trocar informações de forma ágil por meio telefônico não se trataria de tarefa nova para as integrantes desse grupo, que já possuíam o "hábito" de beneficiar-se desse instrumento comunicativo para o desenvolvimento de suas ações cotidianas desde a década anterior.[478]

É importante salientar que o documento em questão se trata de um plano de ação, o que torna difícil avaliar os seus desdobramentos, bem como certificar a participação efetiva dos mencionados grupos em um ou mais eixos da operação. É uma situação derivada, em parte, da considerável inacessibilidade ou ausência de documentação sobre o funcionamento interno da OBAN.[479] Conforme mencionou Joffily, ainda são muitas as lacunas a serem preenchidas a respeito do órgão, sobretudo no que concerne à colaboração do empresariado na manutenção da repressão e à ação desempenhada por muitos de seus agentes[480]. Diante disso, é oportuno, para a construção deste trabalho, valer-se das percepções apontadas pelo historiador Antônio Mitre. Segundo Mitre, que discorre sobre os fundamentos da construção historiográfica, a capacidade de *criar vazios* é tão importante quanto a possibilidade de preencher lacunas na evolução do conhecimento científico. Criticando a postura de pesquisadores e pesquisadoras que se valem de uma "memória hipertrofiada", que somente replica dados e informações existentes na documentação, Mitre aponta que o historiador e a historiadora devem deter a capacidade de abstração, o que pode ser feito sem uma quantidade enorme de documentação histórica à disposição.[481] Assim, muito mais do que preencher lacunas a respeito da atuação do MAF, o documento, pelo contrário, abre brechas para a realização de indagações, criando *vazios*

---

[477] A atuação do MAF em 1959 a serviço da coletividade. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 10 ago. 1960, p. 14.

[478] Há ainda outro aspecto curioso a respeito da ligação do MAF com as linhas telefônicas do país. A proeminência desse meio de comunicação nas fileiras do grupo fez com que, em algumas ocasiões, o MAF acompanhasse de perto as atividades da Companhia Telefônica Brasileira (CTB) com o objetivo de cobrar melhorias do serviço. Em 1968, por exemplo, a diretoria do MAF chegou a realizar uma visita nas instalações da Companhia, onde recebeu esclarecimentos sobre o andamento de obras de expansão e montagem de novos centros telefônicos no estado de São Paulo. MAF visita CTB. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 22 jun. 1968. p. 12.

[479] À exceção da pouca documentação conhecida, muito do que sabemos da OBAN é proveniente de relatos de presos políticos que permaneceram detidos nas dependências do órgão.

[480] JOFFILY, Mariana. No centro da engrenagem. op. cit., p. 18.

[481] MITRE, Antonio. **El dilema del centauro:** Ensayos de teoría de la historia y pensamiento latino-americano. Santiago: LOM ediciones, 2002. p. 09-15.

oportunos ao arranjo de questionamentos a respeito das ações do grupo paulista nos anos iniciais da década de 70, bem como nos permite conceber características da dinâmica repressiva.

Por exemplo, mesmo permeada por elementos lacunares, a proposta nos ajuda a qualificar a visão de determinados setores militares ligados aos órgãos de informação em relação ao MAF. Era preciso contar com grande confiança de parte das Forças Armadas para ser cotado para tal atividade, mesmo que as reais intenções do "serviço" prestado fossem ocultadas daquelas que se dispusessem a atuar como telefonistas voluntárias. Essa característica ganha ainda mais destaque ao levarmos em conta a circunstância de clandestinidade na qual operava o aparato, cujas principais ações eram coordenadas em caráter estritamente sigiloso.

O documento também nos permite aferir como, em São Paulo, a Doutrina de Guerra Revolucionária imersa nos manuais militares influenciou a inserção de determinados grupos civis à dinâmica interna do aparelho repressivo informacional. Além disso, por ser a OBAN um órgão de composição mista, formado por militares e apoiada financeiramente por grupos empresariais, pode-se dizer que tais aproximações se tornavam ainda mais possibilitadas em relação a setores externos à área militar.

A ausência de documentação conhecida também não permite visualizar quais eram as principais características dos "boatos" que chegariam à ponta da caneta das voluntárias. A "lógica da suspeição" proveniente da ação comunista nos faz crer que os assuntos seriam diversificados, unindo desde a temática da moralidade dos costumes, até a menção a possíveis militantes ou organizações comunistas, este último de interesse fulcral às medidas repressivas da OBAN. Como mencionado no documento, o intuito central do recolhimento e análise dos "boatos" era o de encontrar boas pistas para a produção de contrapropaganda pelo regime ditatorial e, também, amealhar informações consideradas estratégicas.[482] Como mencionou o historiador Antonio Negro, nas grandes indústrias (que constituíam um dos ambientes-alvos da operacionalização da "clínica") o serviço informacional realizado pelos aparatos de segurança servia para, assim como desejava parte do empresariado, aplicar constante vigilância aos trabalhadores e trabalhadoras. Pode-se dizer que o número de notícias produzidas nas dependências das fábricas chegava ao limite da exaustão, ainda que muitas destas fossem referentes a "frágeis protestos, rápidas paradas ou simples "mosquitos"'.[483]

---

[482] **Contra-propaganda anti-terrorista**. Set. 1969. Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP). Fundo DOPS, pasta 50-Z-009, 060, 10210 -10211, fl. 125.

[483] NEGRO, Antonio. "Servir ao povo de todo coração": mulheres militantes e mulheres operárias no ABC da década de 1970. *In:* SANTOS, Cecília Macdowel; TELLES, Edson; TELES, Janaína de Almeida (Orgs). **Desarquivando a ditadura**: Memória e justiça no Brasil. São Paulo: Hucitec, 2009. p. 84-109. p. 85.

Assim, encarado como um instrumento da guerra revolucionária nos manuais militares, um "boato", pela facilidade que possuía para se espalhar, poderia ser o pivô de greves e "atos de resistência", como também causar "sentimento de pânico e terror na população".[484] Igualmente, carregava a capacidade de ser a causa da dissolução de valores morais e de costumes, já que poderia lançar, por meio da desmoralização, o descrédito à administração militar e política.[485] Desse modo, presumidamente, eram informes que poderiam dizer respeito a todo e qualquer tipo de assunto ou ação que, aos olhos dos informantes, pudessem ser encarados como motivo de desconfiança.[486] Também vale dizer que o conteúdo dos "boatos" se enquadrava em um temário, como se nota ao longo de todo este trabalho, que caracterizava objeto de preocupação da agenda de associações cívicas como o MAF. Fato que também pode nos ajudar a compreender a escolha militar pela participação desses agrupamentos sociais na proposta de operacionalização da "clínica", já que tocava em temas candentes às suas reivindicações.

Contudo, se por um lado é tarefa obstada confirmar o contato com a proposta e, por conseguinte, a participação efetiva do MAF na sua concretização (como já dito, *vazios* pelos quais opera essa pesquisa), por outro não é difícil conceber, a partir da imprensa, o grau de proximidade que a diretoria do grupo possuía com oficiais responsáveis pela tutela militar de São Paulo, sobretudo com o coordenador da Operação Bandeirante no estado. Em 1970, após cerca de quase dois anos ocupando o posto de comandante do II Exército, o general José Canavarro Pereira foi redirecionado à chefia do Departamento de Material Bélico, um órgão recém-criado e que fora instalado no Rio de Janeiro. A saída do militar do cargo gerou comoção pública por parte de algumas autoridades políticas do estado, resultando em eventos com o intuito de homenageá-lo.

Em novembro de 1970, uma das homenagens foi organizada pelo MAF e ocorreu na sede da associação localizada na capital paulista. Do evento, além da presidente Maria Mesquita e do oficial homenageado, participou um número razoável de outras autoridades militares, caso do general Augusto José Presgrave, do já citado coronel Danilo Derci de Sá da Cunha e Melo

---

[484] **A desinformação**. Acervo do Arquivo Nacional (SIAN). 23 nov. 2013. Fundo CNV, BR RJANRIO CNV.0.ERE.00092001636201310. p. 19.

[485] Idem

[486] Conforme mencionou o historiador Carlos Fico, a produção de informes era um trabalho realizado com altas cargas de subjetividade, do qual não escapavam a construção de dados desvirtuados que, consequentemente, culminaram, dentre outras, em prisões arbitrárias e práticas de tortura. FICO, Carlos. Como eles agiam. op. cit., p. 105.

e do coronel Delso Peret que, na ausência do general Vicente Dale Coutinho, fez representar a 2ª RM do Exército na cerimônia.[487]

A homenagem, presumivelmente, originou-se em decorrência da "estreita colaboração" existente entre a associação e o comandante do II Exército, uma vez que desde o início de sua atuação em São Paulo, em meados de 1969, Canavarro Pereira estabeleceu contato com as associações cívicas femininas.[488] Era uma proximidade, conforme noticiado pela imprensa, que integrava as metas propostas pela administração de Canavarro, que pretendia a integração de civis e militares no combate à "subversão", bem como visava um amplo domínio sobre a opinião pública.[489] A oradora do MAF na cerimônia, Carolina Ribeiro, na ocasião, exemplificou a proximidade existente entre ambos com as seguintes palavras:

> Somos amigos porque pensamos e agimos da mesma forma e falamos a mesma língua. (...) Leva General Canavarro Pereira toda a gratidão, todo o respeito de quem nasceu em São Paulo, São Paulo que é a escora do Brasil, São Paulo que é o motor do Brasil, São Paulo que ama e ensina a aprender a amar o Brasil.[490]

Nas suas entrelinhas, mesmo que não demonstrado de maneira explícita[491], a mensagem se refere ao ímpeto anticomunista que "selava" a amizade de ambos, circunstância que permitia avaliar como positiva a participação de Canavarro no combate à subversão no estado e da qual a criação da OBAN certamente foi uma das ações de maior destaque. Outra característica do pronunciamento é a exaltação destinada ao estado de São Paulo, considerado pelo grupo como a "escora" do Brasil. Esse é um aspecto discursivo que parecia fazer parte do imaginário da elite paulista naquele contexto. Na comissão estadual da Verdade São Paulo, por exemplo, menciona-se o fato de que o estado, por concentrar grande parte da produção econômica brasileira daquele período, era encarado pelos empresários como a "locomotiva" do país para o alcance de um "Brasil Grande". Por isso, seria responsabilidade dos paulistas arcar com as providências no que trata do combate à "subversão".[492]

---

[487] MAF homenageia general José Canavarro Pereira. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 13 nov. 1970. p. 11.
[488] Canavarro: Mães, fator importante em nossa luta contra a subversão. **Diário da Noite**, São Paulo, 13 nov. 1970. p. 05.
[489] Integração civil-militar foi meta de Canavarro. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 06 jan. 1971. p. 04
[490] MAF homenageia general José Canavarro Pereira. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 13 nov. 1970. p. 11.
[491] Um discurso, conforme propõe a AD francesa, deve ser investigado não somente pelas palavras aparentes de sua enunciação, mas também pelo lugar social de sua produção, do contexto no qual está sendo produzido (amplo ou imediato). ORLANDI, Eni. op. cit., p. 30-31.
[492] BRASIL. **Comissão da Verdade do estado de São Paulo Rubens Paiva**. Recomendações gerais e recomendações temáticas. Tomo I. São Paulo: CVSP: 2015. p. 08. Disponível em: http://comissaodaverdade.al.sp.gov.br/relatorio/tomo-i/parte-i-cap8.html. Acesso em: 01 mar. 2023.

Essa interpretação pode ser verificada com maior dimensionamento na resposta de Canavarro Pereira às palavras de Carolina Ribeiro durante a cerimônia:

> Reconheço e louvo o valor do MAF neste momento de grave crise e graves preocupações que ora atravessamos. Nós e o Movimento de Arregimentação Feminina lutamos pelos mesmos altos (ilegível) de democracia, liberdade, fé e defesa de nossos costumes e tradições que os inimigos da pátria tudo fazem para destruir. Na ação das mães de família e dos mestres depositamos nossa esperança de vencer a luta contra a subversão e o terrorismo.[493]

Ainda, nos momentos finais da homenagem, como ato simbólico, foi entregue ao militar um pergaminho com a assinatura de grande parte da diretoria do MAF. Algumas integrantes, aproveitando a ocasião, enfatizaram a disposição de fornecer "colaboração total e efetiva" ao general, função que exerceriam atuando como "sentinelas vigilantes na defesa da pátria".[494]

No que trata do posicionamento de Canavarro, além do reconhecimento dado à associação em face de seu desempenho, notabilizado pelos acontecimentos do cenário político dos anos finais da década de 1960, é interessante, também, chamar a atenção novamente para a imagem de maternidade abordada pelo oficial. Havia, sem dúvida, um apelo circunscrito à imagem materna que não escapava de determinados propósitos do Exército no estado de São Paulo. Sobre isso, considero importante abordar um episódio ocorrido meses antes, em julho de 1970, que nos traz amostras significativas dos usos públicos do discurso do MAF realizados por oficiais militares ligados à OBAN, bem como a postura da associação em face do ocorrido.

3.3.1 "Coragem, jovens!"

Ao longo do mês de julho de 1970, repercutiram nas páginas de grandes veículos da imprensa brasileira notícias referentes ao caso do jovem Massafumi Yoshinaga que, segundo o divulgado, havia se "arrependido" de participar das ações promovidas pela Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), organização da qual era pertencente. A ampla repercussão do caso havia sido fruto de uma entrevista concedida pelo jovem nos primeiros dias daquele mês a um programa de televisão[495], na qual, a partir de uma carta endereçada à juventude, Yoshinaga

---

[493] Canavarro: Mães, fator importante em nossa luta contra a subversão. **Diário da Noite**, São Paulo, 13 nov. de 1970. p. 05.

[494] Idem

[495] Para informações pormenorizadas sobre o caso de Massafumi Yoshinaga, bem como de outras retratações públicas ocorridas no período, consultar: GASPAROTTO, Alessandra. **"O Terror renegado":** uma reflexão sobre os episódios de retratação pública protagonizados por integrantes de organizações de combate à ditadura civil-

abordava as suas desilusões em relação aos "subterrâneos da clandestinidade" e depositava confiança no trabalho de "integração e desenvolvimento nacional" do governo Médici.[496] Da entrevista participaram algumas autoridades militares relevantes do estado de São Paulo, como o já citado Secretário de Segurança Pública, o coronel Danilo de Sá da Cunha e Melo.

O episódio, conforme mencionou a historiadora Beatriz Kushnir, tornou-se conhecido como um dos vários casos de *arrependimentos públicos* ocorridos naquela conjuntura. Ainda segundo Kushnir, foi uma prática promovida pelo governo militar com o intuito central de destruir a imagem de militantes como Massafumi diante da população, fazendo da sociedade uma aliada no combate à esquerda armada.[497] Cabe mencionar que muitas dessas aparições públicas, diferentemente do que se pretendia demonstrar nas ocasiões em que foram veiculadas, não eram espontâneas, mas provavelmente decorriam de violência (física e/ou psicológica) empregada pelos órgãos de repressão.[498] O caso de Massafumi é exemplar nesse quesito. No relatório final da Comissão Nacional da Verdade, por exemplo, consta que o jovem foi obrigado à retratação enquanto estava sob custódia do aparato repressivo, situação que foi decisiva para sua morte, em meados da década de 1970.[499]

No final daquele mês, e em meio ao já relatado comportamento em polvoroso da imprensa diante do assunto, o Movimento de Arregimentação Feminina, motivado por uma decisão unânime de sua diretoria, escreveu um manifesto público endereçado ao ex-militante da VPR. Intitulado "Ao que voltou" e recorrendo a farto metaforismo religioso, o posicionamento do grupo ganhou espaço nos jornais, tendo sido publicado na íntegra pelo *OESP* e pela *Folha de São Paulo*. Na ocasião, alguns trechos da mensagem também foram mencionados no periódico *O Globo*.[500] Assinado pela presidente Maria Mesquita, o manifesto iniciava da seguinte maneira:

> [...] você voltou. Seja *ben-vindo*. Vencido o respeito humano, reconheceu publicamente o seu erro, como na parábola do filho pródigo. É verdade que nessa aventura você gastou muito mais do que a herança paterna, você dilapidou um tesouro em energia, em trabalho, em saúde, num desperdício de ideal de esperança e de ilusões para uma dura e ingrata experiência. Mas o que importa é que você voltou e enumera os motivos que o levaram a essa resolução: motivos ponderáveis, justos. Um motivo, porém, você não citou: não teria sido, de fato, o mais forte a falta que você sentiu da

militar no Brasil (1970-1975). 271. f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

[496] Massa pede que outros se rendam. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 03 jul. 1970. p. 16.

[497] KUSHNIR, Beatriz. op. cit., p. 311.

[498] Idem

[499] BRASIL. **Comissão Nacional da Verdade**. Relatório/Comissão Nacional da Verdade, Volume III. Brasília: CNV, 2014. p. 1852.

[500] Mães compararam Massafumi com o filho pródigo. **O Globo**, Rio de Janeiro, 25 jul. 1970. p. 12.

> presença do pai, cuja mão forte representava segurança, da mãe, em cujo olhar, cujo sorriso, representava ternura e mansidão? Foi - pense bem - a falta dessa vivência, de um lar, da convivência da família que trouxe de volta o filho pródigo. Você voltou. Há quem duvide da sua sinceridade, mas nós, mães brasileiras, não duvidamos. Não houve, acaso, quem duvidasse até da conversão do apóstolo Paulo? Queremos crer, você praticou um ato de coragem que só é dado aos jovens, porque têm esperança, uma larga vida diante de si, têm tempo para a revisão dos seus atos, vida para oferecer para a remissão de suas faltas. É por isso que as mães brasileiras congregadas no MAF fazem eco ao seu e aos outros jovens - seus companheiros - que ainda hesitam em imitar seu exemplo ousado, Massafumi.[501]

Mais adiante, a mensagem prosseguia. Agora, mudando de destinatário, endereçava-se não somente a Massafumi, mas a todos os jovens envolvidos com a "subversão":

> Coragem, jovens! Deem o passo decisivo para seu futuro antes que seja tarde demais! Voltem para restituir às mães aflitas a tranquilidade perdida desde que vocês saíram para a ingrata aventura. A sua volta jamais será chamada rendição, mas **redenção -** porque trará à família e à Pátria a calma de que necessitamos para que mais depressa se firmem a segurança e a paz. Permita Deus que chegue no coração desses jovens "filhos pródigos", que cansados e desiludidos já, ainda hesitam, este apelo que parte de tantos corações de mães angustiadas e que, através do Movimento de Arregimentação Feminina lhes diz: Basta de aventuras, voltem ao lar paterno.[502]

O posicionamento do MAF contou com uma singularidade em relação ao modo pelo qual angariou notoriedade nas páginas dos Jornais. Diferentemente dos costumeiros telegramas enviados pela associação diretamente à imprensa com o propósito de difusão ao público, a mensagem chegou ao conhecimento dos periódicos não pelas mãos de integrantes do MAF, mas por intermédio do general Vicente de Paulo Dale Coutinho, responsável pelo comando da 2º Região Militar de São Paulo. Essa é uma informação que aparece evidenciada em todos os Jornais que veicularam a mensagem.

Nas palavras do general, que na ocasião fez questão de realizar a leitura do documento aos jornalistas e entregar cópias da mensagem à imprensa, o posicionamento do MAF era importante à medida que poderia "(...) obter profunda penetração junto aos jovens que estão do outro lado, e que poderão encontrar o caminho certo a seguir".[503] Assim, ainda segundo o general, o pronunciamento era "dirigido aos que estão do lado de lá e ainda hesitam em retornar ao bom caminho".[504] Se lembrarmos de algumas páginas anteriores deste capítulo, a inserção dessas associações cívicas junto à juventude era vista como um ponto estratégico dentro das fileiras militares. Esse se trata, portanto, de um episódio prático em que a relevância da

---

[501] Massafumi inspira mensagem do MAF. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 25 jul. 1970. p. 04.
[502] Idem
[503] Idem
[504] MAF quer que imitem Massa. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 25 jul. 1970. p. 13.

associação em face das novas gerações se mostra com contornos mais nítidos. Ainda quanto à função de inserção da mensagem na militância, conforme mencionou a historiadora Alessandra Gasparotto, tratava-se de uma tática defendida por amplos setores do governo, que esperavam, por meio da "guerra psicológica", enfraquecer as organizações armadas ao mesmo tempo que pretendiam que novos militantes descontentes se rendessem.[505]

Em relação à mensagem da associação, ao realizarmos sua leitura é possível visualizar alguns aspectos presentes no imaginário construído em face da luta contra o "terrorismo". Em primeiro lugar, o discurso do MAF salienta um elemento interessante mobilizado pela ótica castrense no contexto de "guerra psicológica", sobre o qual considero importante deter nosso olhar. Havia um apelo circunscrito à imagem materna, conforme já descrito anteriormente, que fazia eco a um conjunto do imaginário propagado desde os momentos iniciais da ditadura. As mães, enquanto símbolos portadores de influência no imaginário social, compunham, por meio de palavras como "ternura e mansidão", uma visão antitética daquilo que representavam os comunistas. Algumas manchetes da imprensa, ao divulgarem o ocorrido, não deixaram de enfatizar tal característica. O Jornal *O Globo*, por exemplo, noticiou a mensagem assinada pelo grupo sob o título "Mães compararam Massafumi a filho pródigo". A própria mensagem do MAF, no seu início, fazia menção a um outro pronunciamento, publicado na ocasião do dia das mães do ano de 1968, no qual pedia para que as mulheres de São Paulo não desanimassem em meio às "aventuras" vividas por seus filhos.[506]

Ainda, é importante mencionar, no que trata especificamente do apelo à imagem materna, que havia um recorte bastante específico relacionado às parcelas da sociedade que tal propaganda incluiria, sobretudo em um período em que o cenário social começava a vislumbrar frestas de mobilização popular. No início dos anos 1970, por exemplo, São Paulo viu nascer o Movimento do Custo de Vida (MCV), composto majoritariamente por mulheres pertencentes às classes baixas e que se apresentavam ao público como "Mães da periferia".[507] Surgido no bojo das atividades exercidas pelos denominados Clubes de Mães[508], o objetivo do MCV, como demonstrou o historiador Thiago Monteiro, era denunciar a precária condição de vida de

---

[505] GASPAROTTO, Alessandra. op. cit., p. 56

[506] MAF quer que imitem Massa. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 25 jul. 1970. p. 13.

[507] MONTEIRO, Thiago. **"Como pode um povo vivo viver nesta carestia"**: o Movimento do Custo de Vida em São Paulo (1973-1982). 249 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. p. 13.

[508] Os Clubes de Mães existentes em São Paulo datam da década de 1950. Entretanto, foi a partir dos anos finais da década de 1960, por meio da ação das Comunidades Eclesiais de Base (grupos organizados da Igreja Católica e influenciados, sobretudo, pelo avanço das premissas da Teologia da Libertação) que os Clubes de Mães renovaram seu caráter de existência e ganharam espaço na periferia paulistana. Ibidem, p. 46-48.

habitantes da periferia de São Paulo, o que, por conseguinte, também evidenciava a má administração, a violência e os malefícios causados pelo governo ditatorial. Em meio às denúncias das mães que integravam o movimento estavam incorporadas, a título de exemplo, as condições vivenciadas por crianças da periferia, assoladas pela desnutrição.[509]

Do mesmo modo, a propaganda do Exército direcionada à mobilização da imagem materna excluía as mães cujos filhos e filhas foram mortos e/ou desaparecidos em decorrência da violência estatal. Talvez o caso mais emblemático a ser citado, ocorrido no ano posterior da mensagem divulgada pelo MAF, é o do jovem Stuart Angel Jones. Morto sob tortura nas dependências da Base Aérea do Galeão, em junho de 1971 e, posteriormente, desaparecido, o caso de Angel Jones foi levado às últimas circunstâncias por sua mãe, a estilista Zuleika de Souza Netto (Zuzu Angel), que moveu na cena pública excruciante campanha na busca por seu filho. Ao longo do período ditatorial, foram inúmeras as mães (e familiares) que, tateando o angustioso "labirinto inesperado da desaparição"[510], empreenderam a busca por seus entes desaparecidos. Situação de busca que persiste mesmo após encerrado, formalmente, o período da ditadura brasileira.

Cabe mencionar, para além disso, que não se tratou de prática propagandística restrita ao território brasileiro. Na última ditadura argentina (1976-1983), a figura materna também foi evidenciada em material de propaganda favorável ao governo militar vigente. A socióloga Julia Risler, ao avaliar a ação psicológica utilizada durante a vigência do sistema repressivo argentino, chamou a atenção para a presença em periódicos de menções glorificantes às figuras das *madres* cujos filhos ou maridos haviam sido vitimados pela "subversão". Além da tentativa de gerar comoção, era uma forma de criar um contrapeso à mobilização das *Madres de Plaza de Mayo* que, nos fins da década de 1970, haviam começado a sair às ruas denunciando as violações de direitos ocorridas, como também exigindo notícias de seus filhos e filhas, mortos e/ou desaparecidos sob o terror de Estado argentino.[511] Havia, ainda, a publicação de "cartas abertas" em revistas semanais destinadas às mães (e aos pais) ressaltando a responsabilidade que possuíam para que seus filhos e filhas não enveredassem pelo "mau caminho" da "subversão".[512] Como vimos nas palavras do general Dale Coutinho, alguns anos antes no

---

[509] PRATES, Adélia Silva. **Museu da Pessoa.** Disponível em: https://exposicaoditadura.museudapessoa.org/historia/adelia-silva-prates/. Acesso em: 25 abr. de 2023.
[510] KUCINSKI, Bernardo. **K. Relato de uma busca.** São Paulo: Cosac Naify, 2014. p. 88.
[511] RISLER, Julia. **La acción psicológica:** dictadura, inteligencia y gobierno de las emociones (1955-1981). Buenos Aires: Tinta Limón, 2018. p. 222.
[512] Ibidem, p. 238.

Brasil, esse discurso não se tratava de novidade em pronunciamentos destinados a relatar os perigos do comunismo em relação à juventude.

Retomando a mensagem do MAF, a utilização da metáfora do "filho pródigo", referente à figura que retorna à casa depois de uma infeliz tentativa de deixar a tutela familiar, é representativa da imagem paternalista imputada ao governo.[513] Era um argumento que, ao galvanizar o ideal de que se tratavam de jovens "cansados e desiludidos" ou, como se difundia nos vocábulos militares, de "inocentes úteis" a serviço da causa subversiva, amplificava determinada "compaixão" proveniente do regime ditatorial já que, como protetor dos valores familiares, mostrava-se disposto a acolhê-los na "remissão de suas faltas". Desse modo, tal mensagem também não deixava de agir no intento de invisibilizar (ou pelo menos nublar) os casos de violações de direitos ocorridas nas dependências militares, cujas denúncias de tortura e prisões arbitrárias passavam a ganhar cada vez mais notoriedade durante aquela conjuntura.[514]

Não se pode dizer, entretanto, que as integrantes do MAF estavam a par das condições infligidas a Massafumi ou aos outros jovens que, sob a marca do arrependimento, apareceram na imprensa do período.[515] Como podemos ler no manifesto, o grupo enfatizou sua crença na atitude sincera do ex-militante, considerando como "ponderáveis" e "justos" os motivos divulgados que o fizeram assumir tamanha atitude. De todo modo, é um caso revelador da significância dada pelo Exército à associação, uma vez que demonstra, como anteriormente mencionado, determinados usos políticos do discurso das "mafistas" na "guerra psicológica" encabeçada com maior vigor nos momentos pós-1968, em São Paulo. Igualmente importante é a função que cumpre o episódio na tentativa de captar algumas especificidades de que se serviram os procedimentos militares na propaganda anticomunista, bem como a relevância que obteve a associação na construção desse imaginário.

---

[513] A historiadora Marion Magalhães, ao descrever as características da estrutura e dinâmica internas da comunidade de informações, chamou a atenção para a dimensão paternalista e de proteção presente na propaganda ditatorial. Aportando suas considerações na obra de Pierre Ansart, Magalhães aponta que "sob um regime autoritário, torna-se imprescindível aos poderes oficiais, além de difundir certezas, inculcar em seus governados que os valores transmitidos pelo discurso ideológico podem e devem ser representados pelos detentores do poder - apresentados não somente como governantes, mas como protetores da nação. A relação que se procura estabelecer é semelhante àquela mantida com o *pai severo*, porém *protetor*". MAGALHÃES, Marion. op. cit., s/p.

[514] Esses jovens, conforme indica a pesquisa de Kushnir, eram referenciados no período como *desbundados*. No vocabulário militar, o conceito, carregado de sentido pejorativo, era designado àqueles que cediam informações diante da tortura. *Desbundar* tratava-se, assim, de um termo utilizado especialmente pelos torturadores em referência àqueles e àquelas que eram atingidos por suas sevícias. (Kushnir realiza tais apontamentos a partir de considerações de Daniel Aarão Reis Filho). KUSHNIR, Beatriz. op. cit., p. 304.

[515] Como já mencionado, o caso de Massafumi não foi a única retratação pública do período. Como demonstrou Gasparotto, aproximadamente 30 militantes, de diferentes origens e organizações, protagonizaram esses episódios. Iniciadas na televisão em maio de 1970, as retratações perduraram, nas páginas dos Jornais, até o ano de 1975. GASPAROTTO, Alessandra. op. cit., p. 02.

Por exemplo, no mesmo ano, em 1970, cerca de um mês depois da referida publicação, o II Exército voltou a recorrer ao discurso do MAF, agora para uma das comemorações existentes no calendário militar. Nas celebrações castrenses, o dia 25 de agosto, Dia do Soldado, é alvo de solenidades significativas e, sob os auspícios de um estado ditatorial, parece ter ganhado ainda mais realce. Em 1970, inseridos no rol de comemorações da Semana do Exército, os ritos celebrativos dedicados à data foram realizados em diversos quartéis e dependências militares no país, contando com ampla reverberação na imprensa. Nos festejos realizados em São Paulo, quem ficou responsável por cumprir o papel de oradora foi Carolina Ribeiro, integrante do MAF. Especialmente convidada para a ocasião pelo Exército, como mencionado na imprensa, Ribeiro, que participou do evento acompanhada de um grupo de "mafistas", foi designada a proferir uma saudação a cerca de seiscentos jovens soldados.

De acordo com as páginas jornalísticas, Ribeiro "discorreu sobre os benefícios proporcionados pela Revolução ao país, fez elogio dos soldados que combatem o 'terrorismo' colocando em risco a própria vida e criticou os maus brasileiros que contribuem no exterior para *denegrir* o bom nome da pátria"[516] (esta última frase, pode-se dizer, referência implícita ao arcebispo Dom Helder Câmara). Ainda, diante de considerável público que a assistia, convidou as mães e mulheres de São Paulo "a apertarem as fortes mãos dos soldados que empunham um fuzil e compreendem a importância da segurança nacional".[517] Sua participação rendeu a ela uma homenagem do II Exército, que a presenteou com um ramalhete de flores. Da celebração, além de membros da caserna como o general José Canavarro Pereira e outras autoridades militares, participaram o governador Roberto Abreu Sodré e o prefeito Paulo Maluf.[518]

Assim, na cena pública, a associação amplificou e corroborou a versão pretendida pelos órgãos de segurança, sobretudo em um período em que, em São Paulo, se acentuou o discurso de combate ao "terrorismo". Voltadas ao controle da opinião pública, como pudemos ver, as corporações militares encontraram no discurso do MAF um reduto capaz de pulverizar as mensagens ditatoriais nos meios sociais, valendo-se de uma imagem específica representada por essas mulheres, da qual emergiam características reservadas, nesse caso, à maternidade e ao papel da família.

---

[516] Festa no II Exército. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 26 ago. 1970. p. 01.
[517] Encerrada em São Paulo a Semana do Exército. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 26 ago. 1970. p. 04.
[518] Idem

Em suma, ao longo deste capítulo, foram expostos episódios que escancaram fissuras pelas quais podemos observar as vinculações tecidas entre um grupo civil das classes média e alta e militares. Vinculações que, em grande parte consubstanciadas pelo forte apelo anticomunista, ao que tudo indica, não ficariam restritas ao caráter público, mas foram cotadas a submergir de tal modo que poderiam englobar a participação no sistema informacional de que se valiam os aparatos de segurança. Além disso, demonstram possibilidades de averiguar as maneiras como a "guerra psicológica" foi utilizada para mobilizar, de maneira substancial, alguns agrupamentos sociais, que deveriam somar esforços para a difusão do imaginário anticomunista.

Restam-nos, por fim, tendo em vista as discussões até então apresentadas, alguns questionamentos. Afinal, como classificar, de fato, o papel desempenhado pela associação aqui investigada no período circunscrito aos momentos finais da década de 1960 e início dos anos 1970 no estado de São Paulo? Quais foram os procedimentos e dinâmicas adotados pela repressão com o intuito de vigiar e, consequentemente, controlar a população brasileira durante o cenário ditatorial? Como já dito, são indagações que carecem de investigações mais aprofundadas para que delas tenhamos respostas conclusivas. Contudo, ainda que resultado da ausência de dados pormenorizados, o que nos faz herdeiros e herdeiras de *vazios* (ausência proveniente, em grande parte, do sinuoso caminho pelo qual enveredou a justiça transicional brasileira, cujas consequências desembocam na quase total impunidade dos agentes da repressão), tratam-se de questionamentos que não deixam de provocar pequenas reverberações no que concerne ao avanço do conhecimento sobre esse período que nos é, ainda, tão "atual".

4 “O CAMINHO DIRETO PARA O COMUNISMO É A NEGAÇÃO DA ORDEM ESTABELECIDA, A NEGAÇÃO DO IDEAL, A NEGAÇÃO DA RELIGIÃO, A DESMORALIZAÇÃO DOS COSTUMES”: O MAF, AS FILEIRAS EDUCACIONAIS E O CAMPO ARTÍSTICO-CULTURAL

> Do ponto de vista moral não se pode aceitar ou compreender sequer o homem materialista porque ele é incapaz de distinguir o bem do mal. Ele não pode exercer o livre arbítrio, é obrigado a aceitar a moral que o partido lhe impõe. Essa moral é alterada de acordo com os dirigentes do momento. É a moral dos chefes que atua, nunca a moral autêntica que dignifica o homem e o eleva acima da animalidade.[519]

Nas solenidades de comemoração do dia da independência, em 07 de setembro de 1969, o MAF fez circular, por meio da imprensa, uma mensagem de aclamação ao acontecimento que, no calendário nacional, representava aos olhos do grupo o “alvorecer da pátria livre”. A mensagem, assinada por Maria Mesquita, convidava todas as mulheres paulistas a participarem das festividades que se estenderiam ao longo daquele dia e, além disso, também servia de alerta aos leitores e leitoras, enfatizando que a

> [...] independência política não se mantém por si, mas com o apoio permanente e a vigilância constante de todos os seus filhos, **porque mais do que no passado**, **os inimigos da pátria propagadores de ideologias estranhas hoje aqui se encontram, sob os mais variados disfarces, procurando perturbar e confundir.**[520] (grifos da autora).

Três anos antes, em janeiro de 1966, Maria José Dupré, por meio da coluna que assinava em nome da associação, também a fim de alertar suas leitoras e leitores, se dizia incomodada com os rumos pelos quais enveredava o contexto social brasileiro. Segundo Dupré, a esperança que viu triunfar com o início da “revolução” estava a se esfumaçar diante de “tanta coisa errada”:

> Canções extremistas, peças de teatro extremistas, discursos extremistas, tudo é permitido. O público aplaude, a maioria não sabe bem o que está aplaudindo, mas bate palmas para as letras dos sambas e os “shows” subversivos. O público aplaude o cantor, o cantor aplaude os músicos, os músicos aplaudem o cantor e o cantor aplaude

[519] DUPRÉ, Maria. MAF - Carta à mulher brasileira. Sociedade sem classes. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 04 mar. 1966. Suplemento Feminino, ano 12, n. 646, p. 04.
[520] Festa da independência começa às 08h. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 07 set. 1969. p. 29.

> o público e a ronda continua. Porque na Rússia é assim, imitam a Rússia: uns batem palmas para alguns, alguns batem palmas para uns.[521]

Tal lógica, de que existiam "ideologias estranhas" propagadas por "inimigos da pátria" e destinadas, por meio de canções, peças de teatro e discursos variados a "perturbar e confundir" os jovens era, como tem procurado demonstrar a historiografia, uma linha interpretativa que permeou o imaginário anticomunista de alguns setores da direita no período ditatorial.[522] Por exemplo, em 1973, um documento que sintetiza esse pensamento construído em torno do comunismo foi divulgado entre alguns quadros das Forças Armadas.[523] Tratava-se, diferentemente do que se pode pensar à primeira vista, de uma documentação que não havia sido produzida pelos militares, e sim pelo *Rotary Club* de São Paulo, centro que aglutinava uma quantidade significativa de membros do empresariado do estado. O documento, com o qual tive contato depois de uma pesquisa no acervo do Arquivo Nacional, intitula-se "Propaganda Cor de Rosa" e, ainda que veiculado entre os militares no início dos anos 1970, seu conteúdo já vinha sendo difundido nas fileiras do empresariado paulista desde, pelo menos, 1967.[524] Contando com minúsculas letras dispostas em quatro páginas e composta por forte tom alarmista, a documentação expunha as "novas táticas" adotadas pela Rússia soviética em relação à juventude.

Segundo o texto, "aquela figura simbólica, do anarquista barbudo, com a bomba na mão e com o pavio já aceso é o que menos podemos encontrar nas praças públicas de hoje". Utilizando os termos "anarquista" e "comunista" como sinônimos[525], o documento pretendeu, de forma sintetizada, fazer um levantamento dos meios e modos de atuação do "bolchevista" que, distintamente de 1917, estaria "mais moço, mais ágil e mais lépido para se infiltrar como estudante profissional em grêmios universitários". Além do sistema universitário, também menciona a televisão, certos livros, as revistas, os teatros e os cinemas como instrumentos de

---

[521] DUPRÉ, Maria. MAF- Carta à mulher brasileira. Pedra cada vez mais pesada. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 07 jan. 1966. Suplemento Feminino, ano 11, n. 638, p. 04.

[522] Sobre essa discussão, destaco os trabalhos recentes dos historiadores Benjamin Cowan, Antonio Freitas Brito e Leon Kaminski.

[523] MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA. **Propaganda cor de rosa**. São Paulo, 22 mar. 1973. Acervo do Arquivo Nacional (SIAN), DFANBSB VAZ.0.0.9462.

[524] O folheto produzido pelo clube de São Paulo foi coletado pelo Centro de Informações da Aeronáutica (CISA) que, conforme explicitado no documento, realizava a solicitação para que o conteúdo fosse encaminhado e divulgado para o conhecimento das tropas.

[525] Nos discursos anticomunistas, muitas vezes, a diferenciação entre os conceitos de comunismo e anarquismo era inexistente. Isso ocorria porque, de maneira geral, o discurso e ação anticomunistas costumavam (e costumam) abranger não somente aqueles que pertenciam a algum grupo ou partido vinculado ao comunismo, mas também, como já mencionado, a tudo que é a ele identificado. RODEGHERO, Carla Simone. Memórias e combates. op. cit., p. 29

interesse dos comunistas. Nos "novos manuais da subversão", atitudes como "a frouxidão dos costumes, a rebeldia do lar, o desrespeito à disciplina escolar, o desacato ao corpo docente, o desafio à própria lei" apareciam aliadas ao uso de drogas e a determinados "prazeres proibidos". No lugar do "fuzil e das granadas", o que se veria agora eram "certos temas" e "certas obras de arte". Em suma, era o "transvio da juventude precisamente o que convinha aos que buscavam a desmoralização das sociedades ocidentais".[526]

O título do documento também nos aponta para algumas especificidades dos argumentos anticomunistas das décadas de 1960 e 1970. O "rosa", na paleta de cores dos anticomunistas, por se tratar de um matiz mais suave do vermelho vibrante da bandeira comunista soviética, dizia respeito às formas com que determinados indivíduos se imiscuíam no campo do social, deixando de lado as estratégias explícitas e recorrendo a métodos menos visíveis de interferir na "mente" dos jovens. Era uma alusão que pode se verificar, por exemplo, nos escritos anticomunistas do general Ferdinando de Carvalho, nos quais pretendeu investigar como os "homens cor de rosa" agiam, caracterizando-os como "auxiliares do Movimento Comunista Internacional" que, de forma "sub-reptícia", detinham a "capacidade de penetração incólumes em todos os meios sociais". Muitos deles, ainda segundo Carvalho, inconscientes da posição que ocupavam enquanto "servidores da causa marxista-leninista".[527]

Como se verá nas próximas páginas, as mudanças sociais e comportamentais em trânsito fizeram com que muitos conservadores alinhassem os novos modos de agir e pensar da juventude às táticas comunistas, criando mais uma justificativa retórica para o combate aos "inimigos da pátria", já que se tratariam de uma arma para arregimentar quadros para a concretização dos intentos revolucionários.[528] Foi um imaginário que, durante o período ditatorial brasileiro, como já mencionado, assumiu o papel de modelo e suporte retóricos do aparato repressivo responsável pelas violências perpetradas durante o terrorismo de Estado, o qual, devido à sua flexibilidade, adaptava-se conforme as especificidades do cenário político.[529]

Tratava-se, como visto no capítulo anterior, de uma estratégia da "guerra psicológica" encabeçada pelo comunismo que, pertencente às premissas da DGR, não deixou de alcançar as fileiras do MAF e possuir reverberação nas atividades do grupo, especialmente tendo em vista o apelo familiar, moral e religioso que se construiu em torno do combate à guerra

---

[526] MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA. **Propaganda cor de rosa**. São Paulo, 22 mar. 1973. Acervo do Arquivo Nacional (SIAN), DFANBSB VAZ.0.0.9462.
[527] CARVALHO, Ferdinando. **Os sete matizes do rosa**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1978. p. 11.
[528] KAMINSKI, Leon. O movimento hippie nasceu em Moscou: imaginário anticomunista, contracultura e repressão no Brasil dos anos 1970. **Antíteses**, Londrina, v. 09, n. 18, p. 467-493, jul/dez. 2016. p. 474.
[529] PADRÓS, Enrique. op. cit., p. 185.

revolucionária. Ao mesmo tempo, também como já mencionado, essas não eram características novas inerentes ao discurso anticomunista. Por exemplo, a própria imagem construída em torno da Rússia soviética, explicitada nas palavras de Maria Dupré como manancial dos "extremismos", não era produto do período, mas sim corolária da "força e perenidade das representações do comunismo como inimigo da moral" ao longo da trajetória política brasileira.[530]

Assim, o MAF, como explicitam as duas mensagens acima publicadas pela imprensa, foi uma das associações que abraçou e difundiu discursos vinculados à natureza imoral do comunismo. Valendo-se de uma concepção balizada, sobretudo, pelo cuidado com a mente dos jovens, o grupo canalizou parte significativa de seus esforços no combate aos "males" que a "subversão" estimularia em dois campos majoritários: o educacional e o artístico-cultural. Foi a partir dessa percepção que procurei estabelecer a estrutura deste capítulo, cujos eixos fundantes de análise repousam na delimitação do imaginário anticomunista reverberado pelos quadros do MAF tendo em vista sua atuação nas seguintes esferas: 1) as fileiras do sistema educacional brasileiro, do ensino básico até a comunidade universitária e 2) os conteúdos difundidos a partir de meios de comunicação e artísticos, especialmente por revistas, pela teledramaturgia e espetáculos teatrais. No caso do segundo e último item, é bem verdade que o perigo representado pelo comunismo não era preocupação circunscrita à juventude, estendia-se a um público mais amplo, contudo, para as mulheres congregadas na associação, a juventude foi alvo e tema de primeira hora.

Tecidas essas considerações iniciais, este capítulo será guiado pelos seguintes questionamentos: como pretenderam as mulheres aqui investigadas interferir na vida estudantil e participar das discussões que envolviam o cenário educacional? Como mobilizaram o discurso anticomunista a fim de direcionar a repressão e o controle ao âmbito educacional? Como agiram em relação à difusão de conteúdos culturais considerados impróprios e corrosivos da "moral e dos bons costumes"? É possível, no imaginário difundido pela associação, desatrelar a noção de "corrupção" e de "subversão" daquelas que diziam respeito aos interesses da ideologia comunista?

4.1 O CAMPO EDUCACIONAL

[530] MOTTA, Rodrigo. Em guarda contra o perigo vermelho. op. cit., p. 94.

4.1.1 A mente da mocidade: "campo crucial de batalha"

Em novembro de 1965, a cidade do Rio de Janeiro foi sede da II Conferência Interamericana Extraordinária das Organizações dos Estados Americanos (OEA). Assim como era de praxe nas reuniões do órgão americano, a conferência reuniu chanceleres e embaixadores de diversos países. À ocasião, o ponto alto do evento foi debater o projeto que propunha a reforma da Carta que abrigava os princípios da OEA, delimitando novos parâmetros para as obrigações e funções do Órgão continental[531], fato que explica o grau de importância que muitos setores civis destinaram às deliberações que permearam o encontro ao longo dos dias de sua realização.

O MAF foi um dos grupos que acompanhou as discussões e pautas que guiaram a agenda da assembleia e, em razão de alguns posicionamentos de membros participantes, considerou propício tecer algumas ponderações que fazia questão que fossem lidas a todos os presentes no evento.[532] Para tanto, redigiu e enviou um manifesto ao chefe da delegação brasileira no encontro, Luís Viana Filho. No documento, a associação expôs sua visão do contexto nacional e, repetindo palavras ditas ao decorrer das sessões do encontro, classificou o Brasil como ameaçado diante das "tentações insidiosas e terríveis dos inimigos".[533] Ao longo de sua redação, o documento também mencionava a proeminência do campo educacional no combate às "infiltrações totalitárias", expondo a necessidade da "dinamização de um vasto programa integral de educação, dando especial ênfase à formação moral e cívica".

Tendo como signatária Isabel de Moraes Barros, vice-presidente, o manifesto, publicado integralmente pelo *OESP*, além dos comentários já citados, terminava com as seguintes propostas e recomendações das mulheres "mafistas", as quais esperavam que fossem acatadas nas considerações finais da assembleia:[534]

> I - Obrigatoriedade da educação moral e cívica nas escolas desde as primeiras classes para o aprimoramento do regime democrático e repulsa às ideologias totalitárias.
> II - Aumento sistemático de verbas destinadas ao ensino e à educação nos orçamentos dos países americanos.

---

[531] Mudança da Carta da OEA: reformistas e conservadores abrem luta. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 21 de nov. 1965. p. 06.
[532] Manifesto do MAF à OEA. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 27 nov. 1965. p. 07.
[533] Idem
[534] Além do MAF, a CAMDE também enviou comentários à OEA. Para o grupo do Rio de Janeiro, que deu ênfase a outros aspectos do contexto no seu posicionamento, a infiltração dos "germes do mal" era visível em todo o continente americano, sendo necessário "organizar a ação coletiva [...] sobretudo contra a ação estrangeira que treina e arma guerrilheiros, corrompe estudantes, envenena sindicatos trabalhistas e mina a disciplina militar." DOPS reprime manifestação de intelectuais na Guanabara. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 18 nov. 1965. p. 07.

> III - Erradicação do analfabetismo na América Latina, única forma de, juntamente com a melhoria de condições econômicas das populações, combater a infiltração totalitária.
> IV - Adoção de um plano de educação uniforme em suas formulações básicas, cuja aplicação a OEA, por seus conselhos especializados, dará ajuda e prestígio.
> V - Apelo a todas as entidades de classe, grupos voluntários e meios de comunicação, para que assumam uma responsabilidade e criem um clima em todas as Américas a fim de desenvolver um programa de formação moral e cívica e de fé ideológica democrática, baseada nos direitos humanos.
> **Existe um campo crucial de batalha onde nossos inimigos lutam com grande força e aparelhamento: é a mente de nossa mocidade que alimentam com suas ideologias falsas. Enfrentemos essa luta no mesmo campo sob a bandeira da ideologia democrática, baseada nos princípios cristãos.**
> Estas são as considerações sucintas do MAF a respeito de tão atual problema, que espera, sejam acolhidas e encaminhadas à consideração da conferência. [535] (grifos da autora).

No trecho acima, exibe-se o pensamento de que a "luta" tinha de ser enfrentada no mesmo campo, ou seja, se a investida comunista se daria a partir da propaganda e ação na esfera educacional, o combate deveria ser à altura, incorporando a mesma linha estratégica. Por isso, por exemplo, o grupo encarava como crucial a obrigatoriedade de programas voltados ao ensino da moral e civismo nos colégios, bem como irradiava a relevância de propagar a bandeira da "fé ideológica democrática", esta última correspondente à moral conservadora e cristã que representava os valores da associação. A atenção do MAF às pautas educacionais, cabe comentar, existia, pelo menos, desde as vésperas do golpe. Em fevereiro de 1964, por exemplo, a associação mobilizou esforços em torno da contrariedade à implantação do livro didático único nos colégios, proposta encarada como um perigo totalitário "destinado a impor uma ideologia contrária à constituição vigente".[536]

Destarte, o apelo à obrigatoriedade do ensino cívico e moral nos colégios (bem como as demais atitudes em relação à juventude) não fugia da lógica proposta pela estratégia psicossocial discricionária e se caracterizou como traço perene no discurso das integrantes do grupo aqui investigado. Em outra publicação do mesmo ano, 1965, a difusão dos valores presentes nesse tipo de disciplina escolar foi explicada como necessária para o aparelhamento dos jovens com os ideais patrióticos, sobretudo em um período considerado como "cheio de surpresas". Era preciso, segundo a mensagem, incutir nas crianças o amor à pátria e às tradições, pois "sem amor à pátria não teremos tradição e sem tradição nunca seremos uma nação digna de respeito". Ainda na mesma publicação, as Forças Armadas são utilizadas como exemplo

[535] Manifesto do MAF à OEA. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 27 nov. 1965. p. 07.
[536] Preocupa o MAF o livro único. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 29 fev. 1964. p. 10.

profícuo da Formação Moral e Cívica necessárias, já que com "coragem e brilho" haviam apoiado a "revolução"[537] que, como se difundiu entusiasticamente no período, havia impedido que o Brasil assistisse a um suposto ascenso comunista.[538]

Ter a disciplina vigente nos ambientes escolares foi pauta comum de muitos grupos conservadores do período, que compartilharam com o regime ditatorial o desejo para o seu incremento nas grades curriculares. Como mencionou Rodrigo Motta, era um desejo expressado desde os setores liberais, até a direita mais radical, como o caso dos "(Ex)- integralistas" que foram, inclusive, os que mais se sensibilizaram a favor da pauta.[539] O MAF, por exemplo, em 1969 (cerca de quatro anos após divulgados os pronunciamentos acima) enviou um telegrama ao então presidente general Costa e Silva exigindo que não hesitasse em lavrar um decreto favorável à resolução que estabelecia como obrigatório o ensino moral e cívico nas escolas primárias e secundárias.[540] A publicação dizia respeito a um anteprojeto aprovado pelo Conselho Federal de Educação (CFE) e que deveria seguir para apreciação das instâncias superiores. A justificativa para a aprovação da lei, segundo o ofício do MAF, era a de que a "mocidade se ressente da falta absoluta de direção nesse sentido".[541]

A Lei (869/1969), como ansiava a associação, foi decretada em setembro daquele ano, seis meses após o pedido ter sido publicado na imprensa.[542]E, ao que tudo indica, possivelmente foi acolhida com bastante simpatia pelas "mafistas". Isso se explica à medida que o decreto, além de determinar a inclusão da disciplina de moral e cívica nas fileiras educacionais, também estipulava, por meio de uma comissão específica, a articulação com os órgãos formadores da opinião pública e de difusão cultural, como os jornais, revistas, editoras, teatros, cinemas, rádio e televisão.[543] Espaços que, como se verá com maior detalhamento nas próximas páginas, eram

---

[537] DUPRÉ, Maria. MAF- carta à mulher brasileira. Formação moral e cívica. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 17 set. 1965. Suplemento Feminino, ano 11, n. 622, p. 02.

[538] Na publicação, para explicitar a definição de pátria, Maria José Dupré cita as palavras de Rui Barbosa: "A pátria não é ninguém: são todos. A pátria não é um sistema, nem uma seita, nem um monopólio, nem uma forma de governo: é o céu, o solo, o povo, a tradição, a consciência, o lar, o berço dos filhos, o túmulo dos antepassados, a comunhão da lei, da língua e da liberdade…." Idem

[539] MOTTA, Rodrigo. As universidades e o regime militar. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. p. 185.

[540] MAF pede decreto. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 13 fev. 1969. p. 15.

[541] Idem

[542] Como mencionou Motta, foi uma lei que conseguia aglutinar em seu entorno diversos grupos de apoio à ditadura por possuir em seu conteúdo "a defesa dos valores tradicionais e conservadores, como a defesa da nacionalidade, da pátria, seus símbolos e tradições, seus vultos históricos, assim como a preservação da moral e das religiosidades cristãs (incluindo a família)". MOTTA, Rodrigo. As universidades e o regime militar. op. cit., p. 185-186.

[543] BRASIL. **Decreto-Lei nº 869, de 12 de setembro de 1969**. Dispõe sobre a inclusão da Educação Moral e Cívica como disciplina obrigatória. Diário Oficial da União - Seção 1 - 15/9/1969, página 7769. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-869-12-setembro-1969-375468-publicacaooriginal-1-pe.html. Acesso em: 10 ago. 2022.

muito caros às reivindicações do grupo de mulheres paulistas, principalmente pelo grau de facilidade que esses veículos possuíam para alcançar a "mente" da mocidade.

Além dos pedidos que pretendiam interferir na legislação da educação básica, a associação também mobilizou esforços próprios para difundir os valores patrióticos e morais nas escolas, fosse por meio de discursos, denúncias ou campanhas. Um exemplo: em outubro de 1965, em meio às atividades comemorativas do dia dos/das professores/professoras, a associação enviou, tendo como signatária a sua presidente Maria Mesquita, uma mensagem de saudação às "mestras" do estado. Na mensagem, as professoras eram qualificadas como "soldados desconhecidos na vanguarda da defesa de uma pátria livre e feliz." Ainda, fizeram o pedido para que as professoras do estado "engrossassem as fileiras da associação"[544] contra o "descaso dos negócios públicos, contra a subversão e a corrupção…".[545]

Também houve casos em que professores foram alvos de denúncias por parte das "mafistas". Em 1967, o Jornal *Folha de São Paulo* fez veicular uma mensagem da associação direcionada ao presidente Costa e Silva. Em tom de protesto, o posicionamento exigia que Costa e Silva iniciasse "rigoroso inquérito" e aplicasse a devida punição a alguns professores que, em Brasília, haviam divulgado entre estudantes um questionário considerado "subversivo e atentatório à moral". Na publicação, os temas presentes no questionário foram caracterizados como parte do "plano dos que se preocupam em se aproveitar da juventude, para subverter os costumes e a ordem". Dentre os assuntos que compunham as questões, segundo a imprensa, estavam: a "virgindade, a crença em deus, o julgamento a favor ou contra o comunismo, opiniões sobre Mao Tse-tung e Regis Debray, e uma indagação sobre a opinião dos jovens sobre o uso de anticoncepcionais e entorpecentes".[546] Como se pode perceber, a vigilância concedida ao ensino dos jovens não se restringia somente a São Paulo. Na verdade, a tarefa de vigilância ultrapassou as linhas das fronteiras brasileiras. Em 1964, por exemplo, a associação enviou ao então presidente chileno, Jorge Alessandri, protestos contra a realização do Congresso da Juventude latino-americana em Santiago, pois tratava-se de "manifestação iniludível de caráter subversivo e comunista".[547]

Em outra mensagem, já datada dos meses finais de 1970, o "cuidado" com os professores e professoras também pode ser visualizado. Dessa vez, como anteriormente,

---

[544] Interessante perceber como o espaço no Jornal se caracterizava como um centro de difusão e propaganda da associação na tentativa de angariar novas integrantes.
[545] Comemora-se hoje o dia do professor. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 15 out. 1965. p. 13.
[546] MAF acha questionário subversivo. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 13 nov. 1967. p. 04.
[547] Protesta o MAF contra congresso comunista. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 06 mar. 1964. p. 10.

expuseram o tom de angústia diante de alguns conteúdos que vinham sendo recomendados por alguns docentes aos estudantes do ensino público brasileiro. À época, a preocupação fez com que o grupo remetesse um telegrama ao Ministro da Educação e Cultura, Jarbas Passarinho (1969-1974), agradecendo-lhe pelas medidas tomadas em prol do impedimento de leituras "absolutamente impróprias" e corrosivas à moral dos menores nas escolas do país.[548]

Outra situação que ilustra a intenção de se aproximar do âmbito escolar data de 1965, quando a associação empreendeu uma "campanha cívica" a favor do alistamento eleitoral de jovens. Percorrendo cerca de 40 colégios e escolas normais do município de São Paulo, algumas senhoras do MAF, conforme consta na crônica assinada por Maria Dupré, pediram para que os/as estudantes produzissem redações que expusessem seus comentários acerca do voto obrigatório. Algumas redações, segundo o informado na publicação, vieram "muito bem escritas", e citavam, por exemplo, o direito ao voto como meio de defesa patriótico; como modo de solidificar as estruturas democráticas brasileiras; como o terror dos regimes ditatoriais e, ainda, salientavam o desejo dos regimes totalitários em esmagá-lo.[549]

Percebe-se, assim, que a perspectiva de que o sistema político brasileiro representava uma democracia, discurso corriqueiro da associação, era igualmente difundida no ambiente escolar. As mulheres "mafistas" pretendiam afastar do governo militar a ideia que pudesse caracterizá-lo como um regime ditatorial e utilizavam-no como espécie de antítese do que seria um regime totalitário. O que também não deixa de chamar a atenção é que, à época em que a crônica foi publicada, no final de outubro de 1965, o país havia recém conhecido as cláusulas autoritárias do ato institucional número 2, que retirava o direito do voto ao cargo presidencial, como vimos no capítulo anterior.

Para além do ensino escolar público e privado, o imaginário que dava corpo à evidente e ameaçadora tomada da vida pública por ideais e valores da "subversão" serviu para dar realce a outro elemento relacionado à instrução dos jovens, o ensino religioso. Em dezembro de 1970, o MAF, em conjunto com outras associações[550], dirigiu seu apoio a uma carta enviada pela Confederação das Famílias Cristãs a D. Vicente Scherer, presidente da CNBB naquela ocasião. A carta, escrita por Francisco Assumpção Fleury e publicada integralmente pela revista

[548] MAF envia aplauso a passarinho. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 09 out. 1970. p. 06.
[549] DUPRÉ, Maria. MAF - Carta à mulher brasileira. Campanha cívica. **O Estado de São Paulo,** São Paulo, 29 de out. 1965. Suplemento Feminino, ano 11, n. 628, p. 02.
[550] Além do MAF, subscreveram a carta de solidariedade ao apelo das "mães católicas" as seguintes associações: Arquiconfraria das mães cristãs, Associação Cristã Feminina de São Paulo, Associação pró-artesanato, Associação Santa Gema de Amparo à Família, Liga do Professorado Católico, Liga das Senhoras Católicas, Movimento Brasileiro de Correspondência, Sociedade Beneficente Feminina Esperança, União Cívica Feminina, Sociedade Pró-educação e Saúde (S.P.E.S) e União Democrata Assistencial (U.N.I.D.A.S).

ultraconservadora *Hora Presente,* expunha o pedido de diversas "mães católicas" que se encontravam impressionadas e angustiadas com o "progresso do ateísmo" e com a "ação crescente do materialismo, que tenta dissolver a família e arrancar dos corações dos jovens os princípios morais e religiosos".

O apelo fundante da mensagem era para que, em conjunto com o progresso científico e a integração nacional em benefício dos quais, segundo elas, vinham trabalhando o governo, o colegiado dos bispos tomasse uma atitude para promover aos "jovens um ensino religioso eficaz". Na mensagem, as missivistas ainda enfatizavam que " [...] a paz só será conseguida quando forem banidas da face da terra as doutrinas de ódio, de violência e do terror, que criam o Pânico no seio do povo em benefício exclusivo do comunismo internacional, que se arvora em árbitro do saber e da justiça."[551] Tratava-se, como demonstrado na percepção exposta na carta enviada à OEA, de um movimento cujo intuito era o de englobar âmbitos diversos da esfera educacional, pautado em um combate ideológico e propagandístico que não se furtava de reverberar e difundir elementos do imaginário anticomunista e conservador.

Se as fileiras correspondentes aos primeiros anos da vida escolar caracterizaram um dos espaços sobre os quais a associação empenhou certos "cuidados" em relação aos valores morais e cívicos e à "infiltração totalitária", nas fileiras pertencentes ao ensino superior brasileiro a situação não foi diferente. Pelo contrário, pode-se dizer que as universidades brasileiras galvanizaram atenção igual ou maior àquela empreendida no nível colegial, justamente porque contava com um elemento cujo peso "tirou do prumo" muitos setores sociais liberais e conservadores, assim como os próprios representantes militares do regime ditatorial: o movimento estudantil organizado.

4.1.2 UNE: "centro de corrupção"

Em julho de 1964, o MAF enviou um telegrama parabenizando o Ministro da Educação e Cultura, Flávio Suplicy de Lacerda, pela medida tomada no sentido de implementar a "reorganização das entidades estudantis, principalmente da UNE". Ainda na mesma mensagem, a UNE era classificada pelo grupo como "centro de corrupção da nossa juventude".[552]

O telegrama do MAF dizia respeito ao anteprojeto de lei enviado no início de junho daquele ano a Castelo Branco. Formuladas por Suplicy de Lacerda, as bases da proposta de lei

[551] Mães Católicas pedem a bispo ensino religioso para a juventude. **Hora Presente**, São Paulo, ano 3, n. 08, jan. 1971. p. 251-252.
[552] MAF aplaude declarações de ministro. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 02 jul. 1964. p. 16.

pretendiam rearranjar as entidades de representação estudantil no país, o que retirava da UNE e outros órgãos satélites a responsabilidade pela gestão das pautas dos estudantes.[553] Para Suplicy de Lacerda, assim como para o MAF (e para a grande maioria dos grupos conservadores), a UNE era sinônimo da "corrupção dos moços" e o projeto enviado para apreciação do Congresso Nacional tinha o intuito de "restaurar a dignidade estudantil".[554]

A proposta do Ministro foi recebida com grande descontentamento nos meios estudantis, que tentaram criar bases de diálogo para que o projeto fosse revisto.[555] Talvez pela renitência exposta por estudantes e professores, no dia 30 de julho, as mulheres congregadas no MAF, com a assinatura de Maria Mesquita, voltaram a enviar a Lacerda um telegrama, agora em tom mais enfático, demonstrando sua concordância com o projeto e solicitando que a medida de supressão da UNE enquanto entidade estudantil entrasse em vigor:

> O Movimento de Arregimentação Feminina - MAF - que congrega donas de casa e mães de família vem à presença de v. exa. solicitando **seja suprimida a designação da UNE para a entidade estudantil**. Esse nome representa para as mães brasileiras a recordação de dias sombrios pejados de apreensões para o futuro de seus filhos, **alguns comprometidos e iludidos por falsos líderes comunistas, trabalhando contra a liberdade de seu país.**[556] (grifos da autora).

Em novembro de 1964 o projeto foi aprovado, originando a lei nº 4.464 que, posteriormente, se tornou conhecida como Lei Suplicy. Conforme estipulava o decreto, no lugar da UNE entraria em vigor o Diretório Nacional dos Estudantes (DNE) que, por sua vez, possuiria frações estaduais, denominadas de Diretórios Estaduais dos Estudantes (DEEs).[557] Aprovar a lei foi uma maneira, como pretendeu demonstrar Rodrigo Motta, de afastar do governo militar as acusações de ser muito ditatorial diante de opiniões liberais e moderadas, já que tinha às mãos o poder de simplesmente proibir a existência dos órgãos estudantis. Assim, houve a opção de manter em funcionamento os diretórios universitários, estabelecendo a tentativa de cooperação dos militares com as novas lideranças.[558] De outro modo, aos olhos da esfera pública, também fazia valer os desejos de determinadas organizações conservadoras da

---

[553] Proposta a extinção da UNE. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 05 jun. 1964. p. 01.
[554] UNE. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 14 jul. 1964. p. 01.
[555] Conforme demonstrou Flávia Santana, as tentativas de diálogo foram rechaçadas pelo governo ditatorial, o que caracterizou, a partir de 1965, uma das fagulhas para o movimento de reação dos estudantes. SANTANA, Flávia. **Atuação do movimento estudantil no Brasil:** 1964-1984. 249 f. Dissertação (Mestrado em História Social) - Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. p. 69-71.
[556] UNE. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 30 jul. 1964. p. 15.
[557] MOTTA, Rodrigo. As universidades e o regime militar. op. cit., p. 62.
[558] Idem

sociedade civil, como foi o caso do MAF, que encarava a UNE, por suas estreitas ligações com o comunismo, como maléfica para a "liberdade do país", ao mesmo tempo em que incitava a participação dos estudantes "não subversivos" no debate estudantil.

Inclusive, quando deixou o comando da pasta, em janeiro de 1966, Suplicy de Lacerda foi intensamente elogiado pelo MAF. Para a associação, Lacerda havia honrado seu mandato com "inestimáveis serviços prestados". Na mensagem elogiosa publicada pela imprensa, as mulheres também mencionaram que "os pais de família, com a atuação do ilustre ministro, viram raiar um clarão de esperança na salvação da mocidade estudantil que, antes, ia sendo arrastada pelos falsos líderes à corrupção - ao caos, enfim".[559] Foi um posicionamento que, conforme indicou Motta, ia de encontro a muitas opiniões provenientes do próprio governo Castelo Branco. Pela postura autoritária e repressiva que manteve durante o comando do ministério, bem como por determinadas atitudes vistas como "inábeis" para lidar com as questões estudantis, Lacerda logo se tornou um "consenso negativo" entre quadros importantes do alto escalão da ditadura.[560] É um episódio interessante para avaliarmos a posição conservadora do grupo de mulheres diante dos caminhos que tomavam as políticas educacionais, já que em razão da defesa da moral e no combate à "subversão" a aplicabilidade de algumas medidas arbitrárias era bastante bem-vinda.

Ainda sobre Suplicy de Lacerda e sua proximidade com as associações cívicas, também é válido mencionar a relação de estreiteza que o ministro possuía com a diretoria da União Cívica Feminina paranaense. Na década de 1960, Lacerda ocupou a cadeira da Reitoria da Universidade Federal do Paraná (UFPR), e foi casado com Dalila de Castro, responsável pela fundação da UCF em Curitiba, bem como pela organização da Marcha naquela cidade.[561]

A UNE, cabe dizer, foi um alvo de primeira grandeza dos setores que abraçaram os "ideais revolucionários". Na imprensa de grande circulação, não eram raras as publicações que apresentavam o órgão estudantil como sinônimo de corrupção e degradação. O *OESP*, por exemplo, dedicou, alguns dias após o golpe de 1964, quase uma página completa de uma de suas edições no intuito de expor a dinâmica de preparação do "movimento revolucionário democrático" de abril, o qual era justificado pela "programada revolução comunista" que se construía em vários setores sociais. A publicação, assinada por Jerônimo Jorge, salientava que nos meios estudantis a UNE funcionava como um "centro de inteligência das pregações

[559] Mensagem do MAF a Suplicy. **O Estado de São Paulo,** São Paulo, 13 jan. 1966. p. 16.
[560] MOTTA, Rodrigo. As universidades e o regime militar. op. cit., p. 73-74.
[561] CODATO, Adriano; OLIVEIRA, Marcus. op. cit., p. 300/SOUSA, Reginaldo. op. cit., p. 129.

comunistas, arregimentando em todas as escolas superiores do país o maior número de adeptos possíveis". Ainda, denunciava que o objetivo do órgão era o de "neutralizar a ação dos democratas nos meios estudantis", o que seria orientado e dirigido pelos "teóricos do Partido Comunista."[562] Nos recônditos de grupos representantes de conservadorismo religioso ferrenho, a UNE também não deixou de representar um "centro de subversão", visto como um órgão estudantil que fazia da universidade uma "frente revolucionária", bem como permitia às moças que carregassem "prudentes suprimentos de anticoncepcionais".[563]

No discurso das Forças Armadas, como demonstrou Antônio Brito, a engenharia discursiva era similar e não deixou de abordar o "problema" sob a perspectiva da moralidade. O autor, ao analisar fontes e bibliografias concernentes aos órgãos de informação responsáveis pelo combate ao comunismo no âmbito da juventude, trouxe à tona o exemplo de pronunciamentos militares surgidos à época em que se realizou o 30º Congresso da UNE, no ano de 1968, muitos dos quais permeados por menções que relacionavam os jovens participantes à promiscuidade e à indecência.[564]

No ano de 1965, no mês de setembro, já obedecendo aos critérios da nova legislação vigente, ocorreu a posse da presidência do Diretório Estadual dos Estudantes, realizada na reitoria da Universidade de São Paulo (USP). A chapa eleita, conforme demonstrou publicação do *Estadão*, possuía um discurso bastante próximo àquele do regime, enfatizando as prerrogativas previstas pelo decreto implementado no ano anterior, as quais proibiam, dentre outras, qualquer ação, participação ou propaganda de caráter político-partidário dos estudantes.[565]Além disso, o decreto também determinava a obrigatoriedade do voto dos universitários e universitárias, estipulando medidas punitivas para "o aluno que não comprovar haver votado no referido pleito".[566]

O MAF acompanhou o processo de posse do diretório estadual e, na ocasião, em resposta a um dos pronunciamentos das novas lideranças, divulgou um comunicado bastante

---

[562] Os serviços secretos prepararam a revolta de abril. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 12 abr. 1964. p. 05.
[563] A universidade ainda tem salvação? **Hora Presente**, São Paulo, ano 1, n. 02, nov/dez. 1968. p. 56.
[564] BRITO, Antonio. A subversão pelo sexo: representações anticomunistas durante a ditadura no Brasil. **Varia História.** v. 36, n. 72, p. 859-888, set/dez, 2020. op. cit., p. 864-865.
[565] DEE: ação sem política. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 01 set. 1965. p. 14.
[566] BRASIL. **Lei nº 4.464, de 9 de novembro de 1964.** Dispõe sobre os Órgãos de Representação dos estudantes e dá outras providências. Diário Oficial da União - Seção 1 - 11/11/1964, Página 10169. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4464-9-novembro-1964-376749-publicacaooriginal-1-pl.html. Acesso em: 26 jul. 2022.

efusivo. Na mensagem, o grupo parabenizou a nova diretoria, destinando suas palavras em especial às mães dos denominados "estudantes democráticos":

> O Movimento de Arregimentação Feminina não esmorece na sua campanha democrática em defesa da família na proteção da juventude que há de ser, amanhã, atuante defensora da pátria. Assim, ante esse **princípio de recuperação da mocidade estudantil** que, nas escolas realizou as primeiras experiências dentro da nova ordem, vem, o MAF, apelar para as mães desses jovens que corajosamente enfrentaram e venceram em um pleito livre os **pseudo-líderes** que tanto se haviam comprometido com os inimigos da democracia - alertando-a para que, com sua palavra e seu estímulo, tudo façam para garantir-lhes apoio na luta que vão empreender. Não se esqueçam que a sua vitória é por demais frágil.[567] (Grifos da autora).

O pedido às mães para que apoiassem seus filhos na luta empreendida pela direção do novo órgão estudantil contra os *pseudo-líderes* surgiu em decorrência da ausência da participação de muitos estudantes do estado no pleito eleitoral daquele ano. Tal atitude, segundo as palavras do grupo, além de desafiar as autoridades (pois, como vimos, o voto deveria ser obrigatório) escondia os "inimigos francos ou ocultos" presentes no meio estudantil. Aqueles que votaram em branco ou anularam o voto também foram vistos como "sabotadores" do processo das eleições. Às mães, diante desse cenário, cabia o papel de influenciar os filhos na consolidação da vitória de 64 e, para isso, teriam que "valorizar ou despertar a ação dos que saíram a campo em defesa da lei e dos bons princípios".[568] Em outra publicação do mesmo ano, reforçaram que as mães deveriam ajudar seus filhos na defesa dos "sãos princípios", garantindo-lhes infraestrutura de apoio necessária. Enquanto que aos jovens "democratas", pediram para que não desanimassem na luta que empreendiam, justamente porque eram defensores da "boa causa".[569]

O que se nota é, novamente, a visão de um combate continuado, reiterando a noção de "campo de batalha" que pairava sobre o pensamento do grupo em relação aos comunistas. Outro ponto a destacar é que a "nova ordem" era caracterizada como um regime capaz de atuar em prol da recuperação da mocidade estudantil, principalmente por conta das novas medidas tomadas em face da reestruturação dos órgãos representativos dos estudantes.

À época, a chapa eleita que contou com o apoio discursivo das mulheres "mafistas" era presidida, como consta nas informações da imprensa, por Luciano Rodrigo Alves Pedroso.[570]

---

[567] DEE: ação sem política. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 01 set. 1965. p. 14.
[568] Idem
[569] Mensagem do MAF a estudantes. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 23 out. 1965. p. 12.
[570] Além de Pedroso, foram os seguintes os nomes que compuseram a chapa vitoriosa: Reynaldo Guimarães Chacon, Alexandre Lodygensky, Álvaro Cesar Iglesias, Antonio Henrique Coelho de Carvalho, Arnaldo Luís Pesciotto, entre outros.

Pedroso era aluno vinculado à Faculdade de Direito da Universidade Mackenzie[571] e, no ano anterior, havia sido presidente do Partido Acadêmico Realizador (PAR).[572] O PAR possuía em sua composição estudantes geralmente alinhados ao centro ou à direita estudantil.[573] Em 1966, por exemplo, surgiram acusações de que alguns de seus membros faziam parte das fileiras do Comando de Caça aos Comunistas (CCC).[574]

Esse era somente um dos movimentos da rede articulada da campanha anticomunista realizada no interior do Movimento Estudantil. Participar das discussões ocorridas nos meios universitários, como demonstrou Simões, era dinâmica comum dos grupos cívicos do período. A UCF, por exemplo, chegou a patrocinar a ida de "estudantes democráticos" para um dos congressos da UNE.[575]Por outro lado, no topo da cadeia hierárquica dessa rede de investida anticomunista, o próprio IPES[576] foi um dos incitadores de campanhas que objetivavam influenciar decisões universitárias contrárias à UNE. Além do apoio financeiro que prestava a estudantes da direita, a "elite orgânica" organizada no IPES era responsável por infiltrar quadros de sua confiança nos órgãos estudantis, como também pela campanha propagandística contrária à esquerda universitária e, em São Paulo, pela tentativa de influenciar a decisão nas eleições ocorridas nas universidades.[577]

4.1.3 Estudantes democratas *versus* pseudo-líderes

Foi também durante o ano de 1965 que as manifestações estudantis passaram a ganhar mais espaço nas ruas do país. O interregno entre os auges da repressão, ocorrido entre 1964 e 1968, permitiu que os estudantes organizassem mobilizações contrárias ao governo.[578] Iniciadas no primeiro semestre de 1965, foram se tornando mais significativas a partir do primeiro

---

[571] Universitários elegem DEE. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 31 ago. 1965. p. 14.
[572] SANTOS, Rafaela. **O outro lado da rua Maria Antônia:** a atuação das juventudes de direita em 1960. 199 f. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2015. p. 151.
[573] LIMA, Danielle. **O Comando de Caça aos Comunistas (CCC):** do estudante ao terrorista (1963-1980). Dissertação. 279 f. (Mestrado em educação: história, política, sociedade) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História, Política, Sociedade, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2020. p. 35
[574] Ibidem, p. 82.
[575] SIMÕES, Solange. op. cit., p. 82.
[576] Há ainda, conforme observou Danielle Lima, documentação citada em relatório da Comissão Nacional da Verdade que menciona o envolvimento do órgão de classe (IPES) no provimento financeiro do Comando de Caça aos Comunistas, cuja atuação majoritária foi no Mackenzie. LIMA, Danielle. op. cit., p. 207.
[577] DREIFUSS, René. A conquista do Estado. op. cit., p. 283-289.
[578] MOTTA, Rodrigo. As universidades e o regime militar. op. cit., p. 61-62.

semestre de 1966.[579] De modo bastante resumido, eram mobilizações que, em primeiro lugar, surgiram em face do descontentamento das camadas estudantis com a escalada autoritária do regime, cujas políticas, vide o caso da Lei Suplicy, estavam atingindo em cheio o cenário educacional.[580] Conforme ocorriam, como apontou João Martins Filho, as mobilizações foram intensamente reprimidas pelos militares, o que acabava por gerar novas passeatas em solidariedade às anteriores. Em setembro de 1966, "deflagrou-se uma ampla e espontânea onda de manifestações estudantis" que culminaria em um dia de greve geral que ganhou adesão dos estudantes em diversos estados.[581] Posteriormente, tal episódio tornou-se conhecido como "setembrada".[582]

A movimentação estudantil, como era de se esperar, não foi levada a bons termos pelo MAF, que a encarava como mais um instrumento utilizado pelo campo subversivo contrário à ordem estatal. No final de setembro, passados os momentos de maior efervescência nas ruas, Maria José Dupré, signatária da coluna da associação na imprensa, se posicionou da seguinte maneira:

> Eles, os que perturbam as vidas dos democratas, declaram depois de março de 1965: "se nada conseguimos no meio proletário, iremos agora para o meio estudantil". Aí está. As universidades em greves, arruaças, correrias, morte de um soldado em goiânia, os estudantes gritando: "abaixo a ditadura".
> No momento em que o Brasil está atravessando séria crise, onde em tantos lares reina a aflição, tantas firmas a pedirem concordata ou indo à falência, justamente neste momento os estudantes estão realizando essas passeatas sem rumo. Talvez não tenham muitas razões. Quando aparecem com os cartazes: "abaixo a ditadura", saberão realmente o que é uma ditadura com metralhadoras e tanques? [...]
> [...] nossos rapazes protestam dizendo que não têm liberdade de expressão; só o fato de gritarem dessa maneira pelas ruas da cidade, provam que há liberdade de expressão. Não, eles não sabem o que é uma ditadura.[583]

Para Dupré, não havia uma ditadura em curso no país. O que se via era a movimentação de uma minoria (*eles*) imiscuída na juventude e que tentava por diversos canais perturbar a mente dos "jovens democratas" na busca de causar a desordem no regime em voga. Assim, sem motivos ou razões aparentes que justificassem os protestos, segundo a autora, as manifestações eram tidas como sem rumo. A situação econômica do país também era vista como um obstáculo para a realização das passeatas naquele momento. Cabe lembrar que o debate econômico era

---

[579] Idem
[580] Para informações mais detalhadas sobre o ciclo de passeatas organizadas pelo Movimento Estudantil durante os anos de 1965 e 1966, consultar: MARTINS FILHO, João Roberto. **Movimento estudantil e Ditadura Militar:** 1964-1968. Campinas: Papirus, 1987.
[581] Ibidem, p. 101.
[582] Idem
[583] DUPRÉ, Maria. MAF - Carta à mulher brasileira. Amor e autoridade. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 30 set. 1966. Suplemento Feminino, ano 12, n. 676, p. 03.

pauta central da associação e as consequências dos altos índices inflacionários criaram alguns incômodos entre as integrantes do MAF e a ditadura, como visto no segundo capítulo. Em outro excerto do mesmo pronunciamento, as greves estudantis também foram explicadas pela falta de autoridade dos pais que, sem a "suave força moral", não eram capazes de censurar seus filhos ou "impor seus desejos".[584]

Ainda que crítica das mobilizações nas ruas, torna-se interessante perceber que as greves, segundo a autora, não deveriam ser proibidas pelo governo, assim como as passeatas dos estudantes "democratas", já que é característica "natural da mocidade protestar contra qualquer coisa, pois ela está sempre em ebulição". No entanto, termina com um "apelo patriótico" aos jovens: "[...] se vocês amam a terra onde nasceram, amem estudando e não fazendo passeatas que levarão nosso país a regredir. Agora é trabalhar, estudar para elevar nossa pátria e fazer dela o país líder da América do Sul".[585]

Outro aspecto de destaque da mensagem acima diz respeito à ideia de "infiltração" que, como já visto, era um assunto bastante recorrente no discurso anticomunista do período, sobretudo aquele vinculado à esfera religiosa e militar. Difundia-se a noção de que os quadros comunistas buscavam aderir às mais diversas instituições, minando todos os espaços possíveis em função da concretização do processo revolucionário, daí se explica a frase de Dupré que menciona as "greves e arruaças" como consequência da "invasão" do meio estudantil, "invasão" que já havia ocorrido e estava atuante no meio proletário.

Por exemplo, um nome bastante conhecido e que ajudou a propagar o entendimento de que havia uma infiltração comunista crescente nas esferas sociais foi o da autora francesa Suzanne Labin. No já bastante difundido livro que publicou no Brasil em 1963, traduzido por Carlos Lacerda, Labin estabelece um panorama do ascenso comunista mundial, elencando os aspectos centrais da construção do que seria uma "guerra política, pelas armas da propaganda, da infiltração e da organização".[586] Nesta guerra, os pontos de atuação, conforme aparecem listados no sumário pela autora, seriam, principalmente, a imprensa, as universidades, ginásios, escolas primárias, as igrejas e as agências telegráficas.[587] O setor da educação representaria "importância capital" na investida comunista, justamente pelo espaço que possui na "formação dos espíritos" e, por isso, os "auxiliares de Moscou" dedicariam a ele atenção redobrada.[588] É

[584] Idem
[585] Idem
[586] LABIN, Suzanne. **Em cima da hora**: a conquista sem guerra. Rio de Janeiro: Record, 1963. p. 19.
[587] Ibidem, p. 07.
[588] Ibidem, p. 41.

interessante mencionar, ainda, que os pilares dessa discursividade faziam eco às premissas francesas da Doutrina de Guerra Revolucionária.

Foi uma obra que, ao que tudo indica, ganhou certa acolhida entre os leitores e leitoras no Brasil. Por exemplo, durante a pesquisa que realizei na Hemeroteca Digital, pude localizar em uma publicação do Jornal *A Tribuna*, periódico que circulava na cidade de Santos, a notícia de que o livro da escritora francesa, no intervalo em que a autora esteve no Brasil, havia sido um dos mais vendidos naquela cidade paulista.[589] Durante esse período, em 1963, quando da sua visita ao país para realizar conferências, Labin destinou um espaço na agenda para se encontrar com as integrantes do MAF e da UCF.[590] O encontro, um almoço organizado pelas associações a Labin, foi realizado no Clube Harmonia, em São Paulo, e contou também com uma sessão de autógrafos e uma conversa informal com a escritora que respondeu a inúmeros questionamentos.[591] Assim, é bastante plausível presumir que as ideias de Labin também permearam o imaginário anticomunista construído e difundido pelas mulheres brasileiras.

Cerca de meia década depois do lançamento do referido livro, Labin refinou suas versões sobre os "perigos do comunismo internacional" e publicou mais uma de suas obras dedicadas ao assunto. Intitulada *Hippies, drugs ans promiscuity* (1968), conforme salientou Cowan, tratava-se de obra permeada por forte "pânico moral"[592] anticomunista, expressava a decadência dos valores surgida com as mudanças culturais e sociais dos anos 1960, "descrevendo um mundo em que a degradação moral comunista forjou uma contracultura apocalíptica".[593] Voltaremos a esse assunto com mais detalhamento nos tópicos seguintes.

Retornando às questões sobre o Movimento Estudantil, mesmo com o fim da "setembrada", as repercussões das mobilizações estudantis ocorridas durante os meses anteriores continuaram a permear a imprensa por um tempo. No início de outubro, no dia 08, o

---

[589] Livros mais vendidos em Santos. **A Tribuna,** Santos. Caderno 2. 01 set. 1963. p. 02.

[590] A autora francesa, durante o período de sua estada no Brasil, proferiu palestras em espanhol aos trabalhadores sindicalizados. Participou também de programas de televisão e de atividades com estudantes universitários. O tema das exposições era geralmente destinado a alertar sobre os perigos da "demagogia comunista". Labin fez palestra em sindicato; hoje chega a São Paulo. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 11 ago. 1963. p. 05.

[591] Com incisiva persistência, Suzanne Labin encerra sua pregação em nossa Capital. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 15 ago. 1963. p. 17.

[592] O conceito de "pânico moral" utilizado por Benjamin Cowan é derivado das considerações tecidas, em 1972, pelo sociólogo estadunidense Stanley Cohen, responsável pela criação e difusão do conceito. Além disso, Cowan opta, segundo ele, por atualizar o termo, incorporando à definição de Stanley percepções mais recentes sobre o assunto. Em suma, "pânico moral", estudado no contexto da Guerra Fria no Brasil, envolve, dentre outros, a reação aumentada de autoridades ou da imprensa a determinados comportamentos sociais; a presença de uma "ameaça" que não encontra base na realidade e, também, as "ansiedades" dos setores da direita direcionadas ao comportamento dos jovens, sobretudo em razão das noções de perigo sexual e de degeneração. Neste caso, elementos fortemente vinculados ao anticomunismo. COWAN, Benjamin. Securing Sex. op. cit. p. 10.

[593] No original: (...) describing a world in which communist moral degradation had forged a counterculture- fueled, apocalyptic Western decadence. COWAN, Benjamin. Securing Sex. op. cit. p. 107.

grupo de mulheres enviou uma missiva a Paulo Gouvêa da Costa, que na ocasião ocupava o posto de presidente do Diretório Nacional dos Estudantes (DNE):

> Diante das inúmeras manifestações estudantis contrárias à subversão, o Movimento de Arregimentação Feminina - MAF - juntamente com as mulheres paulistas que aderiram ao seu apelo de união, hipotecam inteira solidariedade à sua brilhante exposição, certas de que a juventude brasileira, verdadeiramente democrata, saberá se unir numa organização permanente de **luta contra o comunismo que procura por todos os meios intoxicar jovens desprevenidos e inexperientes.**[594]

Os jovens, como pode se depreender da mensagem acima, eram encarados como desprevenidos diante dos problemas representados pela "ameaça dos vermelhos", leitura que era bastante recorrente nas fontes do período que abordam a temática, já que o discurso empregado costumava caracterizar a juventude como mais suscetível à ação e à investida dos comunistas.[595]

O pronunciamento do MAF, que reitera a denúncia ao comunismo e os meios diversos de que se utiliza na "intoxicação" dos jovens, fazia referência a uma mensagem publicada pela imprensa paulista no dia anterior. Nela, Gouvêa da Costa denunciava a participação da UNE nos acontecimentos estudantis dos meses anteriores, bem como a classificava como "fabriqueta de badernas", cujos "métodos aviltantes" eram o de espalhar a desordem por meio de greves e defender reivindicações de "solidariedade a Cuba, a Fidel, (à) legalidade do Partido Comunista, ascensão do proletariado ao governo, (e à) revolução socialista."[596] Gouvêa da Costa era um tenaz crítico da esquerda, com ideais bastante próximos do governo ditatorial e, pode-se dizer, fazia parte da fração alinhada à direita que compunha o Movimento Estudantil do período.[597]

Além da presidência do DNE, outras organizações estudantis, como consta na mensagem do grupo de mulheres, também se pronunciaram. Por exemplo, na mesma página do *OESP* em que foi publicado o pronunciamento de Gouvêa estão localizadas, a título ilustrativo, as manifestações dos militantes universitários da Tradição, Família e Propriedade (TFP), os quais também alardeavam sobre o caráter subversivo e caótico da minoria que pretendia "lançar no caos todo o Brasil".[598]

Alguns dias depois, em 14 de outubro, nova manifestação de apoio de parte do MAF foi publicada, desta vez parabenizando as palavras divulgadas semanas antes pelos "estudantes

---

[594] MAF solidário. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 08 out. 1966. p. 06.
[595] KAMINSKI, Leon. op. cit., p. 476.
[596] O retrato da UNE. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 07 out. 1966. p. 06.
[597] O DNE alerta os estudantes. **O Estado de São Paulo,** São Paulo, 26 mar. 1966. p. 38.
[598] O retrato da UNE. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 07 out. 1966. p. 06.

democratas Mackenzistas".[599] As mensagens dos alunos e alunas, assinadas pelo Diretório Central dos Estudantes (DCE) daquela universidade, intitulava-se "manifesto à nação" e pretendia analisar as causas da "avalancha dos acontecimentos provocados pela crise estudantil" que havia se instaurado no país. A mensagem dos universitários, em tom incisivo, apontava alguns erros do governo "revolucionário" na condução das políticas educacionais; reforçava a má administração do novo DNE pela posição tomada durante a movimentação estudantil; defendia o pagamento de taxas por parte de estudantes "mais favorecidos" para compensar as despesas públicas e elogiava o projeto da Nova Estrutura Universitária proposta pelo Ministério da Educação e Cultura.[600]

Sobre o posicionamento dos estudantes, foram as seguintes as palavras de Maria Dupré:

> Vocês podem contar conosco, estudantes democratas mackenzistas. O manifesto que dirigiram à nação só pode dignificar e honrar os que o escreveram. [...]. Nós mulheres brasileiras, pertencentes a entidades que trabalham pela democracia ou não pertencentes a nenhuma entidade, mas que são democratas por princípio do livre arbítrio das liberdades fundamentais, estamos com vocês. Pensamos como vocês, sentimos os mesmos anseios e temos o mesmo ideal: construir um Brasil grande e forte. Sabemos que os homens passarão, as ideologias serão superadas, tudo se há de gastar, mas a terra ficará, o Brasil continuará a existir, assim como seu povo. **Em meio à confusão onde estudantes se confundem com subversivos, onde arruaceiros se misturam com idealistas, o manifesto enviado por vocês foi um bálsamo, foi uma serenidade no caos, foi uma ponte no abismo das incompreensões.**[601] (grifos da autora).

Como visto até aqui, eram mensagens de apoio destinadas quase exclusivamente a estudantes pertencentes à direita estudantil, adeptos, em sua maioria, dos ideais e valores provenientes da "revolução". A "confusão" instaurada entre os estudantes, que ganhou contornos mais delineados a partir de 1965, criou no discurso da associação uma divisão para se referir ao cenário estudantil. Havia, de um lado, a existência dos denominados "estudantes democráticos", aqueles que pretensamente se colocariam contra as investidas dos comunistas e idealistas. No outro lado, haviam os "infiltrados" ou "pseudo-líderes", muitas vezes pertencentes aos órgãos estudantis politizados à esquerda, geralmente vistos como membros ou próximos da UNE. Em terceiro lugar, também utilizavam a extensamente difundida

---

[599] DUPRÉ, Maria. MAF - Carta à mulher brasileira. Estudantes da universidade Mackenzie. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 14 out. 1966. Suplemento Feminino, ano 12, n. 678, p. 03.
[600] Estudantes fixam posição. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 02 out. 1966. p. 20.
[601] DUPRÉ, Maria. MAF - Carta à mulher brasileira. Estudantes da universidade Mackenzie. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 14 out. 1966. Suplemento Feminino, ano 12, n. 678, p. 03.

denominação de "inocentes úteis", que seriam aqueles e aquelas que se deixavam absorver facilmente pelas investidas ideológicas, deixando-se levar pela influência dos comunistas.[602]

Um posicionamento que traz à tona com nitidez a divisão estabelecida entre os "estudantes democratas" e os "pseudo-líderes" foi publicado alguns meses antes pelo grupo, à época da realização do Congresso da UNE em Belo Horizonte, ocorrido no final de julho daquele ano. Segundo consta na nota, divulgada em 05 de agosto, as denúncias feitas pelos estudantes durante o Congresso, enfatizando que no país havia se instalado uma ditadura, eram improcedentes. Vejamos um trecho da mensagem que, assim como a anterior, foi redigida por Dupré:

> Se no Brasil houvesse uma ditadura como eles desejam (pois eles não fazem outra coisa senão lutar para que aqui seja implementada uma ditadura comunista) eles nem sequer falariam que existiu um dia uma União Nacional dos Estudantes, apelidada UNE. Se a tal ditadura proibisse de falar, não comentariam em casa entre irmãos, nem entre amigos íntimos porque no meio deles talvez houvesse um delator que os denunciasse, poderia então haver prisão ou morte. Porque na ditadura que eles tanto querem, tudo é proibido, até pensar, quanto mais organizar congressos. É triste dizer, mas é para uma ditadura dessa ordem que os nossos estudantes estão transgredindo leis, fazendo arruaças, ameaçando e traindo. Felizmente, nem todos pensam e agem desse modo. [...] O verdadeiro estudante não transgride a lei e esses transgrediram. O verdadeiro estudante não trai e (...) esses traíram. De uma coisa tenho certeza: no momento em que ficar provado que um Fidel Castro ou que outros fideis estão dirigindo guerrilhas ou lançamento de bombas ou incendiando o Brasil, todos os estudantes brasileiros de todas as escolas, de todas as universidades, estarão conosco, unidos e prontos para defender o que é nosso na trincheira da democracia. Os verdadeiros estudantes estarão. [603]

Na mensagem, o que nos chama a atenção é a postura de defesa democrática de que se vangloriava o grupo. Mesmo diante das recorrentes notícias da repressão militar aos estudantes, promovendo prisões arbitrárias e proibindo encontros, congressos e reuniões baixo argumentos de "subversão" e "desordem", o MAF salientava a liberdade existente no período. As "mafistas" pareciam fechar os olhos para muitos dos excessos autoritários do estado ditatorial.

---

[602] Uma definição para o termo "inocentes úteis" aparece na obra do ferrenho general anticomunista Ferdinando de Carvalho: "Os inocentes úteis são aqueles indivíduos que se prestam às manipulações dos comunistas por ingenuidade, vaidade, desconhecimento ou inconsciência. Os comunistas costumam denominá-los "tolos" ou "bobos". CARVALHO, Ferdinando. op. cit., p. 74. Inclusive, esse é um elemento do discurso anticomunista que se perpetuou ao longo das décadas. Recentemente, no ano de 2019, em um discurso que proferiu a respeito de protestos de setores estudantis, o então presidente da República, Jair Bolsonaro, reavivou essa concepção e voltou a classificar os estudantes como "idiotas úteis" e "massas de manobra". Disponível em: https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2019/05/15/bolsonaro-chama-manifestantes-de-idiotas-uteis-e-massa-de-manobra-e-recebe-criticas.ghtml. Acesso em: 07 set. 2022.

[603] DUPRÉ, Maria. Serão todos estudantes. MAF - Carta à mulher brasileira. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 05 ago. 1966. Suplemento Feminino, ano 12, n. 665, p. 03.

Ainda sobre a mensagem destinada aos "mackenzistas" e aos "democratas de outras universidades", publicada em outubro, Dupré pede à iniciativa privada para que financie as atividades dos estudantes comprometidos com o "regime democrático", e faz um "apelo aos homens ricos de todo o Brasil [...] um apelo aos meios financeiros, aos chefes de indústria e de comércio, aos homens que trabalharam arduamente dando suas horas e sua inteligência e por isso venceram".[604] As universidades eram vistas como instrumentos destinados à formação de lideranças e, para tal, era necessário que os estudantes pudessem contar com a contribuição financeira e com as posses dos "homens de bem". A mensagem (que embora tenha como destinatário principal os estudantes de uma universidade privada, também pode ser expandida àqueles de instituições estatais) sugeria ainda que os universitários e empresários formassem uma sociedade, "uma corrente inquebrantável".[605]

Era uma noção, vale ressaltar, de caráter liberal, que fazia aceno às tentativas de setores empresariais de implementar modelos educacionais próximos àqueles adotados por universidades estadunidenses, sobretudo em um momento em que as reformas universitárias propostas pelo governo estavam caminhando a passos trôpegos.[606] Segundo Motta, a pressão de diversos grupos em torno da modificação no investimento aplicado ao setor estudantil parece ter surtido algum efeito. Um ano depois da publicação do apelo acima, em 1967, a nova constituição assinada por Castelo Branco trouxe em sua redação a possibilidade da realização de cobranças de taxas em universidades públicas, bem como desobrigava o Estado de arcar com o compromisso com gastos mínimos para o setor da educação.[607]

No mesmo excerto, a escritora enfatiza que as posses alcançadas pelos "homens de bem" só puderam ser conseguidas porque estes trabalharam sob regime democrático, "(...) é à democracia que precisam agradecer, porque em outro regime seria diferente". Trecho que não deixa de aludir à versão bastante presente no imaginário anticomunista de que o regime democrático é propício à construção de bens privados, em detrimento dos regimes comunistas, que seriam uma ameaça à propriedade.[608]

Ao que tudo indica, a relação entre as "mafistas" e determinados quadros da universidade Mackenzie era de certa proximidade ou simpatia ideológica, não somente com alguns dos estudantes, mas também com a direção da instituição. Em 1968, dois anos depois de

---

[604] DUPRÉ, Maria. MAF - Carta à mulher brasileira. Estudantes da universidade Mackenzie. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 14 out. 1966. Suplemento Feminino, ano 12, n. 678, p. 03.
[605] Idem
[606] MOTTA, Rodrigo. As universidades e o regime militar. op. cit., p. 71.
[607] Idem
[608] RODEGHERO, Carla. Memórias e combates. op. cit., p. 154-155.

publicadas as mensagens acima, o MAF promoveu uma palestra com a reitora do Mackenzie, Esther de Figueiredo Ferraz. A palestra, intitulada "Problemas Universitários", pertencia a um dos ciclos de conferências rotineiros na agenda de atividades do grupo. Na sessão, que foi presidida por Maria Mesquita, Ferraz apontava, assim como anteriormente fizeram os estudantes mackenzistas, para a necessidade da implantação da reforma universitária conforme as propostas do governo ditatorial. Sendo assim, defendia o pagamento de taxas por parte dos estudantes alegando que o ensino "totalmente gratuito é antidemocrático" e colocava-se favorável, do mesmo modo, às premissas do acordo MEC-USAID, sobretudo em razão do "intercâmbio cultural" que a nova política universitária proporcionava.[609]

Outra figura que participou das conferências organizadas pelo grupo para tratar do assunto, a título de conhecimento, foi o secretário de educação de São Paulo, Antonio Barros Ulhôa Cintra. Realizada no mês de maio de 1967 sob o título de "Problemas na educação de São Paulo"[610], a palestra de Ulhôa Cintra, conforme publicação da imprensa, além de dar ênfase à "escassez de homens da ciência e técnicos no sistema educacional" (o que coincidia com os valores dos tecnocratas educacionais) também esboçava concordância com os critérios estabelecidos pelo MEC-USAID, citando que os estudantes somente eram contrários ao acordo porque ainda não o tinham lido. Na mesma sessão, o secretário reverberou a visão anticomunista em relação à "guerra psicológica" enfrentada no âmbito do sistema educacional, frisando que não desconhecia as "infiltrações, propósitos orientados e planos subversivos que ameaçam nossa terra. Eles são o micróbio de uma doença e o seu terreno de ação é a juventude mal preparada." [611]

O MEC-USAID, citado pelos conferencistas, foi, de modo bastante sintetizado, "um projeto próprio de reforma universitária, inspirado nos modelos estadunidenses e que privilegiava o ensino pago e a concepção de ensino como apêndice da economia."[612] Os acordos (ao total foram sete acordos estabelecidos a partir de 1964) davam vazão, por meio da agência americana *United States Agency for International Development* (Usaid), à ingerência de investimentos internacionais para o financiamento da educação, o que colocava nas mãos dos Estados Unidos a capacidade de interferir nos caminhos dos ensinos superior e básico brasileiros.[613] Foi frontalmente combatido pelo movimento estudantil que logo o transformou

[609] Diálogo, só entre alunos e mestres. **O Estado de São Paulo,** São Paulo, 25 maio. 1968. p. 10.
[610] O MAF promoverá palestra. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 12 maio. 1967, p. 09.
[611] Ensino sente a falta de técnicos. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 19 maio. 1967. p. 01.
[612] SANTANA, Flávia. op. cit., p. 97.
[613] MOTTA, Rodrigo. As universidades e o regime militar. op. cit., p. 119-120.

em pauta das greves e manifestações ocorridas ao longo da década de 1960, especialmente em razão do viés imperialista que apresentava.

Assim como Ulhôa Cintra e Esther Ferraz, o MAF era um defensor da aplicação das medidas do MEC-USAID, considerado pela associação como "esplêndida ideia" e de "grande utilidade para as instituições brasileiras". O grupo defendia que os programas da USAID deveriam ser copiados em parte ou na totalidade pelo ensino nacional.[614]Constatar isso permite a compreensão de que, além propriamente da aversão aos valores desagregadores da moral que seriam representados pelos comunistas, a associação paulista compartilhava de ideais que iam de encontro à lógica defendida pelas esquerdas universitárias no que trata dos caminhos enveredados na administração das universidades públicas. Eram interesses em jogo que aguçavam a participação nos debates nos meios estudantis e, consequentemente, também refletiam diretamente na batalha contra os "valores do comunismo" dentro das instituições de ensino.

4.1.4 A questão dos excedentes

No mês de junho de 1969, o MAF recebeu uma solicitação de algumas dezenas de jovens que haviam prestado o vestibular para o ingresso no curso de Arquitetura e Urbanismo da USP.[615] Na mensagem, ao que tudo indica, o grupo pedia um posicionamento das mulheres paulistas acerca de um problema que vinha enfrentando desde o início daquele ano. O cerne do problema era o seguinte: tratava-se de jovens que foram aprovados no exame vestibular, mas que, por ausência de vagas na universidade, não conseguiram realizar as matrículas. Os estudantes que se encaixavam nessa condição, que somaram milhares durante os anos ditatoriais, ficaram conhecidos como "excedentes".

O problema dos "excedentes" já era velho conhecido das instituições superiores. Desde o início da década de 1960, o déficit de vagas para alunos e alunas aprovados no vestibular era característica corrente nos meios universitários[616], mas como se tratava de um número pequeno, a situação muitas vezes era resolvida a nível local, nas instâncias decisórias das próprias

[614] Problemas de ensino. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 02 jul. 1967. Suplemento Feminino, ano 14, n. 714. p. 02.
[615] MAF apela por 77 excedentes da FAU. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 15 jun. 1969. p. 22.
[616] CUNHA, Luís apud MARTINS FILHO, João Roberto. O movimento estudantil e a ditadura militar. op. cit., p. 125.

instituições de ensino.[617] Entretanto, a desastrosa política educacional dos anos iniciais de ditadura, com o baixo financiamento no ensino superior, aliado ao crescente aumento da busca de vagas em instituições universitárias, fez com que o problema se acentuasse e, em 1967, se transformou em uma grave crise que acometeu a estrutura das universidades brasileiras.[618] Por exemplo, em 1967, excedentes de medicina chegaram a montar um acampamento em frente ao Palácio dos Bandeirantes, em São Paulo, para chamar a atenção das autoridades e da população sobre o caso.[619] A própria Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU) da USP, também em 1967, teve de lidar com dezenas de estudantes que não conseguiram realizar a matrícula e que, por conta disso, empenharam suas forças em uma extensa mobilização.[620] Situações parecidas se alastraram por todo o país.

No ano de 1969, os jovens da FAU exigiam que uma verba suplementar fosse destinada à contratação de professores, com o intuito de criar uma nova classe capaz de absorvê-los. Como o então reitor da universidade, Alfredo Buzaid, e o governador do estado, Abreu Sodré, demonstraram "impossibilidade" de lidar com o assunto, decidiram entrar em contato diretamente com Tarso Dutra, Ministro responsável pela pasta da Educação e Cultura.[621] Tendo em vista as dificuldades que encontrou ao longo do processo, é possível conjecturar que o grupo de jovens decidiu apelar para o auxílio de associações como o MAF por tê-las como "influentes" no meio paulista, como também por conhecerem o histórico de envolvimento do grupo com temáticas relacionadas ao âmbito da educação e os profícuos canais comunicativos que as mulheres possuíam com os altos quadros da ditadura.

Após a solicitação dos jovens, o MAF enviou um ofício a Abreu Sodré e a Tarso Dutra, reiterando e apoiando o pedido dos setenta e sete excedentes:

> O Movimento de Arregimentação Feminina - MAF - solicitado por 77 excedentes da FAU (Faculdade de arquitetura e urbanismo da Universidade de São Paulo), vem a presença de v. exa., como entidade que congrega mães de família, pedir que tudo faça para atender aos justos apelos desses rapazes que desejam continuar os seus estudos e para que possam fazê-lo necessitam de professores competentes e bem pagos. Cumpre ponderar que, estudando, esses rapazes estarão muito mais ao abrigo dos maus elementos que tentam levá-los a aceitar ideologias estranhas se decepcionados não puderem continuar seus estudos.[622]

---

[617] DUARTE, Teresinha. O movimento estudantil em Alagoas: uma abordagem e algumas reflexões. In: **1968 faz 30 anos.** MARTINS FILHO, João (org.). Campinas: Mercado de Letras, 1998. p. 148.
[618] MARTINS FILHO, João Roberto. O movimento estudantil e a ditadura militar. op. cit., p. 123-124.
[619] SANTANA, Flávia. op. cit., p. 104.
[620] Excedentes farão pedágio. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 25 abr. 1967. p. 14.
[621] Excedentes de arquitetura da USP procuram Tarso para conseguir matrícula. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 17 jun. 1969. p. 12.
[622] MAF apela por 77 excedentes da FAU. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 15 jun. 1969. p. 22.

Além do MAF, outros grupos e figuras públicas se colocaram ao lado dos universitários, dentre os quais a seção paulista do Instituto dos Arquitetos do Brasil, o presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, a Câmara do Comércio e o arcebispo do estado, Dom Agnelo Rossi.[623] A questão dos excedentes foi, pode-se dizer, pauta comum de diversos setores de configurações ideológicas distintas. Por exemplo, a reivindicação em prol da conquista das vagas foi arduamente encabeçada pelo movimento estudantil, que pretendeu fazê-la partindo da denúncia das enormes falhas e dos interesses em jogo na política educacional governista, bem como do caráter repressivo do regime.[624] Por outro lado, muitos grupos, dentre os quais o MAF, como se vê na mensagem, e muitos dos próprios jovens excedentes, não procuravam entrar em embate direto com as políticas educacionais do governo ditatorial, deixando de lado as críticas e buscando, ao invés disso, "sensibilizar as autoridades" para que o problema fosse resolvido.[625]

Além dessas considerações, o que salta aos olhos no ofício enviado foi a justificativa encontrada para argumentar a favor dos excedentes. Isso porque embora a universidade fosse considerada espaço de corrupção da juventude pelo grupo, como vimos nos pronunciamentos citados nas páginas anteriores, ainda seria o local mais apto a abrigar e proteger os jovens dos "malefícios" das denominadas "ideologias estranhas". É um ponto que pode nos ajudar a compreender a constante preocupação das "mafistas" com o meio estudantil, pois seu objetivo principal era o de "limpá-lo" da presença de indivíduos que expressassem valores considerados potencialmente perigosos aos demais. As universidades, assim como as outras instituições sociais, deveriam estar aparelhadas com os valores propugnados pela associação, que, como já mencionado, eram valores que em muito se assemelhavam às propostas presentes nas cartilhas do governo ditatorial.

Outro aspecto da mensagem trata da relação estabelecida entre as "ideologias estranhas" e sentimentos como a decepção ou a frustração. A juventude frustrada e/ou decepcionada pela não concretização de seus ideais correria maiores riscos de ceder se colocada diante da investida dos "maus elementos". Pode-se dizer, ainda, que há uma percepção de que a conquista das matrículas retiraria dos jovens o desejo de expressar seu descontentamento por meio de mobilizações, o que ajudaria a reduzir as manifestações públicas contrárias à ordem e, consequentemente, contrárias ao governo. Essa é uma perspectiva que apareceu com mais

[623] Excedentes de arquitetura da USP esperam por verbas. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 17 jun. 1969. p. 09.
[624] MARTINS FILHO, João Roberto. Movimento estudantil e ditadura militar. op. cit., p. 126.
[625] Essas características foram observadas por Teresinha Duarte ao investigar a mobilização dos excedentes na Universidade Federal do Alagoas (UFAL). Cf. DUARTE, Teresinha. op. cit., p. 150.

proeminência em 1968, quando a movimentação estudantil atingiu seu auge no espaço público brasileiro.

4.1.5 1968: estado de "anarquia"

Em 02 de abril de 1968, sob a assinatura de Maria Mesquita, o MAF enviou ao presidente Costa e Silva o seguinte ofício:

> Senhor presidente: o Movimento de Arregimentação Feminina - MAF- profundamente penalizado com a triste ocorrência da morte de um jovem, vem à presença de vossa excelência para pedir que **providências drásticas** sejam tomadas para que nunca mais possa acontecer. Está certo o Movimento de Arregimentação Feminina - MAF - de que isso obrigará o governo a tratar de maneira objetiva e eficiente o problema primordial estudantil, sem o que não haverá mais paz no país. **Há a necessidade de que as reformas educacionais não mais sejam adiadas e que sejam tratadas com justiça e firmeza por pessoas idôneas e competentes**. O Movimento de Arregimentação Feminina apresenta à vossa excelência seus sentimentos de alto apreço e consideração.[626] (grifos da autora).

Exigindo que providências drásticas fossem tomadas em relação à situação estudantil, a mensagem acima fazia referência ao acontecimento ocorrido, no dia 28 de março, no centro da cidade do Rio de Janeiro. O jovem citado na mensagem do grupo era o estudante Edson Luís de Lima Souto, morto a tiros pela repressiva ação da Polícia Militar durante uma manifestação realizada no restaurante Calabouço. A manifestação reivindicava a diminuição dos preços das refeições, como também exigia o término das obras do restaurante universitário.[627] Em face do ocorrido, como se vê, o MAF classificou a questão estudantil nacional como problema de primeira necessidade do governo, solicitando que as reformas educacionais adiadas fossem postas à ação. Os fatos ocorridos no Calabouço originaram comoção generalizada no país diante da agressividade da polícia e da consequente e trágica morte de Edson Luís, e várias manifestações foram desencadeadas em diversos estados. Nos estados do Rio de Janeiro e de São Paulo, os governadores, mesmo em vista das medidas ditatoriais em proibir a realização de manifestações no dia primeiro de abril, permitiram que passeatas ocorressem.[628] O MAF posicionou-se a favor das passeatas, alertando Abreu Sodré a respeito das "ideologias nefastas" e "estranhas", como demonstra o ofício a seguir:

---

[626] MAF pede ação drástica. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 02 abr. 1968. p. 08.
[627] Para mais informações, consultar: VALLE, Maria Ribeiro. A morte de Edson Luís e a questão da violência. In: MARTINS FILHO, João (org). **1968 faz 30 anos.** Campinas: Mercado de Letras, 1998.
[628] Ibidem, p. 61.

> Louvando a atitude justa, corajosa e serena de vossa excelência, permitindo a passeata dos estudantes em sinal de pesar pela morte de Edson Luiz (sic), sugere-lhe como entidade que congrega mães de família que as tranquilize, tomando a si a árdua tarefa de liderar um movimento pacificador da classe estudantil, atendendo às suas reivindicações com firmeza quando justas e livrando-a de influências nefastas que servem a interesses excusos (sic) e a ideologias estranhas.[629]

Algumas manifestações realizadas no Rio de Janeiro, em Goiás e em Minas Gerais foram duramente reprimidas pelas forças policiais e do Exército.[630] Na ocasião, o MAF, em conjunto com a Campanha da Mulher pela Democracia, lançou "veemente protesto" à violência policial empregada contra os "jovens desarmados". Contudo, novamente, não deixou de fazê-lo mencionando que não ignoravam "que muitas vezes o entusiasmo e o ardor juvenil os levam a agir sob influências e interesses estranhos ao país".[631]

A partir de março daquele ano, como já previa o MAF, as mobilizações estudantis ganharam novo fôlego. Entre os meses de abril e junho, o país presenciou grandes manifestações com a participação da classe média alta e da juventude nas ruas.[632] Nos dias finais do mês de junho daquele ano, por exemplo, milhares de pessoas mobilizaram-se no centro do Rio de Janeiro, na marcha que se tornou conhecida como a passeata dos Cem Mil. Em São Paulo, nas primeiras semanas de julho, além da mobilização dos estudantes, que chegaram a ocupar o prédio da Faculdade de Direito da USP[633], houve a deflagração de greves em Osasco, com a paralisação do trabalho em várias fábricas. Na ocasião, muitos operários foram detidos pelo DOPS.[634]

Diante do acirramento da mobilização dos estudantes e de setores da sociedade civil nas ruas do país, em 19 de julho de 1968, o MAF endereçou um ofício ao presidente Costa e Silva e, também, ao Ministro Antônio Delfim Netto que, desde 1967, comandava a pasta da Fazenda. Na mensagem, enfatizava-se a "angústia das mães de família que veem o futuro de seus filhos ameaçados pela luta estudantil que se alastra pelo país". E prosseguia:

> Certas de que esse estado de anarquia, que tanto mal acarreta à nação, cessará no momento que **medidas enérgicas e justas** sejam tomadas, apela para v. exa., consiga de seus auxiliares uma tomada de decisão **a favor de reivindicações justas para melhoria do ensino, e para que a mocidade não subversiva sinta sinceridade no cumprimento das mesmas.** Urge que a verba educacional seja substancialmente

[629] MAF dá apoio a Sodré. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 03 abr. 1968. p. 07.
[630] Idem
[631] Estudantes de Brasília fabricam suas armas. **O Globo**, Rio de Janeiro, 01 abr. 1968. p. 04.
[632] MARTINS FILHO, João Roberto. O movimento estudantil e a Ditadura Militar. op. cit., p. 121.
[633] Retomada sem violência as Arcadas. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 19 jul. 1968. p. 12.
[634] Normaliza-se a situação nas fábricas. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 19 jul. 1968. p. 13.

> aumentada, mesmo que isso seja feito em detrimento de outras. O problema educacional é a viga mestra do futuro do país e sua solução não pode mais ser adiada. Urge que v. exa. a declare prioritária para o bem de todos e felicidade geral da nação.[635] (grifos da autora).

Na mesma data, enviaram ofícios também ao presidente da Câmara dos Deputados, José Bonifácio, e ao presidente do Senado, Gilberto Marinho:

> Exprimindo a preocupação das mães com a anarquia que reina no meio estudantil e que ameaça o futuro de seus filhos, arrastando a mocidade para uma tomada de posição contra o governo de seu país. O Movimento de Arregimentação Feminina [...] apela para que todos os ministros, senadores, deputados, se unam em torno do presidente da República e procurem um meio de aumentar substancialmente as verbas destinadas à educação sem para isso medir sacrifícios. Com providências justas e enérgicas, estudadas com cuidado e imediatamente postas em prática, o problema que ora nos atemoriza poderá ser resolvido. Esperam as mães brasileiras que os srs. atendam no angustiante momento em que temem pelo futuro de seus filhos e de seu país.[636]

O medo, como demonstra a mensagem, era de que a mocidade, em meio à "anarquia" disseminada naquele momento, se posicionasse contrária ao governo federal. Novamente, para solucionar a questão e arrefecer a atitude estudantil, as mulheres "mafistas" exigiam que o financiamento educacional, independente do meio pelo qual fosse proveniente, recebesse consideráveis aumentos. O que se nota, tendo em vista essas estrofes, é que à época das manifestações a pauta principal do MAF foi a de solicitar a promulgação das reformas no âmbito da educação, as quais eram vistas como o único meio pelo qual a paz seria alcançada, eliminando o "mal" acarretado à nação pela movimentação exercida nas ruas. De outro modo, eram discursos que pareciam se preocupar exclusivamente com as consequências das manifestações aos ditos "jovens democratas" ou "não subversivos". Aos jovens que, de fato, se manifestavam contra o autoritarismo, a solidariedade parecia ser inexistente.

Existiam, pode-se dizer, duas reformas estudantis distintas em discussão naquele contexto. Uma delas fazia parte da agenda do governo ditatorial e englobava algumas medidas já anteriormente citadas neste trabalho, como o caso da abertura dos investimentos da educação nacional ao capital estrangeiro, incorporadas a um projeto conhecido como "modernização autoritária".[637] Por outro lado, havia a reforma pautada pelos próprios estudantes, oposta às formulações dos setores governistas, que reconhecia e ansiava pela resolução dos problemas da

---

[635] MAF apela às autoridades. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 19 jul. 1968. p. 13.
[636] Idem
[637] Para consultar com detalhamento as características das reformas estudantis, bem como da denominada "Modernização Autoritária", ver: MOTTA, Rodrigo. As universidades e o regime militar. op. cit.

infraestrutura educacional e prezava, dentre outras, pela rearticulação das grades curriculares e resolução da carência de vagas.[638] Além disso, em meio às reivindicações pela melhoria do ensino superior, os estudantes clamavam pelo fim da ditadura. Não se pode concluir pelos posicionamentos acima quais eram de fato as "medidas justas e enérgicas" ou os critérios das reformas educacionais exigidos pelo MAF. Ao que tudo indica, dado o caráter de simpatia do grupo às políticas educacionais do governo, bem como à alusão à "mocidade não subversiva", tratava-se de apoio às discussões que já internamente vinham sendo realizadas pelos setores da ditadura.

Foi também durante o ano de 1968 que o centro da cidade de São Paulo se tornou palco de uma "batalha" entre os estudantes da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP e universitários do Mackenzie, muitos pertencentes ao grupo terrorista de extrema direita, o Comando de Caça aos Comunistas. O conflito, que posteriormente descobriu-se ter sido organizado e articulado pelos membros da organização paramilitar, se estendeu do dia 02 a 03 de outubro, e terminou com a morte do estudante secundarista, José Guimarães. Além disso, o prédio da USP, depredado na sua quase totalidade, foi interditado pela polícia.[639]

Em 04 de outubro, um dia após ultimado o ocorrido, o MAF enviou um ofício ao governador Abreu Sodré. Publicado na mesma página em que a *Folha de São Paulo* noticiava os fatos que acometeram a rua Maria Antônia, na qual também se verificava o posicionamento de escritores e professores lamentando a situação, o ofício do MAF trouxe as seguintes palavras:

> O Movimento de Arregimentação Feminina - MAF - certo de interpretar o sentir de milhares de mães de São Paulo, nele congregadas, sente-se no dever de apelar para v. exa. para que, como chefe supremo do nosso estado, procure por todos os meios ao seu alcance salvar o futuro da nossa mocidade. Que a trágica morte dos estudantes sirva para levantar o governo na defesa do nosso patrimônio moral e cultural e pôr um paradeiro em tão dolorosa situação.[640]

O apelo do MAF, que na ocasião também havia sido divulgado pelo *OESP*[641], foi prontamente respondido pelo governador. Publicada na integralidade pelo diário *Folha de São Paulo*, a missiva foi a seguinte:

---

[638] MARTINS FILHO, João Roberto. Movimento estudantil e a ditadura militar. op. cit., p. 122.
[639] CARDOSO, Irene. Maria Antônia: o edifício de nº 294. In: MARTINS FILHO, João (org). **1968 faz 30 anos.** Campinas: Mercado de Letras, 1998. p. 27-34.
[640] Professores, intelectuais e MAF manifestam-se contra a violência. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 05 out. 1968. p. 12.
[641] MAF faz apelo a Sodré. **O Estado de São Paulo,** São Paulo, 05 out. 1968. p. 06.

> Li, nos matutinos de hoje, o apelo que o MAF faz ao governo, no sentido de procurar por todos os meios salvar o futuro da nossa mocidade. O governo de São Paulo nada mais tem feito senão prosseguir este objetivo. [...] Temos apelado a uma minoria radical que não quer (ilegível) nem reformas, para que permita à maioria, que deseja aprimorar-se, desfrutar das oportunidades que o governo de São Paulo lhe abre. Procurei, pessoalmente, o diálogo com essa minoria (...) a 1º de maio. Responderam-me com o único argumento que conhecem: a violência. Recebo críticas, ora por compreender os legítimos anseios de reformas da maioria que quer estudar, ora por aplacar os incompreensíveis e intoleráveis excessos da minoria, cujo único objetivo é agitar. [642]

Em primeiro lugar, cabe mencionar que a rápida resposta de Sodré, salientando que vira as mensagens do MAF endereçadas a ele por meio dos dois principais periódicos do estado, é uma pista que nos indica que, embora não possa ser característica generalizante de todos os ofícios e telegramas, as mensagens espalhadas pelo grupo conseguiam atingir o alvo pretendido. Quando não o fazia, serviam para mobilizar opiniões e difundir no âmbito social o imaginário que defendia e pretendia compartilhar.

Sobre o ocorrido no dia primeiro de maio, mencionado por Sodré na mensagem acima, também cabe um comentário: nas comemorações organizadas em função do dia do trabalho daquele mês, o governador de São Paulo, conforme publicação do *OESP,* chegou a ser agredido por alguns estudantes membros da POLOP (Organização Revolucionária Marxista Política Operária) que se manifestavam na Praça da Sé, no centro da cidade. O MAF, na ocasião, caracterizou os fatos como "lamentáveis e impatrióticos" e apresentou "integral solidariedade" ao político.[643]

Ademais, na resposta, o governador fez questão de deixar à mostra sua atuação diante do evento, relatando a "devida prudência" exercida pela polícia nos acontecimentos[644], e caracterizando-o como uma luta entre "extremistas". O governador, ainda, solicitava às "senhoras do MAF" para que o ajudassem "a ajudá-las na defesa de nosso patrimônio mais caro - a vida de nossos filhos".[645]

Por fim, o que se observa é que mesmo criticando a postura autoritária e violenta empregada pelos meios repressivos em relação aos jovens, as "mafistas" não deixaram de se colocar favoráveis ao governo instituído, representado no discurso como portador da tarefa de guardar o "patrimônio moral e cultural do país" em face da "dolorosa situação".

---

[642] Sodré responde ao MAF e diz que governo não se omite. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 06 out. 1968. p. 09.
[643] O MAF apoia Sodré. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 05 maio. 1968. p. 04.
[644] Ao contrário do que informou Abreu Sodré, houve omissão direta dos governos federal e estadual, bem como das autoridades de segurança pública, em relação às ações em prol de atenuar o ocorrido na rua Maria Antônia. Houve também omissão nas ações voltadas à investigação posterior, que objetivava apurar e delimitar as causas e os responsáveis pelo evento. Para mais informações, consultar: CARDOSO, Irene. op. cit., p. 34.
[645] Sodré responde ao MAF e diz que governo não se omite. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 06 out. 1968. p. 09.

4.2 O CAMPO ARTÍSTICO-CULTURAL

4.2.1 “Nós, do MAF (...) censuramos as coisas más e aplaudimos as coisas boas”

Se no setor educacional eram os *pseudo-líderes* os qualificados como os responsáveis por instilar nos jovens o ideário revolucionário comunista, nas bancas de jornais, nos teatros e nos programas televisivos, por exemplo, eram os conteúdos difundidos por escritores, artistas e intelectuais que ganhavam dos conservadores e do governo ditatorial o carimbo de “subversivos” e de atentatórios à “moral e aos bons costumes”. Durante o período da ditadura, a preocupação com a difusão desses conteúdos, priorizada pela denúncia dos danos que causaria à juventude, foi canalizada pela associação aqui estudada na forma de apelo à prática censória.

Logo nos primeiros meses após a concretização do golpe de abril de 1964, já era possível identificar telegramas do MAF endereçados aos responsáveis pelos órgãos de censura, nos quais exigiam a interdição e/ou o controle de conteúdos classificados como impróprios e licenciosos. Na realidade, essa não foi uma atitude iniciada sob a vigência ditatorial, tratava-se de um aspecto existente na agenda das “mafistas” desde, pelo menos, meados da década de 1950. Em 1957, por exemplo, fez-se divulgar nas páginas do semanário *Cine Repórter*[646] a notícia de que a associação paulista foi a patrocinadora de um simpósio destinado a debater a influência exercida por produções cinematográficas na mente da juventude. No simpósio, realizado no auditório da Biblioteca Municipal e contando com a participação do Juizado de Menores de São Paulo, o tema em questão foi abordado a partir de múltiplas perspectivas, em sua maioria dedicadas ao aspecto moral e psicológico das películas cinematográficas. O encontro contou ainda com a presença do Chefe do Serviço da Censura Federal, Hildon Rocha.[647] O simpósio, ao que tudo indica, fazia parte de uma campanha iniciada pelo MAF no ano anterior e que visava a “valorização” e “moralização” dos veículos de comunicação. Segundo a imprensa, a pressão a respeito desse tema fez com que, na época, o grupo conseguisse interferir diretamente em aspectos legislativos do Juizado de Menores da capital, que criou portarias específicas para a intervenção de associações como o MAF sobre episódios que envolvessem o assunto.[648]

---

[646] O *Cine Repórter* foi um semanário sediado na cidade de São Paulo e direcionado, especialmente, ao trato com questões ligadas à indústria cinematográfica nacional. O público principal era composto por cineastas, produtores e exibidores. Disponível em: https://bndigital.bn.gov.br/artigos/cine-reporter/. Acesso em: 14 ago. 2022.

[647] Simpósio sobre a influência do cinema na juventude. **Cine Repórter:** semanário cinematográfico. São Paulo, 13 jul. 1957. p. 04.

[648] O cinema e sua influência sobre crianças e jovens. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 18 de jun. de 1957, p. 13

Dois anos antes, em 1955, o MAF já havia se colocado favorável a uma campanha iniciada pelo Juizado de Menores da cidade, organizada em razão do combate às "publicações licenciosas". Segundo a mensagem do grupo, o órgão merecia calorosos aplausos pela campanha iniciada que, em boa hora, procurava combater as "forças desagregadoras" que "campeiam livremente" no intuito de atingir a "formação moral dos filhos".[649]

Em 1958, pude localizar na imprensa outro exemplo voltado às questões relacionadas à juventude e à mídia. A associação somou esforços com outros grupos culturais na organização de uma "ação saneadora" que previa a "austera fiscalização junto aos órgãos de divulgação, a fim de proteger-se a infância e a juventude contra os programas nocivos e atentatórios à moral". Era um projeto que pretendia a "moralização da imprensa" e que visava não somente o conteúdo de programas televisivos, mas também abarcava programas de rádio e as peças cinematográficas. O objetivo da campanha era formar subcomissões responsáveis por assistir aos programas apresentados e enviar às organizações competentes as "irregularidades que forem verificadas".[650] De forma geral, tratava-se de grupos formados por pais, professores e demais interessados em demarcar postura de pressão frente aos órgãos para a realização de controle e interdição de determinados conteúdos.

Ainda no que trata do assunto da juventude, cabe mencionar um curso de extensão universitária promovido pelo grupo no ano de 1959 que, patrocinado pela Reitoria da Universidade de São Paulo e contando com uma vasta lista de professores da instituição, abordou o tema "psicologia da adolescência" sob variados aspectos.[651]

Sem que nos detenhamos de forma extensiva no tema relacionado à estrutura que deu corpo à censura no Brasil, o que nos afastaria do intuito central deste trabalho, é preciso mencionar que a precedência do apelo à prática censória por parte do MAF em relação à ditadura se insere na linha de continuidade do caminho tracejado pela legislação da censura brasileira, marcada por um processo cujas raízes datam dos anos 1940. Como mencionou a historiadora Beatriz Kushnir, o aparato de censura construído durante a ditadura brasileira de 1964 fazia parte de uma linha de continuidade iniciada em 1946 e que somente seria diluída em 1988, com a promulgação da nova constituinte.[652] Ou seja, durante quarenta e dois anos, ainda segundo palavras de Kushnir, "(...) um mesmo conjunto de artigos e normas balizou as

[649] Movimento de Arregimentação Feminina. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 04 set. 1955. p. 17.
[650] Campanha de fiscalização de Programas de televisão. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 08 maio. 1958. p. 15.
[651] Psicologia da adolescência. **O Estado de São Paulo,** São Paulo, 04 abr. 1959. p. 08.
[652] KUSHNIR, Beatriz. op. cit., p. 82-83.

atividades artísticas e orientou a programação de rádio, cinema, teatro, música e até mesmo da TV, muito embora tenha sido instaurado antes do advento deste último veículo".[653]

Sendo assim, como pontuou Adrianna Setemy, antes mesmo do golpe de 64 não era aspecto raro ou incomum verificar o empenho de setores da sociedade na vigilância a determinados temas que poderiam se caracterizar como perigosos à moralidade.[654] Para ilustrar essas circunstâncias, Setemy mencionou o caso da demissão do jornalista, humorista e dramaturgo Millôr Fernandes dos *Diários Associados*. Ocorrida em 1963, a demissão de Fernandes surgiu em consequência de inúmeros protestos recebidos pela empresa jornalística de parte de "brasileiros que se orientam pela doutrina cristã" e que, à época, ficaram descontentes com a postura assumida pelo humorista nas páginas da revista *O Cruzeiro*.[655]

Outro exemplo dessa característica de apelo censório, também nos anos 1960, pode ser verificada em um posicionamento do próprio MAF. O grupo, cerca de três meses antes do golpe, enviou ao governador do estado, Adhemar de Barros, um indignado pedido em que exigia a suspensão de um filme pelo conteúdo impróprio que veiculava. Na ocasião, a obra cinematográfica que foi alvo dos pedidos de interdição do grupo foi "Bonitinha, mas ordinária", baseada nos escritos de Nelson Rodrigues. Segundo o ofício do MAF, reclamações de inúmeras famílias teriam sido enviadas à associação contra a "gratuita imoralidade do filme" em exibição em São Paulo naquele momento.[656] Ainda segundo o texto publicado na imprensa, a película era classificada como portadora de "padrões artísticos e intelectuais incrivelmente baixos" e apontava para "o limite de 18 anos irrisório numa fita cuja intenção de escândalo ultrapassa todos os limites da tolerância." Na busca de alternativas que pudessem ao menos restringir a projeção do filme nas salas de cinema, o MAF, além de Adhemar de Barros, também recorreu ao Juizado de Menores e à Secretaria de Segurança do estado de São Paulo.

Todavia, se a censura às denominadas diversões públicas[657] possui ampla abrangência temporal no Brasil[658], impulsionada, muitas vezes, por temas vinculados à moralidade, é preciso

---

[653] Ibidem, p. 83.
[654] SETEMY, Adrianna. Vigilantes da moral e dos bons costumes: condições sociais e culturais para a estruturação política da censura durante a ditadura militar. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 37, p. 171-197, jan./abr., 2018. p. 174.
[655] Ibidem, p. 172-173.
[656] O MAF e "Bonitinha, mas ordinária". **Folha de São Paulo**, São Paulo. 2º caderno. 14 jan. 1964. p. 04.
[657] Para uma leitura mais aprofundada sobre a censura às diversões públicas e a legislação censória existente no Brasil, ver: GARCIA, Miliandre. "Ou vocês mudam, ou acabam": teatro e censura na Ditadura Militar (1964-1985). 423 f. Tese (Doutorado em História Social) - Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, São Paulo, 2008.
[658] FICO, Carlos. "Prezada censura": cartas ao regime militar. **Topoi**, Rio de Janeiro, n. 5. p. 251-286, dez. 2002. p. 257.

mencionar, como propõe Beatriz Kushnir, que existiam diferenças na sistematização da censura em períodos autoritários, nos quais a violência empreendida em sua execução é amplificada.[659]A esse respeito, considero relevantes as considerações realizadas por Renan Quinalha:

> Constatar, contudo, a precedência da censura moral à ditadura não implica, necessariamente, assumir uma perspectiva no sentido de subestimar as mudanças realizadas nas instituições e normas precedentes. Ao contrário, é impositivo observar como a censura moral se intensifica com o golpe, politizando-se ao extremo e passando a operar em outro patamar, já atrelada a um sistema de repressão mais coerente, ramificado e ostensivo durante a ditadura.[660]

Dessa maneira, ainda segundo Quinalha, se anteriormente as angústias relacionadas à moral e aos bons costumes se restringiam à proteção abstrata da juventude diante de conteúdos impróprios veiculados nos meios de comunicação, passariam a assumir, durante o período da ditadura, "a faceta de um projeto de saneamento e limpeza com status de segurança nacional".[661] Seguindo as considerações dos autores acima mencionados, pode-se dizer que a sistematização censória ao longo do período ditatorial foi utilizada e, em alguns casos, impulsionada por associações como o MAF, que não deixou de aproveitar de preceitos do imaginário anticomunista para expor, dentre outros, o desejo da "limpeza" de indivíduos ou ideais considerados como "inimigos internos" da nação.[662] Foi um apelo que perdurou, pelo menos, durante os dez primeiros anos discricionários, acompanhando as variadas intensidades que a repressão praticada pelos órgãos de censura adquiriu sobre a área cultural do Brasil nesse período.[663]

---

[659] KUSHNIR, Beatriz. op. cit., p. 76.

[660] QUINALHA, Renan. **Contra a moral e os bons costumes:** a política sexual da ditadura brasileira (1964-1985). 329 f. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) – Instituto de Relações Internacionais, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. op. cit., p. 47.

[661] Idem

[662] Aqui cabe um comentário: como fez questão de ponderar Renan Quinalha, não se trata de reduzir o conservadorismo do grupo investigado à mera postura beligerante em relação ao comunismo, mas de investigar como o imaginário anticomunista desta associação, amplamente presente nos seus discursos, foi imiscuído ao conservadorismo e influenciou (e impulsionou) a prática do controle de conteúdos "licenciosos" nos anos ditatoriais, o que respaldou e alicerçou a prática da censura. QUINALHA, Renan. Contra a moral e os bons costumes. op. cit., p. 45. Mais recentemente, essa observação foi trazida à tona nos trabalhos do historiador Antonio Brito, dedicados ao estudo do anticomunismo no seu molde moral e sexual. BRITO, Antonio. A subversão pelo sexo. op. cit., p. 881.

[663] De acordo com Marcos Napolitano, a repressão que se abateu sobre o campo cultural nos anos ditatoriais não foi linear e homogênea. Por exemplo, durante os anos de 1964 a 1967, o caráter repressivo da censura foi canalizado a fim de "dissolver as conexões da cultura da esquerda", utilizando-se essencialmente dos artigos promulgados pela constituinte de 1946. A partir de 1968, a prática repressiva da censura tornou-se mais orgânica e sistêmica, com mudanças na legislação que a tornaram ainda mais aparelhada à burocracia do Estado ditatorial. Por fim, de 1979 a 1985, anos finais do regime de ditadura, a ênfase censória imprimiu ainda mais vigor no controle da "moral e dos bons costumes". Cf. NAPOLITANO, Marcos. "Vencer satã só com orações". op. cit., p. 151-153.

4.2.2 A crise do mundo moderno: a dinâmica dos pedidos de censura

No período ditatorial, na medida em que ocorriam diversas transformações sociais, econômicas e culturais surgidas em face do advento da modernidade, a necessidade de se exercer influência sobre os meios de comunicação de massa era característica vista como indispensável.[664] Isso porque, no discurso do clero e dos setores conservadores, conforme demonstrou Ana Carneiro, "os campos da cultura e das artes eram tidos como os principais responsáveis pela propagação da imoralidade e da desvalorização da família na sociedade".[665] Em conjunto com essa retórica moralista, muitos quadros conservadores civis abraçaram a narrativa proveniente dos setores militares, estabelecendo e solidificando a conexão entre a corrosão moral e a subversão.[666]

Sobre isso, em outubro de 1965, o MAF divulgou o seguinte comunicado:

> A crise do mundo moderno atinge a todos os setores da sociedade e já não pode mais ser ignorada e, muito menos tolerada pela mulher - mãe e educadora por excelência e que tem de garantir a estabilidade e a felicidade da família, hoje ameaçada pelos elementos da corrupção. Os fatores deletérios aí estão a agir através da sua imprensa escrita, falada e televisionada pelo teatro e pelo cinema. Atente-se para os programas anunciados nos jornais num só dia: 80% dos filmes e espetáculos teatrais são impróprios para menores - declaradamente - e os outros, serão, acaso, inteiramente próprios livres de censura. E que dizer de algumas novelas, impróprias, corrosivas da moral e dos bons costumes, que são irradiadas e televisionadas às 20h e até mais cedo ainda? Essas invadem os lares sem pedir licença e sem nenhum policiamento. O MAF recebe diariamente verdadeiros SOS de mães aflitas e até de chefes de família que pedem sua intervenção junto a quem, de direito, deve zelar por isso. Eis porque, concordando com a justa inquietação popular, vem o MAF apelar com toda a veemência para os governantes; para os ministros e os srs. secretários de educação e de justiça, para os srs. juízes de menores, para o sr. presidente do conselho para o bem-estar do menor e para a polícia de costumes no que concerne ao governo, pois as leis que regulam a matéria existem para serem cumpridas. Apela para os exmos. e revmos. bispos, sacerdotes e ministros de todas as religiões, na sua missão pastoral, para que se mobilizem todos os esforços numa ação enérgica e decisiva contra esse abuso que é uma das forças mais atuantes e perigosas da corrupção que atinge os menores - a juventude que tem de ser preservada, defendida para a salvaguarda do futuro, uma vez corrompida, quem garantirá depois a segurança da sociedade e da pátria?[667]

Movido pelo anseio de alerta em face do perigo da "corrupção" que atingia os jovens, classificados como os responsáveis pelo futuro da nação, o apelo, destinado a uma fração

---

[664] CARNEIRO, Ana. Luz, câmera, Ação Católica: Igreja e censura cinematográfica nas ditaduras militares brasileira e argentina. BOHOSLAVSKY, Ernesto; BOISARD, Stéphane; MOTTA, Rodrigo (Orgs.). **Pensar as direitas na América Latina**. São Paulo: Alameda Editorial, 2019. p. 331.
[665] Ibidem, p. 331.
[666] FICO, Carlos. "Prezada censura". op. cit., p. 271.
[667] MAF apela em favor da juventude. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 28 out. 1965. p. 21.

considerável de autoridades públicas, dentre as quais religiosas e políticas, sintetiza, entre outros, a visão que o grupo possuía a respeito dos instrumentos que acentuavam a "crise da modernidade"[668]. Em meio aos protestos do grupo, também se nota a reiterada menção à "justa inquietação popular" que, exemplificada por "verdadeiros SOS", pressionava o MAF a fim de que fossem cumpridas as medidas moralizantes dos conteúdos dos veículos de comunicação de massa. Como já mencionado, essa era uma demanda recorrente de parte da sociedade civil.[669] Durante o período ditatorial, uma quantidade significativa de cartas de cidadãos era enviada a órgãos como o Ministério da Justiça ou aos gabinetes presidenciais. Muitas eram provenientes de organizações diversas, como associações cívicas e clubes de serviço (tais como o MAF) e, também, de homens e mulheres que de forma individualizada endereçavam protestos às autoridades em razão da "crise moral" que se espalhava por meio dos programas de TV, rádios, teatros e revistas diversas.[670]

Havia, também, casos em que correspondências eram expedidas diretamente a setores da polícia política. Os historiadores Angelo Priori e Leandro Brunelo, ao investigarem a documentação produzida pelo Departamento de Ordem e Política Social (DOPS) do estado do Paraná, deram ênfase aos protestos e pedidos enviados por cidadãos aos órgãos de segurança, os quais, em sua maioria, destinavam-se a delatar supostos "inimigos internos", alguns pertencentes às organizações vinculadas à militância comunista. Nas cartas e bilhetes analisados pelos autores, a corrosão dos costumes e da moral, supostamente instrumentalizada pelo comunismo, também era assunto corriqueiro. Situação, por exemplo, de um indivíduo que delatou uma livraria da cidade em razão, segundo ele, da venda de livros que continham conteúdo de índole "podre, subversiva e caluniosa". Ainda, o mesmo missivista, conforme relatam os historiadores, pedia às autoridades para que os livros fossem apreendidos e

---

[668] Ao longo dos trechos jornalísticos analisados, não foi possível obter mais informações sobre as especificidades pertencentes à noção de "crise do mundo moderno" evidenciada na lista de preocupações do MAF. Contudo, pode-se dizer que era uma preocupação bastante recorrente nos meios conservadores do período, sobretudo em razão da contraposição às mudanças estruturais e comportamentais que ganhavam, ao longo dos séculos, espaço na sociedade. Para muitos conservadores, as mudanças eram sinônimos de "crise" e encontravam-se diretamente relacionadas ao advento do período moderno. Conforme expôs o antropólogo Georges Balandier, o pensamento moderno, em contraste com o pensamento tradicional, "opera rupturas, afasta a tradição portadora de permanência e apreende tudo sob o aspecto do movimento". Assim, à suposta "ordem do tradicional", defendida pelo conservadorismo, "expõe-se a desordem da modernidade". Cf. BALANDIER, Georges. **A desordem:** elogio do movimento. Bertrand Brasil, 1997. p. 155-157.

[669] DOBERSTEIN, Juliano. **As duas censuras do regime militar:** o controle das diversões públicas e da imprensa entre 1964 e 1978. 212. p. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007. p. 145.

[670] FICO, Carlos. "Prezada censura". op. cit., p. 269.

destruídos pela polícia em nome da "revolução moralista" e a fim de não contaminarem os "inocentes úteis" de Curitiba.[671]

No entanto, para além das missivas remetidas às esferas administrativas ou aos setores policiais e militares, existiam também aquelas destinadas às redações de jornais e de revistas, muitas vezes publicadas para serem vistas pelo grande público.[672] Esse é o caso, por exemplo, de *O Estado de São Paulo*, veículo que se tornou o *suporte material* das inúmeras cartas enviadas pelo MAF e que abrigavam pedidos pela restrição e interdição de bens culturais diversos. Como mencionou o historiador Juliano Doberstein, embora não houvesse interferência direta dessas cartas publicadas na imprensa nos aparelhos de censura, "essa correspondência ajudava a conformar um ambiente de bons costumes e de moralidade, o que indiretamente impulsionava os rumos da atuação da censura".[673]

Do mesmo modo, nada impedia que essas cartas fossem enviadas, simultaneamente, às esferas administrativas, policiais e à imprensa, o que tornava o grau de alcance pretendido muito mais abrangente.[674] A maioria das missivas do MAF analisadas neste trabalho, relacionadas ou não aos pedidos por censura, obedeciam a essa "lógica dupla".[675] As próprias publicações do Jornal faziam questão de evidenciar que os telegramas ali impressos derivavam de correspondências expedidas de antemão a autoridades militares ou aos órgãos da censura. Por exemplo, evidência do envio de correspondência das "mafistas" aos órgãos da censura durante esse período foi encontrada por Doberstein. Na pesquisa que realizou no acervo do Arquivo Nacional, o historiador conseguiu localizar uma exigência enviada pelo MAF, em 1971, à máquina censória, na qual a associação se utilizava de uma página do *OESP* para argumentar a favor da restrição de filmes. Na correspondência, como verificou o historiador, a associação reclamava da "completa irresponsabilidade da censura cinematográfica". A reportagem utilizada pela associação, por sua vez, vinculava a subversão política à decadência moral, relacionando a violência explícita dos filmes à ação dos "jovens guerrilheiros urbanos" e salientava que tal fato se devia à percepção dos "adeptos da implantação de uma sociedade marxista no Brasil" do poder que os meios audiovisuais de comunicação possuíam, os quais eram utilizados por eles de forma aberta ou velada.[676] Era, como já visto, postura que

[671] PRIORI, Angelo; BRUNELO, Leandro. op. cit., p. 13.
[672] DOBERSTEIN, Juliano. op. cit., p. 146.
[673] Idem
[674] Ibidem, p. 147.
[675] A "lógica dupla" citada por mim foi referida por Doberstein como um aspecto direto e indireto da capacidade de intervenção das missivas diante do aparato da censura. Ibidem, p. 146.
[676] Ibidem, p. 147.

corroborava com os pressupostos da guerra revolucionária e psicológica difundida, principalmente, pelos setores militares do período.

Para além disso, mais uma consideração relacionada a esses aspectos merece ser feita: pode-se dizer que o MAF, além da "lógica dupla" acima citada, cumpria o papel de intermediário entre o aparato censório e demais pessoas da sociedade que, movidas pelo ímpeto conservador, enviavam cartas às "mafistas" para que intercedessem em prol da restrição de conteúdos considerados licenciosos ou subversivos. Isso se dava, talvez, pela proeminência e alcance que obtinham no cenário paulista. A capacidade de "passear" entre quadros com poder de decisão e de manter canais comunicativos com o alto escalão ditatorial fazia com que muitas pessoas encarassem o MAF como "porta-voz" profícuo para a concretização dos pedidos de censura que desejavam.[677] Foram várias, ao decorrer da pesquisa realizada, as menções feitas pelo grupo às constantes interpelações recebidas de membros da sociedade civil, sobretudo de mães e mulheres. O apelo à censura do filme de autoria de Nelson Rodrigues, citado nas estrofes anteriores, pode ser enquadrado como um exemplo bastante nítido de tal característica.

Feitas essas breves, mas necessárias, considerações sobre a dinâmica censória, vejamos como se comportou o imaginário anticomunista da associação aqui investigada no que trata da juventude e dos bens culturais e artísticos dos anos 1960 e início dos 1970.

4.2.3 *Realidade:* "nós estamos no brasil senhores diretores da revista, nós somos brasileiros católicos e não russos e chineses ateus"

Dentre as revistas vendidas nas bancas durante a década de 1960, *Realidade* foi uma das que adquiriu realce, especialmente se a investigarmos tendo como ponto de referência as críticas e denúncias de que foi alvo em razão dos conteúdos de suas páginas, considerados por muitos chocantes e impróprios. Desde sua primeira edição, publicada em abril de 1966, pode-se dizer que a revista não atraiu a simpatia dos "defensores da moral e dos bons costumes", pelo contrário, tornou-se logo *persona non grata* de muitas esferas conservadoras em função da

[677] Ainda segundo o historiador Juliano Doberstein, outros grupos e associações cívicas também procuravam se enquadrar nesse quesito. Caso, por exemplo, da Associação dos Ex-combatentes do Brasil e, dado o nível de alcance, dos próprios veículos da imprensa, que se consideravam "porta-vozes" da opinião pública no que trata do pedido pela interdição de conteúdos atentatórios à moralidade. DOBERSTEIN, Juliano. op., cit., p. 147-148.

abordagem que realizava de temáticas direcionadas à sexualidade, aos costumes e aos comportamentos.[678]

Como mencionava a icônica (e irônica) canção de Rita Lee de meados dos anos 1970, o Brasil assistia ao período do tal do *roque enrow*, gênero musical que incorporava à dimensão comportamental os *riffs* inovadores das guitarras elétricas, as jaquetas de couro e as grandes cabeleiras, características que, aliadas a outras mudanças, marcava um dos pontos de inflexão da atitude de alguns jovens naquela conjuntura. Em linhas gerais, como demonstrou Cowan:

> Mudanças perturbadoras misturaram a estrutura econômica com a cultural e a comercial: as mulheres deixaram suas casas para o local de trabalho; a maternidade solteira proliferou; os jovens de classe média falavam abertamente sobre sexo antes do casamento; a pílula ampliou as possibilidades de sexo não procriativo; e o consumo baseado no "milagre econômico" disponibilizou novos entretenimentos e modas preocupantes para uma geração de brasileiros de classe média e alta. Alguns perceberam uma revolução sexual, em formação ou em andamento. Interpretando esse caos como o trabalho manual dos comunistas, um segmento cada vez mais influente da direita brasileira vislumbrou a moralidade e a cultura como esferas preferenciais de ataque subversivo.[679] (tradução da autora).

Para muitos conservadores e conservadoras, era necessário construir um dique de modo a impedir tais mudanças. Nos idos de 1966, uma publicação de *Realidade* motivou um pronunciamento categórico do MAF. No mês de setembro, após dois meses decorridos do lançamento da revista, Maria José Dupré, na coluna de *O Suplemento Feminino*, tornou pública a opinião do grupo sobre o periódico, seus editores e alguns artigos que haviam sido recentemente veiculados:

> Nós, do Movimento de Arregimentação Feminina, somos vigilantes dos fatos que sucedem na cidade de São Paulo e no Brasil. Censuramos as coisas más e aplaudimos as coisas boas. Zelamos pelo preço dos gêneros assim como procuramos compreender o justo e o injusto. Não podemos portanto deixar passar em silêncio os artigos da revista *Realidade*: A juventude diante do sexo. Os responsáveis por esses artigos devem pensar no mal que podem trazer e que estão trazendo aos jovens. [...]. Sei de muitos pais que não se importam, mas a maioria importa e é em nome destes que faço um protesto e o MAF pede ao Governo do Estado, pede ao ministro da Justiça, pede ao presidente da República que faça cessar esse questionário absurdo e sem razão.

---

[678] SETEMY, Adrianna. **"Em defesa da moral e dos bons costumes":** a censura de periódicos no regime militar (1964-1985). 256 f. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2008. p. 101-104.

[679] No original: Disturbing changes mingled the structural and economic with the cultural and the commercial: women left the home for the workplace; single motherhood proliferated; middle- class young people talked openly about premarital sex; the Pill expanded the possibilities for non- procreative sex; and the consumer- based "economic miracle" made troubling new entertainment and fashion available to a generation of middle- and upper-class Brazilians. Some perceived a sexual revolution, in the making or well under way. Interpreting this chaos as the handiwork of communists, an increasingly influential segment of the Brazilian Right envisioned morality and culture as preferred spheres of subversive attack. Cf. COWAN, Benjamin. Securing sex. op. cit., p. 52.

> Que proíba essa revista de continuar a publicar tais artigos. Nós estamos no Brasil Senhores diretores da Revista, nós somos brasileiros católicos e não russos e chineses ateus. [680]

Reiterando o papel "vigilante" da associação e expondo a postura favorável à censura das "coisas más", o protesto explícito na mensagem endereçava-se a uma edição de *Realidade* que havia circulado no mês anterior, em agosto. O artigo citado por Dupré, intitulado "A juventude diante do sexo", trazia em suas páginas um longo questionário construído a partir de uma pesquisa realizada, ao longo de três meses, com mil jovens residentes em São Paulo e no Rio de Janeiro. De forma resumida, o objetivo do artigo publicado, que somava 116 mil respostas, era o de delinear um "retrato autêntico" sobre o que a juventude conhecia, pensava e falava a respeito dos "problemas sexuais".[681] Ao longo da pesquisa realizada, a título de exemplo, os jovens eram interrogados a respeito da duração da menstruação; de determinadas "moléstias" decorrentes das relações sexuais; da frequência das práticas sexuais e da idade que possuíam quando se depararam com as primeiras noções sobre o assunto. Havia, ainda, perguntas ligadas às experiências da juventude com seus parceiros e parceiras e as intenções em relação ao casamento. Esses eram, por assim dizer, assuntos cada vez mais urgentes diante da chamada "revolução sexual" em trânsito.[682]

O MAF opôs-se frontalmente às justificativas dos editores para a veiculação da pesquisa. Na ótica das "mafistas", a reportagem, classificada como pivô de malefícios aos jovens, assim como qualquer outra de cunho similar, deveria ser alvo de proibição e, para tal, exigiam providências do então presidente Castelo Branco, do Ministro da Justiça, Carlos Medeiros, e do Governador do estado de São Paulo, Laudo Natel.

Pode-se dizer que em função do largo alcance que possuía o periódico, não foi somente o MAF que enxergou com desacordo as páginas impressas pela editoria da revista paulista. Após a veiculação do artigo, como expôs Setemy, um número significativo de pessoas enviou missivas à redação de *Realidade*, explanando indignação, decepção e repudiando o conteúdo do questionário. Algumas correspondências, por exemplo, traziam em suas estrofes a ameaça da queima dos números publicados pela revista por conta dos assuntos impróprios que ela continha, como foi o caso de uma jovem leitora.[683]

---

[680] DUPRÉ, Maria. MAF - Carta à mulher brasileira. A juventude. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 16 set. 1966. Suplemento Feminino, ano 12, n. 674, p. 03.
[681] PACHECO, Duarte. A juventude diante do sexo. **Realidade**, São Paulo: Editora Abril. Ano 1, n. 05, ago. 1966. p. 68.
[682] Ibidem, p. 70.
[683] SETEMY, Adrianna. "Em defesa da moral e dos bons costumes". op. cit., p. 218.

Como vimos no primeiro capítulo, a recorrência à religião e aos preceitos da fé católica em muito ditavam as formas com as quais o MAF justificava seus posicionamentos conservadores, e nesse caso não foi diferente. Interessante, dessa maneira, chamar a atenção, nas considerações de Dupré, para um dos argumentos-chave do posicionamento direcionado ao questionário de *Realidade*: as conexões estabelecidas entre a corrosão da moralidade juvenil e os países socialistas, sobretudo a Rússia soviética. Segundo a autora, como se pode verificar na mensagem proibitiva, os editores da revista estariam equivocados, reverberando no cenário brasileiro comportamentos e ideais propagados na Rússia ou na China. Para as mulheres do grupo, tais locais eram representantes e mananciais do ateísmo, e nutriam nítida oposição ao catolicismo que "naturalmente" seria intrínseco ao Brasil e aos brasileiros. Na continuação do excerto, os antagonismos estabelecidos entre comunismo e moralidade cristã são mais visíveis. Vejamos:

> Sabemos que o caminho direto para o comunismo é a negação da ordem estabelecida, a negação do ideal, a negação da religião, a desmoralização dos costumes. Essa revista está desmoralizando os costumes, está levando os jovens à confusão. Num regime como o nosso, baseado na moral e na ética do espiritualismo, esses artigos são contra o princípio da moral. [...] Os responsáveis da revista trouxeram a indisciplina nos costumes, a inquietude nos lares, não querem distinguir entre o bem e o mal, entre o justo e o injusto da moral cristã.[684]

O elo estabelecido entre a Rússia e a dimensão corrosiva da família e da juventude, como já foi brevemente mencionado neste trabalho, marca um ponto de perenidade dos argumentos anticomunistas. Desde 1917, quando determinado o sucesso revolucionário dos bolcheviques naquele território, pulularam imagens e representações que aludiam à "imoralidade soviética". Essas foram considerações tecidas pelo historiador Rodrigo Motta, que observou em seu trabalho de doutoramento que o foco de atenção dado à Rússia, além do território ser a fonte inspiradora do comunismo mundial, também derivava da revolução comportamental ocorrida simultaneamente às transformações econômica e social.[685]

Sobre isso, a historiadora Wendy Goldman aponta que, desde os primeiros anos depois de concretizada a revolução de 1917, as pautas relacionadas à libertação feminina e à organização familiar foram presentes nos debates dos bolcheviques. Consequentemente, assuntos referentes às práticas sexuais, ao trabalho doméstico e ao lugar que a família deveria

---

[684] DUPRÉ, Maria. MAF - Carta à mulher brasileira. A juventude. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 16 set. 1966. Suplemento Feminino, ano 12, n. 674, p. 03.
[685] MOTTA, Rodrigo. Em guarda contra o perigo vermelho. op. cit., p. 90.

ocupar nas relações sociais também receberam espaço. Nessas discussões, que observavam no capitalismo o produtor e catalisador primordial das desigualdades de classe e de gênero, abriram-se possibilidades para o questionamento das "funções sociais prévias da família", percepcionando, por exemplo, a união livre e a participação estatal no lugar, respectivamente, do casamento e da criação dos filhos como responsabilidade única do núcleo familiar.[686]

Para as mulheres que fervorosamente defendiam o conservadorismo, aportavam seus argumentos em concepções de família restritas à tradição cristã e ocidental, reverberavam os ditames da primazia da hierarquia masculina no seio familiar e eram notoriamente defensoras do capitalismo liberal, essas foram, de fato, medidas que provocavam revolta e, nesse caso, significaram um dos pontos cruciais fundantes do discurso "justificador" da implementação de métodos de combate de cunho violento e autoritário. Em uma sociedade marcada por preceitos da ideologia conservadora, como ponderou Andrew Heywood, na qual se encara a instituição familiar como "natural", oriunda do amor e da responsabilidade dos pais e, por isso, elemento orgânico da sociedade, qualquer questionamento a essa instituição é visto como perigoso e ameaçante.[687] Daí surge, por exemplo, o êxito que logrou a justificativa argumentativa que encarava o comunismo como provedor de miséria, corrosão e barbárie sociais.

Em suma, as acusações difundidas pelos anticomunistas a respeito da influência soviética na mente dos brasileiros repousavam principalmente nos seguintes argumentos: destruição da família, socialização das mulheres, prática do divórcio, questionamento da autoridade paterna, perseguição à religião, introdução da educação sexual nas escolas, incitação à prática de orgias e comportamentos violentos.[688] Como pontuou Antonio Freitas Brito, era um imaginário carregado de extrapolações, permeado por distorções e manipulações mobilizadas com o intuito de defender valores supostamente universais e inquestionáveis.[689] Durante os anos de ditadura, tais argumentações também compuseram o imaginário que deu respaldo às narrativas dos setores militares, as quais eram utilizadas para justificar as práticas repressivas aos comportamentos desviantes, colocadas como necessárias no combate aos perigos provenientes da URSS.[690]

---

[686] GOLDMAN, Wendy. **Mulher, Estado e revolução:** política da vida soviética e da vida social entre 1917 e 1936. São Paulo: Boitempo, 2014. p. 20-27.
[687] HEYWOOD, Andrew. op. cit., p. 84.
[688] MOTTA, Rodrigo. Em guarda contra o perigo vermelho. op. cit., p. 90-101.
[689] BRITO, Antonio. "Um verdadeiro bacanal, uma coisa estúpida": Anticomunismo, sexualidade e juventude no tempo da ditadura. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 26, p. 1–22, 2019. p. 14-16.
[690] Ainda segundo Kaminski, as dimensões repressivas relacionadas à contracultura englobaram práticas de tortura e violência física ainda pouco investigadas pela historiografia. KAMINSKI, Leon. op. cit. p. 487.

Na década de 1960, época em que o MAF reverberou esse discurso, os avanços em termos de organização familiar, divisão sexual do trabalho e libertação feminina, conquistados e discutidos nos primeiros anos revolucionários, já não faziam mais parte do cenário soviético. Pelo menos desde os anos finais de 1920, como mencionou Goldman, havia se iniciado um processo de inversão desses ideais, que afluiu no fortalecimento repressivo da unidade familiar, e que havia sido acentuado com o ascenso da política stalinista.[691] Pode-se dizer, assim, que a utilização da imagem russa se trata de um "discurso fundador" existente no imaginário anticomunista, perenizado em determinada "memória discursiva" que manteve a União Soviética como cenário de desagregação moral e da família tendo em vista os avanços ocorridos naquele território durante a década de 10 do século XX.[692]

Outro exemplo dessa retórica, que também considero interessante de ser mencionado a respeito do vínculo estabelecido entre os russos e a desagregação do ambiente familiar, já havia sido exposto por Maria Dupré alguns meses antes dos protestos direcionados ao periódico *Realidade*. No início daquele ano, em 1966, surgiu no congresso brasileiro uma proposta que visava diminuir a idade para a realização do casamento, pertencente a um anteprojeto que, se aprovado, alteraria o Código Civil. Como forma de argumentar contra a proposta, novamente a agenda discursiva do MAF relacionou as cláusulas em debate aos malefícios da "socialização"[693] e à "tendência esquerdizante".[694] A situação foi denominada como de "concepção materialista" e motivou as seguintes palavras:

> Sem dúvida, o culto da família, as religiões, os princípios que se harmonizam na integração da dignidade humana só existem no regime democrático. **O menino que na Rússia denunciou o próprio pai de infidelidade ao partido tem sua estátua e diante dela todas as escolas desfilam para conhecer o herói soviético**. A desagregação da família, a decadência dos costumes são de concepção materialista. Admite a matéria como sua essência, concebe-a como único princípio do ser e reduz tudo o mais a simples atributos.[695] (grifos da autora)

Na ocasião, o manifesto foi enviado a Castelo Branco, que, como consta na crônica, logo respondeu aos protestos das associações femininas, informando que havia tomado medidas

---

[691] GOLDMAN, Wendy. op. cit., p. 389-390.
[692] A percepção de "discurso fundador" surge das discussões realizadas por Bethânia Mariani com base na produção teórica de Michel Pêcheux e Eni Orlandi. Cf. MARIANI, Bethânia. op. cit., p. 41-42.
[693] MAF critica novo código. **O Estado de São Paulo,** São Paulo, 19 jun. 1966. p. 12.
[694] DUPRÉ, Maria. MAF - Carta à mulher brasileira. Do direito da família. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 04 fev. 1966. Suplemento Feminino, ano 12, n. 642, p. 04.
[695] Idem

para que os deputados e senadores empenhassem "máximo critério" analítico em relação ao projeto.

A menção ao "menino que na Rússia denunciou o próprio pai" e que havia se tornado um "herói soviético", conforme explicitado no trecho da mensagem, fazia referência a Pavlik Mosorov, personagem que figurava como modelo de infidelidade e da traição à família na imprensa brasileira dos anos 1960, já que supostamente, para agradar os camaradas do partido, havia delatado o próprio pai à polícia política.[696] Mosorov, além do MAF, também foi figura presente no imaginário discursivo da CAMDE. A historiadora Solange Simões narrou um episódio em que a associação, como parte de sua campanha ideológica anticomunista, fez publicar em vários jornais da Guanabara a fotografia da estátua do jovem soviético, sinônimo de desonra à autoridade paterna e da subjugação dos jovens à obediência estatal em detrimento da família.[697]

Por fim, retornando às questões derivadas do artigo de *Realidade*, Dupré findou suas considerações sobre a reportagem realizando, como era de praxe nos discursos do grupo, um chamado às mães e mulheres paulistas a fim de "levantar uma barreira tão grande" para que nenhum artigo similar pudesse "destruir ou solapar a família brasileira". O motivo do chamado era devido à pretensão da revista em publicar, futuramente, a parte final da pesquisa realizada com os jovens:

> [...] porque a revista promete, em momento oportuno, continuar a publicação desse questionário. Diz ela que está prestando aos jovens um serviço, e eu direi - uma servidão. [...] Tenho certeza de que as 37 entidades femininas de S. Paulo, juntamente com os pais conscientes de seus deveres de pais, se juntarão a nós: seremos milhares e faremos um muro alto e forte, mais forte que o infeliz Muro da Vergonha, não para impedir que indivíduos de uma mesma família se encontrem, mas para que ideias e conceitos malsãos (não) atravessem esse muro para confundir nossa juventude.[698]

E, de fato, a intenção da revista era a de publicar a segunda parte do questionário na edição seguinte, em setembro daquele ano. Entretanto, as denúncias e reclamações surtiram efeito e alcançaram o órgão repressivo da censura. No mês da publicação, a edição de *Realidade,* logo nas suas primeiras páginas, divulgou o seguinte comunicado:

> Neste número, Realidade, ia concluir a publicação de grande pesquisa focalizando o que os jovens pensam, fazem e falam a respeito de sexo. Poucos dias antes da

[696] MOTTA, Rodrigo. Em guarda contra o perigo vermelho. op. cit., p. 99.
[697] SIMÕES, Solange. op. cit., p. 123-124.
[698] DUPRÉ, Maria. MAF - Carta à mulher brasileira. A juventude. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 16 set. 1966. Suplemento Feminino, ano 12, n. 674, p. 03.

> impressão da segunda parte de "A juventude diante do sexo", entretanto, recebemos uma advertência do exmo. Sr. Alberto Cavalcanti de Gusmão, Juiz de menores da Guanabara, comunicando-nos que apreenderia a edição, caso publicássemos a conclusão da pesquisa. Na opinião do juiz, o artigo era "obsceno e chocante". [...] Não querendo [...] entrar em choque com o Juizado de Menores da Guanabara, resolvemos suspender temporariamente a publicação da parte final do trabalho, até que os Tribunais Superiores se pronunciem a respeito.[699]

A interdição do artigo fez valer o desejo dos setores conservadores, pois, como mencionou Maria Dupré, tratava-se de conteúdo que deveria reservar-se somente às discussões presentes em revistas científicas.[700]

Cabe mencionar que tais preocupações oriundas do MAF em razão do conteúdo existente em alguns periódicos persistiram ao longo da década de 1970, e muitas não deixavam de exibir as relações estabelecidas entre assuntos vinculados ao tema da sexualidade e da subversão. Em outubro de 1977, a título de conhecimento, já tendo à frente de sua presidência Maria do Carmo Godoy Ramos, as denúncias de licenciosidade provenientes do grupo foram direcionadas às publicações "Amar" e "Ele e Ela", ambas da Editora Abril. Segundo a associação, como se pode visualizar em uma missiva dirigida ao comandante do II Exército, Dilermando Monteiro, publicações do caráter daquelas produzidas pela Abril, que possuíam "livre trânsito entre a juventude", "se transformam por meio da corrupção em legítimas sementes da subversão".[701]

À época, os argumentos presentes na carta do MAF contaram com a aprovação de Dilermando Monteiro que, concordando com os argumentos expostos pelo grupo, enfatizou o caráter nocivo das revistas e a necessidade de coibir o que denominou de "abuso".[702] Também é interessante mencionar que, após o recebimento da correspondência, Monteiro encaminhou a mensagem ao Ministro do Exército, Fernando Bethlem, do qual exigiu providências em relação à circulação do material. Os expedientes sobre o ofício do MAF também foram repassados ao diretor da DPF, Moacyr Coelho, ao diretor da DCDP, Rodrigo Nunes e a Armando Falcão, então Ministro da Justiça. Ou seja, pode-se dizer que, pelo menos no final da década de 1970, em algumas circunstâncias, era considerável a influência do MAF na aplicação da censura no que diz respeito ao alcance que encontrava em meio às autoridades.

---

[699] A juventude diante do sexo. **Realidade**. São Paulo: Editora Abril, ano 1, n. 06, set. 1966. p. 03.
[700]DUPRÉ, Maria. MAF - Carta à mulher brasileira. A juventude. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 16 set. 1966. Suplemento Feminino, ano 12, n. 674, p. 03.
[701] **Processo GAB nº 100.774**. 25 out. de 1977. Acervo do Arquivo Nacional (SIAN), Fundo Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça, BR RJANRIO TT.0.MCP, PRO.1030.
[702] Idem

4.2.4 O teatro e o "decreto-lei moralizador" de 1970

Além das páginas de produtos editoriais, outra área que atraiu a "vigilância" do MAF foi a cena teatral. Em 1965, Maria Mesquita enviou um ofício ao prefeito de São Paulo, José Vicente de Faria Lima, com uma exigência: era necessário impedir a apresentação de uma companhia teatral na cidade. A justificativa para a proibição era a de que, durante os intervalos dos espetáculos realizados, os componentes do elenco pronunciavam a leitura de "manifesto subversivo, contra ordens emanadas pelo supremo chefe da nação". Assim, com o intuito de impedir a encenação da peça, solicitaram ao prefeito para que não permitisse que os atores e atrizes da companhia utilizassem o Teatro Municipal de São Paulo.[703]

A companhia teatral referida no ofício era o grupo de teatro Decisão, formado por Antônio Abujamra e existente desde 1963 em São Paulo. No momento em que foi divulgado o pedido proibitivo das mulheres paulistas, a companhia estava no Rio de Janeiro, exibindo a peça *Electra*. Os planos eram para que, no início de junho, o elenco procedesse as encenações do espetáculo no Teatro Municipal[704], fato que explica a motivação central da mensagem das mulheres paulistas.

Para além disso, o pedido remetido pelo MAF a Faria Lima surgiu em decorrência de alguns posicionamentos que marcaram a estadia do grupo Decisão no Rio de Janeiro. Isso porque, pouco antes do início das apresentações da peça, a protagonista Isolda Cresta realizava a leitura de um manifesto ao público presente, no qual repudiava o apoio conferido pelo Brasil à invasão estadunidense na República Dominicana, como também criticava o envio de tropas brasileiras à região.[705] Na ocasião, a leitura do manifesto culminou na prisão da atriz por agentes do DOPS, o que acabou gerando a mobilização de dezenas de artistas.[706] Assim, entendida como uma posição "subversiva" pelo MAF, que deveria ser motivo de interdito, a leitura do manifesto foi, como mencionou Miliandre Garcia, um modo encontrado por algumas companhias teatrais para tecer e difundir críticas à política externa brasileira.[707] Durante o mês de maio, também cabe mencionar, o MAF, em conjunto com outras associações, já havia se colocado favorável às "ordens emanadas pelo supremo chefe da nação", apoiando o envio de contingentes para a capital da República Dominicana e elogiando a política castelista de

[703] MAF se opõe à cessão do municipal. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 20 maio. 1965. p. 15.
[704] Electra em São Paulo. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 11 maio. 1965. p. 10.
[705] GARCIA, Miliandre. op. cit., p. 152.
[706] Idem
[707] Idem

alinhamento com os Estados Unidos.[708] À época, a invasão foi justificada sob o pretexto de impedir a tomada do governo dominicano pelo comunismo. Interessante perceber que, para além das motivações circunscritas à defesa da moralidade, que condensaram parte majoritária da agenda do MAF, os assuntos estritamente políticos também foram mobilizadores de esforços no campo artístico/cultural. De outra forma, era um pedido que ia ao encontro das determinações do aparato censório, que "proibiam as peças teatrais de natureza política que acreditavam ameaçar ao 'regime representativo' e à segurança nacional, conforme determinava a legislação vigente".[709]

Em março de 1970, outra manifestação do grupo a respeito da esfera teatral veio à tona nas páginas de *OESP*.[710] Dessa vez, tratava-se de um apelo por censura destinado ao conteúdo roteirizado em alguns espetáculos, e não ao comportamento dos artistas, como visto acima. Na mensagem, o MAF solicitava ao Ministro da Justiça, Alfredo Buzaid, para que "seja executada a lei proibindo-se a exibição de peças que estão sendo levadas nos nossos teatros, tais como *O Balcão*, que atenta contra a moral e os bons costumes".[711]

Se lermos a sinopse da peça logo perceberemos o porquê de o espetáculo ter causado incômodo nas senhoras da associação. Inspirado no texto homônimo do escritor francês Jean Genet, o enredo possui como pano de fundo um bordel de luxo, cujas personagens, permeadas por fantasias excêntricas e pertencentes a distintas classes sociais, ouviam ao longo da encenação os estampidos e a fuzilaria de um processo revolucionário que ocorria na parte externa do estabelecimento.[712] Do elenco do espetáculo fez parte, durante um período, a atriz portuguesa Ruth Escobar, que também foi uma das produtoras da peça e a proprietária do teatro em que *O Balcão* foi exibido.

Ruth Escobar já era conhecida do grupo paulista quando da estreia de *O Balcão* em dezembro de 1969. Cerca de dois anos antes, em abril de 1968, durante a repercussão das manifestações estudantis ocorridas no restaurante Calabouço (assunto tratado em algumas laudas anteriores deste capítulo), o MAF fez questão de demonstrar seu estranhamento com a

---

[708] Novos contingentes do Brasil vão hoje para S. Domingos. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 26 maio. de 1965. p. 03.
[709] GARCIA, Miliandre. op. cit., p. 262.
[710] Em São Paulo, conforme indicado por documentação abrigada no SIAN, o TUCA, Teatro da Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), também foi alvo da associação por ter na sua diretoria, segundo o MAF, uma "infiltração" de comunistas. SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES. **Roberto Freire**. 16 maio de 1975. Acervo do Arquivo Nacional (SIAN), Fundo Serviço Nacional de Informações, BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.74084511.
[711] MAF pede fim para o caos. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 08 mar. 1970. p. 33.
[712] BARBOSA, Nilda. O balcão, de Jean Genet: da carnavalização como um regime da ordem inversa. **Web Revista Linguagem, Educação e Memória.** v. 18, n. 18, p. 58-77, 2020. p. 64.

movimentação operada por alguns artistas e intelectuais no teatro de Escobar. Para isso, considerou necessário enviar uma carta ao delegado do Departamento de Ordem Política e Social (DEOPS) de São Paulo, Francisco Petrarca:

> Estranha que a classe teatral de São Paulo, atores de T.V e intelectuais solidários com os estudantes, tenham escolhido para quartel general do "movimento", o teatro Ruth Escobar pertencente a uma estrangeira. Gostaria o MAF de saber se isso seria possível acontecer em Portugal, terra da proprietária do teatro, onde reina uma ditadura há mais de quarenta anos.[713]

Ruth Escobar é enfatizada na correspondência pela posição de estrangeira que ocupava no país e se tornou um exemplo de contradição existente entre a "democracia" brasileira e a ditadura salazarista que há décadas assolava Portugal. O tom irônico do telegrama, ademais, também não deixava de aludir ao papel de resistência e contestação que o teatro e a atriz possuíram no período em relação aos mandos ditatoriais. De igual maneira, é interessante diante do exposto indagar-se a respeito dos motivos que levaram o grupo a enviar um telegrama em tais circunstâncias e com esse conteúdo a um oficial da polícia política ditatorial. Seria a fim de mover a atenção repressiva sobre o referido movimento e, também, sobre as ações de Ruth Escobar? Embora não seja informação explícita na mensagem, as evidências trazidas pelo contexto no qual foi produzida indicam que os "sentidos" produzidos pelo discurso caminhavam nessa direção.[714]

Retornando à discussão sobre o pedido proibitivo da peça *O Balcão*, há um elemento sobre o qual considero importante deter nosso olhar. Para argumentar favoravelmente à aplicação da censura aos espetáculos teatrais, as palavras do grupo não deixaram de reiterar o caráter de legalidade do pedido, assentando a exigência na "execução da lei". A lei em questão, promulgada alguns meses antes, em janeiro de 1970, tratava-se do decreto nº 1.077/1970, que determinava a censura de produções contrárias "à moral e aos bons costumes".[715]

Redigida e assinada por Alfredo Buzaid, Ministro da Justiça do governo Médici, o decreto apresentava como critério justificatório para sua vigência a preocupação com a família e, consequentemente, com a "mocidade". Ainda, em consonância com a agenda militar

---

[713] MAF dá apoio a Sodré. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 03 abr. 1968. p. 07.
[714] ORLANDI, Eni. op. cit., p. 29.
[715] Para aprofundamentos sobre as características e mudanças empenhadas pelo decreto nº 1.077, bem como as discussões a respeito da Censura Prévia estipulada pela lei, consultar, por exemplo: KUSHNIR, Beatriz. **Cães de guarda:** jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988. São Paulo: FAPESP; Boitempo, 2012. / QUINALHA, Renan. Censura moral na ditadura brasileira: entre o direito e a política. **Revista Direito Práxis,** Rio de Janeiro, v. 11, n. 03, p. 1727-1755, 2020.

ditatorial, enfatizava que os meios de comunicação estariam à mercê de "um plano subversivo, que põe em risco a segurança nacional".[716] Enquadravam-se na aplicação do decreto "quaisquer meios de comunicação", o que englobava, dentre outros, publicações de livros e revistas, como também os conteúdos difundidos por emissoras de rádio e televisão.[717] Conforme demonstrou a historiadora Miliandre Garcia, no caso das diversões e espetáculos públicos, logo a partir dos primeiros meses de vigência da referida legislação, peças teatrais foram submetidas à censura, por exemplo, sob o argumento de "indecência" e difusão de "ideologias alienígenas".[718]

Dois meses após ter assinado o decreto, em um discurso que proferiu como paraninfo na Academia Nacional de Polícia, Buzaid salientou, novamente, a salvaguarda dos jovens como elemento crucial para a redação da lei.[719] De acordo com o ministro, o Brasil estava vivenciando o avanço de uma estratégia de guerra revolucionária que, em primeiro lugar, objetivava "destruir a consciência moral da juventude". Nas palavras de Buzaid, que enfatizaram o caráter salvacionista do decreto, "se o jovem não tem capacidade de resistência, qualquer ideia pode penetrar facilmente em sua alma". No mesmo discurso, o magistrado ainda reiterou o impacto que publicações com conteúdo pornográfico e licencioso apresentavam para a corrosão da moral, dos bons costumes e da segurança nacional. Foi em 1970, também, que o ministro publicou uma obra considerada por Renan Quinalha a "síntese do programa conservador" do período ditatorial no que trata "do campo dos costumes, entretenimento, propaganda e censura".[720] Obra que serviu, pela consistente argumentação que construía, para dar concretude à jurisdição voltada à "defesa da moral e dos bons costumes".[721]

As reverberações dos argumentos construídos por Buzaid foram positivas em muitos círculos conservadores e religiosos, especialmente à época da edição do decreto nº 1.077. Nas páginas da revista católica integrista *Hora Presente*, por exemplo, periódico do qual Alfredo Buzaid foi um colaborador e simpatizante[722], a nova lei foi considerada um marco vigoroso contrário à "escalada da subversão sexual". Ainda segundo publicação da revista, a lei deveria ser elogiada pois alcançava a subversão no seu aspecto mais temível e eficaz, o do campo

---

[716] BRASIL. **Decreto-Lei nº 1.077, de 26 de janeiro de 1970.** Dispõe sobre a execução do artigo 153, parte final, da Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/del1077.htm. Acesso em: 24 ago. 2022.
[717] Idem
[718] GARCIA, Miliandre. op. cit., p. 80.
[719] Buzaid: o decreto resguarda o jovem. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 21 mar. 1970. p. 01.
[720] Trata-se da obra "Em defesa da moral e dos bons costumes", analisada por Renan Quinalha. Cf. QUINALHA, Renan. Censura moral na ditadura brasileira. op. cit., p. 1746.
[721] Idem
[722] ANTOINE, Charles. op. cit., p. 59.

cultural. Ademais, mencionava a já vastamente difundida ideia de que o materialismo, pivô dos comportamentos subversivos, caracterizava-se por um amplo e brutal amoralismo.[723]

O próprio MAF, nos momentos anteriores à promulgação da lei por Buzaid, enviou um telegrama ao presidente Garrastazu Médici, caracterizando como um "acerto" a medida redigida pelo ministro em prol do "decreto-lei moralizador que atingia a todos os meios de divulgação".[724] Alfredo Buzaid era, pode-se dizer, visto com bastante simpatia pela associação. Quando assumiu o cargo, em outubro de 1969, as "mafistas" enviaram a ele seus votos de sinceras felicitações, "confiando no pleno êxito da atuação" na pasta da Justiça.[725]

Soma-se a isso, ainda, a anterior participação do político em eventos organizados pelo grupo de mulheres paulistas.[726] Em 1967, por exemplo, proferiu a palestra de abertura de um ciclo de conferências promovido pelo MAF. Na ocasião, Buzaid ocupava a direção da Faculdade de Direito da USP e discursou a respeito do tema "democracia social".[727]

4.2.5 O problema da televisão: "inominável abuso"

Em 1968, o MAF enviou a Edmundo Monteiro, presidente da Associação das Emissoras de São Paulo (AESP), um ofício no qual demonstrava-se profundamente apreensivo com o "baixo nível moral e cultural dos programas de Rádio e Televisão". No ofício, findaram suas considerações realizando um questionamento a Monteiro: "Não haveria um meio de se melhorar a situação?"[728] Como já visto, os programas e conteúdos televisivos compuseram um objeto gerador de "angústia" das mulheres organizadas na associação e, diante disso, "melhorar a situação" significava eliminar ou, pelo menos, restringir quaisquer conteúdos que fugissem da métrica moralizante, conservadora e "não subversiva".

Foram corriqueiras as críticas, por exemplo, ao que denominavam de "sensacionalismo" que se fazia presente nos meios comunicacionais. Em 1964, alguns meses após concretizado o golpe, o grupo expediu um comunicado, novamente aludindo às mensagens que recebia da sociedade civil, no qual pediam "discrição" da mídia ao veicular notícias:

---

[723] Um marco contra a subversão. **Hora Presente**, São Paulo, ano 02, n. 06, maio. 1970. p. 245.
[724] MAF aplaude o presidente Médici. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 24 jan. 1970. p. 09.
[725] Ministro da Justiça define sua função. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 30 out. 1969. p. 07.
[726] Em São Paulo, além do MAF, a União Cívica Feminina também se pronunciou favorável ao decreto. Na ocasião, por meio de um ofício divulgado nas páginas do *Estadão*, o grupo aplaudiu a postura de Médici, já que a proibição dos conteúdos desmoralizantes seria um modo de barrar a "arma comunista" voltada contra as instituições do país. UCF aplaude o presidente. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 06 fev. 1970. p.13.
[727] Buzaid abre ciclo do MAF. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 12 out. 1967. p. 21.
[728] MAF é por TV melhor. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 28 abr. 1968. p. 12.

> Vem o Movimento de Arregimentação Feminina - MAF - que congrega donas de casa e mães da família, recebendo inúmeras reclamações contra a imprensa, rádio e televisão, que procuram intoxicar a mentalidade do nosso povo com notícias sensacionalistas. É preciso que esses elementos, diante da hora grave que o país atravessa, e diante do civismo que vem demonstrando esse mesmo povo, sejam mais discretos na apresentação de seus programas e que sintam que o momento é de grandes manchetes, mas também de grandes realizações. O povo ávido de honestidade e moralização saberá julgá-los. [729]

Mencionar o número extenso de comunicados e ofícios que recebiam da população, além de funcionar como ênfase à importância que imprimia à própria atuação, também difundia no imaginário social a noção de que o controle da mídia era um apelo proveniente dos cidadãos que se encontravam "ávidos" de "honestidade" e "moralização".

Além dos noticiários, as novelas também assumiram o posto de focos merecedores de "cautela". Como vimos em um posicionamento do grupo citado anteriormente, um dos fatores que causava incômodo no grupo era o de que muitas "novelas impróprias, corrosivas da moral e dos bons costumes (...) invadiam os lares sem pedir licença e sem nenhum policiamento."[730] A esse respeito, ainda em 1964, o MAF fez divulgar um agradecimento à emissora de televisão *Record* por ter realizado a troca de horário das telenovelas exibidas na grade da emissora. Segundo o ofício, as novelas em questão eram impróprias para menores de idade e mudá-las de horário foi uma conduta acertada da emissora. Ainda, terminavam a mensagem ressaltando que o mesmo exemplo deveria ser seguido por todas as televisões paulistas. Embora o ofício da associação deixe em evidência certa proatividade da emissora na "opção" pela mudança dos horários de sua programação, cabe indagar se houve alguma pressão externa dos órgãos censórios para tal.[731] Isso porque, em alguns casos, a associação destinava mensagens elogiosas aos próprios censores, situação que ocorreu, por exemplo, com a chefe da seção de censura da Polícia Federal, Judith Castro, pela medida implementada a fim de interditar programas publicitários que continham a "mórbida intenção de escandalizar".[732]

A noção de que as telenovelas eram influenciadoras da mente da juventude pela ampla penetração social que possuíam foi tema significativo nos quadros da associação. Seguindo lógica parecida àquela que verificava a necessidade de combater o "inimigo" no mesmo campo de ação, como vimos anteriormente em relação às disciplinas educacionais, o MAF propôs, em

---

[729] Apelo. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 15 maio. 1964. p. 12.
[730] MAF apela em favor da juventude. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 28 out. 1965. p. 21.
[731] Telenovelas: o MAF apoia a TV Record. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 04 set. 1964. p. 03.
[732] O MAF aplaude censura. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 22 jul. 1967. p. 08.

1971, a utilização de novelas para conscientizar a juventude. Se as novelas (da televisão e do rádio) eram vistas como "suportes de conteúdos" nocivos e impróprios à instituição familiar e à mocidade, a solução estaria em reformular os temas abordados e canalizá-los a fim de educar os espectadores. Para tanto, sugestionaram ao ministro Jarbas Passarinho que encetasse um edital do qual pudessem participar professores, escritores, teatrólogos e jornalistas com o intuito de, a partir da escolha de telenovelas, combater o "abuso de tóxicos" nas escolas:

> (...) grandemente preocupado com os problemas de defesa da família e, principalmente, da juventude, vê com profunda apreensão o abuso de tóxicos até dentro das escolas de todos os graus. Assim, pede vênia a v. exa. para apresentar uma sugestão: considerando a penetração que alcançam na grande massa popular as novelas (nem sempre recomendáveis) de rádio e televisão, sugere a v. exa. que seja lançado um concurso de que possam participar escritores, teatrólogos, professores e jornalistas para seleção de uma ou mais novelas realmente edificativas, focalizando os males e os horrores do nefando vício que ora ameaça corromper nossa juventude.[733]

Alguns meses antes, em junho, já haviam direcionado proposta similar a Passarinho. Na mensagem, chamavam a atenção do ministro para um artigo publicado naquele mês pelo *OESP*, no qual se verificava os rumos da TV educativa nos Estados Unidos. Segundo o grupo, "(...) a televisão, o mais moderno e melhor meio de comunicação, que atinge todas as camadas sociais, poderá - se devidamente observada e estudada - levar a educação desejada a todo o Brasil, tornando-se o meio mais fácil e eficiente de combater todos os vícios".[734]

Enquanto meio moderno de comunicação capaz de atingir "todas as camadas sociais", a televisão também era encarada como grande problema. No dia 09 de março de 1969, Maria Mesquita enviou a Costa e Silva um telegrama exigindo que a censura aplicada aos programas de televisão "subversivos e imorais" fosse mais incisiva e rigorosa:

> O Movimento de Arregimentação Feminina - MAF - certo da precedência de inúmeras reclamações sobre os programas de TVs, apela ao supremo chefe da Nação imediatas e enérgicas providências para que se faça mais rigorosa a censura dos programas subversivos e imorais - inominável abuso que está sendo cometido por quase todas as estações - afrontando a família e corrompendo a juventude. Se vossa excelência não tomar imediatas providências, o mal será em breve irremediável.[735]

A "crise do mundo moderno" que estaria em vigor no Brasil haveria de se intensificar e tornar-se "irremediável" se prosseguissem nos televisores a transmissão de conteúdos encarados como licenciosos. Todas as emissoras, segundo o MAF, cometiam abusos na grade

---

[733] Sugestão do MAF a ministro. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 04 set. 1971. p. 12.
[734] Tóxicos: MAF alerta ministro. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 30 jun. 1971. p. 14.
[735] MAF pede rigorosa censura para emissoras de TV. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 09 mar. 1969. p. 29.

de programação, assim, o "mal", nessa interpretação, era geral. Um desses programas que, em 1969, foi classificado como ameaça à moralidade e corruptor da juventude foi *Jovem Urgente*, transmitido pela TV Cultura. Apresentado pelo psicólogo Paulo Gaudêncio, à época professor da PUC-SP, e formatado de modo que muitos jovens presentes na plateia pudessem assistir e participar dos debates, as pautas do programa abordavam assuntos candentes à juventude[736], tais como sexualidade, relação com os/as familiares, uso de métodos anticoncepcionais, dentre outros.

O MAF, segundo consta na imprensa, iniciou uma campanha pela interdição do programa da TV Cultura de imediato, logo após realizadas as primeiras exibições pela emissora. Em uma mensagem enviada a José Bonifácio Coutinho Nogueira, presidente da Fundação Anchieta, responsável pela emissora, o grupo, sob a assinatura de Maria Mesquita, solicitou a suspensão do programa tendo em vista "as inúmeras reclamações das mães que ainda tentam salvar o decoro de seus lares e preservar o pudor de seus filhos".[737]

A título de conhecimento, existem alguns episódios de *Jovem Urgente* disponíveis para visualização na plataforma do *Youtube*. Em um deles, o tom crítico e reflexivo aplicado às discussões sobre as mudanças comportamentais da juventude nos ajudam a entender os motivos que tornaram o programa uma "dor de cabeça" para os quadros conservadores. Frases como "o jovem quer ser adulto, o que o jovem não quer é ser como o adulto que ele tem diante dele: um adulto quadrado, chato, que não sabe viver, moralista" estruturavam o tom do programa, que também era composto por apresentações musicais. [738]

Na ocasião, o apelo pelo interdito de *Jovem Urgente* também rendeu comentários de um leitor de *OESP*, cuja missiva enviada à redação foi integralmente publicada no periódico em uma reportagem propositadamente intitulada "Infiltração nos órgãos de comunicação". No comentário, o missivista caracterizava o programa como "violentação moral" e reiterava a posição benéfica do MAF no seu empenho pela manutenção do "bem das tradições profundamente cristãs e democráticas do povo brasileiro". Terminava suas considerações imputando a Gaudêncio o título de "psiquiatra comunista". [739] Ou seja, não deixavam de existir correlações entre a prática comunista e programas como o de Gaudêncio, que incitavam a discussão de temas encarados como tabus ou imorais.

---

[736] FRANCFORT, Elmo. **Almanaque TV Cultura 50 anos:** muitas histórias, informações e curiosidades. São Paulo: Fundação Padre Anchieta, 2019. p. 53.
[737] MAF é contra programa. **O Estado de São Paulo,** São Paulo, 12 nov. 1969. p. 12.
[738] **Os mutantes, Tom Zé e os Novos Baianos** - Jovem Urgente. 1 vídeo (43 min). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=zSbrTN5lPHk . Acesso em: 16 ago. 2022.
[739] Infiltração nos órgãos de comunicação. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 21 dez. 1969. p. 41.

O pedido dos conservadores descontentes, assim como ocorreu com o caso de *Realidade*, foi atendido pela máquina censória. Em fevereiro de 1970, a Censura Federal proibiu a transmissão e retransmissão de *Jovem Urgente*. Segundo consta em publicação do *Jornal do Brasil*, o programa havia sido proibido tendo como base a recente legislação, o decreto 1.077, pois foi considerado impróprio pelos temas de cunho sexual que abordava. Ainda na mesma publicação, é possível visualizar o grau de empenho crítico que associações como o MAF e a TFP mobilizaram em direção à restrição da atração da TV Cultura.[740]

Seja no campo educacional ou em manifestações direcionadas à esfera cultural e artística, o MAF persistiu, durante o recorte aqui investigado, na sua "batalha" a favor da instituição familiar cristã, contra os "desvios comunizantes" e contra qualquer "tendência esquerdizante", normalmente associados às práticas licenciosas e corruptoras da "mocidade". Eram percepções que se mesclavam e eram nutridas pelo imaginário oriundo dos setores militares que, conforme demonstrou Renan Quinalha, compuseram objeto de centralidade da "construção da estrutura ideológica que deu sustentação à ditadura de 1964".[741] O que se observa, ainda, é que a discursividade da associação, ao pressionar o governo ditatorial, não deixou de lado os interesses de sua agenda, estipulando punições, cobrando pela realização das reformas educacionais e clamando para que o controle censório se afirmasse como um instrumento estatal aplicado com rigorosidade diante dos problemas oriundos da "crise moderna". Tais medidas estariam aportadas num caráter de legalidade e, por isso, eram constantemente munidas pela retórica democrática reverberada com profusão nos pronunciamentos e telegramas.

O Brasil vivia um momento político em que termos como "corrupção", "imoralidade" e "subversão" eram, muitas vezes, utilizados como sinônimos e proliferavam com sucesso no discurso dos setores conservadores. Assim, mesmo que muitas vezes implícito na retórica conservadora, o comunismo, enquanto "ameaça" persistente na dinâmica do imaginário social, poderia vir à tona ainda que não fosse interpelado por seus oradores. Por exemplo, há um discurso específico de Dupré em que a palavra *Eles* surge como único pronome de referência aos comunistas. Desse modo, sabe-se do que se fala, mesmo não se dizendo com todas as letras sobre o que se fala.[742] Na dinâmica do imaginário, conforme pontuou Bronislaw Baczko, essas são formas de representações que "traduzem e esquematizam, simultaneamente, as recusas, os

[740] Tv educativa tira programa do ar. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 14 fev. 1970. p. 03.
[741] QUINALHA, Renan. Contra a moral e os bons costumes. op. cit., p. 25.
[742] O termo *Eles* se caracteriza como provedor de "efeitos de sentido" do discurso.

conflitos e os ressentimentos".[743] Ao utilizar o termo *Eles,* estabelece-se uma antinomia entre aqueles que seriam os subversivos e traidores, e o *Nós*, classificados como democráticos e cristãos.[744] Outrossim, se olharmos a partir de outro ângulo, assuntos referentes à sexualidade, por exemplo, poderiam ser taxados como exemplos da influência soviética, mesmo nunca tendo sido aludidas na discursividade a figura do comunista ou do comunismo.

Também é interessante mencionar que o grupo não reivindicava o fim das práticas artístico-culturais citadas. O que se pretendia, por exemplo, não era extinguir por completo a exibição de peças teatrais ou, ainda, remover das grades televisivas as novelas. Entendendo a importância que tais produções possuíam na conformação do imaginário social, o intuito era modelá-las de modo que se adequassem às premissas conservadoras e cristãs defendidas pelo grupo. Ou, ainda, adaptá-las de maneira que servissem como "manuais cívicos" destinados à juventude ou à população em geral.

Cabe ponderar, por fim, que a maioria das fontes aqui investigadas dizem respeito aos pedidos de censura replicados pelo *OESP* e, em menor escala, por alguns outros Jornais da imprensa. Tudo nos leva a crer que outras correspondências de teor censório foram enviadas pela associação com o fim de depurar, baseada em uma peneira muito própria, conteúdos de diversos meios de comunicação e do campo artístico/cultural que circulavam no país. Nesse sentido, escrutinar o conteúdo das missivas enviadas pelo MAF às autoridades e órgãos administrativos e policiais, bem como as menções da associação em documentos relativos à censura, nos dariam outras pistas e estimulariam a percepção de novos problemas sobre como o imaginário anticomunista desse grupo atuou no campo censório, evidenciando seus alvos, sua relação com a moralidade e com a política e, ainda, a possível permanência ou ruptura com tais ações ao longo dos anos de ditadura.

[743] BACZKO, Bronislaw. op. cit., p. 316.
[744] Idem

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas páginas dos dicionários da língua portuguesa, a palavra "devoção" nos é apresentada, na maioria das vezes, como detentora de dupla definição. A primeira diz respeito, exclusivamente, ao campo da religião, evidenciando intensa "dedicação" a determinado sentimento ou prática religiosa. A segunda definição, de modo distinto, garante ao verbete caráter mais genérico e secular, caracterizando a palavra como sinônimo de "dedicação diligente", "empenho", "entrega" ou "interesse" a algo ou a alguém, independente da faceta religiosa.[745]

Assim, por conter em si essa carga dúbia de significações, o termo adquire relevância na tentativa de caracterizar o padrão das atividades da associação investigada neste trabalho: por um lado, exibe a farta "dedicação" religiosa assumida pelo grupo; por outro, evidencia a "entrega" e o "empenho" empreendidos no combate àquele que se convencionou denominar, no contexto ditatorial, de "inimigo interno" da nação. Ao longo das páginas desta dissertação, demonstrou-se que o Movimento de Arregimentação Feminina (MAF) sustentou seu discurso contrário ao comunismo em variados graus durante todo o corte cronológico investigado. Desde os momentos iniciais do pós-golpe, ofícios, telegramas, denúncias e eventos assinados pela associação demonstraram apoio ao governo ditatorial instaurado em abril de 1964, sobretudo tendo em vista a importância imputada a ele no combate ao "perigo" comunista. Tal apoio não ocorreu sem críticas, é verdade. Mas, colocados à luz os episódicos conflitos existentes, pode-se dizer que a aceitação à "nova ordem", nos seus primeiros anos, foi marca perene. Isto é, foi *devotamente* cumprida pelo MAF.

Devido à sólida influência cristã existente em suas fileiras, representada em maior grau pelos preceitos católicos, a associação manteve seu discurso vinculado às noções de corrosão da moralidade e da religião, nas quais ganhavam força os argumentos em torno da destruição familiar e do ordenamento social. Pela capacidade de abrangência dessa discursividade, o grupo manteve conexões com membros da hierarquia católica e, ainda, com representantes de ferrenho conservadorismo, como foi o caso, por exemplo, de figuras aderentes do integrismo católico.

---

[745] Conforme os verbetes dos seguintes dicionários: Michaelis. **Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa**. *On-line*: Editora Melhoramentos. Disponível em: https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/devo%C3%A7%C3%A3o/. Acesso em: 02 abr. de 2023. / BUENO, Silveira. **Minidicionário da língua portuguesa**. São Paulo: FTD, 2000. / FERREIRA, Aurélio Buarque. **Minidicionário da língua portuguesa.** 6ª Ed. São Paulo: Editora Positivo, 2004.

Na coesão entre eles, o descontentamento com o denominado progressismo religioso do período pareceu configurar elemento de destaque.

Ainda, tornou-se possível ao longo do estudo perceber a mobilização do discurso do grupo empregada pelas forças repressivas. Em meio à "guerra psicológica", era preciso pulverizar no meio público determinados *apelos emocionais* interessantes à lógica ditatorial, e o MAF parece ter servido a tal intento. Crucial na ação psicológica do terrorismo construído pelo Estado, a necessidade de manter o anticomunismo na ordem do dia era imperiosa, capilarizando o medo, as desconfianças e amplificando elementos de um imaginário cujas raízes não eram novidade na sociedade brasileira, mas que ganhavam, naquele contexto, novos objetivos, implicando em tentativas de justificar a violência e servindo, em aspectos múltiplos, para dar corpo à estratégia militar. Foi também sob a assistência direta das Forças Armadas que as integrantes do grupo mantiveram contato com elementos doutrinários muito caros às fileiras militares, caso das premissas anticomunistas da Doutrina de Guerra Revolucionária (DGR).

No estado de São Paulo, no período pós-1968, os usos públicos do discurso da associação realizados pelos militares pareceram adquirir esforço renovado, especialmente em função da batalha contra o "terrorismo". Ainda, e no que concerne especificamente ao timbre da confidencialidade, a ação psicológica estatal, embebida de copioso anticomunismo, nutriu pretensões de incorporar o MAF (e demais associações cívicas do estado) em um trabalho voltado à propaganda e ao controle, cujo intuito primordial era o desenvolvimento de processo amplo de produção de informações em São Paulo.

Sob outro enfoque, mas também influenciado pelo caráter psicologizante, as páginas da imprensa analisadas permitiram conhecer os esforços postos à ação pelo Movimento em prol da restrição de conteúdos considerados impróprios. A luta anticomunista, como se propagava, deveria ser total e a associação, reconhecendo que determinados temas estavam diretamente conectados à prática comunista, pretendeu manter sua vigilância sobre todas as esferas sociais. O olhar rigoroso das integrantes do MAF sobre conteúdos veiculados pela mídia, como visto, não foi iniciado sob a vigência ditatorial, prevalecia desde meados dos anos 1950 e visava, especialmente, os roteiros das produções cinematográficas. Com o início da ditadura, a prática foi reformulada e, no início da década de 1970, as preocupações demonstradas pela associação pareceram ter sido contempladas de forma exitosa pelo decreto nº 1077/1970, assinado pelo então Ministro da Justiça, Alfredo Buzaid. Na referida legislação, abrangente quanto aos meios de comunicação que pretendia restringir, a corrosão da "moral e bons costumes" foi assimilada às intenções de um "plano subversivo".

Tendo isso em vista, desde os anos iniciais da ditadura, peças de teatro, comportamentos de artistas, programas de televisão e determinadas revistas mereceram o crivo da associação, denunciados à restrição quando considerados licenciosos e lesivos à moral. Nesse conjunto, temáticas relacionadas ao sexo eram motivadoras de maior repulsa, sobretudo pelo exemplo deletério que dariam à juventude, já que ao impactar diretamente na dinâmica comportamental, colocariam em risco o sistema nuclear da família cristã.

Quanto ao sistema educacional, a participação também não deixou de ser significativa. As páginas dos Jornais nos mostram que, pelo menos na esfera pública, a associação expressou suas opiniões e críticas à situação do ensino brasileiro, preocupando-se com a existência dos denominados "pseudo-líderes" (infiltrados na comunidade universitária e servidores da causa comunista), como também pleiteando a possibilidade da realização das reformas no setor estudantil de acordo com interesses específicos. Sobre isso, pode-se dizer que, na cena paulista, a associação gozou de notoriedade diante da população. Isso porque, conforme indicam os excertos jornalísticos, o grupo se tornou repositório de cartas provenientes de setores da sociedade civil, que encaravam a associação como instrumento catalisador das denúncias destinadas à proibição de conteúdos ou, ainda, viam-na como intermediária relevante na relação que se pretendia estabelecer com o estado ditatorial, fato que pode ser exemplificado pelo caso dos jovens "excedentes" do curso de Arquitetura e Urbanismo da USP.

Revelar as características do imaginário de um grupo até então pouco conhecido pela historiografia, como é o caso do MAF, permitiu a compreensão de novas dinâmicas e estratégias que circundam a existência das associações cívicas femininas. Ainda, ao mesmo tempo que reitera e aprofunda o conhecimento de antigas percepções sobre o assunto, nutre a capacidade de produzir, a partir de novos ângulos de análise, questionamentos sobre os papéis cumpridos por esses grupos em um contexto tão adverso e complexo como foi aquele originado pelo terror de Estado brasileiro.

Não se sabe por quais caminhos enveredou o MAF nos períodos posteriores ao corte desta pesquisa. Ausência de conhecimento que merece escrutínio mais apurado. Entretanto, o que se pode inferir é que o fôlego propagandístico apresentado nos primeiros anos da década de 1960 não persistiu com o mesmo vigor. Desde 1967, a coluna pertencente ao grupo no *OESP,* que concentrava palco importante de suas reivindicações, deixou de ser reproduzida com a frequência e com a estrutura dos anos anteriores. Da mesma maneira, o início da década de 1970 assistiu ao escasseamento das reportagens e menções ao grupo nos periódicos, característica de arrefecimento que acompanha as percepções de historiadores e historiadoras

que dedicaram o olhar a associações de cunho similar. Tal característica, entretanto, não anula o fato de que a associação manteve o emprego, nesse período, de suas atividades no cenário paulista.

Ainda, retomando alguns comentários expostos na seção introdutória, durante grande parte do desenvolvimento desta dissertação fui acompanhada por uma particularidade. Não era acontecimento raro, entre os intervalos e momentos de pausas da escrita, ligar a televisão ou navegar nas redes sociais sem manter contato com notícias ou relatos de discursos alusivos ao "perigo" comunista. Em meio a tais manifestações, termos como "intervenção militar" ou "intervenção federal", bradados sem pudor e sem acurácia por grupos da direita e extrema direita, pareciam se justificar aos gritos de "fora comunismo" ou, ainda, surgiam como saída única para que se procedesse a escrita de uma "nova constituição anticomunista".[746]

No âmbito governamental, de igual natureza, não foram poucas as ocorrências que sinalizaram a respeito da "peste do comunismo"[747], ou, no que tange estritamente ao passado ditatorial, que reverberaram o pensamento acerca da "sombra comunista" que pairava sobre o país nos anos 1960.[748] Nesse contexto, passeatas reproduzindo a "Marcha" (a mesma que, em 1964, serviu como pontapé para a justificativa retórica do golpe e da qual o MAF foi um dos grupos pioneiros) despontaram no cenário público brasileiro, trazendo como mote essencial representações semelhantes àquelas do evento que pretendiam mimetizar: a oposição à existência de uma ameaça situada sempre à espreita.[749] Muitas dessas representações surgiram na imprensa durante o desenrolar de um período de emergência sanitária, estimulando inflamadas aversões que pareciam tornar nebuloso o caminho para qualquer tipo de ação de

---

[746] NEVES, Rafael. Ataques a STF, PT, JN: o que mostram cartazes do 7 de setembro bolsonarista. **Uol**, São Paulo. 07 set. 2022. Disponível em: https://noticias.uol.com.br/eleicoes/2022/09/07/cartazes-7-de-setembro-bolsonarista.htm. Acesso em: 25 mai. de 2023.

[747] GULLINO, Daniel. Em campanha pela reeleição, Bolsonaro vai a missa em Brasília e discursa contra 'dores do comunismo'. **O Globo**, Brasília. 06 set. 2022. Disponível em: https://oglobo.globo.com/politica/eleicoes-2022/noticia/2022/09/em-campanha-pela-reeleicao-bolsonaro-vai-a-missa-em-brasilia-e-discursa-contra-comunismo.ghtml. Acesso em: 25 mai. de 2023.

[748] Em 7 de Setembro, Bolsonaro cita miscigenação, Deus e sombra do comunismo. **Uol**, São Paulo. 07 set. 2020. https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/09/07/bolsonaro-pronunciamento-7-setembro.htm

[749] Manifestações públicas recordatórias ou alusivas da "Marcha" de 1964 foram idealizadas em várias cidades brasileiras, ganhando maior recorrência a partir de 2020. A maior parte contou com baixa adesão, limitadas, muitas vezes, à participação dos grupos responsáveis por sua organização. cf. Bolsonaristas reeditam em BH a marcha que antecedeu o golpe. cf. **Estado de Minas**, Belo Horizonte. 12 nov. de 2022. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2022/11/12/interna_politica,1420508/bolsonaristas-reeditam-em-bh-a-marcha-que-antecedeu-o-golpe-de-1964.shtml. Acesso em: 03 mai. de 2023. / VERPA, Danilo. Em São Paulo, Marcha da Família Cristã reúne apoiadores de Bolsonaro e defende intervenção militar. **Folha de São Paulo**, São Paulo. 31 mar. 2021. Disponível em: https://fotografia.folha.uol.com.br/galerias/1695775296911504-em-sao-paulo-marcha-da-familia-crista-reune-apoiadores-de-bolsonaro-e-defende-intervencao-militar. Acesso em: 04 jun. 2023.

solidariedade que o contexto exigia. Além disso, são também alguns poucos demonstrativos de que na *estrutura socioafetiva*[750] vinculada ao anticomunismo, não se precisa de muito barulho para que os sentimentos que é capaz de gerar sejam despertados de seu sono leve.

Nesse sentido, aprofundar o conhecimento sobre as representações atinentes ao imaginário anticomunista, além dos argumentos anteriormente mencionados, pretendeu também assumir uma das valiosas tarefas deixadas a nós por Walter Benjamin. Para o autor, é preciso que saibamos captar os "lampejos" do passado que nos colocam diante de uma situação de perigo.[751] Dadas as características que têm acumulado, um dos perigos das reelaborações anticomunistas do presente reside no ponto de visualizá-las quase inseparáveis daquelas que ajudaram a consolidar, no passado, décadas de repressão, reproduzidas com fins específicos de *semear o medo*.

Dito isso, aos vinte e seis anos, idade que carrego ao terminar de escrever estas estrofes, essa me parece uma maneira, ainda que muito ínfima, inicial e trôpega, de contribuir para a construção de uma disciplina que se propõe à formação de uma consciência histórica democrática.[752] Disciplina sem a qual essa "realidade frágil" em que vivemos estaria, sem espaço sequer para sobreavisos ou questionamentos, "espreitada por uma barbárie sempre possível".[753]

---

[750] ANSART, Pierre. A gestão das paixões políticas. op. cit., p. 23.
[751] LÖWY, Michael. **Walter Benjamin:** aviso de incêndio. São Paulo: Boitempo, 2005. p. 65.
[752] TRAVERSO, Enzo. Historia y memoria: notas sobre un debate. In: **Historia reciente:** perspectivas y desafios para un campo en construcción. Buenos Aires, Barcelona, México: Paidós, 2007. p. 78.
[753] PROST, Antoine. op. cit., p. 21.

REFERÊNCIAS

PERIÓDICOS

Acervo O Estado de São Paulo (SP)

Acta da Assembleia geral extraordinária da sociedade anonyma < O Estado de S. Paulo>. **O Estado de São Paulo,** São Paulo, 23 ago. 1914. p. 09.

Comarca de Santos. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 02 dez. 1916. p. 16

Movimento da mulher paulista contra a elevação dos preços. **O Estado de São Paulo,** São Paulo, 17 dez. 1954. p. 11.

Movimento de Arregimentação Feminina. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 04 set. 1955. p. 17.

O cinema e sua influência sobre crianças e jovens. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 18 de jun. 1957, p. 13

A mulher reage. Sua melhor arma: além do voto, o estudo. **O Estado de São Paulo**, São Paulo**,** 17 out.1958. p. 14.

Campanha de fiscalização de Programas de televisão. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 08 maio. 1958. p. 15.

Psicologia da adolescência. **O Estado de São Paulo,** São Paulo, 04 abr. 1959. p. 08.

Falecimentos. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 16 de mai. 1984. p. 13

A atuação do MAF em 1959 a serviço da coletividade. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 10 ago. 1960, p. 14.

Inaugura o MAF curso sobre a obra do Pe. Lebret. **O Estado de São Paulo,** São Paulo, 23 nov. 1961. p. 18.

Labin fez palestra em sindicato; hoje chega a São Paulo. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 11 ago. 1963. p. 05.

Com incisiva persistência, Suzanne Labin encerra sua pregação em nossa Capital. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 15 ago. 1963. p. 17.

MAF define sua posição. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 29 maio. 1964. p. 10.

Mensagem do MAF ao Cardeal Câmara. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 13 ago. 1964. p. 13.

D. Jaime diz que a anistia seria traição. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 11 ago. 1964. p. 05.

Apelo. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 15 maio. 1964. p. 12.

Júbilo pela vitória da democracia. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 05 abr.1964. p. 19.

D. Jaime denuncia infiltração nos ambientes católicos. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 21 mar. 1964. p. 07.

Expurgo: mulheres paulistas apoiam o manifesto do MAF. **O Estado de São Paulo,** São Paulo**,** 12 abr. 1964. p. 22.

MAF pede punição. **O Estado de São Paulo**, São Paulo**,** 05 abr. 1964. p. 19.

Juana Castro descreve na Assembleia o drama de Cuba; confia na queda do castrismo. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 29 ago. 1964, p. 11.

Juana Castro presente à organização de escola. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 05 set. 1964, p. 06.

Felicitações do MAF ao presidente. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 22 set. 1964. p. 16.

Entidades femininas divulgam manifesto. **O Estado de São Paulo,** São Paulo, 27 ago. 1964. p. 21.

Telegrama do MAF. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 14 abr. 1964. p. 13.

Adverte o povo que só o expurgo consolidará a democracia. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 11 abr. 1964. p. 11.

O general Mourão Filho recebeu homenagens ontem em São Paulo. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 02 jun. 1964. p. 35.

MAF felicita o gen. Mourão. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 02 out. 1964. p. 10.

Preocupa o MAF o livro único. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 29 fev. 1964. p. 10.

Protesta o MAF contra congresso comunista. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 06 mar. 1964. p. 10.

Os serviços secretos prepararam a revolta de abril. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 12 abr. 1964. p. 05.

Apelo. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 15 maio. 1964. p. 12.

Aplaude o MAF o rompimento. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 15 mai. 1964. p. 12.

Organização de grupos femininos. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 20 jun. de 1964, p. 10.

Proposta a extinção da UNE. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 05 jun. 1964. p. 01.

MAF aplaude declarações de ministro. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 02 jul. 1964. p. 16.

UNE. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 14 jul. 1964. p. 01.

UNE. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 30 jul. 1964. p. 15.

Entidades femininas divulgam manifesto. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 27 ago. de 1964, p. 11.

Apreensões do MAF. **O Estado de São Paulo,** São Paulo, 22 abr. 1965. p. 04.

Do MAF ao comandante do exército. **O Estado de São Paulo**, São Paulo. 24 abr. 1965. p. 06.

DANTAS, Pedro. Razão de ser. **O Estado de São Paulo,** São Paulo, 22 abr. 1965. p. 04.

A Pedro Dantas. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 24 abr. 1965. p. 06.

MAF relata sua atividade. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 02 out. 1965. p. 10.

Mensagens às mulheres de S. Paulo. **O Estado de São Paulo,** São Paulo, 15 jan. 1965. p. 09.

Os trabalhadores apoiam ato nº 2, **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 29 out. 1965. p. 04.

Aos brasileiros de São Paulo. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 21 fev. 1965, p. 21.

Apoio ao eng. Paulo Egydio. **O Estado de São Paulo,** São Paulo, 16 fev. 1965. p. 04.

Convenção confirma decisão do governador. **O Estado de São Paulo,** São Paulo, 23 jan. 1965. p. 04.

MAF lembra aniversário da Marcha. **O Estado de São Paulo,** São Paulo, 18 mar. 1965, p. 21.

A Mulher e a Revolução. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 19 fev. 1965, p. 08.

Posição do MAF ante as eleições. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 10 fev. 1965, p. 04.

Telegrama do MAF ao presidente. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 17 mar. 1965. p. 05.

O MAF apoia Paulo Egydio. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 14 fev. 1965. p. 04.

Telegrama do MAF. **O Estado de São Paulo,** São Paulo, 20 fev. 1965, p. 04.

Pedido e protestos do MAF. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 13 abr. de 1965, p. 04.

Contra a volta dos corruptos. **O Estado de São Paulo**, 23 abr. 1965, p. 15.

Bispo aponta o inimigo número um do Estado e da Igreja. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 22 abr. 1965. p. 04.

MAF relata sua atividade. **O Estado de São Paulo.** São Paulo, 02 out. 1965. p. 10.

DEE: ação sem política. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 01 set. 1965. p. 14.

Mensagem do MAF a estudantes. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 23 out. 1965. p. 12.

Universitários elegem DEE. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 31 ago. 1965. p. 14.

Manifesto do MAF à OEA. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 27 nov. 1965. p. 07.

Comemora-se hoje o dia do professor. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 15 out. 1965. p. 13.

MAF apela em favor da juventude. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 28 out. 1965. p. 21.

MAF se opõe à cessão do municipal. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 20 maio. 1965. p. 15.

Electra em São Paulo. **O Estado de São Paulo,** São Paulo, 11 maio. 1965. p. 10.

Mulheres debatem problemas da atualidade. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 26 maio de 1965, p. 12.

Trabalhadores foram recebidos por Castelo. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 10 jun. 1965. p. 19.

MAF participa de seminário. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 20 out. 1965. p. 13.

MAF apela em favor da juventude. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 28 out. 1965. p. 21.

Vietnã: padre falará da crise. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 19 nov. 1965, p. 14.

Vietnã, tema de palestra. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 20 nov. 1965, p. 11.

O candidato da contra-revolução. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 25 fev. 1966. p. 03.

Castelo já não quer domicílio. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 05 abr. 1966. p. 01.

DEE: ação sem política. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 01 set. 1966. p. 14.

Missa celebra 2º ano da "Marcha". **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 20 mar. 1966. p. 19.

Mulher paulista é pelo domicílio. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 20 abr. 1966. p. 06.

MAF faz apelo. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 26 ago. 1966. p. 15.

Mulher paulista é pelo domicílio. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 20 abr. 1966. p. 06.

Mensagem do MAF a Suplicy. **O Estado de São Paulo,** São Paulo, 13 jan. 1966. p. 16.

MAF solidário. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 08 out. 1966. p. 06.

O retrato da UNE. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 07 out. 1966. p. 06.

O DNE alerta os estudantes. **O Estado de São Paulo,** São Paulo, 26 mar. 1966. p. 38.

O retrato da UNE. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 07 out. 1966. p. 06.

Estudantes fixam posição. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 02 out. 1966. p. 20.

MAF critica novo código. **O Estado de São Paulo,** São Paulo, 19 jun. 1966. p. 12.

Congresso pró-democracia. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 18 de abr. 1967, p. 06.

Ouro é tema de debate. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 17 maio 1967. p. 12.

O MAF aplaude Sabin. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 19 jul. 1967. p. 15

Polícia pode enquadrar 392. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 02 ago. 1967, p. 10.

As palavras de D. Vicente Scherer. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 16 ago. 1967. p. 03.

Mulher paulista apoia d. vicente. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 25 ago. 1967. p. 06.

Crítica à ação dos sacerdotes. **O Estado de São Paulo,** São Paulo, 13 ago. 1967, p. 05.

D. Scherer responde a padres de S. Paulo. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 16 ago. 1967. p. 04.

D. Vicente Scherer agradece. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 06 set. 1967. p. 04.

O MAF promoverá palestra. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 12 maio. 1967, p. 09.

Ensino sente a falta de técnicos. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 19 maio. 1967. p. 01.

Excedentes farão pedágio. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 25 abr. 1967. p. 14.

Buzaid abre ciclo do MAF. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 12 out. 1967. p. 21.

O MAF aplaude censura. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 22 jul. 1967. p. 08.

MAF pede ação drástica. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 02 abr. 1968. p. 08.

MAF dá apoio a Sodré. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 03 abr. 1968. p. 07.

MAF é por TV melhor. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 28 abr. 1968. p. 12.

O MAF apoia Sodré. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 05 maio. 1968. p. 04.

Diálogo, só entre alunos e mestres. **O Estado de São Paulo,** São Paulo, 25 maio. 1968. p. 10.

MAF visita CTB. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 22 jun. 1968. p. 12.

Retomada sem violência as Arcadas. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 19 jul. 1968. p. 12.

Normaliza-se a situação nas fábricas. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 19 jul. 1968. p. 13.

MAF apela às autoridades. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 19 jul. 1968. p. 13.

MAF faz apelo a Sodré. **O Estado de São Paulo,** São Paulo, 05 out. 1968. p. 06.

General fala em reunião do MAF. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 06 out. 1968, p. 36.

Ciclo do MAF. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 11 de out. 1968. p. 13.

MAF quer rigor. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 11 nov. 1969. p. 52.

D. Agnelo: Igreja não teme fatos. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 11 nov. 1969. p. 52.

MAF aplaude êxito da Apolo. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 01 de jan. 1969, p. 09.

Apelo do MAF ao governador. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 18 jan. 1969. p. 36.

Festa da independência começa às 08h. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 07 set. 1969. p. 29.

MAF pede decreto. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 13 fev. 1969. p. 15.

MAF apela por 77 excedentes da FAU. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 15 jun. 1969. p. 22.

MAF pede rigorosa censura para emissoras de TV. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 09 mar. 1969. p. 29.

MAF é contra programa. **O Estado de São Paulo,** São Paulo, 12 nov. 1969. p. 12.

Infiltração nos órgãos de comunicação. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 21 dez. 1969. p. 41.

Ministro da Justiça define sua função. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 30 out. 1969. p. 07.

UCF aplaude o presidente. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 06 fev. 1970. p.13.

Massa pede que outros se rendam. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 03 jul. de 1970. p. 16.

MAF quer que imitem Massa. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 25 jul. 1970. p. 13.

Festa no II Exército. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 26 de ago. 1970. p. 01.

Sodré sustenta suas acusações a D. Helder. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 24 out. 1970. p. 05.

MAF envia aplauso a passarinho. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 09 out. 1970. p. 06.

MAF felicita Sodré. **O Estado de São Paulo,** São Paulo, 27 out. 1970. p. 05.

MAF apoia ação do governo. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 21 out. 1970. p. 05.

Entidades cívicas femininas. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 21 de out. 1970. p. 14.

MAF pede fim para o caos. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 08 mar. 1970. p. 33.

Buzaid: o decreto resguarda o jovem. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 21 mar. 1970. p. 01.

"Rei Pelé", o novo estádio de Alagoas. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 24 jun. 1970, p. 22.

MAF aplaude o presidente Médici. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 24 jan. 1970. p. 09.

Canavarro: vigilância contínua. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 03 dez. 1970. p. 26.

Integração civil-militar foi meta de Canavarro. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 06 jan. 1971. p. 04

Lembrada a marcha da família. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 20 mar. 1971. p. 04.

Sugestão do MAF a ministro. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 04 set. 1971. p. 12.

Tóxicos: MAF alerta ministro. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 30 jun. 1971. p. 14.

O MAF apoia o presidente. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 03 set. 1972. p. 08.

CORÇÃO, Gustavo. Quando o sal da terra se degrada. **O Estado de São Paulo,** São Paulo, 14 set. 1972. p. 24.

Maria Mesquita da Motta e Silva. **O Estado de São Paulo,** São Paulo, 03 maio. 1974. p. 23.

Homenagem às vítimas da Intentona Comunista de 1935. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 26 nov. 1976. p. 15.

MAF faz 25 anos e relembra ex-presidente. **O Estado de São Paulo,** São Paulo, 30 nov. 1979. p. 32.

A morte da autora de Éramos Seis. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 17 maio. 1984. p. 19.

Suplemento Feminino

A liga das mulheres votantes e o MAF. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 03 jul. 1959. Suplemento Feminino, ano 05, nº 299, p. 05.

Personificando o MAF para vocês. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 23 out. 1959. Suplemento Feminino, ano 5, n. 315, p. 13.

A embaixatriz dos EUA visitou o MAF. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 29 dez. 1961. Suplemento Feminino, ano 09, nº 429, p. 15.

Diálogo informal. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 05 jan. 1962. Suplemento Feminino, ano 09, nº 430, p. 02.

DUPRÉ, Maria. MAF - Carta à mulher brasileira. Um trabalho de formigas: MAF. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 13 mar. 1964. Suplemento Feminino, ano 10, n. 543, p. 12.

DUPRÉ, Maria. MAF - Carta à mulher brasileira. Gota de suor. Suplemento Feminino. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 31 jul. de 1964, ano 10, nº 563, p. 02.

DUPRÉ, Maria. MAF - Carta à mulher brasileira. Hino a São Paulo. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 14 de ago. 1964. Suplemento Feminino, ano 10, n. 565, p. 02.

DUPRÉ, Maria. MAF- Carta à mulher brasileira. Rosas. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 30 out. 1964. Suplemento feminino, ano 10, n. 576, p. 02.

MAF - Nôvo manifesto das entidades cívicas femininas. **O Estado de São Paulo,** São Paulo, 05 fev. 1965. Suplemento Feminino, ano 11, n. 590, p. 02.

DUPRÉ, Maria. MAF - Carta à mulher de São Paulo. Preparemos nossas armas. **O Estado de São Paulo**, 26 fev. de 1965. Suplemento Feminino, ano 11, n. 593, p. 02.

DUPRÉ, Maria. Carta à mulher paulista. A sabedoria da escolha. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 19 mar. de 1965. Suplemento Feminino, ano 11, n. 596, p. 02.

DUPRÉ, Maria. MAF- carta à mulher brasileira. Formação moral e cívica. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 17 set. 1965. Suplemento Feminino, ano 11, n. 622, p. 02.

DUPRÉ, Maria. MAF - Carta à mulher brasileira. Campanha cívica. **O Estado de São Paulo,** São Paulo, 29 de out. 1965. Suplemento Feminino, ano 11, n. 628, p. 02.

DUPRÉ, Maria. MAF - Carta à mulher brasileira. Ela era moça … Brasil enfermo. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 10 dez. 1965. Suplemento Feminino, ano 11, n. 634, p. 02.

DUPRÉ, Maria. MAF - Carta à mulher brasileira. As quatro liberdades. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 24 dez. 1965. Suplemento Feminino, ano 11, nº 636, p. 02.

DUPRÉ, Maria. MAF- Carta à mulher brasileira. Pedra cada vez mais pesada. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 07 jan. 1966. Suplemento Feminino, ano 11, n. 638, p. 04.

DUPRÉ, Maria. MAF - Carta à mulher brasileira. Do direito da família. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 04 fev. 1966. Suplemento Feminino, ano 12, n. 642, p. 04.

DUPRÉ, Maria. MAF - Carta à mulher brasileira. Necessidade de esclarecer o povo. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 18 fev. 1966. Suplemento Feminino, ano 12, n. 644, p. 04.

DUPRÉ, Maria. MAF - Carta à mulher brasileira. Sociedade sem classes. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 04 mar. 1966. Suplemento Feminino, ano 12, n. 646, p. 04.

DUPRÉ, Maria. MAF - Carta à mulher brasileira. Questão de salvação nacional. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 18 mar. 1966. Suplemento Feminino, ano 12, nº 648, p. 04.

DUPRÉ, Maria. Serão todos estudantes. MAF - Carta à mulher brasileira. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 05 ago. 1966. Suplemento Feminino, ano 12, n. 665, p. 03.

MAF faz apêlo. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 26 ago. 1966. Suplemento Feminino, ano 12, nº 671, p. 15.

DUPRÉ, Maria. MAF - Carta à mulher brasileira. A juventude. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 16 set. 1966. Suplemento Feminino, ano 12, n. 674, p. 03.

DUPRÉ, Maria. MAF - Carta à mulher brasileira. Amor e autoridade. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 30 set. 1966. Suplemento Feminino, ano 12, n. 676, p. 03.

DUPRÉ, Maria. MAF - Carta à mulher brasileira. Estudantes da universidade Mackenzie. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 14 out. 1966. Suplemento Feminino, ano 12, n. 678, p. 03.

DUPRÉ, Maria. MAF - Carta à mulher brasileira. Ouro para o bem do Brasil. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 28 out. 1966. Suplemento Feminino, ano 12, nº 680, p. 03.

Problemas de ensino. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 02 jul. 1967. Suplemento Feminino, ano 14, n. 714. p. 02.

Acervo O Globo (RJ)

A mulher paulista quer a prorrogação do ato institucional. **O Globo**, Rio de Janeiro, 10 jun. 1964. p. 21.

O MAF faz o histórico da arregimentação da mulher brasileira para a Revolução. **O Globo**, Rio de Janeiro, 25 mar. 1965. p. 04.

A "Marcha do Silêncio" transcorreu tranquila. **O Globo**, Rio de Janeiro. 21 mar. 1966. p. 03.

Esboçadas as primeiras resoluções do congresso da mulher democrata. **O Globo**, Rio de Janeiro, 19 abr. 1967, p. 04.

D. Vicente condena padres na política. **O Globo**, Rio de Janeiro, 09 ago. de 1967. p. 02.

Estudantes de Brasília fabricam suas armas. **O Globo**, Rio de Janeiro, 01 abr. 1968. p. 04.

Mães compararam Massafumi com o filho pródigo. **O Globo**, Rio de Janeiro, 25 jul. 1970. p. 12.

CAMDE cria conselho para coordenar ação na América. **O Globo**, Rio de Janeiro, 13 out. 1970. p. 02.

Acervo Folha de São Paulo (SP)

O MAF e "Bonitinha, mas ordinária". **Folha de São Paulo**, São Paulo. Caderno 2. 14 jan. 1964. p. 04.

Telenovelas: o MAF apoia a TV Record. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 04 set. 1964. p. 03.

UCF promove reunião com os estagiários da ESG. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 26 maio 1965, p. 08.

DOPS reprime manifestação de intelectuais na Guanabara. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 18 nov. 1965. p. 07.

Mudança da Carta da OEA: reformistas e conservadores abrem luta. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 21 nov. 1965. p. 06.

MAF acha questionário subversivo. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 13 nov. 1967. p. 04.

Professores, intelectuais e MAF manifestam-se contra a violência. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 05 out. 1968. p. 12.

Sodré responde ao MAF e diz que governo não se omite. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 06 out. 1968. p. 09.

Sodré responde ao MAF e diz que governo não se omite. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 06 out. 1968. p. 09.

General diz ao MAF que a guerra revolucionária está nas ruas. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 11 out. 1968, p. 03.

Massafumi inspira mensagem do MAF. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 25 jul. 1970. p. 04.

Encerrada em São Paulo a Semana do Exército. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 26 ago. 1970. p. 04.

MAF homenageia general José Canavarro Pereira. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 13 nov. 1970. p. 11.

Biblioteca Nacional

O Cruzeiro (RJ)

QUEIROZ, Rachel de. Assunto de Mulher. **O Cruzeiro**, Rio de Janeiro, 21 dez. 1963. p. 146. Disponível em: http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/. Acesso em: 20 jun. 2022.

Jornal do Brasil (RJ)

Revolução agradece às paulistas. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro. 13 jul. 1967. p. 03.

Excedentes de arquitetura da USP procuram Tarso para conseguir matrícula. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 17 jun. 1969. p. 12.

Tv educativa tira programa do ar. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 14 fev. 1970. p. 03.

Correio da Manhã (RJ)

Censores na GB e na SP. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 28 jan. 1964. p. 05.

Novos contingentes do Brasil vão hoje para S. Domingos. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 26 maio. 1965. p. 03.

Marcha do silêncio em São Paulo só consegue reunir 50. **Correio da Manhã**, 20 mar. 1966. p. 02.

Excedentes de arquitetura da USP esperam por verbas. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 17 jun. 1969. p. 09.

Diário da noite (SP)

Faleceu o eng. Leandro Dupré. **Diário da noite**, São Paulo, 09 ago. 1960. p. 16

General fala da guerra revolucionária. **Diário da Noite**, São Paulo, 11 out. 1968. p. 05.

A Tribuna (SP)

Livros mais vendidos em Santos. **A Tribuna**, Santos. Caderno 2. 01 set. 1963. p. 02.

Brasil Urgente (SP)

Carta de um ex-seminarista. **Brasil Urgente**, São Paulo, ano 1, n. 02, mar. 1963. p. 06.

Cine Repórter (SP)

Simpósio sobre a influência do cinema na juventude. **Cine Repórter:** semanário cinematográfico. São Paulo, 13 jun. 1957. p. 04.

Realidade (SP)

PACHECO, Duarte. A juventude diante do sexo. **Realidade**. São Paulo: Editora Abril, ano 1, n. 05, ago, 1966. p. 68.

A juventude diante do sexo. **Realidade**. São Paulo: Editora Abril, ano 1, n. 06, set. 1966. p. 03.

O Jornal (RJ)

CAMDE distribui medalhas cívicas. **O Jornal**, Rio de Janeiro, 13 out. 1970. p. 06.

Biblioteca Pública do Paraná (BPP-PR)

Hora presente (SP)

A universidade ainda tem salvação? **Hora Presente**, São Paulo, ano 1, n. 02, nov./dez. 1968. p. 56.

Um marco contra a subversão. **Hora Presente**, São Paulo, ano 02, n. 06, maio. 1970. p. 245.

A hora do soldado. **Hora presente**, São Paulo, ano 3, n. 08, jan. 1971. p. 17.

Mães Católicas pedem a bispo ensino religioso para a juventude. **Hora Presente**, São Paulo, ano 3, n. 08, jan. 1971. p. 251-252.

Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP)

Última Hora (RJ)

Povo não foi aos festejos da marcha. **Última Hora**, Rio de Janeiro, 21 mar. 1966. p. 03.

Acervo Catolicismo (TFP)

Catolicismo (SP)

SOLIMEO, Gustavo. TFP faz celebrar missas por alma das vítimas do comunismo. **Catolicismo**, São Paulo, n. 253, jan, 1972. p. 04-05. Disponível em: https://catolicismo.com.br/Acervo/Num/0253/Texto_P04-05.html. Acesso em: 24 jul. 2022.

DOCUMENTOS E SITES CONSULTADOS

Arquivo Nacional (SIAN)

MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA. **Propaganda cor de rosa**. São Paulo, 22 mar. 1973. Acervo do Arquivo Nacional (SIAN), DFANBSB VAZ.0.0.9462.

Processo GAB nº 100.774. 25 out. de 1977. Acervo do Arquivo Nacional (SIAN), Fundo Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça, BR RJANRIO TT.0.MCP, PRO.1030.

CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL. **Boletins**. 05 jan. 1967. Acervo do Arquivo Nacional (SIAN). Fundo Conselho de Segurança Nacional, BR DFANBSB N8.0.BNT.33. fl. 121

A desinformação. Acervo do Arquivo Nacional (SIAN). 23 nov. 2013. Fundo CNV, BR RJANRIO CNV.0.ERE.00092001636201310. p. 19.

GENERAL SOUND CORPORATION. **Marcha dos Tempos:** a profilaxia do boato. 15 abr. 1943. Acervo do Arquivo Nacional (SIAN). Fundo Agência Nacional, BR RJANRIO EH.0.DSO, DIS.75.

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES. **Roberto Freire**. 16 maio de 1975. Acervo do Arquivo Nacional (SIAN), Fundo Serviço Nacional de Informações, BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.74084511

Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP)

Movimento de Arregimentação Feminina. Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP). Fundo Secretaria de Segurança Pública (SSP), dossiê 50-J-000-1185.

Contra-propaganda anti-terrorista. Set. 1969. Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP). Fundo DOPS, pasta 50-Z-009, 060, 10210 -10211, fl. 123-124.

Carolino Motta e Silva. Prontuário nº 35869. Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP). DEOPSSPC003579.

Legislação

BRASIL. **Lei nº 4.464, de 9 de novembro de 1964.** Dispõe sobre os Órgãos de Representação dos estudantes e dá outras providências. Diário Oficial da União - Seção 1 - 11/11/1964, Página 10169. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4464-9-novembro-1964-376749-publicacaooriginal-1-pl.html. Acesso em: 26 jul. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 61.250, de 30 de agosto de 1967**. Senado Federal. Declara de utilidade pública o Movimento de Arregimentação Feminina - MAF, com sede em São Paulo, Estado de São Paulo. Disponível em: https://legis.senado.leg.br/norma/483874/publicacao/15642229. Acesso em: 15 jan. 2022.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 869, de 12 de setembro de 1969**. Dispõe sobre a inclusão da Educação Moral e Cívica como disciplina obrigatória. Diário Oficial da União - Seção 1 - 15/9/1969, página 7769. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-869-12-setembro-1969-375468-publicacaooriginal-1-pe.html. Acesso em: 10 ago. 2022.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 1.077, de 26 de janeiro de 1970.** Dispõe sobre a execução do artigo 153, parte final, da Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/del1077.htm. Acesso em: 24 ago. 2022.

YouTube

Os mutantes, Tom Zé e os Novos Baianos - Jovem Urgente. 1 vídeo (43 min). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=zSbrTN5lPHk . Acesso em: 16 ago. 2022.

Reportagens

Bolsonaristas reeditam em BH a marcha que antecedeu o golpe. **Estado de Minas**, Belo Horizonte. 12 nov. 2022. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2022/11/12/interna_politica,1420508/bolsonaristas-reeditam-em-bh-a-marcha-que-antecedeu-o-golpe-de-1964.shtml. Acesso em: 03 mai. de 2023.

Em 7 de Setembro, Bolsonaro cita miscigenação, Deus e sombra do comunismo. **Uol**, São Paulo. 07 set. 2020. https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/09/07/bolsonaro-pronunciamento-7-setembro.htm

GULLINO, Daniel. Em campanha pela reeleição, Bolsonaro vai à missa em Brasília e discursa contra ‘dores do comunismo’. **O Globo**, Brasília. 06 set. 2022. Disponível em: https://oglobo.globo.com/politica/eleicoes-2022/noticia/2022/09/em-campanha-pela-reeleicao-bolsonaro-vai-a-missa-em-brasilia-e-discursa-contra-comunismo.ghtml. Acesso em: 25 mai. de 2023.

NAGASHIMA, Renata. Ex-governador do DF, José Ornellas comemora 100 anos nesta terça-feira. Correio Braziliense, Brasília. 29 nov. 2021. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/cidades-df/2021/11/4966525-ex-governador-do-df-jose-ornellas-comemora-100-anos-nesta-terca-feira.html. Acesso em: 07 mar. 2023.

NEVES, Rafael. Ataques a STF, PT, JN: o que mostram cartazes do 7 de setembro bolsonarista. **Uol**, São Paulo. 07 set. 2022. Disponível em: https://noticias.uol.com.br/eleicoes/2022/09/07/cartazes-7-de-setembro-bolsonarista.htm. Acesso em: 25 mai. de 2023.

VERPA, Danilo. Em São Paulo, Marcha da Família Cristã reúne apoiadores de Bolsonaro e defende intervenção militar. **Folha de São Paulo**, São Paulo. 31 mar. 2021. Disponível em: https://fotografia.folha.uol.com.br/galerias/1695775296911504-em-sao-paulo-marcha-da-familia-crista-reune-apoiadores-de-bolsonaro-e-defende-intervencao-militar. Acesso em: 04 jun. 2023.

BIBLIOGRAFIA

ALBERTI, Verena; FARIAS, Ignez Cordeiro de; ROCHA, Dora (Orgs.). **Paulo Egydio Conta:** Depoimento ao CPDOC-FGV. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2007.

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis: Vozes, 1989.

ANSART, Pierre. **A gestão das paixões políticas**. Curitiba: Editora UFPR, 2019.

ANSART, Pierre. **Ideologias, conflitos e poder**. Zahar editores: Rio de Janeiro, 1978.

ANTOINE, Charles. **O integrismo brasileiro**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

AQUINO, Maria Aparecida de. **Censura, Imprensa e Estado autoritário (1968-1978):** o exercício cotidiano da dominação e da resistência. Bauru: EDUSC, 1999.

AQUINO, Maria; MORAES, Letícia; MATTOS, Marco Aurélio; SWENSSON JR, Walter (Orgs). **O dissecar da estrutura administrativa do DEOPS/SP -** Anticomunismo: doença do aparato repressivo brasileiro. Dossiês DEOPS/SP: radiografias do Autoritarismo Republicano Brasileiro, vol. 3. Imprensa oficial do Estado: São Paulo, 2002.

BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. **Enciclopédia Einaudi.** Antropos - Homem. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, p. 296-332, 1985.

BALANDIER, Georges. **O poder em cena.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.

BALANDIER, Georges. **A desordem:** elogio do movimento. Bertrand Brasil, 1997.

BARATA, Carlos; BUENO, Antônio (org.). **Dicionário das Famílias brasileiras.** São Paulo: Ibero-América, 1999.

BARBOSA, Nilda. O balcão, de Jean Genet: da carnavalização como um regime da ordem inversa. **Web Revista Linguagem, Educação e Memória**. v. 18, n. 18, p. 58-77, 2020.

BARROS, José D'Assunção. **Fontes Históricas:** uma introdução aos seus usos historiográficos. Petrópolis: Editora Vozes, 2019.

BASTOS, Mario Jorge. Pecado, Castigo e Redenção: a Peste como elemento do proselitismo cristão (Portugal, Séculos XIV/XVI). **Tempo**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 183-205, 1997.

BETT, Ianko. **A (re) invenção do comunismo:** discurso anticomunista católico na grande imprensa brasileira e argentina no contexto dos golpes militares de 1964 e 1966. 262 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, São Leopoldo, 2010.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (Org.). **Dicionário de Política.** 11 ed. V. 01. Brasília: UNB, 1998.

BOHOSLAVSKY, Ernesto. Organizaciones y prácticas anticomunistas en Argentina y Brasil (1945-1966). **Estudios Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 42, n. 1, p. 34-52, jan/abr. 2016.

BOHOSLAVSKY, Ernesto; BOISARD, Stéphane; MOTTA, Rodrigo (Orgs.). **Pensar as direitas na América Latina**. São Paulo: Alameda Editorial, 2019.

BOHOSLAVSKY, Ernesto. Las redes anticomunistas entre América latina y Asia (1954-1980). **Les Cahiers de Framespa**, on-line, nº 36, 2021. Disponível em: http://journals.openedition.org/framespa/10190. Acesso em: 24 abr. 2023.

BOISARD, Stéphane. Pensando as direitas na América Latina: Objeto Científico, sujeitos e temporalidades? **Varia História**, Belo Horizonte, vol. 30, n. 52, p. 85-100, 2014.

BUENO, Silveira. **Minidicionário da língua portuguesa**. São Paulo: FTD, 2000.

BRASIL. **Comissão da Verdade do estado de São Paulo Rubens Paiva**. São Paulo: CVSP: 2015. Disponível em: http://comissaodaverdade.al.sp.gov.br/. Acesso em: 04 set. 2022.

BRASIL. **Comissão Nacional da Verdade**. Brasília: CNV, 2014.

BRITO, Antonio. "Um verdadeiro bacanal, uma coisa estúpida": Anticomunismo, sexualidade e juventude no tempo da ditadura. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 26, p. 1–22, 2019.

BRITO, Antonio. A subversão pelo sexo: representações anticomunistas durante a ditadura no Brasil. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 36, n. 72, p. 859-888, set/dez, 2020.

BROQUETAS, Magdalena. Broquetas, M. Un caso de anticomunismo civil: los "padres demócratas" de Uruguay (1955-1973). **Revista Páginas**, Rosario, v. 10, n. 24, p. 34–54, 2018.

CANDAU, Joel. **Antropologia da memória.** Lisboa: Instituto Piaget, 2005.

CAPELATO, Maria; PRADO, Maria. **O bravo Matutino:** imprensa e ideologia: o jornal *O Estado de São Paulo.* São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1980.

CARVALHO, Ferdinando. **Os sete matizes do rosa**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1978.

CHIRIO, Maud. **A política nos quartéis:** revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2012.

CODATO, Adriano; OLIVEIRA, Marcus. A marcha, o terço e o livro: catolicismo conservador e ação política na conjuntura do golpe de 1964. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 24, n. 47, p. 271-302, 2004.

COELHO, Nelly Novaes. **Dicionário crítico de escritoras brasileiras.** São Paulo: Escrituras, 2002.

CORDEIRO, Janaína. **A Nação que se salvou a si mesma:** entre memória e História, a Campanha da Mulher pela Democracia (1962-1974). 164 f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2008.

CORDEIRO, Janaína; ROLLEMBERG, Denise (orgs). **Por uma revisão crítica:** ditadura e sociedade no Brasil. São Paulo: Saga, 2021.

COWAN, Benjamin. **Moral Majorities across the Americas:** Brazil, the United States, and the Creation of the Religious Right. Chapel Hill, NC: University of North Carolina Press, 2021.

COWAN, Benjamin. **Securing sex:** morality and repression in the making of Cold War Brazil. Chapel Hill, NC: University of North Carolina Press, 2016.

CRUZ, Heloisa; PEIXOTO, Maria. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. **Projeto História**, São Paulo, n. 35, p. 253-270, dez. 2007.

CZAJKA, Rodrigo. "Esses chamados intelectuais de esquerda": o IPM do PCB e o fenômeno do comunismo na produção cultural do pós golpe. **Antíteses**, Londrina, v. 8, n. 15, p. 219-242, jan./jun. 2015.

DARNTON, Robert. **O Beijo de Lamourette:** mídia, cultura e revolução. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

DELGADO, Lucilia de Almeida. O Governo João Goulart e o golpe de 1964: memória, história e historiografia. **Tempo**, Niterói, v. 14, n. 28, p. 123-143, jun. 2010.

DEMOCRACY, Voice of. **"The four freedoms".** Disponível em: https://voicesofdemocracy.umd.edu/fdr-the-four-freedoms-speech-text/. Acesso em: 01 mar. 2023.

DOBERSTEIN, Juliano. **As duas censuras do regime militar:** o controle das diversões públicas e da imprensa entre 1964 e 1978. 212 p. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

DREIFUSS, René. 1964: **A conquista do estado:** Ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1981.

DREIFUSS, René. **O jogo da direita.** Petrópolis: Vozes, 1989.

DUPRÉ, Maria. **Os caminhos**. São Paulo: Editora Ática, 1978.

FERNANDES, Ananda. **Quando o inimigo ultrapassa a fronteira:** as conexões repressivas entre a ditadura civil-militar brasileira e o Uruguai (1964-1973). 275 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

FERREIRA, Aurélio Buarque. **Minidicionário da língua portuguesa.** 6ª Ed. São Paulo: Editora Positivo, 2004.

FERREIRA, Marieta de Moraes; DELGADO, Lucília de Almeida. História do tempo presente e ensino de História. **Revista História Hoje**, São Paulo, v. 2, n. 4, p. 19-34, 2013.

FICO, Carlos. **Como eles agiam, os subterrâneos da ditadura militar:** espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FICO, Carlos. "Prezada censura": cartas ao regime militar. **Topoi**, Rio de Janeiro, n. 5. p. 251-286, dez. 2002.

FICO, Carlos. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 05-74. jan./abr. 2017.

FRANCFORT, Elmo. **Almanaque TV Cultura 50 anos:** muitas histórias, informações e curiosidades. São Paulo: Fundação Padre Anchieta, 2019.

FRANCO, Marina; LEVÍN, Florencia. **Historia reciente:** perspectivas y desafios para un campo en construcción. Buenos Aires, Barcelona, México: Paidós, 2007.

GARCIA, Miliandre. "Ou vocês mudam, ou acabam": teatro e censura na Ditadura Militar (1964-1985). 423 f. Tese (Doutorado em História Social) - Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, São Paulo, 2008.

GASPAROTTO, Alessandra. **"O Terror renegado":** uma reflexão sobre os episódios de retratação pública protagonizados por integrantes de organizações de combate à ditadura civil-militar no Brasil (1970-1975). 271. f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

GOÉS, Marta. **Alfredo Mesquita:** um grã fino na contramão. São Paulo: Editora Terceiro Nome; Loqui Editora; Albatroz Editora, 2007.

GOLDMAN, Wendy. **Mulher, Estado e revolução:** política da vida soviética e da vida social entre 1917 e 1936. São Paulo: Boitempo, 2014.

GOMES, Paulo. **Os bispos católicos e a Ditadura Militar:** a visão da espionagem. Editora Record: São Paulo, 2014.

GONÇALVES, Marcos. **As tentações integristas.** Um estudo sobre as relações entre catolicismo e política no Brasil (1908- 1937). 364 f. Tese (Doutorado em História) - Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

GONÇALVES, Marcos. **Os arautos da dissolução:** mito, imaginário político e afetividade anticomunista (1941-1947). 169 f. Dissertação (Mestrado em História) - Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004.

GUISOLPHI, Anderson. Os rosários precederam os coturnos: o anticomunismo nas Cruzadas do Rosário em Família na América Latina e os golpes civil-militares (1960- 1964). **Cadernos de História**, Belo Horizonte, v. 20, n. 33, p. 158-184, set. 2020.

GUTIERREZ, Cristian. **La contrasubversión como política:** la doctrina de guerra revolucionaria francesa y su impacto en las FF.AA. de Chile y Argentina. Santiago: LOM Ediciones, 2019.

HEYWOOD, Andrew. **Ideologias Políticas:** do Liberalismo ao Fascismo. São Paulo: Editora Ática, 2010.

HIRSCHMAN, Albert Otto. **A retórica da intransigência:** perversidade, futilidade, ameaça. São Paulo: Companhia das letras, 1992.

HUGGINS, Martha K. **Polícia e Política**: relações Estados Unidos/América Latina. São Paulo: Cortez, 1998.

JOFFILY, Mariana. Aniversários do golpe de 1964: debates historiográficos, implicações políticas. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 204-251, 2018.

JOFFILY, Mariana. **No centro da engrenagem:** os interrogatórios na Operação Bandeirante e no DOI de São Paulo (1969-1975). Tese (Doutorado - Programa de Pós-Graduação em História Social. Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

KAMINSKI, Leon. O movimento hippie nasceu em Moscou: imaginário anticomunista, contracultura e repressão no Brasil dos anos 1970. **Antíteses**, Londrina, v. 09, n. 18, p. 467-493, jul/dez. 2016.

KRILLOW, Letícia. Jornal como fonte e/ou objeto da escrita histórica: proposta metodológica aplicada à análise das representações sobre "o político" na "grande imprensa carioca" de 1955 a 1960. **Oficina do historiador**, Porto Alegre, v. 12, n. 1, p. 07-21, jan.-jun. 2019.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e revolucionários:** nos tempos da imprensa alternativa. São Paulo: EccentricDuo, 2001.

KUCINSKI, Bernardo. **K. Relato de uma busca.** São Paulo: Cosac Naify, 2014.

KUCINSKI, Bernardo. **A Nova Ordem.** São Paulo: Alameda, 2019.

KUSHNIR, Beatriz. **Cães de guarda:** jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988. São Paulo: FAPESP; Boitempo, 2012.

LABIN, Suzanne. **Em cima da hora**: a conquista sem guerra. Rio de Janeiro: Record, 1963.

LIMA, Danielle. **O Comando de Caça aos Comunistas (CCC):** do estudante ao terrorista (1963-1980). Dissertação. 279. f. (Mestrado em educação: história, política, sociedade) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História, Política, Sociedade, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2020.

LÖWY, Michael. **A guerra dos deuses:** religião e política na América Latina. Petrópolis: Vozes, 2000.

LÖWY, Michael. **Walter Benjamin: aviso de incêndio**. São Paulo: Boitempo, 2005.

LVOVICH, Daniel. Comentarios finales al Segundo Coloquio Internacional "Pensar las derechas en América Latina en el siglo XX". **Nuevo Mundo Mundos Nuevos**, online, 2017. Disponível em: http://journals.openedition.org/nuevomundo/71356. Acesso em: 10 jun. 2021.

MAGALHÃES, Marionilde. A lógica da suspeição: sobre os aparelhos repressivos à época da ditadura militar. **Revista brasileira de História**, São Paulo, v. 17, n. 34, 1997. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbh/a/jhG4q3jQsNw7ytcH53C4X6j/abstract/?lang=pt. Acesso em: 24 abr. de 2023.

MANNHEIM, Karl. **O pensamento conservador**. MARTINS, josé (Org). Introdução crítica à sociologia rural. São Paulo: Editora HUCITEC, 1986.

MARIANI, Bethânia. **O comunismo imaginário:** práticas discursivas da imprensa sobre o PCB (1922-1989). 256f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, 1996.

MARTINS FILHO, João Roberto (Org). **1968 faz 30 anos.** Campinas: Mercado de Letras, 1998.

MARTINS FILHO, João Roberto. A influência doutrinária francesa sobre os militares brasileiros nos anos de 1960. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, vol. 23, nº 67, p. 39-50, 2008.

MARTINS FILHO, João Roberto. **Movimento estudantil e Ditadura Militar:** 1964-1968. Campinas: Papirus, 1987.

MATTOS, Badaró. O governo João Goulart: novos rumos da produção historiográfica. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 28, n. 55, p. 245-263, 2008.

Michaelis. **Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa**. On-line. Editora Melhoramentos. Disponível em: https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/devo%C3%A7%C3%A3o/. Acesso em: 02 abr. de 2023

MITRE, Antonio. **El dilema del centauro:** Ensayos de teoría de la historia y pensamiento latino-americano. Santiago: LOM ediciones, 2002.

MONTEIRO, Thiago. **"Como pode um povo vivo viver nesta carestia"**: o Movimento do Custo de Vida em São Paulo (1973-1982). 249 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

MOREIRA, Fernanda. **O Partido do Empresariado:** O IPÊS-SP, os empresários paulistas e a construção de consenso na década de 1960. Tese (doutorado) – Escola de Ciências Sociais da Fundação Getulio Vargas, Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais, 2020.

MOTTA, Aricildes (org.). **1964 - 31 de março:** o movimento revolucionário e sua história. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2003.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o regime militar**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. “Entre a liberdade e a ordem”: o jornal *O Estado de São Paulo* e a ditadura (1969-1973). **Estudos ibero-americanos**, Porto Alegre, v. 43, n. 2, p. 376-379, maio/ago. 2017.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho:** o anticomunismo no Brasil (1917- 1964). 2 ed. Niterói: EDUFF, 2020.

MOUSSALEM, Márcia. **Associação privada sem fins econômicos**: da filantropia à cidadania. São Paulo: Plêiade, 2010.

NAPOLITANO, Marcos. **1964:** História do Regime Militar Brasileiro. São Paulo: Editora Contexto, 2014.

NAPOLITANO, Marcos. A imprensa e a construção da memória do regime militar brasileiro (1965- 1985). **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 43, n. 2. p. 346-366, 2017.

NISBET, Robert. **O conservadorismo.** Lisboa: Editorial Estampa, 1987.

OLIVEIRA, Plínio Corrêa de. **A Igreja ante a escalada da ameaça comunista:** Apelo aos Bispos silenciosos. 3ª edição. São Paulo: Editora Vera Cruz, 1977.

ORLANDI, Eni. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. 6 ed. Campinas: Pontes, 2005.

PADRÓS, Enrique. **Como el Uruguay no Hay… Terror de Estado e Segurança Nacional. Uruguai (1968-1985): do Pachecato à Ditadura Civil-Militar.** 434 f. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

PAULA, Christiane. Gustavo Corção: apóstolo da ‘linha-dura’. Dossiê: Igreja e Estado. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 32, n. 63, p. 171-194, 2012.

POWER, Margaret. Conexões transnacionais entre as mulheres de direita: Brasil, Chile e Estados Unidos. **Varia Historia**, Belo Horizonte, vol. 30, n. 52, p. 67-83, jan/abr, 2014.

POWER, Margaret. **La mujer de derecha:** el poder femenino y la lucha contra Salvador Allende, 1964-1973. Santiago: Dirección de Bibliotecas, Archivos y Museos, Centro de Investigaciones Diego Barros Arana, 2008.

POWER, Margaret. Who but a Woman? The Transnational Diffusion of Anti-Communism among Conservative Women in Brazil, Chile and the United States during the Cold War. **Journal of Latin American Studies***,* Cambridge, v. 47, n. 1, p. 93-119, 2015.

PRESOT, Aline Alves. **As marchas da família com Deus pela liberdade e o golpe de 1964.** Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

PRIORI, Angelo; BRUNELO, Leandro. Delatores e práticas de delação no limiar da Ditadura Militar no Brasil. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 13, n. 32, jan./abr., 2021.

PROST, Antoine. Como a História faz o historiador. **Anos 90**, Porto Alegre, n. 14, p. 7-22, 2000.

QUADRAT, Samantha. A preparação dos agentes de informação e a ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985). **Varia História**, Belo Horizonte, vol. 28, nº 47, p. 19-41: jan/jun 2012.

Quem é quem no Brasil – Biografias contemporâneas. São Paulo: Sociedade brasileira de expansão comercial, 1948.

QUINALHA, Renan. Censura moral na ditadura brasileira: entre o direito e a política. **Revista Direito Práxis,** Rio de Janeiro, v. 11, n. 03, p. 1727-1755, 2020.

QUINALHA, Renan. **Contra a moral e os bons costumes:** a política sexual da ditadura brasileira (1964-1985). 329 f. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) – Instituto de Relações Internacionais, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

REÁTEGUI, Félix (org). **Justicia transicional:** manual para América Latina. Brasília: Comissão de Anistia, Ministério da Justiça; Nova Iorque: Centro Internacional para a Justiça de Transição, 2011.

REIS, Daniel Aarão. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

REIS, Aarão; MOTTA, Rodrigo; RIDENTI, Marcelo (orgs). **A ditadura que mudou o Brasil:** 50 anos do golpe militar. Rio de Janeiro: ZAHAR, 2014.

REMIGIO, Elizabet. Usos do passado e relações de poder: a trajetória política de Miguel Arraes e o processo de redemocratização no Brasil (1979-1986). **Anais do XIV Encontro Estadual de História**, Porto Alegre, v. 1. p. 1-12, 2018.

REZENDE, Maria José. **A ditadura militar no Brasil:** repressão e pretensão de legitimidade (1964-1984). Londrina: Editora UEL, 2013.

RIBEIRO, Bianca. O realismo doméstico de Maria José Dupré. **Literatura e Sociedade**, São Paulo, v. 15. n. 14, p. 148-169, 2010.

RIBEIRO, Marcos. Anticomunismo e Inimigo Interno: uma avaliação da Doutrina de Segurança Nacional a partir de sujeitos e manuais da Repressão durante as ditaduras do Cone Sul. **Revista História: Debates E Tendências**, Passo Fundo, v. 19, n. 3, p. 384-401, 2019.

RISLER, Julia. **La acción psicológica:** dictadura, inteligencia y gobierno de las emociones (1955-1981). Buenos Aires: Tinta Limón, 2018.

RODEGHERO, Carla Simone. **Memórias e combates:** uma história oral do anticomunismo católico no Rio Grande do Sul. São Paulo: Letra e Voz, 2017.

RODEGHERO, Carla Simone. Religião e patriotismo: o anticomunismo católico nos Estados Unidos e no Brasil nos anos da Guerra Fria. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 22, n. 44, p. 463-488, 2002.

ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha (orgs.). **A construção social dos regimes autoritários:** legitimidade, consenso e consentimento no século XX. v. 1: Brasil e América Latina. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2008.

ROSA, Lauriane. **Nas fronteiras do lar:** a participação de mulheres no cenário político brasileiro a partir do Movimento de Arregimentação Feminina (1960-1964). 70 f. Monografia (Graduação) - Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2019.

SAMWAYS, Daniel. **Inimigos imaginários, sentimentos reais**: medo e paranoia no discurso anticomunista do Serviço Nacional de Informações 1970-1973. 253 f. Tese (Doutorado em História) - Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

SANTANA, Flávia. **Atuação do movimento estudantil no Brasil:** 1964-1984. 249 f. Dissertação (Mestrado em História Social) - Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

SANTOS, Cecilia M.; TELES, Edson; TELES, Janaína. (Org.). **Desarquivando a ditadura:** memória e justiça no Brasil. v. 1, 1ª edição. São Paulo: Hucitec, 2009.

SANTOS, Rafaela. **O outro lado da rua Maria Antônia:** a atuação das juventudes de direita em 1960. 199 f. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2015.

SESTINI, Dharana Pérola. **A "mulher brasileira em ação":** motivações e imperativos para o Golpe Militar de 1964. 132 f. Dissertação (Mestrado em História Social) - Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

SETEMY, Adrianna. **"Em defesa da moral e dos bons costumes":** a censura de periódicos no regime militar (1964-1985). 256 f. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2008.

SETEMY, Adrianna. Vigilantes da moral e dos bons costumes: condições sociais e culturais para a estruturação política da censura durante a ditadura militar. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 37, p. 171-197, jan./abr., 2018.

SILVA, Camila Gonçalves. O imaginário anticomunista católico no Rio Grande do Sul 1945-1964. **Locus:** Revista de História, Juiz de Fora, v. 19, n. 2, 2015.

SILVA, Carla Luciana. Anticomunismo brasileiro: Conceitos e historiografia. **Tempos Históricos,** Marechal Cândido Rondon, v. 2, n. 1, p. 195-228, 2000.

SILVA, Jussaramar. O centro de instrução de guerra na selva e a formação para a doutrina de guerra contrarrevolucionária. LONGHI, Carla; GENTILE, Fábio (Orgs). **Ditaduras e violência institucional**. São Paulo: Educ, 2019.

SILVA, Welington. Frei Carlos Josaphat, Catolicismo e Revolução Social. **Caminhos**, Goiânia, v. 16, n. 1, p. 196-207, jan./jun. 2018.

SIMÕES, Solange. **Deus, pátria e família:** as mulheres e o golpe de 64. São Paulo: Vozes, 1985.

SOUSA, Reginaldo Cerqueira. **República das mulheres de virtude:** um estudo sobre as bases sociais de apoio ao Governo dos Militares (1964-1985). 219 f. Tese (Doutorado em História) - Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016.

TRINQUIER, Roger. **La guerra moderna**. Buenos Aires: Ediciones Cuatro Espadas, 1981.

VALADARES, Paulo. Júlio de Mesquita Filho: ascendência e descendência. **Revista do Instituto Histórico, Geográfico e Genealógico de Campinas.** Número 1. Komedi: Campinas, 2008, pp. 121-128. Disponível em: https://ihggcampinas.org/2019/11/04/julio-mesquita-ascendencia-e-descendencia/. Acesso em: 06 jan. 2023.

VILAR, Pierre. **A guerra da Espanha** (1936-1939). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

ZACHARIADES, Grimaldo (Org). **Ditadura militar na Bahia:** Novos olhares, novos objetos, novos horizontes. Salvador: EDUFBA, 2009.

ZANOTTO, Gizele. **Tradição, Família e Propriedade (TFP):** As idiossincrasias de um movimento católico. 2007. 294 f. Tese (Doutorado em História Cultural) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.